

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO

DANIELLE JARDIM DA SILVA

AVANÇOS E LIMITES DA CONTRIBUIÇÃO SOVIÉTICA PARA A LIBERTAÇÃO DAS
MULHERES: Apontamentos a partir do pensamento de Alexandra Kollontai

NITERÓI
2018

DANIELLE JARDIM DA SILVA

**AVANÇOS E LIMITES DA CONTRIBUIÇÃO SOVIÉTICA PARA A LIBERTAÇÃO
DAS MULHERES: Apontamentos a partir do pensamento de Alexandra Kollontai**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador:
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos

Niterói
2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

S586a Silva, Danielle Jardim da
AVANÇOS E LIMITES DA CONTRIBUIÇÃO SOVIÉTICA PARA A
LIBERTAÇÃO DAS MULHERES: Apontamentos a partir do pensamento
de Alexandra Kollontai / Danielle Jardim da Silva ; Marcelo
Badaró Mattos, orientador. Niterói, 2018.
247 p.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Niterói, 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2018.m.10356328708>

1. Feminismo. 2. Socialismo. 3. Revolução. 4. Rússia
soviética. 5. Produção intelectual. I. Título II.
Mattos, Marcelo Badaró, orientador. III. Universidade Federal
Fluminense. Instituto de História.

CDD -

Bibliotecária responsável: Angela Albuquerque de Insfrán - CRB7/2318

DANIELLE JARDIM DA SILVA

AVANÇOS E LIMITES DA CONTRIBUIÇÃO SOVIÉTICA PARA A LIBERTAÇÃO DAS
MULHERES: Apontamentos a partir do pensamento de Alexandra Kollontai

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em:..... de março de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos - Universidade Federal Fluminense
Orientador

Prof.^a Dr.^a Sara Granemann
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Dr.^a Demian Bezerra de Melo
Universidade Federal Fluminense

Niterói
2018

AGRADECIMENTOS

Ao longo de uma pesquisa de vários anos, é sempre difícil lembrar, ao final, de todas as pessoas que gostaria de agradecer. Certa de que esquecerei algumas ou várias delas, entretanto, não poderia deixar de mencionar alguns nomes que tiveram significativa importância para a realização deste trabalho.

Agradeço em primeiro lugar ao professor Marcelo Badaró Mattos, que me acompanha desde a graduação e se tornou um grande companheiro desde então. Obrigada pela confiança, pela ajuda quando eu ainda buscava delimitar meu objeto de pesquisa, pela liberdade e companheirismo, pelos textos discutidos coletivamente e tudo o mais.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer os que contribuíram coletivamente para este trabalho. A perspectiva de um saber individual, muito construída nos espaços acadêmicos, é ilusória. O conhecimento se constrói coletivamente, as ideias são fluidas e o ser humano, um ser social. Assim, agradeço aos amigos do Grupo de Pesquisa Observatório da História da Classe Trabalhadora, coordenado pelo professor Marcelo Badaró, onde pude participar de discussões riquíssimas nos últimos dois anos, com destaque para as discussões sobre as articulações entre classe, raça e gênero. Agradeço em especial às/aos companheiras/os Bárbara Araújo, Ana Kallás, Livia Berdu, Rebecca Freitas, Marcelo Ramos e Camila Pizzolotto. Agradeço os companheiros do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e Marxismo, pelo abrigo, pelas discussões, aprendizados e desafios. Obrigada em especial à Bianca Imbiriba e Joao Leonardo Medeiros, mas também a todos os integrantes maravilhosos do grupo. Agradeço também a Márcio Lauria e Thaiz Senna pelo companheirismo nas questões soviéticas, indicações de bibliografia, discussões, etc. – foi maravilhoso não estar sozinha nessa jornada –, a Thiago Ribeiro pela ajuda no projeto, a Rejane Hoeveler, Demian Melo, Joao Paulo Oliveira, Diego Paulo, Remon Bortolozzi e Maria Leão pelas conversas e ajudas.

Ao adentrar na vida acadêmica, é sempre importante a ajuda de pesquisadores mais experientes, principalmente no acesso a bibliografias e reflexões sobre a sua pesquisa. Assim, agradeço à professora Raquel Varela pela ajuda no contato com a bibliografia e pesquisadores da área. A Katy Turton, Wendy Goldman e Kevin Murphy, Cinzia Arruzza e José Correa Leite, que prontamente ajudaram na sugestão de bibliografias, e a Tatiana Poggi, Paulo Henrique Araújo e Roberto Della Santa pelo incentivo, reflexões, sugestões, ajudas etc.

Este trabalho não é sobre um tema qualquer. Ele nasce do encontro militante entre feminismo e socialismo e tem como objetivo a resposta de perguntas cujo destino é a

intervenção na realidade. Como disse Marx em suas *Teses contra Feuerbach*, os filósofos se contentaram em refletir sobre o mundo, mas o que importa é transformá-lo. Na perspectiva do materialismo histórico, o estudo da realidade tem como objetivo a ação sobre a mesma. Dessa maneira, agradeço também a todas/os as/os companheiras/os de militância socialista e feminista que passaram pela minha vida até hoje, e as/os que estão presentes nela, que me impulsionam a lutar pelo socialismo e pela libertação de todos e todas como uma só luta. Agradeço a cada mulher, LGBT, negro/a e pobre que se levanta a cada dia para lutar contra a opressão, o sexismo, a lgbtfobia, o racismo, a violência e a desigualdade.

Esse trabalho não foi feito somente com racionalização acadêmica e paixão militante, mas também com o apoio e o amor de várias pessoas que estiveram ao meu redor nesse percurso. Agradeço ao Luis por todo o carinho e companheirismo há tantos anos, pelas leituras e conversas, à minha família, pela compreensão por minha ausência, aos amigos do coração, enrolados muitas vezes por mim durante esses dois anos, às amigas Rê e Duda, por serem minhas *roommates* maravilhosas, a Aline Borges, pelo apoio e conversas.

À luta das mulheres
Marielle Franco, Presente!

RESUMO

A presente dissertação tem como objeto a análise das propostas e políticas para as mulheres na Revolução Russa e nos primeiros anos do governo soviético, tendo como meio para isso a recuperação do pensamento de Alexandra Kollontai. A partir desta pesquisa, buscamos revisitar o contexto de formação do movimento feminino operário e do programa bolchevique no que tange à emancipação das mulheres, bem como seu desdobramento sobre a experiência da Revolução Russa e do Governo soviético. Faremos isso a partir do resgate da importante articulação entre feminismo e marxismo presente nas obras de Kollontai, a principal liderança entre as mulheres da socialdemocracia russa, mas também acessando os acúmulos presentes nas obras de Lenin e Trotsky sobre a questão feminina como elemento de comparação. Buscamos identificar diferenças entre as abordagens bolcheviques e, principalmente, avaliar os avanços e limites, acertos e pontos problemáticos em seus pensamentos (com ênfase no pensamento de Kollontai), utilizando para isso, não somente o aporte teórico marxista, mas também sua apropriação pela vertente da teoria unitária/reprodução social.

Palavras-chave: mulheres, Revolução Russa, União Soviética, Alexandra Kollontai.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to analyze the proposals and policies for women in the Russian Revolution and in the early years of the Soviet government, by visiting Alexandra Kollontai's thinking. Through this research, we seek to revisit the context of the formation of the female workers movement and of the Bolshevik program regarding the emancipation of women, as well as their unfolding on the experience of the Russian Revolution and the Soviet Government. We will do so through the rescue of the important articulation between feminism and Marxism present in the works of Kollontai, the main leader among the women of the Russian Social-Democracy, but also accessing the elements present in the works of Lenin and Trotsky on the feminine question as an element of comparison. We seek to identify differences between Bolshevik approaches and, especially, to evaluate the advances and limits, correct answers and problematic points in their thoughts (with emphasis on Kollontai's thought), using not only the Marxist theoretical contribution, but also their appropriation by the slope of unitary theory / social reproduction.

Key-words: women, Russian Revolution, Soviet Union, Alexandra Kollontai.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. O CONTEXTO HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO BOLCHEVIQUE SOBRE A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES: DA FORMAÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA E FEMININO OPERÁRIO ÀS POLÍTICAS DO PERÍODO SOVIÉTICO	11
1.1. OS PRIMEIROS PASSOS SOCIALISTAS SOBRE A QUESTÃO DAS MULHERES	11
1.2. NA RÚSSIA, INFLUÊNCIAS REVOLUCIONÁRIAS NILISTAS E POPULISTAS	13
1.3. MULHER, FAMÍLIA E FEMINISMO NA RÚSSIA	18
1.4. A SOCIAL-DEMOCRACIA ALEMÃ, A II INTERNACIONAL E AS MULHERES	26
1.5. A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO FEMININO OPERÁRIO NA RÚSSIA E AS MULHERES DA SOCIALDEMOCRACIA.....	29
1.6. AS MULHERES E A GUERRA.....	38
1.7. AS MULHERES EM 1917.....	40
1.8. AS PRIMEIRAS INICIATIVAS DO GOVERNO SOVIÉTICO	49
1.9. O ZHENOTDEL.....	55
1.10. AS MULHERES E AS POLÍTICAS PARA MULHERES DURANTE OS ANOS DA GUERRA CIVIL	62
1.11. AS MULHERES E AS POLÍTICAS PARA MULHERES DURANTE OS ANOS DA NEP.....	65
1.12. AS MULHERES E A FAMÍLIA NA ERA STALINISTA.....	70
1.13. VISIBILIZANDO AS “HEROÍNAS ANÔNIMAS”: AS MULHERES BOLCHEVIQUES.....	75
1.14. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
2. O SOCIALISMO E A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES NA EXPERIÊNCIA SOVIÉTICA	83
2.1. ALEXANDRA KOLLONTAI: SOCIALISTA E “FEMINISTA”	83
2.1.1. <i>A necessidade de recuperação do pensamento de Alexandra Kollontai</i>	83
2.1.2. <i>Os primeiros escritos de Kollontai e a diferenciação com o movimento feminista burguês</i>	86
2.1.3. <i>O apoio ao movimento feminino operário russo a partir do exílio e a volta à Rússia em 1917</i>	94
2.1.4. <i>O período no governo e a questão da maternidade</i>	102
2.1.5. <i>Nova mulher, amor, sexo e família</i>	113
2.1.6. <i>Kollontai e a organização das mulheres: os anos no Zhenotdel</i>	131
2.1.7. <i>As Conferências da Universidade de Sverdlov</i>	143
2.1.8. <i>Os anos de Kollontai como diplomata e seu apoio a Stalin</i>	170
2.2. KOLLONTAI EM DIÁLOGO COM LENIN E TROTSKY	176
2.2.1. <i>Lenin e a emancipação das mulheres</i>	176
2.2.2 <i>Trotsky e a emancipação das mulheres</i>	186
2.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	193
3. AVANÇOS E LIMITES DO PENSAMENTO DE KOLLONTAI À LUZ DAS FORMULAÇÕES DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL	195
3.1. NOSSOS PRESSUPOSTOS PARA A ANÁLISE: A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL.....	195
3.1.1. <i>Visibilizando a relação entre produção e reprodução no capitalismo</i>	196
3.1.2. <i>O lugar do trabalho doméstico na produção capitalista</i>	198
3.1.3. <i>História, subjetividades, produção e reprodução</i>	208
3.1.4. <i>Da teoria da reprodução social à experiência soviética</i>	214

3.2. O PENSAMENTO DE KOLLONTAI E O BALANÇO DA EXPERIÊNCIA SOVIÉTICA A PARTIR DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL.....	214
3.2.1. <i>Kollontai como vanguarda</i>	215
3.2.2. <i>Limites de Kollontai e da experiência soviética a partir da teoria da reprodução social</i>	216
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	221
5. BIBLIOGRAFIA	225

INTRODUÇÃO

O objeto de pesquisa desta dissertação começou a ser delineado durante a conclusão de minha pesquisa de monografia, que teve como tema o trabalho feminino no capitalismo pós-reestruturação produtiva. Meu incômodo naquele momento era compreender como, diante de tantas comprovações da necessidade de consideração da questão de *gênero*¹ como um elemento fundamental para a compreensão da *classe*, muitos na academia e na militância social ainda colocavam esse elemento em segundo plano. Algo parecia me dizer que a resposta para essa questão estava na compreensão da história de encontros e desencontros entre feminismo² e marxismo.

A vontade de compreensão dessa relação me levava à Rússia soviética. Em minha mente ela aparecia como momento fundamental tanto de encontro quanto de desencontro entre feminismo e marxismo: a experiência da revolução, de um lado, e a do stalinismo, do outro. Esses dois momentos da história soviética deixaram marcas profundas sobre as diferentes matrizes do marxismo ao longo do século XX no que tange à luta pela emancipação das mulheres.

Adentrar os estudos sobre a Rússia revolucionária e soviética não é uma tarefa fácil. São cem anos de debates, controvérsias, estudos, paixões, lutas, polêmicas. O pesquisador novato se sente literalmente “pisando em ovos” em um terreno onde cada passo é um debate, uma polêmica e muitas informações. No Brasil, apesar de termos pouquíssimos pesquisadores

¹A pesquisa se relaciona fortemente com o conceito *gênero*, ou seja, a ideia de que, com base nas diferenciações biológicas de homens e mulheres, se constroem papéis de gênero aos quais os mesmos devem se adequar e que tais papéis são uma *construção social, cultural e histórica* que dita posições e funções diferentes entre homens e mulheres na sociedade. O termo *gênero* surgiu para se opor ao termo *sexo* buscando desnaturalizar as diferenças entre homens e mulheres justificadas com base em critérios biológicos e evidenciar a construção social das diferenças entre os sexos (SCOTT, 1990; CARRARA, 2010a; 2010b). Ressaltamos, no entanto, que, embora utilizemos *gênero*, o mesmo foi forjado somente na década de 1960, não sendo utilizado na época histórica abordada por essa pesquisa, que ainda usava a nomenclatura *sexo*. As análises da época têm como foco a condição das *mulheres*, e não tanto das *relações* entre os gêneros (perspectiva relacional). Gostaríamos de acrescentar ainda que, embora nos referimos, em alguns momentos no texto, a esses conceitos como *conceitos*, não abordamos apenas como conceitos descritivos, mas, efetivamente, como *categorias*, ou seja, como determinações concretas e objetivas da realidade capitalista (CARCANHOLO, 2017).

² Utilizaremos o conceito de *feminismo*, compreendido como “um conjunto de práticas historicamente variáveis em torno da constituição e da legitimação dos interesses das mulheres” (ERGAS apud PERROT & DUBY), ou, explicando de outra forma, a luta por direitos para as mulheres ao longo da história tendo como objetivo o fim da desigualdade de gênero. No entanto, para a época trabalhada, há uma diferenciação fundamental entre movimento feminista (compreendido como o movimento de mulheres de classes médias e burguesas) e o movimento operário feminino (socialista). Ao longo do texto, manteremos as nomenclaturas da época utilizando *movimento feminista* e *movimento feminino operário*, entretanto, ressalta-se que, do ponto de vista ideológico (e considerando o conceito de feminismo adotado acima) ambos os movimentos são feministas, sendo um o *movimento feminista burguês* (como chamado pelas socialistas da época) e outro o que podemos nomear de *movimento feminista socialista*. Os termos privilegiados pelo movimento feminino operário eram também a luta pela “emancipação da mulher” ou contra a “desigualdade dos sexos”.

sobre a Rússia soviética e temas correlatos, eles são, entretanto, mais do que nunca, necessários.

Uma das grandes características do marxismo é a sua capacidade constante de se atualizar e renovar frente às demandas e à análise da realidade. Um marxismo doutrinário, imutável, não pode ser chamado de marxismo, porque abstrai o método do materialismo histórico. Ao longo do século XX e início do século XXI o marxismo se renovou continuamente frente aos desafios colocados pela experiência histórica e política da classe trabalhadora (entre as quais a Revolução de Outubro e o governo soviético têm um papel de destaque) e pelas transformações pelas quais passou o modo de produção capitalista. Cem anos depois, o capitalismo mudou, a classe trabalhadora mudou, parte das formas de fazer política empregada por ela também, entretanto a contradição capital-trabalho permanece viva e pulsante, alimentando muitas outras formas de exploração e opressão.

O estudo da Revolução Russa e do regime soviético permanece atual porque o capitalismo continua em funcionamento. As questões colocadas por ela, enquanto processo histórico, ainda continuam sem resolução. Seus aprendizados, seja em seus elementos positivos, seja nos negativos, são muitos. Ao longo dos últimos 100 anos, houve inúmeras pesquisas acadêmicas e debates políticos sobre o assunto e nenhum pesquisador desse campo arriscaria dizer que estamos próximos de extinguir tanto as pesquisas³ quanto os aprendizados desse processo histórico.

Embrenhar-se nesse campo fora do eixo EUA-Europa-Rússia, entretanto, é uma tarefa árdua. No Brasil, além de poucos pesquisadores sobre o tema, temos acesso em português a uma ínfima parte da imensa historiografia produzida e a tradução de fontes primárias é na maioria dos casos ainda mais escassa⁴. A falta de informações e a desatualização das bibliografias utilizadas podem ser perigosas e atrapalhar o trabalho do/a jovem historiador/a. O recurso a outras línguas ainda é imprescindível para os lusófonos.

Assim, em busca de um bom universo de fontes e de bibliografias um pouco mais atualizadas, que dessem corpo e consistência mínima à pesquisa, além do português, e na atual impossibilidade da leitura em russo, a pesquisa trabalhou com documentos e bibliografia também em espanhol, inglês, galego e francês, com destaque para o inglês, que compreenderam leituras bibliográficas “gerais” o movimento socialista do século XIX, a

³ Destaca-se aí o fato de que o acesso a muitas fontes só se tornou possível a partir de 1989.

⁴ Iniciativas recentes da editora Boitempo e de alguns laboratórios de tradução de russo (como por exemplo o LABESTRAD, existente na UFF/letras) tem possibilitado a pesquisadores o acesso a algumas fontes primárias. Embora essas iniciativas já tenham começado a dar frutos academicamente, ainda são insuficientes para sustentar um campo de estudos, sobretudo nos níveis de pós-graduação.

Revolução Russa e o governo soviético; leituras sobre esses temas, mas com o recorte “das mulheres”; e livros, artigos e discursos de lideranças bolcheviques sobre a questão das mulheres, com destaque/foco nas obras de Alexandra Kollontai, mas acessando também textos de Vladimir Ilitch Ulianov Lenin e Leon Trotsky.

A inquietação inicial que nos levou a essa pesquisa era a compreensão do paradoxo avanços/retrocessos entre a Revolução e o regime stalinista no que tange à questão das mulheres. Entretanto, ao tomar contato com os textos de Lenin, Trotsky e Kollontai, tornou-se nítida a riqueza das possibilidades de análises presentes nessas fontes, bem como também se tornou mais gritante a consciência sobre uma lacuna historiográfica a respeito dos mesmos, marcada pela relativa invisibilidade histórica de Kollontai e pelo desconhecimento frente aos acúmulos de Lenin e Trotsky sobre a emancipação das mulheres. Desde a delimitação do projeto até o presente momento, não encontramos, na produção acadêmica brasileira, estudos que recuperem o pensamento de Kollontai, Lenin ou Trotsky com profundidade, ou que tentem estabelecer comparações entre essas lideranças, buscando identificar aspectos positivos e problemáticos de seus pensamentos⁵.

O projeto inicial de pesquisa tinha como objetivo uma exposição/comparação “tripartite” de Kollontai, Lenin e Trotsky no que tange à incorporação da luta pela emancipação das mulheres, buscando avaliar o grau de acúmulo, profundidade da formulação teórica e programática e a adesão a este mesmo programa por eles. A ideia era compreender e comparar as diferentes posições/compreensões entre eles sobre o programa bolchevique para a emancipação das mulheres, as primeiras políticas do governo soviético para as mulheres e a família e avaliar os avanços e limites de suas formulações.

Entretanto, ao longo do processo de pesquisa e escrita desta dissertação, evidenciou-se, a necessidade de uma ênfase maior no pensamento de Alexandra Kollontai. Sua obra se demonstrava mais volumosa, mais profunda e mais contraditória que as de Lenin e Trotsky. Dessa forma, a pesquisa sofreu ajustes. Ainda que ainda que não tenha deixado de lado a perspectiva de uma comparação relativa entre as três lideranças, seu foco deslocou-se para a contextualização da produção intelectual de Kollontai e a busca pela compreensão dos avanços e limites de seu pensamento. Nossa hipótese principal é a de que os avanços e limites

⁵ Encontramos, no entanto, alguns bons trabalhos, como a pesquisa sobre a socialdemocracia alemã e seu programa para as mulheres, feita por Joana El Jaick Andrade, uma publicação, também fruto de pesquisa, de Ana Paula Loureiro Cruz sobre Alexandra Kollontai e a pesquisa sobre o *Zhenotdel* (departamento de mulheres do PC russo) realizada por Thaiz Carvalho Senna. No ano do centenário da Revolução de Outubro foram produzidos bons artigos por diversas cientistas sociais e historiadoras que originalmente não têm suas pesquisas vinculadas à história da Revolução Russa e do governo soviético, mas que aproveitaram a efeméride dos 100 anos para a produção de trabalhos sobre esse tema.

de seu pensamento se devem à compreensão desigual de Kollontai de determinados aspectos da opressão das mulheres como a sexualidade, o papel da família, a divisão sexual do trabalho⁶, a maternidade e a relação entre produção e reprodução. As contradições, abordagens desiguais e pontos não resolvidos nesses campos serão utilizadas como pontos de apoio do regime stalinista anos após a Revolução, e tiveram impacto sobre as perspectivas de encontro e desencontro entre feminismo e socialismo no último século.

Com essa pesquisa, buscamos a recuperação do pensamento de Kollontai, principalmente, e Lenin e Trotsky, secundariamente, no intuito de contribuir para a construção de um estudo sistematizado sobre a incorporação (e suas contradições e limites) das ideias sobre emancipação das mulheres nos mesmos. Buscamos com isso ajudar a combater o desconhecimento por boa parte dos pesquisadores não só das lideranças em questão, mas também de uma parte significativa dos posicionamentos e elaborações ideológicas e políticas dos revolucionários russos sobre as mulheres e a família. Contribuições essas, muito importantes.

A Revolução Russa e o regime instituído foram frutos da convicção de que era possível derrubar o capitalismo e construir uma transição rumo ao comunismo. Nesse intuito, os bolcheviques e as massas russas se debruçaram sobre diversos aspectos da vida. A ebulição revolucionária se refletiu na política, na economia, na cultura, nas relações afetivas e familiares. Tudo foi objeto de questionamento, debate, proposições, experimentações. Era necessário construir um novo mundo e demolir todo um velho mundo existente.

Um desses muitos campos testados e reformulados foi o da condição da mulher e da família. Os revolucionários/as denunciaram a hipocrisia do casamento e da família burguesa, a dependência econômica das mulheres, a escravidão das relações domésticas a partir de um trabalho que sugava suas forças e impedia as mulheres de participar ativamente da vida política, cultural e social, a dupla moral das relações amorosas baseadas no casamento monogâmico e na prostituição como instituições, a exploração da operária. Buscaram precisar o papel dessas estruturas no capitalismo e a necessidade de articulação da luta socialista com a proposição de novas relações e culturas tendo como eixo central a destruição da família

⁶ Ao longo da dissertação em diversos momentos acessaremos a ideia de divisão sexual do trabalho. A utilização da expressão “divisão sexual do trabalho” se dá como um recurso explicativo, mas observamos que o mesmo, como categoria, só viria surgir na década de 1970. Apesar de uma relativa/contraditória crítica ao confinamento das mulheres em determinadas funções, a expressão não era utilizada pelos revolucionários russos. Compreendemos a divisão sexual do trabalho como a divisão de tarefas entre homens e mulheres, geralmente estruturadas em torno da ocupação dos espaços/tarefas públicos, produtivos, políticos e de poder pelos homens e dos espaços/tarefas privados, reprodutivos e fora das instâncias de poder pelas mulheres, com implicações marcantes sobre a divisão do trabalho no seio da família, bem como sobre a precarização da força de trabalho remunerada das mulheres trabalhadoras a partir de sua segmentação no mercado de trabalho (HIRATA, 2002).

burguesa e a crítica à cultura patriarcal. As obras de Kollontai, Lenin e Trotsky buscaram compreender e intervir sobre esta realidade, com estes objetivos e estão repletas de possibilidades de análises.

A escolha por Kollontai, Lenin e Trotsky foi feita tendo em consideração tanto a importância dos mesmos para o processo revolucionário e as políticas do governo soviético no que tange à questão das mulheres⁷ quanto tendo em mente a disponibilidade de fontes primárias. Entretanto, e principalmente, essa opção foi tomada após o contato com as obras dos três intelectuais, onde se demonstrou a riqueza das fontes.

Desde os primeiros momentos de contato com a produção de Kollontai, Lenin e Trotsky, passando pelo desenvolvimento da pesquisa, pela análise das fontes e pela escrita sobre as mesmas, foi surpreendente descobrir a quantidade, a profundidade e a riqueza dos temas abordados pelos intelectuais em questão. Principalmente, as fontes traziam um debate vivo de um partido e de uma época. É comovente ver na leitura das obras, sobretudo no caso de Kollontai, o esforço dos/as bolcheviques em formular e debater entre eles/elas os programas e as políticas a serem adotados. Longe de terem uma uniformidade nos debates sobre a mulher e a família, os/as bolcheviques apresentaram diversas nuances em suas formulações, em alguns casos uma contradição ou oposição entre eles/as mesmos/as, até que a estrutura do partido inviabilizasse o debate, sob risco de morte, durante o período stalinista.

Dessa maneira, foi adentrando a pesquisa que o objeto da mesma foi delimitado para que fosse apresentado enquanto tal academicamente. Foi a partir do acesso às fontes que se tornou não só possível, mas urgente, a necessidade de resgatar, comparar e questionar os avanços e limites no seu pensamento, buscando aproximar-se, através de sua produção, do debate realizado em um partido e uma sociedade dada

⁷ Lenin foi o principal articulador político da Revolução, líder dos bolcheviques e líder de Estado, posição que o colocou a necessidade de uma produção intensa de pronunciamentos, cartas e textos, onde abordou a emancipação das mulheres. Alexandra Kollontai foi a principal liderança articuladora das mulheres russas e quem melhor incorporou os debates mais “libertários”, focados na proposição de outras relações sexuais e afetivas entre os sexos a partir da defesa do “amor-camaradagem” contra o casamento burguês, e do fim da família como era conhecida até então. Trotsky foi, ao lado de Lenin, uma das principais lideranças revolucionárias e impulsionou muitos debates polêmicos, sendo um dos principais organizadores da oposição ao stalinismo após a morte de Lenin, inclusive constatando a aliança entre o regime de Stalin e a reativação da família patriarcal. Na primeira metade dos anos 1920 Trotsky também produziu uma série de artigos sobre os problemas da vida cotidiana, onde uma parte significativa deles abordava a questão das mulheres, da família, de sexualidade e outros.

A busca pela aproximação entre feminismo e marxismo

Tal pesquisa também tem como investigação mais ampla as relações entre feminismo e marxismo, entre capitalismo e opressão das mulheres, entre classe e gênero, e é a partir desses referenciais teóricos que partimos para o desenvolvimento da mesma. Estou ciente de que essa articulação é atualmente, no campo acadêmico, bastante minoritária entre as pesquisas marxistas, de um lado, e de gênero, de outro. No campo historiográfico brasileiro, se nas décadas de 1970/1980 tivemos vários trabalhos de referência que articularam gênero e classe⁸, ao longo dos anos 1990 e 2000, entretanto, enquanto o campo de estudos de gênero se consolidava academicamente, distanciava-se cada vez mais dos temas relacionados a classe das perspectivas teóricas marxistas, aproximando-se fortemente de referenciais pós-estruturalistas e pós-modernos, que privilegiavam a análise do discurso, e o foco na cultura, secundarizando ou combatendo a perspectiva de classe e a matriz teórica marxista.

Esse quadro de afastamento, que começa a dar suas primeiras demonstrações de “melhora”, precisa mais do que nunca ser superado, sobretudo se considerarmos a conjuntura de crise econômica e a retirada de direitos da classe trabalhadora que ela impõe. Esse contexto coloca impasses ainda maiores aos setores nos quais a garantia de direitos são mais frágeis, como as mulheres, os negros e as minorias étnicas, etc. No que tange às mulheres, é gritante a percepção de que os serviços de saúde, educação, previdência, que impactam mais fortemente o trabalho reprodutivo executado por elas no interior das famílias, são os primeiros a serem desmontados na crise, aumentando a dupla/tripla jornada executada pelas mesmas. O crescimento de concepções ideológicas conservadoras de família, gênero e sexualidade cai como uma luva nesse contexto social e econômico.

A saída para essa difícil situação, que retrocede nas condições de vida da classe trabalhadora como um todo e das mulheres em particular, depende da junção entre feminismo e anticapitalismo. É necessário que o processo de renovação do marxismo do século XXI incorpore a análise da forma como o sistema capitalista tem se apropriado da opressão de gênero como um dos seus pilares mais importantes de sustentação⁹, dando outra centralidade estratégica a essas lutas. Além disso, é difícil imaginar que haja hoje organização da classe trabalhadora que não passe pela mobilização e auto-organização de seus setores mais oprimidos e/ou explorados, como é o caso das mulheres, negros e negras, LGBTs, juventude e

⁸ Por exemplo, o trabalho da historiadora Elizabeth Souza Lobo *A Classe Operária tem dois sexos: trabalho dominação e resistência* (São Paulo: Brasiliense, 1991) e outros.

⁹ Voltaremos a essa discussão no capítulo 3.

outros. O aprofundamento da crise tende a deixar cada vez mais nítido para o movimento feminista que as políticas necessárias ao fim da opressão de gênero¹⁰ são cada vez mais irrealizáveis (se e que algum dia foram) dentro do capitalismo.

Entretanto, a necessidade de articulação entre feminismo e marxismo não é somente política, mas também teórica. O materialismo histórico percebeu a sociedade como um complexo de relações sociais nas quais as dominações e explorações de classe estão submetidas ao desenvolvimento histórico e colocou a perspectiva de transformação a partir das contradições internas de cada formação social dada. Tais ideias são fundamentais para se pensar a desnaturalização dos papéis de gênero e das desigualdades que se formam a partir desses mesmos papéis, bem como para reconhecer a família como um elemento histórico submetido a mudanças e transformações. Marxismo e feminismo foram fundados sob a *necessária* historicização da sociedade e suas relações de dominação, e sob a possibilidade de romper com estrutura dada e modificá-la rumo à emancipação dos seres humanos. Desse ponto de vista, o materialismo histórico tornou-se uma ferramenta útil e necessária ao feminismo.

Essa pesquisa é convencida de que o diálogo entre feminismo e marxismo, gênero e classe é necessário e buscamos contribuir para isso a partir das reflexões sobre a questão das mulheres na Revolução Russa e na URSS.

A dissertação

A dissertação divide-se em 3 capítulos.

O primeiro capítulo trata-se de uma contextualização histórica buscando conectar a produção intelectual de Kollontai, Lenin e Trotsky com suas principais influências para a formação o pensamento dos mesmos. O capítulo também busca apresentar as diversas conjunturas nas quais os mesmos produziram suas ideias e atuaram politicamente, retomando as principais influências para a formação do movimento feminino operário na Rússia, o contexto de sua formação, da Revolução Russa e dos diferentes períodos do governo soviético, até o período stalinista. Para a escrita do capítulo utilizamos como fonte uma ampla bibliografia historiográfica sobre o movimento operário do século XIX e início do século XX,

¹⁰ Exemplo: garantia de creches para as mães trabalhadoras, educação não sexista nas escolas, garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, sistema de saúde pública e gratuita, aposentadoria digna, trabalho igual para salário igual, acesso a possibilidades de trabalho e emprego, programas de combate à violência contra as mulheres, etc.

do movimento feminista e feminino operário europeu e russo, sobre a Revolução Russa e o governo soviético, bem como sobre a condição e a participação das mulheres nesse processo.

O segundo capítulo tem como centro o trabalho com as fontes primárias e divide-se em duas partes: a primeira, mais extensa, apresenta o pensamento de Kollontai, sua produção política e teórica sobre a questão das mulheres e da família; a segunda, mais compacta, destinada a buscar um diálogo com Lenin e Trotsky, buscando apresentar elementos para a comparação e análise da produção intelectual de Kollontai.

Para esta etapa, nos servimos, para Kollontai, de um horizonte um pouco mais de 80 textos (livros, artigos, pronunciamentos, discursos, resoluções e outros), dos quais foram selecionados 53 para o trabalho efetivo na dissertação¹¹. Algumas dessas obras são trabalhos de envergadura política, teórica e histórica significativa abrangendo o período de 1907 a 1946. As obras de Lenin apresentadas tratam-se em sua maioria de pronunciamentos, saudações e pequenos debates em artigos e cartas que tratavam sobre questões relacionadas principalmente à participação das mulheres na revolução e seus direitos. Mapeamos inicialmente cerca de 40 títulos, dos quais trabalhamos efetivamente com 31¹² escritos no período de 1889 a 1922. A menor produção, entre os 3 intelectuais pertence a Trotsky, mas que, entretanto, aborda uma série de assuntos importantes, geralmente de forma mais profunda que Lenin. Mapeamos para Trotsky 25 textos, trabalhando efetivamente com 23, pertencentes ao período de 1923 a 1936.

O terceiro capítulo, se divide em 2 partes. Na primeira delas, nos centraremos sobre uma exposição da perspectiva teórica com a qual nos instrumentalizamos para analisar e avaliar os avanços e limites das formulações desenvolvidas por Kollontai. Nesse sentido, acessamos o referencial da chamada teoria unitária ou teoria feminista da reprodução social, fortemente ancorada em trabalhos de Lise Vogel, Cinzia Arruzza, Sue Ferguson, David McNally e outros. Em seguida, à luz da base teórica exposta, analisamos os avanços e limites nas formulações de Kollontai. Apesar de não ser usual esse formato de dissertação, em que o debate teórico aparece ao fim, e não no início, nos pareceu correto que a mesma fosse estruturada dessa maneira, pois as perguntas que as fontes analisadas nos levaram foram traduzidas como inquietações teóricas a serem respondidas.

Por último temos um bloco de considerações finais onde avaliamos os resultados da pesquisa frente às suas hipóteses e objetivos iniciais, bem como as respostas não alcançadas.

¹¹ Foram retirados desse mapeamento maior os textos que não se relacionavam diretamente à questão das mulheres, os contos literários escritos por Kollontai e alguns outros textos (minorias entre esses) foram eliminados por tratar-se de recortes ou reedições de outros textos com outros títulos, identificados na leitura.

¹² Utilizamos também para a abordagem de Lenin, de um texto de Clara Zetkin sobre o mesmo, o que contabilizaria 32 fontes.

1. O CONTEXTO HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO BOLCHEVIQUE SOBRE A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES: DA FORMAÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA E FEMININO OPERÁRIO ÀS POLÍTICAS DO PERÍODO SOVIÉTICO

1.1. OS PRIMEIROS PASSOS SOCIALISTAS SOBRE A QUESTÃO DAS MULHERES

O século XIX foi marcado por uma ampliação significativa da presença das mulheres entre operários fabris. Gradativamente, na medida em que a indústria se mecanizava, tornava-se mais comum o emprego da força de trabalho feminina e infantil.

Marx observou tanto o processo de inserção das mulheres na força de trabalho assalariada bem como as consequências disso não só para as mulheres, como também para os trabalhadores em geral. Ele coloca:

À medida que torna prescindível a força muscular, a maquinaria converte-se no meio de utilizar trabalhadores com pouca força muscular ou desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho feminino e infantil foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria! Assim, esse poderoso meio de substituição do trabalho de trabalhadores transformou-se prontamente num meio de aumentar o número de assalariados, submetendo ao comando imediato do capital todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade. [...] Ao lançar no mercado de trabalho todos os membros da família do trabalhador, a maquinaria reparte o valor da força de trabalho do homem entre sua família inteira (MARX, 2013, p. 468).

Diante da entrada das mulheres na força de trabalho assalariada, o nascente movimento operário muitas vezes vociferou contra a contratação das mulheres nas fábricas e reforçou estereótipos que viam as mulheres como restritas ao lar. A reação, às vezes violenta, era sustentada pelo cenário de aumento do desemprego e de substituição da força de trabalho masculina pela feminina devido aos baixos salários (e, depois de algum tempo, também à ideia de docilidade/submissão das mulheres). Nesse contexto, não era incomum que sindicatos e organizações não aceitassem a participação de mulheres, ou mesmo que lideranças do nascente movimento operário defendessem abertamente a não participação das mesmas (GOLDMAN, 2014, p. 56).¹³

O acúmulo dos socialistas no que tange à questão das mulheres teve seus primeiros passos, ainda sob o que chamamos hoje de socialismo utópico. Charles Fourier, em 1808, foi

¹³ Cinzia Arruzza (2010) recupera as posições de Pierre-Joseph Proudhon e Ferdinand Lassalle contra a participação das mulheres como força de trabalho assalariada. Proudhon chegou mesmo a afirmar a inferioridade da mulher do ponto de vista físico, moral e intelectual (ARRUZZA, 2010, p. 63-65). Bilberto Badia também cita rapidamente a aprovação de resoluções propostas por Lassalle na Associação Geral de Trabalhadores, em 1866 e 1867, contra o trabalho feminino nas manufaturas, que o consideravam como “uma das causas da degenerescência humana” (BADIA, 2003, p. 50-51).

o primeiro a vincular o grau de emancipação das mulheres ao grau de desenvolvimento da sociedade, formulação mais tarde repetida e reforçada por Marx. Fourier também realizou uma crítica radical ao casamento, visto por ele como uma forma de escravidão imposta às mulheres, e defendeu a liberdade sexual e a independência econômica das mulheres (ARRUZZA, 2010, p. 44).

Segundo Wendy Goldman, entretanto, apesar de os fourieristas (associacionistas, assim como os sant-simonianos) condenarem o lar individual, e criticarem a família e pregarem a igualdade, eles reproduziam os papéis tradicionais de gênero. Nos falanstérios¹⁴ propostos por Fourier, o trabalho doméstico seria socializado, mas continuaria sendo realizado pelas mulheres, de forma comunitária. Segundo eles, a personalidade da mulher inclinava-se mais naturalmente ao trabalho doméstico (GOLDMAN, 2014, p. 44).

Entre 1825 e 1845, os oweístas (Robert Owen) palestraram e escreveram sobre as mulheres, defendendo a ideia do casamento “moral” (casamento simples), a crítica ao poder patriarcal e o fim da família, visto como um organismo antissocial frente à proposta de novos arranjos de moradia, trabalho doméstico comunal e rotativo, refeições comunitária, etc. Goldman observa que as ideias da crítica à família e do projeto de vida comunal dos oweístas vão aparecer de modo muito parecido nas ideias bolcheviques (GOLDMAN, 2014, p. 44-46).

Flora Tristan, fortemente influenciada pelas ideias de Fourier, a quem conheceu pessoalmente, foi a primeira mulher socialista a se colocar sobre a situação de opressão e exploração das mulheres e sobre a necessidade da luta pela sua libertação. Flora foi vítima de um casamento infeliz e abusivo, recheado de episódios de violência, que passou pela retirada da guarda dos seus filhos, pelo abuso da filha e batalhas judiciais, inclusive com a tentativa de assassinato de Flora por seu marido, episódio que o levou finalmente à prisão. Foi durante essas experiências, que Tristan compreendeu que seu sofrimento individual era parte da situação geral das mulheres (KONDER, 1994).

Flora também teve contato com as ideias de Saint Simon, das quais se diferenciou, com o movimento cartista inglês e com Robert Owen, sendo também influenciada pelas ideias de Mary Wolstonecraft¹⁵. Entre suas obras estão *Peregrinações de Uma Pária* (1837), escrita durante sua viagem pela América do Sul, logo após a separação do marido, na qual discorre sobre a condição das mulheres, e *União Operária* (1843), onde vários anos antes da proposição da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), ela já defendia a construção

¹⁴ Espécie de vila comunal.

¹⁵ Feminista inglesa reconhecida como uma das primeiras feministas no mundo, ao lado de Olympe de Gouges (França). Em 1791 ela escreveu *Vindication of the Rights of Woman*.

de uma união internacional de operários. Nessa obra, largamente difundida na época, Tristan também se posicionou afirmando que todas as desgraças do mundo provinham do esquecimento e desprezo em relação aos direitos das mulheres e chamou os operários a somarem-se na luta pela garantia dos mesmos (KONDER, 1994).

Marx não se debruçou especificamente sobre a questão das mulheres. Entretanto em obras como, por exemplo, o *Manifesto do Partido Comunista* (1848), *A Ideologia Alemã* (1846), *A Sagrada Família* (1845)¹⁶, *O Capital* (1867) e *Sobre o Suicídio* (1846) é possível perceber a denúncia da opressão da mulher na família burguesa, da exploração das mulheres nas fábricas e a relação dessas condições sofridas pelas mulheres com o sistema capitalista.¹⁷

A entrada de mulheres em cada vez maior escala no mercado de trabalho, sobretudo no trabalho industrial, gerou uma profusão de debates públicos sobre a condição das mulheres. Liberais, religiosos, feministas e anarquistas se posicionaram publicamente sobre a questão, cada qual com sua abordagem e, na maioria dos casos, com diferenças dentro de uma mesma vertente política. Desse modo, os socialistas também tiveram que se posicionar diante do tema, passando a articular materialismo histórico, luta socialista e perspectiva de emancipação das mulheres. Com isso, uma parte do movimento operário e socialista começou a identificar a utopia comunista à utopia de libertação das mulheres, passando a dar importância à organização das mulheres operárias e a combater perspectivas antifeministas dentro do próprio movimento (GOLDMAN, 2014; ENGELS, 2010). Começava a ser preparado o terreno para a incorporação das mulheres nas organizações socialistas e, posteriormente, para o surgimento do movimento feminino operário.

1.2. NA RÚSSIA, INFLUÊNCIAS REVOLUCIONÁRIAS NILISTAS E POPULISTAS

Ao buscar delimitar as influências, tanto ideológicas quanto históricas (factuais) que foram fundamentais para a formação da base de ação e acúmulo político bolchevique para a Revolução de Outubro e o governo soviético, geralmente são resgatadas as experiências da socialdemocracia alemã e da Segunda Internacional, bem como o próprio desenvolvimento do movimento feminista na Rússia, e, em casos mais raros, alguma influência do movimento populista. O historiador Richard Stites, entretanto, frisa a importância do movimento nihilista na Rússia, que cresceu sobretudo entre uma camada importante de estudantes e intelectuais e

¹⁶ Parte das obras são obras conjuntas de Marx e Engels.

¹⁷ As datas em parênteses se referem às datas originais de publicação das obras, não sendo, portanto, referências bibliográficas. Voltaremos a Marx no terceiro capítulo.

que influenciou decisivamente as ideias de parte do movimento operário (STITES, 1978, p. 99-100)¹⁸. No que tange às mulheres, o niilismo levou a uma perspectiva mais libertária em relação aos valores, papéis, sexualidade, etc.

Segundo Stites,

O termo “niilista” tem sido empregado por simpatizantes e críticos para descrever um grande, difuso grupo de russos que surgiu no final dos anos 1850 e início do 1860 e que formou o grupo do qual o movimento radical emergiu. [...] O niilismo não foi tanto um corpo de crenças e programas (como o populismo, o liberalismo, o marxismo), mas um conjunto de atitudes e valores sociais com efeitos comportamentais – maneiras, vestimentas, formas de se relacionar (STITES, 1978, p. 99-100. Tradução minha¹⁹).

Apesar de associado tradicionalmente à ideia da “crença em nada”, na verdade o niilismo estava ligado a um movimento de contestação do *status quo* e ao questionamento dos costumes, concepções, opiniões e preconceitos sob um ponto de vista crítico, bem como à rejeição da autoridade. As ideias niilistas foram fortemente difundidas através da literatura e de jornais, como o periódico *O Contemporâneo* (*Sovremiennik*), fundado pelo poeta Alesadr Púshkin (SENNÁ, 2016, p. 82).

No que tange às mulheres, a influência do movimento niilista se deu na defesa da igualdade da mulher e na construção de um outro modelo de mulher, que negava o lugar doméstico e de dependência familiar e econômica, e buscava a independência a partir do estudo e do trabalho voltado para a sociedade. Essa nova mulher rejeitava o modelo de feminilidade fútil voltado para “arrumar um marido” e de objeto sexual passivo, ligando as mulheres à ideia de autonomia e utilidade social. A “nova mulher” e o “novo homem”, dos quais Kollontai fala, foram propostas fortemente baseadas nessas ideias (STITES, 1978. p. 100-104).

A encarnação desse novo modelo de mulher foi Vera Pavlovna, personagem principal de uma novela que influenciou fortemente os círculos intelectuais e radicais russos, chamada *Que Fazer?*. Vera é uma jovem mulher que, por meio de um casamento fictício²⁰, se liberta de sua família, estuda medicina e se compromete com iniciativas de organização das mulheres trabalhadoras. Vera forma uma cooperativa de costureiras buscando formar a consciência das

¹⁸ Na obra *The Women's Libetarian Movement in Russia*, (1978) Richard Stites faz um trabalho importantíssimo de resgate das diferentes influências para a formação do movimento feminino operário russo, em especial a ação dos bolcheviques nesse campo e nas políticas do governo soviético.

¹⁹ Para evitar a repetição da especificação sobre a origem das traduções (“tradução minha”), informo que todas as obras em língua estrangeira tiveram a sua tradução feita por mim.

²⁰ Durante a época em que Tchernichevsky escreveu sua obra, os casamentos fictícios estavam em uso na Rússia. Como a lei mantinha as mulheres sempre dependentes dos pais ou maridos, não podendo nem mesmo possuir documentos de identidade, emprego ou estudo sem autorização, diversas mulheres viram como saída para sua independência, a realização de casamentos fictícios, geralmente com amigos, onde já estava previamente acordado que este não implicava responsabilidades de nenhum tipo entre os “cônjuges” (STITES, 1978. p. 106-107).

mulheres: as mulheres produziam, partilhavam os ganhos, aprendiam as tarefas de administração e, gradualmente, eram educadas e tinham sua autoconfiança aumentada a partir de um programa de leituras progressistas. Stites indica a semelhança das técnicas utilizadas para a organização das mulheres trabalhadoras por Vera Pavlovna no romance de Tchernichevsky e as utilizadas pelo *Zhenotdel*²¹ anos depois (STITES, 1978, p. 91-93).

Uma outra esfera de grande influência dos niilistas foi suas concepções de relações sexuais e afetivas. De um modo geral, para eles, o casamento era uma relação entre iguais, com base no respeito e no amor erótico. Eles rejeitam a possessividade e o ciúmes entre amantes e aceitavam a possibilidade de ruptura o casamento em caso de infelicidade. A ideia de que tanto mulheres quanto homens deveriam ter direito à liberdade sexual, inclusive sem a necessidade do casamento, e a própria centralidade do sexo na obra de Tchernichevsky renderam-lhe críticas violentas, como as que diziam que seu livro estimulava a promiscuidade.²² (STITES, 1978. p. 92)

Do ponto de vista prático, houve a tentativa do estabelecimento de comunas niilistas em alguns centros urbanos²³. Nelas viviam homens e mulheres, às vezes estudantes, sob o princípio da igualdade entre sexos (STITES, 1978. p. 108-109). Além das comunas, também foram montadas cooperativas, oficinas, clubes, e “escolas livres”. Uma importante oficina formada por mulheres foi a Oficina de Costura das Irmãs Ivanova, que reunia costureiras e mulheres bem educadas como as irmãs de Vera Zasulich (futura líder populista) e Anna Shabanova (futura importante feminista). As mulheres viviam, trabalhavam e liam literaturas progressistas/niilistas conjuntamente. A Oficina, entretanto, foi fechada pela polícia em maio de 1866. Stites observa que esse movimento das oficinas e cooperativas foi base dos primeiros experimentos socialistas e anteciparam o “movimento para o povo” que se daria em direção ao campo alguns anos mais tarde, mas tendo como alvo as camadas mais empobrecidas dos centros urbanos. Ele observa que “foi nas cidades em crescimento que os socialistas russos pela primeira vez foram ‘para o povo’ tentando ajudar costureiras, trabalhadores, pequenos artesãos, prostitutas e outros elementos pobres da cidade” (STITES, 1978. p. 118-121).

O niilismo, apesar de atrair muitas mulheres, era fundamentalmente diferente do feminismo. Enquanto o feminismo visava a mudança das pessoas e colocava a libertação

²¹ Departamento de mulheres do PC russo.

²² Tolstoy e Dostoyevsk e outros foram contra as ideias niilistas sobre mulheres. Para eles as mulheres niilistas teriam sido corrompidas para longe de uma vida de respeito (STITES, 1978, p.111-113).

²³ Pelas descrições na bibliografia, eram casas geridas coletivamente por estudantes e intelectuais do movimento niilista.

como algo para o futuro, os niilistas queriam mudar o mundo em si, e viam a libertação como uma tarefa do presente (STITES, 1978. p. 100-101). Entretanto, embora apresentassem uma radicalidade importante, os niilistas não tinham uma base teórica sólida, e a maioria das iniciativas para a luta pela igualdade das mulheres eram saídas individuais (como o caminho casamento fictício, estudo e trabalho). No fim dos anos 1860, o movimento niilista começou a perder seu fôlego.

A década de 1870 foi marcada pelo surgimento de outro movimento, o populismo. Conhecidos também como *narodniks* (populistas), eles se tornaram um grande grupo, formado principalmente por estudantes e intelectuais de classes médias²⁴ que procuraram durante a década de 1870 e 1880 “ir ao povo” buscando ensinar, aprender e organizá-los. Thaiz Carvalho Senna observa que os populistas, diferentemente dos niilistas, propunham saídas coletivas para a transformação do mundo. Especificamente, o movimento viu a comunidade camponesa tradicional (o *mir*) como o embrião de uma espécie de socialismo rural. Isso fez com que os *narodniks* tivessem como principal base de ação o trabalho entre os camponeses. Em 1874, uma grande onda de jovens se deslocou para as aldeias buscando organizar escolas e fazer agitação revolucionária. No fim do verão foram contabilizados 1600 presos pelas repressões policiais (SENNA, 2016, p. 90-92).

Uma das primeiras e principais organizações populistas foi a “Terra e Liberdade”. Fundado em 1876, o grupo agia a partir da agitação e propaganda revolucionária no campo, buscando organizar os camponeses contra o czarismo. Em 1879 surge uma fração do Terra e Liberdade que acreditava que era preciso eliminar (fisicamente) o poder (czar), o “Vontade do Povo” (também conhecidos como Liberdade do Povo). Ainda em 1879 o “Vontade do Povo” se dividiu dando origem à duas organizações e caminhos diferentes do socialismo russo. Um lado da divisão forma o “Partilha Negra”, grupo que continuou com a ação a partir de agitação e propaganda entre os camponeses, rejeitando a ação terrorista. Vera Zasulich²⁵ e Georgui Plekhanov pertenceram ao Partilha Negra, que em 1883 tornou-se o grupo Libertação do Trabalho, a primeira organização marxista da Rússia e que mais tarde daria origem ao Partido Socialdemocrata da Rússia. A outra fração da divisão continuou a atuar com o nome de Vontade do Povo e a utilizar métodos terroristas (SENNA, 2016, p. 93-94). Diversos membros do Partido Socialista Revolucionário (SRs) pertenceram ao Vontade do Povo.

²⁴ Ao longo da dissertação, busquei evitar a utilização do termo “classe média” por considerar classe uma relação social, e não somente uma categoria descritiva. Entretanto, em diversos momentos a bibliografia acessada na pesquisa utiliza essa nomenclatura. Assim, buscamos retirar classe média, no singular, mas manter classes médias, no plural, já que neste último caso fica mais nítida a ideia de setores médios, não de classe, em seu sentido estrito.

²⁵ Vera Zasulich logo rompe com o Partilha negra e passa a fazer parte da facção terrorista do movimento.

Apesar de não possuir uma formulação específica sobre as mulheres, o movimento *narodnik* atraiu diversas mulheres intelectualizadas para suas fileiras em busca de auto-realização e doação para a causa do povo. Durante os anos de atuação do movimento *narodnik* muitas mulheres se lançaram rumo às aldeias buscando organizar principalmente escolas camponesas e círculos de leitura, sempre vinculados à propaganda das ideias populistas.

Entretanto, foi na forma de terroristas que as mulheres *narodniks* ficaram mais conhecidas. Em 1878, Maria Koléienkina e Vera Zasulich tentaram assassinar o governador de São Petersburgo, coronel Trepov e o promotor Zelekhovsky e, em 1881, um terço do comitê executivo encarregado de preparar o atentado contra o czar Alexandre II era composto de mulheres, tendo Sofia Perovskaia e Vera Figner participado da execução do plano. Tanto Perovskaia quanto Figner inicialmente resistiram à via terrorista, mas acabam por se juntar ao Vontade do Povo. Figner participou da organização de diversos assassinatos. Em 1883, ela foi presa pelo novo czar Alexandre III e condenada à pena de morte, mas teve a pena convertida em 22 anos de prisão. Perovskaia teve um destino menos “feliz”. Presa, confessou livremente o assassinato e foi sentenciada à pena de morte, esperando-se alguns meses até que ela, grávida na ocasião, tivesse sua sentença aplicada (STITES, 1978, p. 145-148; SENNA, 2016, p. 94).

Para Stites,

Perovskaia e suas camaradas representam um fenômeno único na história social da Europa no século XIX. Mais importante, elas estabeleceram um precedente para um grande número de mulheres que se juntaram à revolução em 1905 e 1917 (STITES, 1978, p. 153).

A grande expansão da presença de mulheres russas na educação em diversos níveis, a prática dos círculos de estudos e a formação política, organizadas pelos populistas, sobretudo entre estudantes, talvez sejam fatores que ajudem a explicar a grande presença de mulheres no movimento. Sem poder cursar o ensino superior na Rússia²⁶, muitas mulheres russas foram para Zurique nas décadas de 1860 e 1870 para estudar²⁷. Lá surge o grupo *Fritsch*, o grupo mais famoso entre os círculos de mulheres em Zurique, do qual Vera Zasulich fazia parte. Composto inicialmente por cerca de 15 mulheres jovens, o grupo *Fritsch* tinha como atividade principalmente a formação e discussão intelectual e política. A repercussão das atividades políticas das mulheres russas em Zurique fez com que o czar assinasse um decreto em 1873, que exigia a volta das mulheres, acusava-as de atividades subversivas, de muitas

²⁶ Até 1890 o ensino superior era negado às mulheres na Rússia. Voltaremos a esse assunto mais adiante.

²⁷ Entre 1864 e 1874, 118 mulheres russas estudaram na Universidade de Zurique (2 vezes mais que o número de homens russos) (STITES, 1978, p. 121).

estarem estudando medicina para realizarem abortos e denunciava que diversas das estudantes que tinham conseguido ir para Zurique o fizeram através de casamentos fictícios. Após 1873, o grupo *Fritsch* transformou-se em uma sociedade secreta, cujo programa abordava a exploração dos trabalhadores e o socialismo. Várias das mulheres do grupo depois se somaram a estudantes georgianos dando origem à Organização Socialista Revolucionária de Toda a Rússia (STITES, 1978, p. 134-137).

Embora o movimento populista não tenha tido uma pauta feminista específica, geralmente privilegiando a inserção das mulheres na luta “geral”, ele contribuiu visibilizando a ação política das mulheres e inserindo-as com papel de dirigentes na luta revolucionária. Mulheres como Vera Zasulich, Sofia Perovskaia e Vera Figner, além de diversas outras, se tornaram referência para a construção de um modelo de mulher completamente comprometida com o movimento, tarefa prioritária em sua vida. Essa figura acompanhará por muitos anos o imaginário russo.

1.3. MULHER, FAMÍLIA E FEMINISMO²⁸ NA RÚSSIA

Barbara Clements (2012) nos chama atenção sobre a ironia presente no fato de que, frente à realidade camponesa e patriarcal russa, os governos autocráticos foram responsáveis por mudanças progressistas para as mulheres. O motivo para isso relacionava-se ao fato de que o enfraquecimento do controle patriarcal e da cultura tradicional significava, naquele contexto, um aprofundamento da dominação cultural e social russa sobre os diferentes povos no Império.

A vida das mulheres russas durante séculos esteve associada estritamente a seu papel na família camponesa. O trabalho das mulheres era intenso e fundamental para a subsistência da família. Além de dividir com os homens parte do cuidado das plantações, elas eram as responsáveis pela produção de tecidos e roupas e pela conservação e preparação dos alimentos – duas atividades que quase sempre envolviam não só a produção para subsistência, mas também a produção artesanal de produtos que eram vendidos no mercado. Além disso era de responsabilidade exclusiva delas o cuidado da casa e das crianças (geralmente fruto de gravidezes consecutivas e com alta taxa de mortalidade infantil e materna).

A família patriarcal camponesa era uma família estendida. Ao se casarem as mulheres iam morar junto à família do seu marido, onde passavam a obedecer a uma hierarquia rígida

²⁸ Nesse trecho do capítulo focamos no movimento feminista chamado pelo movimento operário socialista como movimento feminista burguês, por ser composto das mulheres na nobreza, classes altas e médias.

estruturada por sexo e idade. As mulheres mais novas deviam obediência às mulheres mais velhas, as mulheres deviam obediência aos homens adultos e todos deviam obediência ao homem mais velho. A violência contra a mulher era legitimada e até mesmo aconselhada: um hábito comum durante séculos era o pai da noiva presentear o genro com um chicote no casamento, para que fosse usado “caso necessário”. Ditados como “Uma esposa não é uma jarra. Ela não vai quebrar se você bater nela um pouco” (CLEMENTS, 2012, p. 40) ou “Um frango não é um pássaro e uma *baba*²⁹ (mulher) não é um ser humano” (GOLDMAN, 2014, p. 187) eram comuns entre os camponeses russos.

Para mulheres de outras classes as possibilidades de vida eram melhores, mas não muito mais amplas. As mulheres da nobreza poderiam almejar se tornarem conselheiras políticas ou regentes, e as pertencentes a camadas médias tinham a possibilidade de administrar negócios familiares e possuir propriedades, sobretudo as viúvas. Das mulheres se esperava dedicação à família e obediência ao marido. Foi esse segmento de mulheres (nobreza, intelectuais, setores médios e profissionais liberais, etc.) que se beneficiou das iniciativas progressistas ao longo dos diferentes reinados.

Pedro I (1682-1725³⁰) é identificado por Clements como o primeiro monarca a incidir sobre as concepções de gênero de forma mais liberal para as mulheres. Em seu reinado elas passam a participar de reuniões públicas, salões de danças e festas, bem como a poder incidir um pouco mais sobre a escolha dos esposos, podendo conhecê-los antes do casamento. Em 1720, Pedro I torna os casamentos forçados ilegais, legitimando a ideia de amor verdadeiro no casamento em um momento, em que o mesmo ainda era realizado com base em alianças entre famílias. Ele também reformou a lei passando a permitir que as mulheres pudessem governar³¹. Dessa maneira, entre 1725 e 1796, o Império Russo contou com quatro mulheres no poder: Catarina I (1725-1727), Ana (1730-1740), Elizabeth I (1741-1761) e Catarina II (1762-1796) (CLEMENTS, 2012, Capítulo 3).

Entre todas essas imperatrizes, a que realizou mais ações sobre a questão das mulheres foi Catarina II. Fortemente influenciada pelo cosmopolitismo europeu e pelas ideias iluministas, Catarina construiu uma imagem de si como uma monarca modernizadora, buscando em seu reinado estimular o desenvolvimento das artes e da ciência patrocinando intelectuais e artistas. Favorável à educação das mulheres com base no argumento iluminista

²⁹ *Baba* era uma palavra pejorativa utilizada para nomear as mulheres camponesas, geralmente religiosas e conservadoras voltadas para a família. Em uma analogia grosseira, poderíamos comparar a *baba* com a figura da “Maria” no Brasil.

³⁰ As datas em parênteses referem-se ao período no poder como imperador/imperatriz.

³¹ O sucessor de Catarina II, Paulo I publicou uma nova lei proibindo as mulheres de assumir o trono.

de que ensinar as mulheres a pensar era importante para que elas fossem boas mães e monarcas esclarecidas, ela criou o Instituto Smolni em 1764, direcionado às meninas da nobreza, e também impulsionou escolas para meninas de classes médias, como o Instituto Novodevichy. O crescimento da educação foi significativo. Em 1792, na parte europeia russa havia 302 escolas com 17.178 estudantes, sendo 1.178 (7%) meninas, taxa maior que a da maioria dos países europeus. Buscando reafirmar a presença e a capacidade intelectual das mulheres nas áreas científicas, Catarina II indicou Catarina Dashkova para gerenciar a Academia de Ciências de São Petersburgo, em 1782, e a Academia Russa, em 1783. (CLEMENTS, 2012, p. 72-73)

Catarina foi sucedida por homens, entretanto nos anos seguintes a educação para as mulheres continuou em expansão. Em 1845, havia 36 escolas para meninas, apesar de geralmente o currículo dar ênfase à disciplina, religião, boas maneiras e outras habilidades consideradas necessárias para uma boa dona de casa. Bárbara Clements defende que durante o reinado de Nicolau I (1825-1855) ocorreu a intensificação de um “culto da domesticidade” com a propaganda de um novo tipo de família e novos modelos de feminilidade e masculinidade, com a disseminação, por exemplo, de “guias” impressos sobre trabalhos domésticos/cuidados com a casa e etiqueta, sempre desenhando o modelo de esposa perfeita: bondosa, paciente, gentil, materna (CLEMENTS, 2012, p. 81-83). As leis de 1832 do Império Russo reforçam o lugar da mulher como esposa submissa ao marido: as esposas deviam obediência e amor ao marido, deveriam residir juntamente ao mesmo (lei da residência comum), não podiam ter passaporte em seu nome (utilizavam o passaporte do marido que também era a Carteira de Identidade) e também precisavam da permissão do marido para trabalhar. O divórcio era quase impossível e bastante caro.

Uma das atividades públicas permitidas e valorizadas pelas mulheres da nobreza era a filantropia e a caridade, tradição iniciada e mantida por diversas imperatrizes. Em 1812, Elizaveta, mulher de Alexandre I cria a Sociedade Patriótica das Mulheres, que, após se dedicar durante algum tempo a auxiliar as pessoas atingidas pelas guerras napoleônicas, passou a patrocinar a educação de mulheres. Por volta da década de 1830, a caridade já era algo incorporado entre a maioria das esposas dos altos oficiais, com Sociedades dedicadas a esse fim em diversas cidades, muitas vezes direcionadas ao auxílio das mulheres pobres. Entre as atividades estavam distribuição de alimentos, roupa e dinheiro, alfabetização, etc.

Essa tradição filantrópica, iniciada pelas mulheres da nobreza e continuada pelas mulheres da *intelligentsia*, influenciou fortemente a formação das primeiras organizações feministas na Rússia. Segundo Clements, na década de 1860 era possível encontrar milhares

de feministas em São Petersburgo, Moscou e diversas outras cidades dedicando-se ao auxílio de mulheres pobres das cidades, a educação de meninas, à coleta de doações, à organização de oficinas para qualificação profissional de mulheres, escolas noturnas e Escolas Dominicais, destinadas a ensinar rudimentos de leitura, escrita e matemática para mulheres pobres³² (CLEMENTS, 2012, p. 102).

Além da filantropia, uma grande área de intervenção das primeiras feministas russas foi a educação voltada para meninas da nobreza e classes médias, tendo conquistado sucesso significativo na expansão da rede de educação e do currículo ensinado. Em 1868, já havia 125 escolas secundárias para meninas e, nos anos 1890, escolas secundárias para meninas eram responsáveis pela formação de 79.000 meninas (CLEMENTS, 2012, p. 103).

Na década de 1860, havia algumas universidades na Rússia, porém nenhuma delas permitia mulheres como estudantes. Assim, feministas conseguiram a permissão para a abertura de faculdades privadas para mulheres, com professores voluntários, e cursos de quatro anos, equivalentes ao ensino universitário, mas com a diferença que as formandas não poderiam receber o diploma. A mais importante dessas universidades eram os Cursos Bestuzhev³³, fundado em 1878 em São Petersburgo. Apesar desses avanços, como vimos, muitas mulheres passaram a sair da Rússia para estudar na Universidade de Zurique que, a partir de 1865, passou a admitir mulheres estudantes (CLEMENTS, 2014, p. 104).

Um elemento interessante da luta pelo direito à educação das mulheres na Rússia foi o acesso aos cursos de medicina. Durante a década de 1860, mulheres peticionaram ao governo acesso aos cursos, porém tiveram resposta negativa até que, nos anos 1870, o Ministro de Guerra³⁴ concedesse a permissão para o estabelecimento de um currículo separado para mulheres na Escola de Medicina do Exército, em São Petersburgo. Em 1882, mais de 200 mulheres já haviam se formado com o diploma de “Mulheres Médicas”. No mesmo ano, havia apenas 26 médicas na Inglaterra. (CLEMENTS, 2012, p. 105). Entretanto, foi somente a partir de 1890 que sua entrada nos cursos superiores passou a ser permitida. Em 1910, 6% dos médicos na Rússia já eram mulheres, a mais alta porcentagem da Europa. Gradativamente surgiram mais universidades e as mulheres foram assumindo novas áreas como o direito e até

³² Na verdade o movimento de Escolas Dominicais era mais amplo envolvendo iniciativas voltadas à alfabetização de operários e camponeses, não somente mulheres.

³³ Destaca-se que uma parte considerável das mulheres social-democratas na Rússia se formaram nos Cursos Bestuzhev.

³⁴ O fato é bastante inusitado por tratar-se de um Ministro da Guerra. Entretanto o Ministro, Dmitri Miliutin, era amigo próximo de Vladimir Filosofov, esposo de Ana Filosofova, importante feminista envolvida na luta pelo direito das mulheres à educação e passou a ser um apoiador da educação feminina. (CLEMENTS, 2012, p.105).

mesmo a engenharia³⁵. Na Inglaterra, ainda em 1910, as mulheres não podiam receber seus diplomas (CLEMENTS, 2012, p. 125).

Tais avanços, obviamente não caíram do céu. Eram frutos de articulações travadas por diferentes organizações que começavam a surgir, geralmente reunindo mulheres da nobreza, esposas de altos militares, mulheres da *intelligentsia* e profissionais liberais.

As ações envolvendo caridade e filantropia continuaram acompanhando a pauta do movimento de mulheres russo. Em 1900, é fundada a Sociedade Russa para Proteção das Mulheres por duas princesas, Evgenia Oldenbugsy e Elena Saksen-Altenburgskaia, que se dedica por um tempo à garantia do acesso de mulheres a casas de baixo custo, treinamento profissional e cuidados médicos, mas depois de 1905 torna-se principalmente lobbista contra a prostituição³⁶. A Cruz Vermelha também agregou muitas mulheres que davam cursos de enfermagem (STITES, 1978, p. 192; CLEMENTS, 2014, p. 135).

Segundo Richard Stites a Sociedade Filantrópica Mutual, fundada em 1895, foi de longe a instituição feminista mais importante anterior a 1905 e marcou a transição entre o velho feminismo do século XIX e o movimento sufragista do século XX. A ideia inicial era organizá-la segundo os moldes dos clubes de mulheres estadunidenses, entretanto tais organizações não eram permitidas. Supostamente a Sociedade Filantrópica deveria lutar pelo voto feminino, entretanto, com um governo autocrático no poder, na maior parte do tempo a organização se contentou com trabalhos de caridade. Sua Divisão de Caridade mantinha uma rede de berçários e creches, bancos de roupas, casas para mulheres solteiras, treinamento profissional e oferecimento de acesso a cuidados médicos. A Sociedade Filantrópica também buscava fazer pressão sobre o governo para a expansão da rede de educação para mulheres a partir de petições (STITES, 1978, p. 195; CLEMENTS, 2014, p. 141).

Em 1908, a Sociedade Filantrópica ganhou permissão para organizar o Primeiro Congresso de Mulheres de Toda a Rússia, em São Petersburgo, reunindo feministas e ativistas sociais, totalizando a participação de 1053 delegados, em sua maioria mulheres bem educadas

³⁵ Em 1906 é fundada uma Escola de Engenharia para Mulheres, patrocinada pela jornalista Praskovia Arrian. (CLEMENTS, 2012, p. 125)

³⁶ No fim do século XIX e início do século XX a prostituição era regulamentada no Império Russo. As mulheres prostitutas recebiam o Cartão Amarelo, um documento de identidade especial e estavam sujeitas a exames médicos periódicos para o controle das doenças sexualmente transmissíveis. Tais exames ocorriam de forma compulsória, muitas vezes envolvendo o uso de força policial. De um modo geral o movimento feminista lutou contra a regulamentação da prostituição, pois também se colocava contra a prostituição e julgava que a regulamentação estimulava a prostituição. Uma parte do movimento feminista e do movimento feminino operário buscará ações de ajuda e acolhimento às prostitutas, vbem como de organização das mesmas. Ressalta-se que e prostituição, embora regulamentada, envolvia um entrelaçamento com redes de exploração sexual via bordéis e exploração sexual infantil. O movimento feminino operário em também se colocou contrário à prostituição por achar que as prostitutas deveriam ser inseridas no trabalho produtivo assalariado. (STITES, 1978, p. 222-227)

e bem vestidas pertencentes a organizações feministas e filantrópicas, clubes de mulheres, sociedades profissionais, etc. O Congresso, que agrupou um amplo leque de orientações políticas, se reuniu por 6 dias e discutiu sobre educação, filantropia, a situação da mulher trabalhadora e camponesa e participação das mulheres na política, mas terminou com pouca unidade, e o racha de parte da delegação socialista (liderada por Kollontai) após a discussão sobre o sufrágio (CLEMENTS, 2012, p. 144-145).

Em 1905, foi fundada a União pela Igualdade das Mulheres de Toda a Rússia³⁷, que cresceu rapidamente. Até o fim daquele ano a União possuía 8 mil membros, tornando-se o maior grupo feminino/feminista operando naquele momento na Rússia. A organização³⁸ possuía uma plataforma política elaborada: Igualdade civil e política entre mulheres e homens, melhoria da situação legal e econômica da mulher, sufrágio universal com 7 pontos (igual, direto, secreto, universal, sem distinção de religião, sexo e nacionalidade)³⁹, oportunidades iguais para educação e trabalho, tratamento igual para mulher camponesa, fim da regulamentação da prostituição, monarquia constitucional, direito de negociação coletiva dos trabalhadores e melhorias das condições de trabalho, autogoverno das minorias étnicas, abolição das leis discriminatórias com base em religião e nacionalidade, coeducação em todos os níveis⁴⁰ e abolição da pena de morte. A União também publicava o jornal *União das Mulheres*, direcionado à propaganda sobre o voto feminino. Em termos de posicionamento político, a entidade se localizou junto aos liberais ou tendências não-socialistas, tendo em muitos momentos se aliado do Partido Democrata Constitucional (conhecidos como *kadets* ou *cadetes*), que embora apoiasse a demanda do sufrágio feminino via-a como um princípio, não como uma questão prática para o momento (STITES, 1978, p. 199-201, 211; CLEMENTS, 2014, p. 142-143).

Ainda em 1905, a médica Mariiya Ivanovna Pekrovskaia fundou o Partido Progressista Feminino, que se propunha a ser um meio-termo entre a mais militante União e a conservadora/apolítica Sociedade Filantrópica. O partido adotou em seu programa a defesa da monarquia constitucional democrática e luta por direitos civis para mulheres como igualdade

³⁷ O nome da entidade aparece de formas diferentes em diferentes autores. Assumimos aqui a tradução feita por Richard Stites, entretanto é traduzido por Caty Porter (PORTER, 1980) como União da Igualdade da Mulher e por Barbara Clements como União dos Direitos Iguais.

³⁸ Fundada por Anna Evreinova (doutora em direito), Anna Miliukova e Ekaterina Shepkina (historiadoras), Liubov Gurevich (jornalista), Maria Chekhova (professora) Zinaida Mirovich (escritora) e Ariadna Tyrkova. Dessas, Miliukova e Tirkova passaram a integrar o partido cadete (STITES, 1978, p. 199; CLEMENTS, 2014, p. 142).

³⁹ Essa formulação era comum a outros movimentos da época.

⁴⁰ Coeducação aqui refere-se à possibilidade de escolas e universidades mistas, ou seja, que sejam frequentadas por estudantes homens e mulheres sem distinção.

em questões financeiras e parentais na família e liberação do divórcio, além de defender também a abolição da regulamentação da prostituição, reformas trabalhistas, igualdade de direitos para a mulher camponesa, coeducação e fim do militarismo. O Partido, não permitia a participação de homens sob o argumento de que a cooperação significaria vantagens somente para eles (STITES, 1978, p. 202).

Agindo sob programas reformistas, tais organizações feministas buscavam trabalhar pressionando os governos. Em 1908, surge também a Liga pela Igualdade das Mulheres⁴¹ que, juntamente com a Sociedade Filantrópica, consegue persuadir o Estado a alterar a lei de herança. Mais uma vitória foi a reforma na lei de casamento, em 1914, que passou a permitir à mulher a separação (ainda que bastante difícil), a permissão para procurar trabalho e obter educação sem consentimento do marido, e garantiu também o direito das mulheres a um passaporte próprio (CLEMENTS, 2012, p. 146).

Apesar da vivacidade política e das campanhas realizadas, a União pela Igualdade das Mulheres teve vida curta. Como consequência de diferenças entre as lideranças, competição com as socialdemocratas e perseguição governamental, a União foi perdendo membros e deixou de existir em 1908.

A Liga pela Igualdade das Mulheres surgiu depois como um reagrupamento da ala de direita da União, e tinha como objetivo unificar as ações culturais, educacionais e filantrópicas das diferentes entidades a partir de um Conselho Nacional com participação da Sociedade Filantrópica e a luta por direitos políticos, principal objetivo da Liga. Em 1910, a Liga ganhou uma organização-irmã com a fundação da Liga pela Igualdade das Mulheres em Moscou, que, apesar de inspirada na “outra Liga” (que possuía centro em São Petersburgo) e de também conter membros da União, era independente daquela entidade, chegando mesmo a travar embates com a mesma (STITES, 1978, p. 214-221).

A luta pelo sufrágio, entretanto, foi mais difícil. Além dos socialdemocratas (mencheviques e bolcheviques) somente os socialistas revolucionários (SRs) e cadetes apoiavam o sufrágio e estes estavam divididos internamente. Em 1904, no congresso que elaborou o programa do partido, os SRs, embora tendo encaminhando a defesa da igualdade das mulheres, se dividiram sobre o voto feminino diante da proposta de parte da delegação camponesa de que as mulheres pudessem votar, mas não ser votadas. Já os Cadetes passaram por discussões sobre o voto feminino sem conseguir unidade em seus dois primeiros

⁴¹ Bárbara Clements traduz o nome da entidade como Liga pelos Direitos Iguais das Mulheres. Há diferença também sobre a data de sua fundação, que aparece em Stites como 1907 e em Barbara Clements como 1908. Para uso geral no texto, utilizaremos o nome “Liga” para se referir à entidade.

congressos, um deles contando com Miliukova na defesa do sufrágio contra Miliukov. A resolução só seria aprovada no segundo congresso, sob defesa de Tyrkova, mas sem unidade interna (STITES, 1978, p. 203-206).

As sufragistas continuaram a fazer pressão para a aprovação de uma lei sobre o voto feminino. Depois da extinção da União em 1908, a Liga assume a liderança da luta pelo sufrágio na Rússia, passando a receber também o apoio da Sociedade Filantrópica (STITES, 1978, p. 221). Entretanto, será somente em 1917, durante o governo provisório, que o voto feminino seria conquistado.

As organizações do movimento feminista não socialista na Rússia possuíam articulações internacionais de mulheres. Segundo Stites antes da Primeira Guerra Mundial havia três organizações internacionais de mulheres: 1) O Conselho Internacional de Mulheres (CIM), fundado em Chicago em 1893, realizador de congressos em diversos países europeus, mas tendo uma base fortemente anglo-americana e privilegiando iniciativas como caridade em detrimento das questões políticas. 2) A Associação Internacional do Sufrágio Feminino (AISF), fundada em 1904 em Berlin, com caráter mais político, mas não socialista, se configurando como uma ala de direita do movimento sufragista. 3) Divisão de Mulheres da Internacional Socialista (STITES, 1978, p. 196). Stites observa ainda que diferentes organizações do movimento de mulheres russas tiveram filiação a diferentes entidades internacionais, indicando que a relação entre elas é um importante elemento na compreensão das suas diferenças. A Sociedade Filantrópica optou por filiar-se ao CIM, inclusive propondo a criação de um Conselho Nacional de Mulheres na Rússia, enquanto União pela Igualdade das Mulheres, e depois a Liga pela Igualdade das Mulheres, participavam dos congressos da AISF (STITES, 1978, p. 211-212, 221).

Em termos numéricos, o movimento feminista russo não foi tão impressionante quando comparado aos seus correlatos estadunidense e inglês, no entanto, superava-os em organização e comunicação: a existência de reuniões gerais públicas, um comitê executivo, a produção de jornais, campanhas, etc. Tal organização e rede de apoios, financiamentos e comunicações talvez seja um dos elementos que explique os importantes sucessos que colocaram o movimento feminista russo como vanguarda no feminismo internacional, sobretudo na conquista de direitos educacionais e profissionais para as mulheres. Entretanto, apesar das vitórias, elas eram restritas a uma pequeníssima parte da população formada pelas classes médias e altas e geralmente a mulheres intelectuais e profissionais liberais. A imensa maioria da população russa, formada sobretudo de camponesas nas aldeias, mas também de operárias das fábricas e trabalhadoras de diversos serviços, continuou sem desfrutar da

maioria das conquistas do movimento feminista russo, sendo somente na década de 1920, sob governo soviético, que o quadro mudaria.

1.4. A SOCIAL-DEMOCRACIA ALEMÃ, A II INTERNACIONAL E AS MULHERES

Antes da Revolução Russa, o maior laboratório de formulação e organização das mulheres socialistas foi o Partido Social-Democrata Alemão (SPD)⁴². Formado em 1875, o partido teve um rápido crescimento intervindo tanto no parlamento (onde em 1877, apenas 2 anos após sua formação, já era o 4º maior partido) quanto em articulação estreita com o movimento operário e suas organizações. Para conter esse crescimento, foram implementadas em todo o *Reichtag* as leis antissocialistas, responsáveis por tentar sufocar o movimento operário e socialista entre 1878 e 1890. (BADIA, 2003⁴³)

As primeiras iniciativas do SPD para organizar as mulheres decorreram de impedimentos legais. Mesmo com a abolição das leis anti-socialistas, as novas leis impediam mulheres (juntamente a estudantes e aprendizes) de participarem de reuniões e organizações políticas. Assim, para driblar essa situação, o SPD começou a organizar reuniões temáticas e eventos destinados ao público feminino⁴⁴. Em pouco tempo evidenciou-se o sucesso do trabalho. Desde 1900, no intuito de fortalecer e potencializar a organização das mulheres, o SPD também passou a realizar Conferências de Mulheres, que se reuniam a cada 2 anos e propunham resoluções ao Congresso do partido.

Embora não faltassem resistências internas, sobretudo dos homens, ao desenvolvimento do trabalho político junto às mulheres, o SPD desenvolveu resoluções e iniciativas importantes nesse sentido. O estatuto do partido adotado em 1890, por exemplo, previa que, caso nenhuma mulher fosse eleita como delegada nas assembleias regionais pré-congressuais, as mulheres poderiam designar, mesmo assim, delegadas aos congressos.⁴⁵ Em 1892, as mulheres conquistaram uma mudança no nome do cargo das pessoas responsáveis pela propaganda, que até então chamavam-se “homens de confiança” (*vertrauensmänner*), e

⁴²*Sozialdemokratische Partei Deutschlands (SPD)*

⁴³ Para todo o trecho sobre a socialdemocracia foi utilizada como base bibliográfica a obra de Gilberto Badia (BADIA, 2003), exceto para referências especificadas. Em alguns trechos do texto, onde julgamos necessário, para deixar mais nítida a referência e a informação, fizemos referência exata à página da obra.

⁴⁴ A primeira iniciativa do SPD nesse sentido foi a criação de comissões femininas de propaganda, estabelecidas em Berlim e Hamburgo. Em 1895, a comissão de Berlim foi dissolvida pela polícia, mas continuou a trabalhar clandestinamente (BADIA, 2003, p. 55).

⁴⁵ Essa cláusula do estatuto foi suprimida em 1892 em nome da completa igualdade entre homens e mulheres, mas novamente readotada em 1894 por defesa de Zetkin a partir da constatação de que as assembleias locais recusavam-se a eleger mulheres delegadas (BADIA, 2003).

passaram a chamar-se “pessoa de confiança” (*vertrauenspersonen*) para que as mulheres também fossem incluídas nessa função. Em 1905, o Estatuto passou a estabelecer que a “propaganda sistemática no proletariado feminino seria realizada por delegadas mulheres eleitas, se possível em todas as localidades, de acordo com as instâncias do partido” (BADIA, 2003, p. 56). Para buscar reverter a baixa presença de mulheres no partido, Clara Zetkin propôs ao Congresso de Nuremberg, em 1908, propostas sobre a inclusão das mulheres nas direções regionais, sobre a possibilidade de eleição de delegadas mulheres em assembleias femininas e a proposta de criação de associações para formação política.

A partir de 1892, o SPD passou a publicar o jornal *A Igualdade* (*Die Gleichheit*), destinado ao público feminino⁴⁶, que se transformou em um sucesso editorial. Dirigido por Zetkin, mas também escrito por mulheres como Emma Iher, Lili Braun, Luise Ziertz e, mais tarde Alexandra Kollontai e Angelica Balabanova, o jornal abordava temas como o movimento operário e a luta socialista, o direito de voto para as mulheres, o direito das mulheres à educação, o respeito às mulheres trabalhadoras e o movimento feminino social-democrata, além de assuntos sobre maternidade e filhos (saúde, educação, alimentação, etc) e também possuía uma parte literária com poemas e romances. Em 1902, sua primeira edição foi feita com 4.000 exemplares, mas três anos depois, em 1905, ele já atingia a tiragem de 28.700, passando a ser considerado um jornal lucrativo. Em 1914, ele chegava a 125.000 exemplares. Para se ter uma ideia do sucesso do jornal, até 1910 a quantidade de assinantes do *A Igualdade* foi maior que a quantidade de filiados ao partido (BADIA, 2003, p. 66).

O esforço de organização das mulheres deu frutos possíveis de serem medidos pela quantidade de delegadas nos Congressos. Ainda que representando uma pequena porcentagem dos membros do partido, a presença das mulheres nas delegações saltou de 25 em 1901 para 400 em 1907⁴⁷. Em 1905, o Estatuto passou a estabelecer reuniões específicas com trabalhadoras e ciclos de formação. Como consequência dessa resolução, em 1907 existia 94 círculos de formação femininos, que reuniam 10.302 membros (BADIA, 2003, p. 57). Em 1908, depois que as leis que proibiam a participação política das mulheres foram abolidas⁴⁸, o SPD reafirmou a existência das reuniões e conferências separadas de mulheres e ratificou a

⁴⁶ O SPD já havia publicado 2 jornais destinados às mulheres, o *A Cidadã*, com tema central sendo os direitos políticos das mulheres, publicado entre 1885 e 1886, e o *A Operária*, direcionado às mulheres trabalhadoras, editado em 1891, mas que teve seu título mudado para *A Igualdade*.

⁴⁷ Devemos “descontar” deste dado o fato de que o SPD como um todo cresceu durante esse período.

⁴⁸ Mesmo ano em que as mulheres conquistam o direito de acesso ao ensino secundário e universitário no Império. Em 1902 a proibição completa de participação em reuniões já havia sido revertida, porém as mulheres tinham que ficar separadas dos homens nas reuniões (BADIA, 2003).

existência da Comissão Nacional para a Luta das Mulheres (eleita já há alguns anos) e do *A Igualdade* como jornal específico destinado às mulheres (ARRUZZA, 2010, p. 39).

No que tange às posturas públicas do partido, os deputados eleitos pelo SPD defenderam, ainda em 1895, o direito de voto para as mulheres, política que se tornou resolução do partido no mesmo ano. Em 1902, a Conferência de Munique aprovou uma ampla campanha pelo sufrágio feminino universal como contraponto ao chamado “Sufrágio das Senhoras”, uma proposta de parte do movimento feminista de restringir o voto feminino a algumas camadas sociais (BADIA, 2003, p.101).

A base de sustentação teórica do trabalho do SPD sobre as mulheres era em sua maioria proveniente das obras de August Bebel, *A Mulher e o Socialismo* (1879) e de Engels, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1884). Diferenciando-se do feminismo burguês, e articulando exploração capitalista e opressão das mulheres, eles afirmaram que somente a revolução socialista poderia de fato garantir a libertação feminina.⁴⁹ Segundo Gilberto Badia (2003), Clara Zetkin cumpria funções mais organizativas e menos teóricas, ainda que fosse a principal liderança das mulheres no SPD e também uma de seus principais dirigentes. Em 1895, ela se tornou a primeira mulher a compor a direção do partido ao integrar sua Comissão de Disciplina.

O SPD era o centro gravitacional da Internacional Socialista. Zetkin, liderança no SPD, também foi uma figura chave na articulação da II Internacional, e conseqüentemente, das mulheres da mesma. Ainda no Congresso de fundação da II Internacional, em 1889, Zetkin foi responsável por uma exposição sobre a situação da mulher trabalhadora no capitalismo. O congresso aprovou uma resolução em favor do trabalho das mulheres na indústria e da igualdade de salários entre homens e mulheres para o mesmo trabalho.

Seguindo o mesmo esquema organizativo do SPD, a II Internacional também passou a realizar Conferências de Mulheres, antecedendo aos congressos gerais. Em 1907, a I Conferência Internacional da Mulher Socialista aprovou resoluções sobre oportunidade de trabalho para as mulheres, salário feminino, assistência para mães, deliberou posição a favor do sufrágio feminino e indicou como orientação a criação de organizações especiais de mulheres dentro de todos os partidos socialistas buscando estimular a formação de um movimento de mulheres socialistas. O VII Congresso da Internacional Socialista, realizado logo em seguida, nesse mesmo ano, tirou posição em favor do voto das mulheres.

⁴⁹ Engels também discorre longamente sobre a questão feminina em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (1895). Voltaremos depois às obras de Bebel e Engels de forma mais detalhada no terceiro capítulo da dissertação.

Em 1910, a II Conferência Internacional da Mulher Socialista aprovou uma resolução de grande significância histórica, sobretudo para a posteridade: a definição de um Dia Internacional das Mulheres, destinado à luta pelo voto feminino. Nessa mesma conferência, foi eleito um Departamento Feminino da II Internacional e o *A Igualdade* foi estabelecido como órgão oficial do mesmo. O jornal passaria a funcionar como elo entre organizações locais, nacionais e internacional.

Os acúmulos do SPD influenciaram decisivamente as concepções bolcheviques sobre a questão das mulheres em diversos aspectos: suas elaborações teóricas, táticas organizativas, relação com o movimento feminista, políticas do Estado socialista, perspectiva revolucionária, etc. Foi a partir de uma conversa com Clara Zetkin, em 1906, que Alexandra Kollontai se convenceu a dedicar esforços à organização das mulheres. (GOLDMAN, 2014, p. 64). Kollontai, como veremos, cumprirá um papel central na organização e formulação do movimento feminino operário russo e nas políticas bolcheviques para a organização das mulheres e para o Estado soviético.

1.5. A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO FEMININO OPERÁRIO NA RÚSSIA E AS MULHERES DA SOCIALDEMOCRACIA

A segunda metade do século XIX foi marcada pela entrada cada vez maior de mulheres na força de trabalho assalariada. Nas cidades industriais de toda a Europa, a força de trabalho feminina começou a ser utilizada como forma de expansão da força de trabalho total submetida à exploração capitalista, aumentando, dessa forma, pressão sobre os salários e a intensificação do trabalho. Todo esse processo se dava a partir de uma mecanização crescente da produção, que passava a utilizar não só o trabalho feminino, mas também o infantil.

A vida das mulheres trabalhadoras naquele contexto era bastante difícil: longas horas de trabalho, ausência de direitos trabalhistas básicos, assédios dos supervisores e patrões e condições de trabalho insalubres com acidentes constantes. Sem terem como cuidar de seus filhos durante a longa jornada e nem com quem deixá-los, a mortalidade infantil era altíssima. Os salários eram baixos, sempre menores que os dos homens (em média dois terços ou menos) mesmo para a realização da mesma tarefa. As condições de moradia eram ruins: muitas vezes mais de uma família dividia um só quarto, carente de móveis e condições mínimas de higiene e privacidade.

Trotsky nos fala sobre o desenvolvimento desigual e combinado, no qual chama atenção sobre a possibilidade de países com a industrialização retardatária “saltarem” “estágios” desse

processo, quando comparados aos processos históricos originais dos países pioneiros, pois se beneficiariam exatamente do aprendizado histórico e do desenvolvimento tecnológico (e político-social) desses processos. O modelo de industrialização russo, realizado pelo alto a partir de acordos da nobreza russa com capitais de origem estrangeira e com base na formação de grandes centros urbanos, pôde “saltar” “estágios”, incorporando, às vezes com mais intensidade, elementos de contradição da sociedade capitalista, ampliados a partir das desigualdades da sociedade russa (TROTSKY, 1997).

Esse foi o caso das mulheres trabalhadoras⁵⁰. Em poucos anos, as cidades industriais da Rússia já contavam com uma porcentagem significativa de mulheres como força de trabalho industrial, sobretudo nas indústrias de tabaco, couro, sapatos, roupas (costura) e têxtil (onde a concentração feminina era a maior de todas as indústrias), mas também presença das indústrias químicas, metalúrgicas, etc. A situação de vida das mulheres operárias na Rússia era a mesma das suas companheiras em outras cidades da Europa: trabalho intenso, ausência de direitos e luta pela sobrevivência da família.

As mulheres, que historicamente já eram presentes nos serviços domésticos, também ingressaram em grande número como trabalhadoras nas redes de serviços que se expandiram nas cidades junto ao processo de industrialização e urbanização, como as lavanderias, em especial, com perfil mais operário, mas também outras profissões geralmente ocupadas por mulheres de camadas médias, como telefonistas, datilógrafas, secretárias, etc., além de funcionárias da rede de comércio.

A Guerra Russo-Japonesa e a Primeira Guerra Mundial ampliariam ainda mais a presença das mulheres na força de trabalho assalariada, inclusive abrindo áreas que eram tradicionalmente reservadas aos homens. Stites comenta que um salto importante de incorporação da força de trabalho feminina se deu nos anos 1904-1905, quando houve uma significativa substituição da força de trabalho masculina pela feminina ocasionada pelo conflito com o Japão, e os patrões perceberam as mulheres como um trabalhador mais barato e mais dócil que os trabalhadores homens. Em 1914, as mulheres russas já eram 40% da força de trabalho industrial (STITES, 1978, p. 162)

Entretanto, para mais de 90% das mulheres russas todo esse cenário de industrialização estava bastante longínquo. A vida da mulher camponesa russa na virada do século XIX para o século XX continuava, em linhas gerais, inalterada pela industrialização, sendo marcada por

⁵⁰ Sobre a aplicação do conceito de desenvolvimento desigual e combinado para a análise das mulheres na Rússia, Thaiz Senna desenvolve uma abordagem interessante apoiando-se neste conceito para analisar o desenvolvimento do feminismo e do movimento feminino operário na Rússia, sobretudo analisando as políticas do governo soviético. (SENNA, 2016b)

muito trabalho, submissão, ausência de direitos no casamento e na família e violência doméstica. Os avanços obtidos pelas feministas (possibilidade de acesso à educação, trabalho, etc.) continuavam muito distantes para a mulher camponesa.

Foi nesse contexto em que se deram as primeiras experiências de organização das mulheres trabalhadoras e de elaboração da perspectiva socialista sobre a opressão e a libertação da mulher na Rússia. Desde o final dos anos 1880, o SPD já vinha realizando ações no que tange às mulheres, entretanto, o partido socialdemocrata russo só seria formado alguns anos mais tarde, em 1898, demorando ainda alguns anos para estruturar seu trabalho feminino.

A primeira iniciativa de acúmulo, sobre a questão veio de Nadezhda Krupskaja, dirigente do Partido Operário Socialdemocrata Russo (POS DR)⁵¹ que, em 1901, publicou a obra *A Mulher Trabalhadora*, um pequeno livro escrito com base nas obras de Bebel e Zetkin, mas também com elementos da realidade russa, como as mulheres camponesas. Na obra, ela defende a importância do trabalho e da independência econômica para a libertação das mulheres e fala sobre a necessidade da superação do capitalismo e da construção da sociedade socialista para garantir a igualdade das mulheres a partir da socialização do trabalho doméstico e do trabalho de cuidado, bem como o fim de toda exploração capitalista do trabalho. A contribuição de Krupskaja foi a única elaboração marxista russa sobre as mulheres durante alguns anos até que, em 1909, Kollontai publicasse *As Bases Sociais da Questão Feminina*. A obra de Krupskaja circulou ilegalmente assinado com o pseudônimo “Sablin”, e cumpriu um importante papel de propaganda das bases socialistas para a emancipação das mulheres na Rússia (STITES, 1978, p. 241-242).

O trabalho de Krupskaja teve influência sobre o programa do POS DR. Foi enquanto ela escrevia a obra, que, segundo Stites, Lenin sugeriu incluir no programa do partido a menção à igualdade das mulheres (STITES, 1978, p. 242). Em 1903, o programa aprovado no 2º Congresso do partido continha a defesa de “sufrágio universal, igual e direto nas eleições [...] para todo cidadão que tenha completado 21 anos” (o que incluía as mulheres), “plena igualdade de direitos para todos os cidadãos, independente de sexo, religião ou raça”, “descanso semanal de 36h ininterruptas para ambos os sexos”, “proibição do trabalho da mulher nos ramos especialmente prejudiciais para o organismo feminino”, “designação de

⁵¹ Mais adiante falaremos mais detalhadamente de Krupskaja.

inspetoras nos setores onde predomina o trabalho feminino” (LENIN, 1902. IN: LENIN, 1980⁵²).

No fim de 1904, a repressão czarista sobre as organizações políticas era grande. As duas facções do POSDR estavam impedidas de reuniões públicas e protestos eram duramente reprimidos. Em novembro de 1904, uma manifestação de estudantes terminou com centenas de presos. Entretanto, o contexto da guerra russo-japonesa era explosivo.

No campo, a velha imagem da camponesa dócil começou a mudar a partir da ocorrência de rebeliões nas quais as mulheres gritavam contra a guerra e a forma pelas quais eram atingidas pela mesma. Milhares de camponesas que já não podiam mais arar a terra sozinhas, visto que boa parte da força de trabalho estava mobilizada pela guerra, começaram a afluir para as cidades tanto em busca de trabalho quanto para protestar contra o governo, exigindo pensões e outros direitos (PORTER, 1980, p. 88-89)

Nas cidades, 1905 veria nascer um movimento operário de nova escala, em especial após o desastre humano e político do Domingo Sangrento. Na ocasião, trabalhadores, sobretudo das fábricas Putilov, em torno da liderança do padre Gapon, se mobilizaram para o Palácio de Inverno, para apresentar ao czar uma petição por melhores condições de trabalho, aumento de salários, jornada de trabalho de 8 horas por dia, fim da guerra, sufrágio universal e a elaboração de uma constituição. A passeata foi recepcionada com chuvas de balas contra os participantes, matando 3 mil trabalhadores, mulheres e crianças desarmadas.

Imediatamente após o Domingo Sangrento, e como consequência deste, uma onda de greves de diversas categorias (notadamente a dos trabalhadores das redes ferroviárias), protestos estudantis e rebeliões camponesas avançaram sobre o país. As mulheres participaram desse levante. Na organização liderada pelo padre Gapon havia cerca de 300 mulheres (PORTER, 1980, p.89) e elas compunham uma parte importante dos trabalhadores industriais em greve, embora ainda tivessem mais dificuldades de se expressar nas reuniões (PORTER, 1980, p.92; CLIFF, 1981). Segundo Barbara Clements,

As mulheres trabalhadoras participaram da revolução de 1905 a partir dos protestos e greves. Elas juntaram-se aos sindicatos formados de metalúrgicos, tipógrafos, trabalhadores de colarinho branco das ferrovias, vendedoras de lojas, trabalhadoras têxteis e da indústria de tabaco. Elas também organizaram sindicatos de trabalhadoras de lavanderias na capital e sindicatos de empregadas domésticas em Kiev, Nizhni-Nogorod, Rostov-na-Donu, São Petersburgo e Tbilisi. No outono, mulheres trabalhadoras foram eleitas representantes mulheres nos soviets e comitês de trabalhadores em Ivanovo-Voznesensk e São Petersburgo. As mulheres que se tornaram membras dos sindicatos e delegadas nos soviets eram poucas em número,

⁵² Pedimos a licença para modificar a referência autor-data de modo que pudessem ser visibilizadas datas originais de publicação das obras. Assim, para todas as fontes que se encontram em coletâneas de livros republicados posteriormente aplicaremos esse formato: “autor, data de publicação original, IN: referência”.

mas elas e as muitas mulheres grevistas mostraram que algumas mulheres pobres eram menos dóceis do que o governo, os donos de fábricas e os revolucionários admitiam (CLEMENTS, 2012, p. 142).

Como consequência de sua participação política, partir de 1905, pela primeira vez, as demandas das mulheres começaram a aparecer nitidamente nos documentos de greve: Reivindicações por licença-maternidade paga, tempo para amamentação durante o período de trabalho, creches nas fábricas, salários iguais. (PORTER, 1980, p.94; CLIFF, 1981). A União pela Igualdade das Mulheres e a Sociedade Filantrópica Mutual perceberam esse crescimento da participação feminina nos protestos e buscaram contato com a organização de Gapon visando disputar e organizar a base de mulheres mobilizadas em 1905 (PORTER, 1980, p.94-95).

Kollontai participou da manifestação do Domingo Sangrento (e foi repreendida pelo partido por ter participado) e acompanhou diversas greves e mobilizações, vendo de perto o potencial de organização das mulheres operárias. Segundo ela, foi a partir dos eventos de 1905, que ela se deu conta da necessidade de maiores esforços do partido em organizar as mulheres. Ela diz:

nessa época tomei pela primeira vez consciência do quão pouco nosso partido se interessava pelo destino das mulheres trabalhadoras e pela libertação da mulher. Na Rússia, já havia um movimento feminino burguês bastante forte; mas minha concepção marxista do mundo me indicava com absoluta clareza que a libertação da mulher só poderia ocorrer como resultado de uma ordem social nova e um sistema econômico distinto. Assim, intervi diretamente na luta entre as defensoras dos direitos da mulher russa, procurando fazer, com todas as minhas forças, com que o movimento operário assumisse também o problema da mulher como objetivos de luta e de seu programa (KOLLONTAI, 1926. IN: KOLLONTAI, 1980, p.18).

Kollontai intensificou esforços para aproximar mulheres operárias do partido e foi bem-sucedida nesse sentido, mas muitas mulheres filiadas continuavam a frequentar reuniões da União ou da Sociedade. Durante 1905, a União estava empenhada em petições sobre o sufrágio feminino e Kollontai propôs ao partido a realização de uma campanha em favor do voto feminino. Entretanto, a proposta não foi bem recebida pelo partido, que avaliava que a presença de Kollontai nas reuniões das entidades feministas burguesas era uma perda de tempo e um desvio “feminista”.

Nesse ponto, vale uma pausa para reflexão. Como vimos, o movimento feminista russo surgiu bastante cedo e estava entre os mais bem estruturados do mundo, tendo conquistado vitórias significativas, sobretudo se colocadas em um contexto de uma sociedade camponesa com um governo monárquico. Entretanto, também vimos que as participantes e demandas do movimento feminista restringiam-se quase sempre às mulheres de classes médias e altas, falando concretamente muito pouco sobre as dificuldades objetiva das mulheres operárias e camponesas.

Por conta da composição social e de suas demandas (mas não só), o movimento operário do século XIX e início do século XX tendeu a enxergar o movimento feminista como um movimento burguês. Essa ideia era reforçada teoricamente, pela leitura que ligava a libertação das mulheres ao necessário fim da sociedade capitalista, que os/as faziam ver todos os movimentos não estritamente revolucionários com desconfiança, e organizativamente, pela ideia de que o movimento feminista desviava forças da luta revolucionária para se somar a demandas de mulheres burguesas.

Essa visão antifeminista, entretanto, não significava uma não-adesão à luta pela libertação das mulheres e uma não-compreensão das mesmas como oprimidas pelo patriarcado. Embora as relações entre movimento operário feminino e movimento feminista (burguês) tenham oscilado entre alianças e rupturas (mais rupturas que alianças), fazendo com que, na maioria dos momentos, as socialistas recusassem o rótulo de feministas, elas não se alienaram a suas demandas, em muitos casos radicalizaram-nas, denunciando as limitações do capitalismo em garantir a verdadeira libertação das mulheres. Ainda que com divergências entre si, a existência do movimento feminista (e dos debates sobre a mulher em geral) pressionava as/os socialistas a responderem de forma superior às problemáticas colocadas pelo mesmo, impulsionando o processo tese-antítese-síntese fundamental para as formulações das concepções materialistas/socialistas sobre opressão das mulheres, e das políticas revolucionárias e de Estado sobre a mulher e a família.

Quando Kollontai, em 1905/1906, percebe que era necessário avançar sobre a organização das mulheres operárias, isso se dá em meio a uma forte mobilização do movimento feminista burguês, com a criação de novas entidades, campanhas, e esforços, ainda que sem muito sucesso, para ampliar sua base de intervenção entre as mulheres trabalhadoras e camponesas. Ao mesmo tempo, parte do movimento feminista, em especial a União pela Igualdade das Mulheres, que, ao fim de 1905, possuía 8 mil membros (CLEMENTS, 2012, p. 143), se movia em direção a alianças com setores cada vez mais conservadores. Era necessária uma contrapartida socialista para organizar as mulheres trabalhadoras. Cathy Porter comenta que

na primavera de 1907 a maioria bolchevique do Comitê do Partido em São Petersburgo estava suficientemente alarmada pelo poder das petições feministas para dar o apoio a uma série de reuniões de mulheres organizada por amigas de Alexandra no Sindicato Têxtil de São Petersburgo, dominado pelos mencheviques (PORTER, 1980, p. 133).

Um incentivo (e respaldo político) maior para esse empreendimento foi dado por Clara Zetkin. Em 1906, quando Kollontai visitava a Alemanha, as duas se encontraram e conversaram longamente sobre a organização das mulheres. Ao retornar para a Rússia,

Kollontai imediatamente inicia tentativas de organização das mulheres trabalhadoras nos moldes das experiências da socialdemocracia alemã.

Dessa forma, em 1907, Kollontai consegue reunir um primeiro grupo voltado ao trabalho com as mulheres trabalhadoras, com a formação da Sociedade de Ajuda Mútua de Trabalhadoras de São Petersburgo que se localizava próxima ao Sindicato de Trabalhadores Têxteis. O clube continha entre 200 e 300 membros (contendo 2/3 de mulheres e 1/3 de homens, de ambas as facções, bolcheviques e mencheviques) e abria todas as noites, contento atividades de leitura e uma biblioteca. Na primavera de 1908, entretanto, se iniciou uma disputa fracional no clube, em torno da proposta de exclusão das “*intelligentki*”.⁵³ Kollontai, sendo uma das “*intelligentki*” terminou por se desligar do clube. (CLIFF, 1981).

Em 1908, a Sociedade Filantrópica Mutual convocou o I Congresso de Mulheres de Toda a Rússia. Sem muito apoio do partido, Kollontai organizou uma sequência de reuniões com mulheres, que preparou uma pequena delegação de mulheres trabalhadoras⁵⁴ para comparecer ao congresso, expor suas demandas e denunciar o movimento feminista e seus interesses restritos às mulheres burguesas. Ao fim do congresso, a delegação socialdemocrata se dividiu, tendo as bolcheviques se retirado e a delegação menchevique continuado no espaço (STITES, 1978, p. 252). A principal diferença em questão era a existência ou não de uma questão feminina separada dos problemas sociais gerais. As bolcheviques afirmavam que não era possível haver um movimento de TODAS as mulheres, já que classes antagônicas as dividiam e as mulheres trabalhadoras não tinham nada em comum com as mulheres burguesas (STITES, 1978, p. 218). Kollontai havia se retirado (do congresso e do país) alguns dias antes a fim de fugir da polícia.

Durante o período de preparação para o Congresso, Kollontai iniciou a escrita do livro *As Bases Sociais da Questão Feminina*, obra de mais de 400 páginas onde Kollontai realizou uma análise marxista da família, da união livre e defendeu a coletivização das funções da família pelo Estado, explicitando uma diferenciação profunda com o feminismo burguês (KOLLONTAI, 1982). A obra tinha como objetivo embasar a participação das mulheres do partido no congresso, mas também responder ao próprio partido as acusações de “feminismo” a partir de uma diferenciação nítida entre as perspectivas feminista burguesa e feminina operária/socialista. O livro, entretanto, não ficou pronto a tempo do congresso, e só seria publicado no ano seguinte.

⁵³ *Intelligentki*: mulheres da *intelligentsia*.

⁵⁴ 45 entre o total de 1053 delegados/as (CLIFF, 1981).

Nos anos posteriores, os bolcheviques ficaram na ilegalidade, o governo aumentou a repressão sobre todos os movimentos sociais e as principais lideranças socialistas foram para o exílio. Nesse contexto as ações partidárias das mulheres se tornaram mais pontuais e espaçadas⁵⁵.

O Dia Internacional das Mulheres, deliberado desde 1910 pelas mulheres da II Internacional, só foi comemorado na Rússia pela primeira vez em 1913, no dia 17 de fevereiro⁵⁶ e com proporções modestas, ainda que consideráveis, para a realidade russa. Convocado a partir dos jornais, as comemorações aconteceram em Moscou, Kiev, Samara, Tbilisi e São Petersburgo (sendo a última a maior delas), tendo como centro a organização das mulheres têxteis. Konkordia Samoilova e Praskovia Kudelli estavam entre as bolcheviques responsáveis pela organização da reunião pública, que contou com um pouco mais de mil pessoas (CLIFF, 1981).

O movimento feminista tradicional criticou o Dia Internacional das Mulheres trabalhadoras, acusando-o de não pautar a luta contra a subordinação das esposas em relação aos maridos e ocupar-se somente da exploração da mulher proletária pelo capital, apenas mencionando a subserviência doméstica das mulheres. A data também foi marcada por diferenças entre as duas tendências do partido, sendo os mencheviques a favor que as comemorações envolvessem somente mulheres, quando os bolcheviques defendiam que esta era uma data de toda a classe trabalhadora (CLIFF, 1981).

A imprensa revolucionária do período tinha uma importância central para as organizações, o que fazia com que os bolcheviques também vissem a imprensa como uma estratégia de intervenção sobre as mulheres. Segundo Tony Cliff, buscando incidir sobre as mulheres trabalhadoras, em janeiro de 1913, o *Pravda* (principal jornal bolchevique) começou a publicar uma sessão especial chamada *Trabalho e Vida da Mulher Trabalhadora*. O sucesso do suplemento, medido pela quantidade de cartas que o mesmo recebia, fez com que Lenin, um dos principais editores do *Pravda*, chegasse à conclusão da necessidade de um jornal específico para as mulheres trabalhadoras. Em setembro de 1913, Krupskaja defendeu em

⁵⁵ Entretanto, Tony Cliff, ao mesmo tempo, ressalta que, entre 1910 e 1914, também foi um período no qual as mulheres trabalhadoras começaram a ter cada vez mais consciência não só das suas demandas como operárias, mas também como mulheres. Ele relata que diversas greves começaram quando mulheres se recusaram a tolerar o abuso sexual nas fábricas, que era endêmico. Em 1911, uma greve de 5 mil da fábrica Khludovsky, em Yartev, tinha como demanda principal a demissão de um supervisor devido ao “tratamento indelicado” com as mulheres e em 1913 na fábrica Grisov (Moscow) em decorrência das atitudes do administrador do local e seu tratamento com as mulheres operárias, estando, na prática, obrigando-as a “prostituir-se” em troca de um emprego (CLIFF, 1981). Isso nos indica que, embora a forte repressão dos partidos, as mulheres, nos sindicatos e fábricas, continuaram a se mobilizar e protestar sobre suas condições de trabalho e demandas como mulheres operárias.

⁵⁶ A data foi comemorada um pouco antes como forma de despistar a polícia.

uma reunião do Comitê Central a necessidade de intensificar os esforços para a organização das mulheres trabalhadoras e esposas de trabalhadores. Nessa mesma reunião, Lenin deu instruções para iniciar a publicação do jornal *Rabotnitsa* (A Mulher Trabalhadora). (CLIFF, 1981).

Barbara Clements (1996), entretanto, relata uma origem mais “de base” para o jornal. Segundo ela, depois do sucesso do Dia Internacional da Mulher em 1913, Samoilova iniciou a publicação da coluna *Trabalho e Vida da Mulher Trabalhadora* no *Pravda*, que trazia principalmente artigos sobre as condições das fábricas. A coluna teria sido acolhida com entusiasmo pelas operárias, que foram até Samoilova convencê-la de que havia audiência suficiente para um jornal só sobre as mulheres trabalhadoras. Samoilova, a partir disso, contactou a liderança bolchevique no exterior, e se articulou com Inessa Armand e Liudmila Stal, que estavam em contato com Krupskaja, no momento secretária-chefe da fração bolchevique. Krupskaja teria apresentado dúvidas quanto à proposta do jornal, sua possibilidade de financiamento e desconfiança se o jornal não encorajaria ideias feministas, o que foi refutado por Samoilova. Somente a partir daí, Lenin teria aprovado a formação do conselho editorial do *Rabotnitsa*, programado para ser lançado no Dia Internacional das Mulheres de 1914, o que não ocorreu por razão de uma intervenção policial que acabou por prender o conselho editorial do jornal e inviabilizar a impressão do mesmo. (CLEMENTS, 1997, p. 103-104)

O conselho editorial do *Rabotnitsa* era formado por mulheres do quadro dirigente bolchevique presentes na Rússia e no exterior. Todas as participantes eram revolucionárias profissionais com formação educacional significativa e anteriormente colaboradoras do *Pravda*: Praskovia Kudelli, Konkordia Samoilova⁵⁷, Liudmilla Menzhinskaia e Elena Rozmirovich⁵⁸, Ludmilla Stal, Zlata Lilina, Anna Elizarova⁵⁹, Inessa Armand⁶⁰, Lilina Zinovieva⁶¹ e Nadezhda Kupskaya. Aleksandra Artiukhina e Klavdia Nikolaeva, lideranças

⁵⁷ Samoilova foi uma importante bolchevique, que inicialmente foi contrária à uma organização de mulheres em separado, porém depois se tornou uma de suas maiores defensoras. (voltaremos a ela mais a frente neste capítulo)

⁵⁸ Secretária da fração bolchevique na Duma. Futura companheira de Krilenko, futuro Comissário de Justiça. (STITES, 1978, p. 256) (voltaremos a ela mais a frente neste capítulo)

⁵⁹ Anna Elizarova era a irmã mais velha de Lenin. Ela foi veterana do populismo dos anos 1880 e, mais tarde, dirigente do partido bolchevique. / Para saber mais: TURTON, Katy. *Forgotten Lives: The Role of Lenin's Sister in Russian Revolution, 1864-1937*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.

⁶⁰ Inessa Armand era francesa, mas viveu na Rússia desde a infância. Ela entrou para o partido bolchevique em 1904, após a separação com o marido, e foi uma das principais lideranças organizadoras das mulheres bolcheviques. Ela participou da delegação de mulheres socialdemocratas para o Congresso de Mulheres de 1908 e, além de pertencer à redação do *Rabotnitsa* foi a primeira Diretora do *Zhenotdel*, o departamento feminino do PC, criado anos depois. (voltaremos a ela mais a frente neste capítulo)

⁶¹ Lilina Zinovieva, como o nome já indica, foi esposa de Zinoviev,

com perfil operário e futuras participantes do *Zhenotdel*, também contribuía com o jornal (WOOD, 1997, p.34; CLIFF, 1981; STITTES, 1978, p. 254-256).

Segundo Tony Cliff, o esboço de pauta feito por Krupskaja continha a seguinte estrutura:

1. Artigo principal - política atual.
2. O movimento dos trabalhadores e a participação das mulheres trabalhadoras em diferentes áreas (luta política e econômica, campanha sobre seguridade social, cooperativas).
3. Condições de trabalho para mulheres nas fábricas, oficinas de vendas e trabalho doméstico. O cargo de criada e outros.
4. A proteção do trabalho feminino.
5. Notícias trabalhistas e femininas.
6. Assuntos estrangeiros (a luta das mulheres trabalhadoras no exterior).
7. A família e a mulher trabalhadora. (CLIFF, 1981)

O *Rabotnitsa* teve 7 edições entre 23 de fevereiro (Dia Internacional das Mulheres) e 26 de Junho de 1914, sendo duas delas confiscadas pela polícia. O estourar da guerra dificultou sua continuidade.

1.6. AS MULHERES E A GUERRA

Como sabemos, a Grande Guerra foi um divisor de águas no movimento operário internacionalmente e na Rússia. Por um lado, ela ajudou a diluir diferenças entre os apoiadores da guerra e, por outro, aumentou a distância entre esses e os setores contrários à mesma. Os posicionamentos sobre a guerra também tornaram nítida, na Rússia, a diferença entre o movimento feminista, em geral apoiador da guerra, e o movimento feminino operário, de maioria contrária à guerra e de forte hegemonia dos bolcheviques.

As primeiras iniciativas das mulheres russas na guerra remetem à Guerra Russo-Japonesa e as intervenções russas nos Balcãs, mas foi com a Grande Guerra que se iniciaram experiências de maior fôlego. A Rússia, entre todos os países da Entente, se colocou como vanguarda nesse sentido.

Desde o início da guerra, ocorreu o envolvimento das mulheres nos esforços de guerra. Ainda em 1915, 58 mulheres se formaram no curso de motoristas do exército, abrindo um ramo de intervenção importante das mulheres no mesmo. Em 1916, a União dos *Zemstvos* (municipalidades) empregaram 30 mil mulheres e a União das Cidades, em conjunto com a Cruz Vermelha, 10 mil. No Comitê de Refugiados e Ajuda de Emergência de Moscou elas eram maioria (STITES, 1978, p. 280).

Stites relata a rápida mudança de posição das feministas em relação à guerra, comentando que, em abril de 1915, ocorria o Congresso Internacional das Mulheres pela Paz,

com representações de diferentes países beligerantes, mas que, poucos meses depois, a maior parte das feministas dos países em guerra apoiava seus governos. Na Rússia, as principais organizações feministas atuaram no apoio e propaganda da guerra a partir de manifestações, declarações de apoio público e publicação de jornais, como o jornal *A Mulher e a Guerra*, que propagandeava o feminismo patriótico. A Sociedade Filantrópica Mutual também realizou trabalho de suporte junto às vítimas, refugiados, crianças abandonadas e ao próprio exército (suprimentos), a partir da atuação junto ao Comitê de Indústrias de Guerra. (STITES, 1978, p. 281-283).

Na guerra propriamente dita, em geral as mulheres atuaram em tarefas de suporte ao exército como enfermagem, alimentação e suprimentos, comunicação e motoristas, mas elas também lutaram em destacamentos de infantaria. Em estreita articulação com o movimento feminista⁶², em maio de 1917, Keresnki dá permissão a Maria Bochkareva para montar uma seção feminina do exército, que deveria servir como exemplo de moral frente ao aumento das deserções. No dia 21 de maio, depois de uma reunião pública no Teatro Marynsky, nasce o primeiro Batalhão Feminino da Morte (ou Batalhão de Mulheres), formado por cinco mil voluntárias, em sua maioria mulheres de famílias proeminentes e/ou graduadas, mas também camponesas e algumas operárias. As recrutas do Batalhão recebiam treinamento, exame médico, cortes de cabelo curtos, uniformes e eram divididas em companhias e pelotões. (STITES, 1978, p. 296-299; MCDERMID & HILLYAR, 1999, p. 180-183).

A iniciativa russa atrairia atenção do movimento feminista internacional. Em junho Emmeline Pankhust, liderança do movimento sufragista inglês, viaja à Rússia como convidada de Anna Shabanova para fazer propaganda de apoio à guerra e arrecadar apoios e fundos para o Batalhão Feminino. Nos meses seguintes, outros Batalhões de Mulheres foram formados em outros lugares do país⁶³, chegando a ser fundada uma União das Mulheres do Exército, ocorrendo também à realização de um Congresso de Mulheres do Exército em agosto. Entretanto, ao que tudo indica, os recrutamentos dos Batalhões de Mulheres não atingiram grande escala (STITES, 1978, p. 298-299).

O batalhão de mulheres que defendeu o palácio de Inverno em Outubro contra os bolcheviques havia sido formado nesse contexto. Barbara Clements observa o fato de que, é o Batalhão de Mulheres que resistiu até a rendição o Palácio⁶⁴, quando os soldados homens já

⁶² Anna Sabanova e Maria Pokrovskaja, líderes feministas, persuadem o GP para a formação de unidades femininas do exército. (CLEMENTS, 2012, p. 152)

⁶³ A iniciativa de Bochkareva se iniciou em Petrogrado.

⁶⁴ Há diferenças entre as informações apresentadas por Clements e por Stites. Segundo Clements o Batalhão da ocasião era o Primeiro Batalhão de Mulheres de Petrogrado. Stites, entretanto descreve as mulheres como

havam desertado (CLEMENTS, 2012, p. 152). Talvez isso comprove alguma eficácia da construção moral do Batalhão de Mulheres como batalhão-modelo, guardião da honra dos soldados russos.

A guerra também teve um impacto brutal sobre a feminização da classe trabalhadora. A mobilização dos homens no exército significou o impulso à abertura de espaços e ocupações para as mulheres, tanto da classe trabalhadora urbana quanto camponesa. A verdade é que, em 1917, a classe trabalhadora urbana da Rússia, sobretudo em Petrogrado, mas também em Moscou e outras cidades, é grandemente composta por mulheres. Elas eram aproximadamente 1/3 da força de trabalho industrial no início da guerra e, em 1917, já somavam metade do total de trabalhadores, sendo maioria na indústria têxtil, química, de tabaco, alimentos e indústria de produção de suprimentos para o exército, além de também serem maioria no setor de serviços. Em Moscou, de 1250 telegrafistas, 700 eram mulheres. No campo, 30,7% das casas estavam sem homens em idade de trabalho (MCDERMID & HILLYAR, 1999, p. 189-191; STITES, 1978, p.281-287).

Embora adentrando a força de trabalho assalariada, as mulheres continuaram durante a guerra como responsáveis pelo cuidado da casa e da família, acumulando uma dupla jornada de trabalho ainda mais dificultada pelo contexto da guerra (que na vida da dona de casa se traduzia em racionamento de alimentos, longas filas, inflação galopante, etc.). No movimento operário, a guerra levou a divisões, mas também a um crescimento de setores que se colocaram contrários à mesma e que conseguiam traduzir a experiência cotidiana da classe operária (e das mulheres) em reivindicações políticas. Em Fevereiro, as bandeiras paz e pão tornaram-se revolucionárias, questionadoras da monarquia, da guerra e de uma estrutura de sociedade.

1.7. AS MULHERES EM 1917

Alexandra Kollontai, entre muitos textos de sua produção intelectual, há um artigo, escrito em 1927, que é uma obra-prima na discussão sobre a invisibilidade histórica das mulheres na Revolução (KOLLONTAI, 1927a). Nesse texto, ela comenta e saúda as milhares de mulheres que tiveram papéis fundamentais no processo revolucionário e relembra diversas dirigentes. O texto é um apelo emocionado para que a participação das mulheres na revolução não caia no esquecimento. Antes que qualquer discussão histórica ou política sobre a

pertencentes a uma companhia privada, formada após a partida de Bochkareva para o front e separada dos Batalhões de mulheres. (STITES, 1978, p. 299-300; CLEMENTS, 2012, p. 152)

invisibilidade feminina na história e na política fosse feita, Kollontai se antecipava dezenas de anos sobre essa questão.

Kollontai nos conta sobre uma multidão de “heroínas anônimas que outubro encontrou vivendo nas cidades famintas, em aldeias empobrecidas e saqueadas pela guerra”. Mulheres que “marchando lado a lado com os operários e camponeses sob a Bandeira Vermelha e a palavra-de-ordem dos Sovietes, passaram por cima das ruínas do czarismo rumo a um novo futuro”. Ela nos alerta para o fato de que no “ano de 1917, o grande oceano da humanidade se levanta e se agita, e a maior parte desde oceano é feita de mulheres”

Kollontai, entretanto, parece balançar entre a esperança de que essa memória seja lembrada e a certeza de seu esquecimento por uma sociedade que pouco valoriza a ação das mulheres. Por um lado ela coloca:

Algum dia os historiadores escreverão sobre o que fizeram essas heroínas *anônimas*, mortas no *front*, executadas pelos brancos, que aguentaram a miséria extrema dos primeiros anos da Revolução e mesmo assim não largaram a bandeira vermelha do poder dos soviets e do comunismo. (KOLLONTAI, 1927, IN: SCHNEIDER, 2017, p. 218)

Mas não à toa Kollontai as chama de “heroínas *anônimas*”.

A obra *Midwives of Revolution*, de Jane Mc Dermid e Anna Hillyar, comprometida com a defesa da visibilização histórica das mulheres, nos traz duas questões importantes que queremos trazer para reflexão.

A primeira dessas questões é referente ao papel das mulheres na revolução e sua invisibilidade histórica. É incontável o número de obras sobre história da Revolução Russa, do governo soviético e do partido bolchevique/comunista, entretanto nessas tantas obras, a imagem que nos aparece é sempre a de uma revolução feita por homens e de um partido feito de homens. Nas narrativas gerais sobre a Revolução, as mulheres, quando aparecem, aparecem em dois momentos: em fevereiro, sendo relatadas como uma revolta causada por mulheres famintas em decorrência da crise de abastecimento provocada pela guerra, e em outubro, quando as mulheres do Batalhão Feminino da Morte defendem o Palácio de Inverno contra o Exército Vermelho. Em todos os outros momentos elas desaparecem da cena.

Esse quadro não condiz exatamente com a realidade. Pesa sobre ele o fato de que quem o pintou, na maioria dos casos, foram homens em um contexto em que a visibilidade histórica das mulheres estava longe de ser uma questão. Mc Dermid e Hillyar (1999) defendem o fato de que a persistência das práticas patriarcais durante o “regime comunista” teria como resultado a subestimação do papel das mulheres em 1917 e no partido bolchevique. Embora o peso do stalinismo certamente tenha influenciado sobre as “versões da história” soviética, é

preciso considerar também o fato de que as narrativas ocidentais igualmente as invisibilizaram.

A segunda importante questão trazida por Mc Dermid e Hillyar é o questionamento da interpretação da ação das mulheres em fevereiro como uma ação espontânea, sem organização prévia, causada por massas disformes de mulheres famintas em busca de pão, sem direção política nem objetivos políticos nítidos. Tal questionamento é fundamental para que possamos enxergar e avaliar o grau de consciência e mobilização das mulheres, vendo-as como sujeitas políticas da história.

Para enfraquecer a tese da espontaneidade e do motim por pão, Mc Dermid e Hillyar sugerem observar que as ações do dia 23 de fevereiro eram parte de uma ação internacional das mulheres da II Internacional para aquela data, tendo sido organizadas e mobilizadas previamente. Além disso, a prioridade das operárias têxteis, setor no qual a greve se inicia, não foi saquear mercados (o que seria mais razoável no caso de um motim da fome), mas justamente conquistar mais trabalhadores/as para a greve sob as bandeiras “pão” e “paz”, indicando que elas sabiam o que faziam e quais eram seus objetivos.

Entre as narrativas “gerais” da Revolução de Fevereiro, Trotsky é um dos poucos que busca resgatar algum grau de participação e protagonismo das mulheres.

O dia 23 de fevereiro era o Dia Internacional da Mulher. Os círculos da social-democracia tencionavam festejá-lo segundo as normas tradicionais: reuniões, discursos, manifestos. Na véspera ainda ninguém poderia supor que o Dia da Mulher pudesse inaugurar a Revolução. Nenhuma organização preconizava greves para aquele dia. [...] pela manhã, apesar de todas as determinações, as operárias têxteis de diversas fábricas abandonaram o trabalho e enviaram delegadas aos metalúrgicos, solicitando-lhes que apoiassem a greve. [...] É evidente, pois que a Revolução de Fevereiro foi iniciada pelos elementos de base, que ultrapassaram a resistência de suas próprias organizações revolucionárias, e que essa iniciativa foi espontaneamente tomada pela camada proletária mais explorada e oprimida que as demais – as operárias da indústria têxtil (TROTSKY, 1977, p. 103-104).

O Dia Internacional das Mulheres, inicialmente previsto pelos bolcheviques (e orientado pelos mesmos) para que fosse realizado em torno de reuniões e atividades de agitação, mas sem ações mais diretas, transformou-se em uma greve de grandes proporções. Na manhã do dia 23 de fevereiro, as mulheres das fábricas têxteis do distrito de Vyborg cruzaram os braços e saíram pelas ruas em busca de adesões. Munidas de pedras, elas paravam à frente das fábricas (não somente têxteis) e guarnições de soldados e buscavam persuadir trabalhadores e soldados a juntarem-se a elas. A adesão ao chamado comprovava que as bandeiras de “pão e paz” eram demandas de todos os trabalhadores, cada vez mais esmagados pela guerra imperialista (MCDERMID & HILLYAR, 1999, p. 148).

Os bolcheviques tinham planejado um panfleto para o Dia da Mulher, com tema sobre as mulheres e a guerra, mas o mesmo não pode ser impresso por problemas técnicos na gráfica do partido. A direção bolchevique apoiou a manifestação, mas fez pressão para que não fossem realizadas greves, pois avaliava que as massas ainda não estavam preparadas para um levante. O partido planejava uma ação de massas somente para o mês de maio (Dia do Trabalhador).

Kaiurov, dirigente do partido em Petrogrado, havia apoiado a manifestação das mulheres contra a guerra, mas ficou furioso ao saber, na manhã do dia 23 de fevereiro, sobre a greve, vendo a ação das mulheres como falta de autocontrole. Para Mc Dermid e Hillyar, a reação de Kaiurov demonstra que o mesmo via a ação das mulheres como uma movimentação emocional, irracional e indisciplinada, qualidades associadas às mulheres na cultura sexista. Segundo as autoras, Kaiurov viu a greve apenas como uma revolta por pão, causada pelo racionamento de alimentos e as filas sem fim, que os bolcheviques eram obrigados a apoiar porque milhares de trabalhadores homens se juntaram às mulheres. Um outro motivo para o apoio à greve, também teria sido a busca pela possibilidade de colocar à frente da insurreição líderes mais cautelosos. Seria somente no dia 25 que os bolcheviques soltariam o primeiro panfleto chamando à greve geral. (MCDERMID & HILLYAR, 1999, p. 149-150)

Mc Dermid e Hillyar observam que o fato de serem justamente as mulheres trabalhadoras que gastavam horas nas filas do inverno escuro tentando conseguir comida para as famílias, sendo duplamente oneradas como trabalhadoras e mães/esposas, em um contexto de guerra, ao mesmo tempo em que a nobreza/burguesia/burocracia se alimentava e vestia fartamente, empurrava as mulheres a dissolverem a linha tênue entre as demandas econômicas e políticas. Em fevereiro, a ausência de pão e a guerra cada vez mais fracassada as levariam a direcionar seus esforços sobre a queda do czar. O protesto contra a guerra, transformado primeiro em greve geral e rapidamente em questionamento ao regime, forçou os 3 partidos socialistas (bolcheviques, mencheviques e SRs) a apoiarem a ação das mulheres, ainda sem perceber que elas tinham posto a revolução em marcha, cegos ao jeito sem liderança das mulheres se organizarem (MCDERMID & HILLYAR, 1999, p.147-151).

Fevereiro deixou nítido que a classe trabalhadora tinha um novo perfil, e que, nesse novo perfil, as demandas das mulheres e a sua participação política precisavam ter um mínimo de reconhecimento. Entretanto nenhum dos 3 partidos socialistas estava ainda preparado à altura desse desafio. Enquanto os líderes bolcheviques tinham pedido às mulheres paciência e autocontrole, os mencheviques e SRs ignoraram a celebração do Dia das Mulheres (MCDERMID & HILLYAR, 1999, p. 150)

Ainda em fevereiro algumas mulheres bolcheviques tiveram papel importante nos acontecimentos. Nina Agadzhanova, bolchevique desde 1907, que em 1914 foi indicada como secretária executiva do *Rabotnitsa* por Anna Elizarova, participou da organização da greve dos metalúrgicos, sendo eleita representante do distrito de Vyborg. Juntamente com Maria Vydrina, também bolchevique, começou a organizar reuniões com as esposas de soldados (*soldatki*), manifestações, procura de armas para armar a multidão e soltar prisioneiros políticos, além de formar unidades de primeiros socorros (MCDERMID & HILLYAR, 1999, p. 72; 150).

A greve das operárias, espalhada a outros setores, juntamente com a continuidade da guerra e a situação insuportável no campo elevou as contradições do czarismo ao máximo. Operários, soldados e camponeses, que lutavam por pão, paz e terra, mas também a burguesia liberal russa, se convenceram que, para ter as mudanças que queriam – e que não eram as mesmas – o czar precisaria ser derrubado. Cinco dias após a greve iniciada no Dia das Mulheres, o czar abdica o trono e forma-se o Governo Provisório.

O novo governo, formado por uma ampla coalizão de diferentes partidos e inicialmente com o Príncipe Lvov à frente, não teve capacidade, por causa do comprometimento com setores burgueses/proprietários, de efetivar as principais demandas populares, como as reformas, o fim da guerra, a Assembleia Constituinte. Pelo contrário, prosseguiu com a guerra e seus fracassos militares e sociais.

Entre o movimento feminista, a maioria das organizações existentes viu no apoio à guerra e ao Governo Provisório (GP) a chance das mulheres provarem seu valor e sua capacidade e receberem, em troca, o sufrágio e outros direitos. A Liga pela Igualdade das Mulheres buscou, logo após a formação do novo Governo Provisório, uma posição do Príncipe Lvov sobre o sufrágio, mas o mesmo teria sido bastante vago. Em resposta, no dia 20 março, 35 mil mulheres, em sua maioria de classes médias e altas⁶⁵, lideradas pela Liga pela Igualdade das Mulheres e com o apoio de Vera Figner, marcharam em manifestação para o Palácio Taurida pedindo o direito de voto e apoiando a “guerra até a vitória” (MCDERMID & HILLYAR, 1999, p. 135; STITES, 1978, p.294). Kollontai, que estava no exílio, havia chegado na véspera da manifestação e compareceu à mesma, mas foi hostilizada por soldados favoráveis à guerra (MCDERMID & HILLYAR, 1999, p. 136).

As relações entre o GP e o movimento feminista burguês foram bastante estreitas. Anna Shabanova buscou a articulação com o Ministro do Interior para fundar o Conselho Nacional

⁶⁵ Segundo Stites 40 mil, com a presença também de algumas trabalhadoras.

de Mulheres (filiado ao Conselho Internacional de Mulheres – CIM). Em maio o CNM foi reconhecido pelo GP e Miliukov foi colocado em sua presidência. Também em maio, a Liga pela Igualdade das Mulheres se reorganizou como União Republicana das Organizações de Mulheres Democráticas, com um programa idêntico ao do GP de reformas da terra e do trabalho, governo republicano democrático e guerra até a vitória (STITES, 1978, p. 291-292).

O GP, por sua vez, retribuiu o apoio. Em junho as mulheres graduadas em direito receberam o direito de advogar e em agosto os salários, títulos e benefícios dos cargos no serviço civil são equiparados entre homens e mulheres⁶⁶. A grande bandeira do movimento feminista, a questão do sufrágio, viraria realidade em julho, a partir da decisão da Conferência Especial sobre a Lei para a Assembleia Constituinte de delegar o sufrágio para todos os cidadãos maiores de 20 anos. Além disso, em articulação com o Ministro da Educação se desenhava um projeto para a transformação dos cursos superiores para mulheres em Universidades, assim como as masculinas (STITES, 1978, p. 294-295).

Stites defende que é necessário pensar não se ou quanto as mulheres de Petrogrado contribuíram para a queda da autocracia, ou o quanto elas foram influenciadas pela propaganda bolchevique, mas sim qual setor político, depois de Fevereiro, foi capaz de reconhecer o potencial revolucionário das mulheres trabalhadoras e esposas de soldados, de compreender suas necessidades imediatas e de liderar as alianças com elas para os eventos revolucionários que se seguiriam (STITES, 1978, p. 291) Nesse sentido, seriam os bolcheviques que sairiam ganhando frente à outros setores. Segundo o autor, embora as *bolchevitki* (mulheres bolcheviques) estivessem em menor número que as feministas burguesas em 1917, nunca houve competição real entre os dois setores no que tange à ação como organizadoras e propagandistas junto às mulheres das classes baixas urbanas naquele ano, onde as *bolchevitki* eram muito mais bem-sucedidas (STITES, 1978, p. 301).

Moira Donald, no artigo *Bolshevik activity amongst the working women of Petrograd in 1917*, nos traz um cenário interessante sobre as movimentações bolcheviques para a mobilização das mulheres nas cidades durante aquele ano. Segundo ela, ainda em março Vera Slutskaia discorreu, nas reuniões do Comitê Executivo do partido bolchevique em Petrogrado, sobre a necessidade de organização das mulheres, propondo a formação de um *bureau* de mulheres trabalhadoras sob Comitê, além da reativação do *Rabotnitsa*. Na reunião de 15 de março, Slutskaia detalhou a proposta do *bureau*, designando o mesmo para um trabalho

⁶⁶ Essa última medida teve como consequência um grande boom da presença de mulheres como professoras.

puramente agitational, sem organização independente, executando todo o trabalho em concordância com o Comitê de Petrogrado (MCDERMID & HILLYAR, 1999, p. 133-134)⁶⁷.

Os jornais bolcheviques também passaram a publicar notícias e artigos sobre as mulheres. O *Pravda*, principal jornal bolchevique, em quase todas as edições de 1917 após fevereiro conteve notícias sobre reuniões de mulheres, sobre planos dos bolcheviques para a criação de um jornal para as mulheres trabalhadoras e um departamento específico ou declarações de apoio a lutas das empregadas domésticas, trabalhadoras de lavadeiras (lavadeiras) e operárias têxteis. Além disso, houve chamados para as mulheres se organizarem nos seus sindicatos por suas demandas (salário igual, proteção para a maternidade, jornada de 8h/dia, redistribuição da terra, etc.) (MCDERMID & HILLYAR, 1999, p. 134-135).

Em 10 de maio, o *Rabotnitsa* voltou a ser editado. Em seu novo conselho editorial encontravam-se Samoilova, Nikolaeva, Stal, Elizarova, e Kollontai. Com uma tiragem entre 40 e 50 mil cópias, o jornal tentava traduzir em uma linguagem popular o programa bolchevique e sua articulação com as demandas das mulheres trabalhadoras, abordando assuntos como a guerra, os altos preços, as condições de trabalho, etc.

Entretanto, o jornal funcionava também como um eixo organizador da propaganda bolchevique em contato direto com as mulheres operárias. A distribuição do jornal era realizada pessoalmente pelas mulheres bolcheviques para as operárias nas portas das fábricas, e as demandas que surgiam aí eram levadas de volta para o conselho editorial. Também foram organizadas em torno do *Rabotnitsa* escolas femininas para formar mulheres como agitadoras⁶⁸. Após os cursos, as mulheres eram enviadas às fábricas para fazer discursos e recrutar outras mulheres, enviando um relatório para a organização no centro. Dessa forma, o jornal funcionava como uma rede de agitação entre mulheres, que, embora de tamanho modesto⁶⁹, serviu de experimento para os trabalhos pós-Outubro. Inessa Armand organizou uma iniciativa semelhante ao *Rabotnitsa* em Moscou em volta do jornal *Zhin Rabotnitky* (A Vida da Mulher Trabalhadora) (STITES, 1978, p 302-303)⁷⁰.

⁶⁷ Como veremos, o debate e a polêmica sobre a organização de um movimento de mulheres independente ou não acompanhará os bolcheviques durante muitos anos.

⁶⁸ A organização das Escolas foi sugerida por Samoilova, que, a partir dessa experiência, passa a defender a necessidade da organização de mulheres.

⁶⁹ O jornal parece ter tido, em 1917, pouca capacidade alcançar muito além das mulheres da região de Petrogrado.

⁷⁰ Anna Hilyar e Jane McDermid comentam que, em 1914, ainda antes da declaração de guerra, não somente os bolcheviques, mas também os mencheviques estabeleceram jornais direcionados às mulheres trabalhadoras. No caso dos mencheviques, entretanto, o jornal *Golos Rabotnitsy* (A Voz da Mulher Trabalhadora) sobreviveria apenas por 2 números, enquanto o *Rabotnitsa* bolchevique, por 7, sendo refundado somente em 1917 (MCDERMID & HILLYAR, 1999, p.133).

As *bolchevitki* também intensificaram o trabalho já realizado de acompanhamento de setores femininos, como as lavadeiras, as operárias têxteis e as *soldatki* (DONALD, 1982). No dia 15 de abril, em Petrogrado, 15 mil *soldatki* realizaram uma manifestação com reivindicações ao GP e pediram o apoio do Soviete para a demanda de pensão de 20 rublos. Kollontai passou a acompanhar ativamente as *soldatki*⁷¹, conversando sobre a guerra, os preços, as pensões e a necessidade da luta revolucionária para acabar com a guerra e de formarem delegações para participarem do Soviete⁷². Como resultado, em abril foi formado um comitê conjunto entre *soldatki* e representação do soviete (incluindo Kollontai) que decide tomar as rédeas da organização dos serviços de bem-estar para as famílias dos soldados. As *soldatki* passaram, de mulheres que inicialmente reivindicavam junto ao GP, a organizadoras de órgãos de contra- poder. Como resultado de sua organização crescente, em junho, o Comitê de *soldatki* formava a União das Esposas de Soldados voltada para o trabalho de agitação, que contava com a participação das bolcheviques Kollontai, Federova e Devyatkina (DONALD, 1982, p. 141-142).

A primeira greve realizada após fevereiro, assim como já tinha acontecido com a erupção da Revolução, partiria das operárias de Petrogrado. No dia 1 de maio, 3 mil lavadeiras⁷³ pertencentes à União das Lavadeiras (recém fundada) iniciaram uma greve após o não-atendimento, pelos empregadores, de suas reivindicações. Entre elas estavam a jornada de 8h/dia e o salário mínimo de 4 rublos/dia. À frente do sindicato estava Sofia Goncharskaia, bolchevique, tendo Novik-Kodrateva e Sakharova, também bolcheviques, participado do Comitê de Greve. Kollontai atuou na intermediação entre a greve e o partido⁷⁴/Soviete, sobretudo buscando fundos para as lavadeiras e espaço no *Pravda* para a divulgação da greve e de suas demandas. Além disso, o contato com outros sindicatos foi ativado para a produção de declarações de apoio e solidariedade. No fim de maio, a greve, que contou com a

⁷¹ Além de Kollontai a bolchevique Anastasia Deviatkina também esteve a frente da organização das *soldatki* a partir da União de Esposas de Soldados. Krupskaja, entre suas responsabilidades de acompanhamento do distrito de Vyborg também esteve envolvida com a direção do Comitê para Socorro das Esposas de Soldados a partir de maio (MCDERMID & HILLYAR, 1999, p. 162-163).

⁷² Para Stites, o esforço bolchevique de organizar as *soldatki*, elemento extremamente estigmatizado na sociedade russa daquela época, e as lavadeiras seria uma indicação do talento bolchevique para organizar os setores mais atrasados, negligenciados e desprezados da população feminina. (STITTES, 1978, p. 304)

⁷³ Lavadeiras, no Brasil, usualmente é um termo associado a mulheres que lavam roupa geralmente em suas casas, mas de forma remunerada para outros que não sua família. Na Rússia desse período, nos referimos às trabalhadoras de lavanderias de porte industrial, bastante comuns na Europa (países frios) na época.

⁷⁴ Tanto Donald quanto Mc Dermid e Hillyar ressaltam o papel de Kollontai em organizar as lavadeiras (e as trabalhadoras de serviços) e persuadir os bolcheviques para o seu apoio. Donald, também nos relata uma relação estreita entre as *bolchevitki* e as empregadas domésticas. Em julho, uma reunião com cerca de mil empregadas domésticas protestaram contra a prisão de líderes bolcheviques e demandavam a liberdade imediata de Kollontai (então presa pelo governo provisório), que as havia ajudado a montar o Sindicato das Empregadas. (MCDERMID & HILLYAR, 1999, p. 150)

participação de $\frac{3}{4}$ das trabalhadoras, terminava de forma vitoriosa⁷⁵. Para Donald, a greve das lavadeiras teria sido importante para mostrar que mesmo os setores mais atrasados do proletariado conseguiam organizar e conduzir uma greve, inclusive com apoio de outros setores (DONALD, 1982, p. 144).

Em setembro, Kollontai, juntamente com Sverdlov, iniciou a formação de um *bureau* para trabalhar junto às mulheres na campanha eleitoral da Assembleia Constituinte. Com esse objetivo, no início de outubro foi montado o Grupo de Mulheres Trabalhadoras (ou Grupo de Iniciativa), formado por mulheres do *Rabotnitsa* e representações operárias de diferentes partidos, com o objetivo de preparar uma Conferência de Mulheres de Petrogrado. O Grupo se subdividia em três de acordo com as tarefas de organização, agitação e propaganda de preparação na conferência. Na perspectiva das *bolchevitki*, a Conferência teria como objetivo preparar as mulheres para as eleições da assembleia constituinte e atraí-las para o partido. Os temas programados eram: a assembleia constituinte e as mulheres trabalhadoras, a assembleia constituinte e os partidos feministas burgueses, proteção das mulheres trabalhadoras, o socialismo e a mulher e questões organizativas (DONALD, 1982, p.150-152).

A conferência, entretanto, agendada para começar em 21 de outubro, só seria realizada em 5 de novembro, sendo adiada por conta da tomada do poder pelos bolcheviques. Nela participaram 500 delegadas representando 8 mil mulheres, que deliberaram a continuidade da existência do Grupo de Iniciativa para a realização de trabalho de agitação e propaganda, a formação de um secretariado a partir do conselho editorial do *Rabotnitsa* para trabalho de informação, instrução e distribuição de literatura, e a convocação de um Congresso de Mulheres Trabalhadoras de Toda a Rússia (DONALD, 1982, p. 152-157).

Ao longo de 1917, a continuidade da guerra e a incapacidade do GP de implementar as políticas necessárias, junto ao desenvolvimento dos Sovietes, levaria a uma situação de dualidade de poderes. Agitando em torno da bandeira “todo poder aos soviets” e do fim da guerra, os bolcheviques cresceriam imensamente durante o ano, passando a ter não só a hegemonia política, mas também o apoio da maioria numérica da classe operária urbana. Em outubro, a situação de dualidade de poderes seria resolvida com a tomada do poder pelos bolcheviques e a instalação de um novo governo sem conciliação com as classes proprietárias/burguesas, formado pelos bolcheviques e SRs de esquerda, e referendado pelo Congresso dos Sovietes.

⁷⁵ Apesar de inicialmente as demandas terem sido atendidas e a greve se encerrado, o momento posterior foi marcado por forte repressão, demissão de participantes da greve não atendimento de algumas demandas. (DONALD, 1982, p. 144)

McDermid e Hillyar observam que, em outubro, diferentemente de fevereiro, foram os homens que estiveram mais à frente da tomada do poder. Entretanto, as mulheres bolcheviques tiveram papéis essenciais na logística e apoio do levante, sobretudo a nível local. As mulheres participaram em tarefas de comunicação, alimentação, suprimentos, brigadas médicas (que vinham sendo montadas desde fevereiro por operárias e estudantes de medicina) e formação da Cruz Vermelha Proletária (mais tarde anexada ao Exército Vermelho), esconderijo e transporte de armas, assim como trabalho político junto aos soviets. Stites, por sua vez, reforça a participação das mulheres também nas ações armadas em 25 de outubro. Em Moscou, Zemliachka, Yakoleva, Smidovich e Varentsova tiveram papel direto nas operações, participando do Comitê Militar Revolucionário e dos Centros de Combate do partido. As jovens bolcheviques Evgênia Ger e Pylaeva se tornaram membros da Guarda Vermelha em 1917. Segundo Stites, havia mais *bolchevitski* armadas envolvidas na tomada do poder em outubro do que membros do Batalhão de Mulheres (MCDERMID & HILLYAR, 1999, p. 186-188; STITES, 1978, p. 306).

No nível das massas, a força da participação das mulheres em fevereiro (embora não com o mesmo protagonismo/antecipação) se repetiu em outubro. Eram elas que estavam muitas vezes à frente nas fábricas e campos, tomando o poder, expulsando latifundiários, formando soviets (KOLLONTAI, 1927a). Trotsky ressaltou em especial o papel das mulheres no enfrentamento e convencimento dos soldados. Segundo ele

A mulher operária, nesses encontros entre soldados e obreiros, desempenha um papel importante. Com maior ousadia do que os homens, penetra nas fileiras dos soldados, agarra-se aos fuzis, suplica e quase ordena: “Tirem suas baionetas, reúnam-se a nós.” Os soldados emocionam, penalizam-se, entreolham-se inquietos e vacilam: um deles, enfim, se decide e as baionetas se levantam para cima dos ombros num gesto de arrependimento, a barragem se abre, estremecem no ar as vivas alegres e agradecidos, os soldados se veem rodeados, de todos os lados elevam-se as discussões, os apelos: a revolução dá um passo adiante. (TROTSKY, 1977, p. 108)

1.8. AS PRIMEIRAS INICIATIVAS DO GOVERNO SOVIÉTICO

Quando os bolcheviques chegaram ao poder, carregavam uma visão de entrelaçamento profundo entre a luta socialista e o compromisso com a emancipação das mulheres, forjada sobre um grande acúmulo teórico, político e organizativo do movimento operário, que vinha desde o socialismo utópico de Flora Tristan e Fourier, passando pela elaboração teórica de Marx, Engels e Bebel, pela experiência do SPD alemão e da II Internacional, pela tradição revolucionária russa e pela interação com os debates burgueses e feministas sobre a mulher.

Com base nesse acúmulo, algumas formulações centrais dos bolcheviques eram:

- a) *A família como elemento histórico e mutável*: A ideia de que a família pode assumir diversos formatos de acordo com a cultura e o desenvolvimento das sociedades mobilizava a convicção de que a mesma poderia ser transformada.
- b) *A relação entre a opressão das mulheres e sua dependência econômica frente ao homem na família*: Nas palavras de Kollontai: “O marido dava de comer à sua esposa, e por isso ela estava submetida à sua vontade, e resignação levava a privação de direitos, à sua escravidão na família e no lar”. (KOLLONTAI, 1918a)
- c) *A relação entre a opressão da mulher e a divisão do trabalho*: O capitalismo reforçava a família patriarcal e a submissão das mulheres e jogava sobre seus ombros as tarefas de reprodução da classe trabalhadora.
- d) *A relação entre a mulher e a construção da revolução/socialismo/comunismo*: Havia tanto uma compreensão de dependência entre a mobilização das mulheres e o sucesso da revolução quanto um comprometimento entre programa socialista e programa de luta pela emancipação da mulher. Além disso, uma compreensão de que somente com a alteração das estruturas sociais seria possível, de fato, a libertação da mulher.

Diante disso, ao chegar no poder, os bolcheviques formularam um programa de ação para garantir a igualdade das mulheres. Esse programa se baseava em principalmente 3 pontos: 1) Acabar com toda e qualquer barreira legal que impedia a construção da igualdade entre homens e mulheres garantindo às mesmas plenos direitos e implementando legislações avançadas sobre a família; 2) Socializar o trabalho doméstico, retirando-o do lar e da responsabilidade das mulheres a partir de diferentes serviços, transformá-lo em atividade assalariada e, dessa forma, liberar o tempo das mulheres para a participação na vida política, cultural e produtiva; 3) Incluir as mulheres no trabalho produtivo, acabando com sua dependência econômica, bem como estimulando-as a atividades políticas e culturais.

Foi com base nesses princípios e concepções que os bolcheviques iniciaram suas primeiras ações no governo. O primeiro Conselho dos Comissários do Povo formado pós-outubro contou com a presença Alexandra Kollontai à frente do Comissariado do Povo para o Bem-Estar Social⁷⁶. Com essa ação, a Rússia passou a ser o primeiro país no mundo a ter uma mulher no cargo compatível ao de ministra. Ainda em 1917, iniciou-se também a publicação das primeiras leis voltadas a garantir a igualdade e os direitos das mulheres: Foi decretada a igualdade de todos os cidadãos, as camponesas ganharam o direito sobre a terra, em dezembro foi implementado o casamento civil (extinguindo o casamento religioso) e o divórcio foi

⁷⁶ Ou Previdência Social.

legalizado, bastando para obtê-lo ser solicitado por qualquer um dos cônjuges.⁷⁷ Além disso, foi ratificada a participação política das mulheres como eleitoras e elegíveis. (NAVAIL, F., p. 280-281)

Em outubro de 1918, depois de alguns meses de elaboração e debate, foi aprovado o primeiro Código Completo do Casamento, da Família e da Tutela. O código foi a primeira iniciativa de peso dos bolcheviques no sentido da tal destruição da família patriarcal, tão arraigada na realidade russa. A ideia por trás dele era o reconhecimento da mulher como cidadã de plenos direitos, e a família como uma união entre iguais, baseada no respeito e no amor mútuo. Dessa forma, a lei aboliu o poder marital, impedindo o marido de impor o nome, domicílio ou nacionalidade à esposa, instituiu a pensão alimentícia em caso de separação⁷⁸ e acabou com a diferença entre filhos legítimos e ilegítimos. Além disso, o trabalho feminino também foi protegido e foi criada a licença-maternidade. (NAVAIL, F., p. 280-281)

Até então as leis determinavam a submissão completa da mulher ao marido. Seus direitos de obter passaporte, trabalhar, estudar ou assinar uma letra de câmbio estavam submetidos à aprovação por escrito do marido. O divórcio era quase impossível, sobretudo se fosse pedido pela mulher⁷⁹. A partir do novo Código, casamentos e divórcios passaram a ser uma operação simples, que podia ser realizada facilmente e gratuitamente nos ZAGS (cartórios) (GOLDMAN, 2014, p.70-72). Em uma sociedade em que até pouco tempo (e talvez mesmo naquela época) ainda era costume o noivo ganhar como presente de casamento um chicote para caso “precisasse”, a possibilidade de divórcio (bem como todos os direitos que as mulheres passaram a poder acessar) era, de fato, muito significativa.

Wendy Goldman, na obra *Mulher, Estado e Revolução*, retoma a constatação que, para os juristas envolvidos na discussão sobre o Código de 1918, o mesmo caracterizava-se como uma legislação de transição, não uma legislação socialista⁸⁰, pois conservava a família como elemento social importante, ainda que sob a ideia de seu fim próximo. Na verdade, a legislação oscilava. Por um lado, a instituição da pensão alimentícia tinha por trás a ideia de que esta medida só se justificava enquanto não fosse possível organizar um programa de bem-estar social, por outro, os direitos paternais, embora limitados e devendo ser exercidos

⁷⁷ A Rússia passou a ser o primeiro e único país a facilitar o divórcio a este ponto.

⁷⁸ A pensão era cedida por prazo delimitado, abarcando somente os pobres (homens ou mulheres). O código pressupunha a ideia de que cada cônjuge deveria sustentar a si próprio. Em caso de crianças, a avaliação podia mudar. (GOLDMAN, 2014, p. 73)

⁷⁹ Era permitido somente em caso de adultério presenciado por 2 pessoas, exílio prolongado ou ausência inexplicada (sic!). (GOLDMAN, 2014, p. 71)

⁸⁰ Wendy Goldman (2014) e Paula Loureiro da Cruz (2012) retomam em seus trabalhos importantes debates sobre o papel e limitações das leis em um estado operário de transição.

exclusivamente segundo os interesses das crianças, reconheciam e conservavam a família como unidade primária de criação dos filhos (GOLDMAN, 2014, p.74).

Além do Decreto de Socialização da Terra e do Código de Família, as mulheres também foram contempladas a partir do Commissariado do Trabalho, que aboliu a discriminações nas contratações e garantiu a licença maternidade paga e o direito das mulheres grávidas de realizarem trabalhos mais leves. O Commissariado de Educação reafirmou o decreto do GP, publicado em abril, sobre a instituição de coeducação entre homens e mulheres (CLEMENTAS, 2012, p. 159; ARRUZZA, 2010, p. 44-45).

Segundo o Código Penal de 1885, o aborto era ilegal na Rússia, sendo considerado um ato premeditado de assassinato. A lei punia a mulher e quem realizava o procedimento. Entretanto, segundo Goldman, após 1905, diversos juristas começaram a se colocar contrários à criminalização do aborto, embora, na opinião pública, pouquíssimos/as levantassem a ideia do direito ao aborto como parte do direito das mulheres de controlarem suas próprias decisões reprodutivas.⁸¹ Havia o entendimento de que a criminalização do aborto era ineficaz como forma de combater o mesmo, assim, cresceu o posicionamento a favor da legalização. A ideia era garantir que o aborto fosse realizado em hospitais, por médicos, concomitantemente a um programa de melhoria no atendimento às gestantes e mães nos serviços de saúde. Em novembro de 1920, os Commissariados de Saúde e Justiça legalizaram o aborto tornando a União Soviética o primeiro país no mundo a garantir o aborto legal, seguro e gratuito às mulheres. O decreto se posicionava dizendo que

Nos últimos anos, o número de mulheres que fizeram abortos cresceu em nosso país e em todo o mundo. A legislação de todos os países luta contra esse mal mediante a punição das mulheres que optam pelo aborto e dos médicos que o realizam. Esse método de luta não tem nenhum resultado positivo. Ele faz com que a operação seja subterrânea e transforma as mulheres em vítimas da ganância e muitas vezes de aborteiras ignorantes que se aproveitam dessa situação clandestina. (GOLDMAN, 2012, p. 304).

A partir do decreto, os abortos seriam disponibilizados em hospitais, mas as parteiras e outras pessoas que atuassem fora de unidades hospitalares ainda seriam reprimidas caso realizassem o procedimento. A aprovação da legalização do aborto esteve imersa em uma série de concepções contraditórias sobre maternidade e aborto, visto em geral como um “mal”

⁸¹ Segundo Goldman, algumas médicas feministas como Maria Ivanova Pokrovskaja defendiam essa posição (GOLDMAN, 2012, p. 304).

necessário temporariamente⁸², mas essa foi uma conquista importante para as mulheres, que passaram a utilizar esse direito, independentemente das contradições dos debates sobre a lei.⁸³

Diante de tudo isso, Lenin, em 1919, ressaltava, com razão, os avanços do governo soviético nas políticas voltadas às mulheres:

Nenhuma das repúblicas burguesas mais progressistas realizou [...] em dezenas de anos nem mesmo a centésima parte daquilo que nós fizemos apenas no primeiro ano de nosso poder. Não deixamos literalmente pedra sobre pedra de todas as abjetas leis sobre as limitações dos direitos da mulher (LENIN, 1919, IN: ENGELS; MARX; LENIN, 1979, p. 113)

Mas a garantia de direitos por via das leis era apenas uma parte das transformações que deveriam se dar na prática para, de fato, contribuir para mudar a vida das mulheres. Assim, a partir de Outubro, também se iniciou a construção de uma rede de serviços destinados à socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças e doentes. Nas cidades, mas também onde era possível no campo, iniciou-se a construção de creches, pré-escolas, orfanatos, hospitais, restaurantes e lavanderias, com objetivo de retirar esse trabalho dos ombros das mulheres nas famílias (realizado de forma gratuita) e passar a fazê-lo sob a forma de trabalho público assalariado.

Kollontai, a partir do Commissariado do Povo para o Bem-Estar Social, contribuiu fortemente com o desenvolvimento e a aplicação das primeiras políticas destinadas às mulheres e à família. O Commissariado era responsável por uma grande quantidade de tarefas:

Prestar todo tipo de assistência aos inválidos de guerra, o que significava ter que atender centenas de milhares de soldados e oficiais mutilados. Também se ocupava do fundo de pensão, dos asilos de velhos, dos orfanatos, dos hospitais para pobres, [...] do ensino, das clínicas ginecológicas e de um grande número de centros de educação de meninas. (KOLLONTAI, 1926. IN: KOLLONTAI, 1980, p. 32)

Embora Kollontai tenha enfrentado uma grande oposição dos funcionários do Ministério à sua chefia⁸⁴, ela formou uma comissão de trabalhadores e funcionários com juristas, médicos e pedagogos para realizar as tarefas do governo: a separação entre igreja e escola (o que lhe valeu manifestações da Igreja e ameaças de morte), implantação do direito das alunas administrarem seus colégios (escolas femininas), transformação dos orfanatos em residências estatais para crianças (sem distinção de crianças com pais e sem pais), criação dos primeiros alojamentos para pobres e menores abandonados e elaboração de um sistema de hospitais gratuitos. Em 1918, Kollontai transformou as maternidades em residências gratuitas para o atendimento de mães e recém-nascidos (base para uma proteção à maternidade completamente estatal) e criou o Palácio de Proteção à Maternidade, uma residência modelo

⁸² Desenvolveremos melhor esse assunto no capítulo 2, ao abordar as ideias de Kollontai.

⁸³ Goldman mapeia o perfil, os motivos e as condições nas quais as mulheres que recorriam ao aborto na URSS. Uma maioria das mulheres era casada, operárias ou esposas de operários, que já possuíam um ou dois filhos. (GOLDMAN, 2012, p. 314-330)

para mães e cuidado de recém-nascido, mas que pegou fogo em um incêndio não explicado (KOLLONTAI, 1926. IN: KOLLONTAI, 1980, p. 33-35).

Tais políticas enfrentaram o conservadorismo de parte da população. Adversários alimentavam boatos de que os filhos seriam arrancados de suas famílias – distorcendo a ideia de criação socializada das crianças. Entretanto, seriam as dificuldades econômicas provocadas pelas sucessivas guerras que seriam responsáveis por impor limites à aplicação das políticas, em especial as voltadas à socialização do trabalho doméstico. A grandiosidade do território da URSS e sua diversidade cultural também colocariam obstáculos à difusão das mesmas. Barbara Clements (1982), também ressalta a diferença de capilaridade das políticas bolcheviques na cidade, onde se dispunha de uma classe operária grandiosa, e no campo, onde o peso da família patriarcal ainda se fazia sentir tanto nos costumes quanto em sua ligação direta com a organização da produção agrícola.

Mas os serviços de socialização do trabalho doméstico carregavam uma contradição importante. Eles nasciam da avaliação do trabalho doméstico como um trabalho extenuante, que desperdiçava as energias das mulheres em horas e horas de tarefas intermináveis, restritas ao espaço privado e à família. Com a transformação desse trabalho em diferentes ramos de serviços, retirando-o da esfera do lar, seria possível aproveitar melhor o trabalho da mulher, transformando-o de trabalho privado em trabalho social. Essa leitura passava por duas ideias. A primeira era de que os serviços possibilitariam às mulheres a liberação de tempo para se dedicar ao trabalho assalariado, à educação e à participação política. Entretanto, a segunda era de que quem trabalharia nesses serviços seriam as mulheres. O fato de o trabalho tornar-se público e assalariado parece ter sido suficiente para ser visto como libertador, não se chegando problematizar o fato de que continuavam sendo as mulheres a realizarem-no. O trabalho reprodutivo era visibilizado, mas a divisão sexual do trabalho permanecia naturalizada.

A terceira área de intervenção das políticas era o estímulo à presença de mulheres na educação, no trabalho e na política, o que foi realizado a partir de alterações legais, campanhas, programas de formação profissional e política etc. Entretanto, a maior contribuição para a mobilização das mulheres certamente veio do *Zhenotdel*, o departamento feminino do Comitê Central do PC⁸⁵.

⁸⁴ Inclusive enfrentando uma greve e diversas sabotagens dos funcionários leais ao governo provisório.

⁸⁵ Em 1918, após a fundação da III Internacional, o partido bolchevique mudou de nome passando a chamar-se Partido Comunista Russo (PCR), e, após a fundação da União Soviética, tornou-se o Partido Comunista da União Soviética (PCUS). No texto nos referiremos a eles a partir de agora como “comunistas”, “Partido” e “PC”.

1.9. O ZHENOTDEL

Desde 1917, durante as discussões sobre a reativação do *Rabotnitsa*, se iniciou dentro do partido bolchevique um debate sobre formas de organizar as mulheres. Kollontai, há muitos anos, era defensora da ideia de espaços de formação, organização e propaganda femininos, mas havia muita oposição interna a esses espaços no partido em razão da forma como viam negativamente o movimento feminista burguês. A necessidade de diferenciação e a reprovação do movimento feminista os faziam, em muitos momentos, recusar a ideia de organização das mulheres julgando-a, chamando-a, acusando-a de “feminismo”. Existia um medo que um movimento puramente feminino levasse à divisão de esforços militantes do partido e à confusão da classe trabalhadora.

Entretanto, a participação das mulheres em 1917 mostrava, na prática, a necessidade de intervir junto às mesmas e buscar métodos para fazê-lo. O fato de as mulheres, por outro lado e contraditoriamente, também serem consideradas o setor mais atrasado e supersticioso do ponto de vista das consciências, também reforçava a reflexão sobre a necessidade de um trabalho específico de intervenção entre as massas femininas⁸⁶. Assim, em novembro 1918, foi realizado o I Congresso Nacional de Mulheres Trabalhadoras e Camponesas de Toda a Rússia⁸⁷, que sugeriu ao Comitê Central do Partido Bolchevique a organização de “comissões especiais de agitação e propaganda” entre as mulheres. Em dezembro, o Partido aprovava instruções para a criação dessas comissões de mulheres em todos os níveis, tendo como tarefas aproximá-las do partido e envolvê-las na construção do governo/soviets.

A partir daí, se iniciou um crescente de resoluções e iniciativas até a formação de fato do *Zhenotdel* como sessão feminina do Comitê Central (CC) comunista: Na primavera de 1919, o 8º Congresso do Partido se debruçou sobre a necessidade de abolição da desigualdade das mulheres nas esferas conjugal e familiar e também deliberou sobre ações para o recrutamento de mulheres. No mesmo ano, em setembro, ocorreu a primeira reunião nacional de organizadores de mulheres (representantes das comissões), que contou com 26 províncias debatendo como estruturar o trabalho de agitação e propaganda entre as mulheres. Logo após, no mesmo mês, o Comitê Central decidia por dar *status* de sessão às comissões de mulheres (WOOD, 1997, p.75)

⁸⁶ Elizabeth A. Wood, em *The Baba and the Comrade: Gender and Politics in Revolutionary Russia* (1997), desenvolve bem essa dicotomia da mulher como setor “atrasado” e ao mesmo tempo como vanguarda bolchevique/comunista.

⁸⁷ No congresso participaram 1147 delegadas de diferentes partes da Rússia, Entretanto o *presidium* do Congresso continha quase 2/3 de homens, entre eles Zinoviev e Trotsky. (WOOD, 1997, p. 72-73)

Uma questão importante, e que denuncia uma contradição que o *Zhenotdel* carregou desde seu início, foi a insistência, no momento de sua criação, de reforçar que a opção pelo *Zhenotdel* era uma opção puramente organizativa, ou seja, que ele não seria uma organização separada. Ele só se justificava porque, de outra maneira, não seria possível alcançar as mulheres e organizá-las. Também havia a ideia de que esta era uma organização temporária, necessária porque as mulheres eram um setor menos consciente da classe⁸⁸. No momento em que a consciência das mulheres chegasse ao nível da classe trabalhadora como um todo (leia-se dos homens), essa organização não seria mais necessária (WOOD, 1997, p. 78).

Essa concepção carregava vários problemas. A primeira é o fato de que a “consciência” das mulheres é questionada, enquanto os homens são vistos como seres naturalmente conscientes. Além disso, a organização das mulheres só se justificava para ser possível que ela chegasse ao nível dos homens. Wood também aponta uma contradição fundamental de consequências bastante importantes: se criava uma organização separada, com jornal, direção, políticas, ações, mas se reforçava a todo o momento que ela era “puramente organizacional” e alocava-se a mesma sob a autoridade dos Comitês locais/regionais e Central (WOOD, 1997, p. 78).

Segundo Elizabeth Wood, ao mesmo tempo em que eram dados saltos políticos e organizativos fundamentais no partido com relação às mulheres, se deliberou também o sufocamento de iniciativas independentes e amplas de organização das mulheres. Sindicatos especiais de mulheres, direções de mulheres criadas em conferências não partidárias, *bureaus* de mulheres na administração dos sindicatos e outras iniciativas do tipo deveriam ser dissolvidas e reconstruídas sob o modelo do *Zhenotdel*, o que significava um esforço para que todas as organizações de mulheres funcionassem sob o Partido e sob o CC do Partido (WOOD, 1997, p. 77). O pano de fundo dessa decisão é o medo do “feminismo” e a vontade de direção, pelo partido, das iniciativas de mulheres, entretanto, não devemos ver essa iniciativa como puramente “autoritária”. Ela também decorria da ideia do partido como espaço pedagógico e de formação e conscientização contínua. Existia a ideia de que no partido as mulheres se tornariam conscientes sobre seus interesses e os da classe trabalhadora e se engajariam na construção do socialismo.

⁸⁸ Essa concepção das mulheres como setor menos consciente não é própria apenas dos comunistas, mas sim uma visão generalizada, desde a segunda metade do século XIX, sobretudo entre os setores liberais e do movimento operário. Durante anos, diferentes correntes políticas se colocaram contrárias ao sufrágio feminino justificando que, se o voto fosse dado às mulheres, elas iriam votar nos setores mais conservadores da sociedade como religiosos, monarquistas, etc.

Thaiz Senna traz também a consideração do fato de que o *Zhenotdel* sempre transbordou os limites do partido comunista. Como ressalta, o departamento tinha um “caráter-partido”, voltado para as questões internas ao partido, e um “caráter-movimento”, voltado para a mobilização das mulheres de forma mais ampla na sociedade, não necessariamente mulheres comunistas, mas também muitas mulheres sem partido (SENNA, 2016a), assim, a orientação de esvaziar espaços amplos e atuar sob as asas do partido não significaram uma filiação compulsória de todas as mulheres aos comunistas. Além disso, é preciso considerar que, embora essa orientação possa ter sido formulada, continuaram existindo comissões de mulheres nos sindicatos, comitês de fábrica e outros espaços.

No ano de 1920, as movimentações visando convocar as mulheres para a participação no partido e no novo Estado operário continuaram. No 9º Congresso do Partido, em abril, foi deliberado o trabalho entre as mulheres como uma “tarefa urgente”. Como proposta de Kollontai, o 8º Congresso dos Sovietes, em dezembro, deliberou a necessidade de introduzir as mulheres nos corpos da administração, dos comitês de fábricas até o Conselho Nacional de Economia. Na mesma época uma circular do Comitê Central aos Comitês locais reforçava a urgência na criação das sessões de mulheres.⁸⁹ Nas palavras de Elizabeth Wood, o “trabalho entre mulheres era, agora, incluído no mais alto nível da agenda nacional do partido” (WOOD, 1997, p. 75)

O *Zhenotdel* foi uma experiência fantástica de organização das mulheres, sobretudo se considerarmos que essas ações estavam sendo realizadas na década de 1920, em um país com 85% ou mais de população camponesa. As atividades do *Zhenotdel* envolviam tarefas como alfabetização, formação política, mobilização para trabalhar nas creches, orfanatos e na assistência ao exército, inspeção de escolas, distribuição de alimentação, campanhas de saúde preventiva/pública, etc., além da eleição de delegadas para trabalhar como aprendizes em diversos ramos do governo. O departamento também era a direção do secretariado de mulheres da Internacional Comunista, publicava jornais próprios e realizava conferências periódicas (SENNA, 2012; CLEMENTS, 1992; CRUZ, 2012, p. 46; STITES, 1978, p. 341).

A iniciativa mais importante que o *Zhenotdel* organizou foi o que foi chamado de “Reuniões de Delegadas”, vista por Armand como uma “escola contínua de política e libertação” (STITES, 1978, p. 337). O sistema funcionava da seguinte forma: em cada local

⁸⁹ Essa circular especificamente, enviada pelo CC aos Comitês locais, me pareceu, por outro lado, diferentemente da interpretação de Wood, talvez como uma resistência dos Comitês locais à deliberação sobre a criação das sessões, realizada já mais de um ano antes. Isso faz algum sentido, sobretudo se considerarmos o fato de que havia algum nível de resistência na aplicação das políticas do partido e do governo sobre as mulheres a nível local.

de trabalho, fábrica, bairro, vila, ocorriam reuniões de mulheres que elegiam delegadas (*delegatki*). Stites aponta que o próprio ato do encontro, discussão e eleição dessas mulheres já era, em si, um salto qualitativo no sentido da conscientização das mesmas. As delegadas geralmente eram eleitas para um mandato de duração de 3 a 6 meses (podendo se estender). Durante esse período elas passavam por cursos de formação política e as mulheres que se destacavam durante essa primeira etapa eram enviadas para estagiar/trabalhar em espaços de direção do governo, das fábricas, dos soviets. Elas também eram mandadas para aprender, organizar e fiscalizar os serviços de saúde, educação, bem-estar, etc., que se relacionavam direta ou indiretamente com a socialização do trabalho doméstico, como hospitais, maternidades, lavanderias, restaurantes e cafeterias públicas, creches, escolas, etc. Em diversos casos as *degetatki* também eram enviadas para fábricas, para ouvir reclamações e sugestões das operárias e ajudar a organizar suas demandas. Periodicamente elas faziam relatórios de suas ações, que eram remetidos à sua “base eleitora” nos quais elas relatavam o que tinham aprendido, quais trabalhos estavam realizando, o que elas estavam vendo, aprendendo, etc. Os relatórios também eram usados como base para avaliação de qualidade dos serviços (WOOD, 1997, p. 85-86; STITES, 1978, p. 337-338).

O sistema de delegadas alcançou milhares de mulheres ao longo dos anos de sua existência, tanto na participação nas assembleias quanto como *delegatki* eleitas⁹⁰. Segundo Wood no outono de 1921, 20% das *delegatki* de Moscou juntaram-se ao partido (WOOD, 1997, p. 171-172).

O *Zhenotdel* também organizou intervenções junto às mulheres trabalhadoras no sentido de atuar positivamente estimulando a ocupação pelas mulheres de todos os espaços da economia e da política, em especial a sua entrada no trabalho assalariado, que seria um dos passos para a garantia de sua independência econômica e social. Uma das iniciativas nesse sentido era a organização de cursos de qualificação profissional, por exemplo, de enfermeiras, atendentes de hospitais, professoras de pré-escola, trabalhadoras de creches, etc., geralmente com um módulo voltado para a formação política das mulheres abordando questões como a

⁹⁰ Thaiz Senna recupera em sua dissertação de mestrado os seguintes dados:

Período	Quantidade de delegadas
1922	95.000
1923-1924	20.870
1925-1926	500.000
1926-1927	620.000

SENNNA, 2016a.p. 326.

história do movimento operário e as razões para a transição ao poder soviético (WOOD, 1997, p. 90).

No esforço de alcançar mais mulheres, entre 1918 e 1924 os comunistas também impulsionaram a publicação de suplementos femininos nos jornais que já circulavam. Os números alcançados pelas “páginas das mulheres” (*stranichki*) foram bastante significativos. Em 1920, já existiam 70 jornais que possuíam “páginas das mulheres”. Além disso, outros jornais femininos surgiram como o *Kommunitska*, jornal mais teórico, que é fundado em 1920. Em seu conselho editorial estavam Armand, Kruspskaia, Bukharin, Nikolaeva e Vinogradskaia (WOOD, 1997, p.93-95).

O *Zhenotdel* também realizou ações de pressão e elaboração de políticas junto ao governo. Na 2ª Conferência do *Zhenotdel*, em abril de 1920, houve um grande debate no sentido de pressionar o governo sobre a criação de mais serviços de socialização do trabalho doméstico. Também nesse período (abril-junho/1920), o departamento realizou reuniões com o Comissariado de Saúde para discutir sobre as políticas de proteção a maternidade e sobre a proposta de legalização do aborto (WOOD, 1997, p. 104-105). Em nível interno ao Partido o *Zhenotdel* agiu como lobbista da ocupação da política pelas mulheres. Em Janeiro de 1921, o *Zhenotdel* requereu que 1/3 das vagas nas escolas do partido passassem a ser reservadas às mulheres⁹¹ (WOOD, 1997, p. 120).

Como podemos observar, o envolvimento das mulheres se dava em grande parte através dos lugares e tarefas associadas aos papéis tradicionais da mulher na família e na sociedade. Segundo Wood, entretanto, que também apoia a crítica à reprodução do modelo de divisão sexual do trabalho nas políticas soviéticas, essa percepção também existia na época. Samoilova, na primavera de 1920, reclamou do fato de poucas mulheres estarem sendo treinadas como inspetoras de fábricas. Kruspskaia, na mesma época, levantou uma crítica semelhante, e, através de um artigo no *Pravda*, reclamava que as reuniões de delegadas estavam passando muito tempo discutindo proteção a maternidade, enfermarias, creches, jardins de infância, nutrição e não dedicando tempo suficiente para participação das mulheres na economia e trabalho produtivo feminino. Entretanto, segundo Wood, essas eram as questões que despertavam o interesse das mulheres trabalhadoras e camponesas em ir às reuniões. Existia um dilema colocado: Caso não se apelasse para os interesses recorrentes das mulheres, não haveria chance de aumentar participação das mulheres na construção dos soviets, e, caso se apelasse para essas questões e interesses femininos, as sessões poderiam

⁹¹ O partido aprovou somente 10%, entretanto mesmo esses 10% foram vistos como uma vitória (WOOD, 1997, p.120).

ser marginalizadas, inferiorizados e “guetizados” como espaços “femininos” (WOOD, 1997, p.92-93).

Ao longo dos seus anos de existência, o *Zhenotdel* foi liderado por diferentes mulheres, todas elas pertencentes à velha geração bolchevique (anterior a 1917). Em 1919, na criação do *Zhenotdel*, Inessa Armand foi a primeira a presidi-lo. Com a sua morte por cólera em 1920⁹², Kollontai assumiu ficando no cargo até 1922, quando seu envolvimento com a Oposição Operária⁹³ levou a seu afastamento. A próxima liderança da sessão seria Sofia Smidovich, que pertencia à socialdemocracia desde 1898 e era uma figura chave na organização do partido em Moscou. Ela havia sido do Comitê Militar Revolucionário de Moscou em 1917, trabalhado junto com Armand no Comitê do partido na mesma cidade e havia presidido o *Zhenotdel*-Moscou entre 1919 e 1922.

Em 1924, Smidovich foi substituída por Klavdia Nikolaeva, a primeira operária a presidir o *Zhenotdel*. Nikolaeva participou da delegação de trabalhadoras do Congresso de mulheres chamado pelas feministas burguesas em 1908 e compôs o conselho editorial do *Rabotnitsa* em 1914 e em 1917, sendo bastante próxima de Kollontai. Sua saída do departamento esteve relacionada com seu apoio à Oposição. Entretanto, após o congresso do partido, em 1925, ela se realinhou à maioria do partido, sobrevivendo, assim como Kollontai, aos purgos stalinistas. Em 1925, a última mulher a presidir o *Zhenotdel* assumiu o cargo. Aleksandra Artiukina era uma trabalhadora têxtil de São Petersburgo que possuía relações estreitas com Stalin, tendo sido defensora da ideia da mobilização das mulheres na luta contra o absentéismo e o alcoolismo e pela disciplina e produtividade, bem como do 1º Plano Quinquenal e da coletivização das terras. Artiukina também apoiou a decisão de encerrar a sessão em 1930 (SENNÁ, 2012; STITES, 1978, p. 333-334; WOOD, 1997, p. 210-212)

Obviamente as ações e políticas do *Zhenotdel* também enfrentaram dificuldades organizativas, por exemplo, deficiência de pessoal, falta de fundos, problemas sobre jurisdição, etc., também sofridos por outras instâncias do PC. O tamanho do território russo, a quantidade de línguas e o analfabetismo generalizado também geraram desafios. Entretanto, o

⁹² Curiosidade: Armand, ao se retirar do cargo, já havia pedido afastamento há alguns meses para tratar da saúde, no entanto, Kollontai não estava disponível, pois se recuperava de um ataque cardíaco. Ao retornar em março, assumiu a presidência, liberando Armand para tratar da saúde no Cáucaso, onde morreu por cólera.

⁹³ Em 1920, formou-se a Oposição Operária, com Schliapnikov à frente e uma base formada majoritariamente por operários não qualificados. Kollontai aderiu ao grupo e escreveu sua tese ao X congresso do Partido, em 1921, o panfleto *Oposição Operária*, que apresentava dois pontos principais: 1) a ideia do “controle operário”, onde defendiam que toda a economia estivesse sob controle dos sindicatos; 2) a denúncia de um processo acelerado de desproletarização e burocratização do partido. Mas a Oposição Operária recebeu poucos votos no Congresso, que decidiu pela proibição de frações. O grupo chegou a recorrer a resolução à Internacional, mas não obteve sucesso.

esforço para organizar as mulheres com o objetivo de destruir estruturas patriarcais fortemente arraigadas na cultura russa ocasionou respostas dramáticas por parte dos homens, que reagiram violentamente ao *Zhenotdel* e às mulheres que buscavam participar do mesmo, sobretudo nas regiões camponesas pertencentes às fronteiras não-eslávicas. Em Chigirin, três trabalhadoras do *Zhenotdel* foram mortas em um ano. Stites nos dá relatos de mulheres atacadas ao sair de uma reunião com homens munidos de cachorros e água fervente, mulheres cortadas em pedaços e mutiladas por seus maridos e parentes. Na Ásia Central, em três meses de 1929, registraram-se 300 assassinatos desse tipo. A proporção e a gravidade desses ataques fez o governo classificar esses crimes como “ofensas contrarrevolucionárias” (STITES, 1978, p. 339-340).

O *Zhenotdel* também sofreu resistências do próprio movimento operário. Os sindicatos e sovietes, por exemplo, apresentaram reações significativas contra as delegadas do departamento. Muitas vezes eram negados a elas os papéis que precisavam para realizar seus trabalhos ou eram colocadas para tarefas de limpeza e secretaria. Durante a NEP houve inúmeros conflitos entre o *Zhenotdel* e os sindicatos em torno da qualificação das mulheres, reprodução de políticas discriminatórias na contratação/demissão, diferenças salariais e desemprego feminino (WOOD, 1997, p. 87; 166-167).

Dentro do partido, a discussão sobre a necessidade ou não de uma organização separada das mulheres, bem como o grau de autonomia que ela deveria ter, sempre foram problemas mal resolvidos, com vozes dissonantes. Ainda em março de 1921, no 10º Congresso do Partido, foi deliberado que as sessões de mulheres deveriam ser incluídas no sistema geral da sessão de agitação e propaganda. Segundo Wood, essa aprovação deu força às alas liquidacionistas⁹⁴ dentro do partido e foi vista por muitos como um sinal de que em breve o *Zhenotdel* seria diluído (WOOD, 1997, p. 131-132).

De 1921 a 1930 muitos anos se foram até que o *Zhenotdel* fosse finalmente dissolvido. Sua sobrevivência esteve estreitamente ligada à sua capacidade de mobilização para as demandas do governo e conjuntura, sobretudo nos anos da guerra civil, da fome e da NEP. Com o avançar do processo de industrialização e burocratização no final dos anos 1920, ele já não era mais necessário e, pelo contrário, tornava-se perigoso politicamente. Assim, em 1930, ele é encerrado, sendo subsumido às comissões de agitação do partido, embora tenha permanecido em ação nas fronteiras não russas, sobretudo orientais, até 1936.

⁹⁴ Os setores que defendiam o fim do *Zhenotdel*.

Em 1926, a extinção do Secretariado Feminino da III Internacional tendo como principal justificativa a posição de que estruturas separadas ameaçavam a coesão das organizações do movimento operário, correndo o risco de criar cisões, já anunciava o futuro do *Zhenotdel* russo. Em 1930, a extinção do *Zhenotdel* foi anunciada no Dia Internacional das Mulheres, sob o pretexto de que as mulheres russas já haviam alcançado a igualdade e um movimento independente já não precisava mais existir (ARRUZZA, 2010, p.67; MCDERMID & HILLYAR, 1999, p 197)

1.10. AS MULHERES E AS POLÍTICAS PARA MULHERES DURANTE OS ANOS DA GUERRA CIVIL

Em abril de 1918, se inicia a Guerra Civil. Até 1921 a ação do exército branco, formado pela burguesia e nobreza russa, liderado pelos ex-generais czaristas e apoiado pelas potências internacionais vai impor privações diversas ao governo dos soviets e à população russa como um todo. A guerra civil acumulou e exacerbou diversas contradições políticas e sociais.

O período de 1914 a 1921 ficou conhecido como “terremoto demográfico”. Ao todo 16 milhões de pessoas morreram em decorrência das guerras, fome, epidemias. Somente durante o período da Guerra Civil foram 2,5 milhões da guerra. 1,5 milhão morreu de tifo entre 1918 e 1919 e uma estimativa de 5 milhões da fome de 1921-1922 (GOLDMAN, 2014, p. 98).

Impressionantemente, mesmo em meio à barbárie social, a inventividade dos soviéticos fez do período da guerra civil um período de efervescência na formulação da nova sociedade socialista. As respostas aos problemas colocados foram dadas avançando sobre a comunalização da vida cotidiana e mobilização da sociedade para lutar pela sua sobrevivência e pela manutenção do governo socialista na Rússia.

Durante a Guerra Civil (GC), quando o governo implementou o Comunismo de Guerra⁹⁵ (CG), muitos viram suas medidas como meios para a construção do socialismo e de uma economia comunal. A abolição da propriedade privada, a perda de importância da moeda, o racionamento estatal e, principalmente, a inserção de todos na vida produtiva, ligando o trabalho à alimentação socializada, bem como as políticas de socialização do

⁹⁵ O Comunismo de Guerra foi um conjunto de ações implementadas pelo governo soviético durante a guerra civil, marcadas pela estatização dos principais setores da economia envolvendo a produção e distribuição de alimentos e produtos, o atrelamento da alimentação (racionada) ao trabalho assalariado, conversão de parte da indústria para a produção bélica e outras medidas. De um modo geral, essa política significou um maior controle estatal sobre a economia com objetivo de garantir a sobrevivência do país durante a guerra. Além da estatização de diversas fábricas e setores da economia o período contou com requisições de alimentos no campo e o surgimento de formas de trocas não monetárias.

trabalho doméstico, contribuíram para a visão de que o este desapareceria em breve (GOLDMAN, 2014, p. 22).

Kollontai e outros viram as políticas do Comunismo de Guerra como um novo modo de vida socialista⁹⁶. O trabalho obrigatório reconhecia a mulher como unidade de força de trabalho produtiva e a alimentação coletiva e a distribuição de comida para as crianças consolidava a “separação entre casamento e cozinha” (GOLDMAN, 2014, p. 89). As iniciativas de habitação comunitária, também foram vistas positivamente, apresentando as vantagens, com cozinha comum, lavanderia e água quente, enquanto a economia privada exigia muito trabalho feminino. As bases do novo sistema eram a organização e controle não apenas da produção, mas também do consumo, retirando da família a função de unidade consumidora e, segundo Kollontai, “à medida que o casamento deixa de significar para os cônjuges vantagens materiais, perde seu caráter de instituição estável” (GOLDMAN, 2014, p. 110).

Obviamente, as condições econômicas impediam um avanço maior nas políticas públicas, frente às necessidades gritantes de sobrevivência da população e de suprimento do exército. No contexto da GC, os serviços destinados à socialização do trabalho doméstico ficaram em uma posição contraditória. Por um lado, receberam grande impulso, por outro, havia limites reais, materiais, para implementá-los.

Em 1920, Kollontai observava que uma das características da Guerra Civil era que nela as mulheres trabalhadoras e camponesas não tinham tido um papel passivo, mas sim um papel importante e ativo. (STITES, 1978, p. 317) As mulheres foram convocadas para se mobilizarem de todas as formas possíveis para apoiarem a guerra e a sobrevivência do país. Elas atuaram em brigadas de alimentação, operações sanitárias, secretárias, correio, motoristas, enfermeiras, espiãs, agitadoras, etc., além de atuarem na construção de fortificações e trincheiras e nos combates.

Segundo Stites, assim como na Primeira Guerra, elas serviram como combatentes e suporte médico do exército, porém em uma escala maior e melhor organizada. Os dados demonstram um grande envolvimento das mulheres com a guerra além de uma participação política importante. Segundo Clements, mais de 30 mil mulheres juntaram-se ao partido comunista durante a guerra civil e milhares participaram das conferências e programas do *Zhenotdel*. Cerca de 65 mil mulheres alistaram-se no Exército Vermelho (ainda que

⁹⁶ Os anos da GC iniciaram um intenso debate sobre os modos de vida, a moral, a psicologia socialista, etc. que perdurou por toda a primeira metade da década de 1920. Esse foi o momento de maior formulação e riqueza do debate dessas questões pelos comunistas.

compondo uma porcentagem bem pequena do total – 2%) atuando em diferentes funções. (CLEMENTS, 2012, p. 160)

Como parte das movimentações para envolver as mulheres na guerra, em 1919, foram montados cursos de primeiros socorros formando 6 mil mulheres, a maioria independentes (sem partido). Juntamente ao curso, as mulheres recebiam treinamento com rifles e formação política. Em 1920, se iniciou o recrutamento de mulheres jovens para serviços fora de combate (a participação como combatente era opcional para as mulheres). Altos postos do Comitê Militar Revolucionário e do Departamento político do Exército Vermelho também foram ocupados por mulheres (STITES, 1978, p. 317-318).

Do ponto de vista da participação em combate, foram montados Destacamentos de Combate das Mulheres Comunistas ou Destacamentos de Propósito Especiais das Mulheres Comunistas, que tinham funções de policiamento nas cidades e de combate, entretanto, a formação de grandes batalhões de mulheres, como eram os Batalhões Femininos da Morte (montados sob o governo provisório por iniciativa de Maria Bochkareva), não existiu, possuindo os Destacamentos de mulheres uma média de 300 mulheres (STITES, 1978, p. 318).

Durante a GC as mulheres também assumiram papel de liderança na agitação e propaganda, intervindo diretamente sobre as áreas de domínio do exército branco, semeando dúvidas e confusões entre as tropas. Esse trabalho das mulheres foi considerado tão crucial que Lenin ordenou a realização de uma escola especial para treinamento em trabalhos de espionagem e sabotagem nas áreas brancas. As jovens mulheres formadas no curso compuseram o Primeiro Destacamento Partidário para Propósitos Especiais, enviado para diversas missões de inteligência (STITES, 1978, p. 319).

O *Zhenotdel*, nesse contexto, fez um giro para os esforços de guerra, servindo como centro de mobilização das mulheres comunistas e outras. O departamento realizou formações políticas entre as enfermeiras do exército vermelho e campanhas contra a deserção. Durante os anos da fome, o departamento atuou em brigadas de alimentação na organização de cafeterias e restaurantes públicos, em campanhas de arrecadação de alimentos para restaurantes destinados a crianças e orfanatos. Também houve o esforço feito pelo Departamento de convencimento da população camponesa em vender o leite para o Estado, e não para o “mercado-negro” para que houvesse leite disponível nos berçários e creches públicas, assim como em outras campanhas contra a especulação (WOOD, 1997, p. 90-91).

Durante esses anos o *Zhenotdel* também foi usado para mobilizar as mulheres para o apoio ao Exército Vermelho. Foram organizados pelo PC “agit-trens” e “agit-barcos”,

responsáveis por viajar pelo país fazendo agitação e propaganda revolucionária, formação política, organização partidária, campanha das ações do governo soviético, etc. As mulheres do *Zhenotdel* tiveram atuação importante nessas unidades (STITES, 1978, p. 332). Ao mesmo tempo, a guerra também tornou mais difícil a organização das mulheres, com regiões dominadas pelo exército branco, colapso de redes de transporte, além de condições degradantes de vida em muitas regiões como consequência da guerra (WOOD, 1997, p. 95).

Ao fim de quase 7 anos de guerra, o país estava destruído. A produção agrícola e industrial atingiu níveis drasticamente baixos, as cidades foram palco de banditismo e de 7,5 milhões de crianças abandonadas/órfãs, deixadas como produto da destruição das famílias pelas guerras e da dificuldade de garantir orfanatos de qualidade pelo Estado.⁹⁷ Como impacto da fome e das guerras, muitos voltaram para o campo, em especial os homens⁹⁸. A população de Moscou caiu 50% e de Petrogrado 72% entre 1918 e 1920⁹⁹, piorando ainda mais o quadro de desorganização da economia. O sistema de educação estava em verdadeiro colapso frente à impossibilidade de conciliar as condições sociais das crianças e a vontade de aprender, além dos problemas de recursos (CLEMENTS, 2012, p. 160). Em janeiro de 1921, uma Conferência de donas de casa discutiu sobre a falta de qualidade dos serviços públicos e a necessidade de melhorá-los, bem como meios para isso (WOOD, 1997, p. 128), entretanto, no cenário econômico do país, essa era realmente uma tarefa bastante difícil.

1.11. AS MULHERES E AS POLÍTICAS PARA MULHERES DURANTE OS ANOS DA NEP

Em meio à situação econômica do final da GC começou a ganhar espaço¹⁰⁰ a ideia de “voltar atrás” em algumas políticas do Comunismo de Guerra e abrir concessões para possibilitar alguma dinamização da economia. Havia, entre uma parte significativa dos

⁹⁷ Dados de Goldman para o começo de 1922. Os *besprizorniki* (como eram chamadas as crianças de rua) viviam pelas cidades em busca de comida ou viajavam sozinhas e em bandos roubando, pedindo dinheiro, batendo carteiras e prostituindo-se. (GOLDMAN, 2014, p. 97). Goldman detalha bastante o estudo dessas crianças na sua obra *Mulher, Estado e Revolução*.

⁹⁸ Os homens no geral ainda mantinham vínculos mais estreitos com os familiares nas aldeias. Uma maior porcentagem de mulheres do que homens das cidades eram pessoas sem família, muitas eram viúvas e mães solteiras da guerra. (CLEMENTS, 2012, p. 160)

⁹⁹ O principal motivo para essa evasão das cidades era a falta de alimentos nas mesmas.

¹⁰⁰ Segundo Tamás Krausz, essa era uma formulação que começou a aparecer não só entre os comunistas, mas também fora do partido. Ele recupera, em sua obra *Reconstructing Lenin*, como, ainda durante os anos da guerra civil, foi surgindo a ideia tanto da volta ao comércio quanto da instalação de uma ditadura mais fechada. Entretanto, Lenin teria rejeitado essas ideias, pois tinha receio das consequências da volta do comércio favorecer os *kulaks* e burgueses e causar o esmagamento da economia de transição e da revolução. (KRAUSZ, 2015, p. 227-231)

comunistas, a ideia de que o socialismo precisava se dar a partir de um mínimo patamar de desenvolvimento das forças produtivas e da economia capitalista, e que a Rússia, por ser um país de base camponesa, carecia desse desenvolvimento. A NEP substituiria as requisições de alimentos no campo por um imposto em espécie, fixo, de modo que se a produção fosse maior que o consumo e o imposto, era possível a comercialização desse “excedente” (o que, levaria à reabilitação da moeda). Isso estimularia um aumento da produção e a dinamização da economia. O Estado, por sua vez, por meio dessa base fiscal, buscaria “acumular capital” e reinvesti-lo na recuperação e crescimento da economia estatal de transição. Era uma medida arriscada, vista por Lenin e os comunistas como uma medida emergencial e temporária visto o estado da economia e o atraso/fracasso da revolução em outros países europeus “avançados” (KRAUSZ, 2015).

Para as mulheres, o período da NEP representou diversos desafios e alguns retrocessos importantes. O primeiro e maior deles foi uma grande mudança da porcentagem de mulheres na composição da força de trabalho. Após a GC, 4 milhões de homens foram desmobilizados e o debate sobre como realocá-los da melhor forma na economia e sociedade foi grande. A desmobilização do exército, somada à privatização de parte da economia, significou para as mulheres um aumento brutal do desemprego, uma situação de disputa com a força de trabalho masculina e uma expulsão da produção. Em dezembro de 1921, elas são 62% dos desempregados¹⁰¹. Em Moscou, por exemplo, elas declinaram de 39% para 29% do total de trabalhadores, e de 53% para 41% entre os trabalhadores de colarinho branco. Em contrapartida foi ocorrendo uma redução gradativa do desemprego de soldados e marinheiros. Eles são 4,5% do total de desempregados em 1924, 3,6 no início de 1925 e 1,2 no meio de 1925 (WOOD, 1997, p. 153-154).

As mulheres carregaram o desemprego durante a transição para a NEP e durante parte significativa dos anos 1920. Ainda que em alguns momentos a porcentagem de mulheres no total de desempregados não fosse maioria, seus números são crescentes na maior parte do tempo. Quando comparados, os números do desemprego em 1921 e 1929 mostram um aumento em 6 vezes.¹⁰²

Goldman (2014) faz uma diferenciação dizendo que as mulheres sofriam com o desemprego não tanto em decorrência direta da NEP, mas pela persistência dos padrões de discriminação no trabalho, pois era vigente a ideia de que uma mulher custava mais do que

¹⁰¹ Em Petrogrado, em 1922, o desemprego feminino chega a 67%. (GOLDMAN, 2014, p. 151)

¹⁰² Goldman detalha o acompanhamento do desemprego durante a década de 1920. Em outubro de 1929, há 369.800 mulheres desempregadas (45% do total.). (GOLDMAN, 2014, p. 152)

um homem (licença maternidade, etc.) (GOLDMAN, 2014, p. 155-156). Em todo caso, é fato que, durante a NEP, as discriminações para contratação e demissão de trabalhadores, se não foram maiores, pelo menos se tornaram mais nítidas.

Como decorrência dessa situação, resoluções e ações foram aprovadas visando conter a discriminação e a demissão das mulheres. Delegadas do Congresso de Mulheres¹⁰³ se debruçaram sobre as práticas sexistas das fábricas e a substituição das mulheres por homens, sobretudo no caso da mulher casada (que estava ocorrendo em grande quantidade sob o argumento de que tinha um marido para sustentá-la e seu lugar era na cozinha) (GOLDMAN, 2014, p. 156). Em fevereiro de 1922, o governo decretou a proibição da discriminação contra as mulheres no trabalho¹⁰⁴, bem como a obrigação de pagamento de benefício às mulheres com filhos em caso de demissão da mesma. Em maio, o Comissariado do Trabalho editava uma circular sobre a urgência no estabelecimento de empregos especiais para mulheres grávidas e viúvas do Exército Vermelho, viúvas com muitas crianças e mulheres solteiras com filhos. Uma semana depois o Comissariado de Bem-Estar Social igualmente soltou uma circular similar, que convocava o governo e os sindicatos a organizarem trabalhos para mulheres desempregadas através de oficinas, etc. Em Março de 1922, a Conferência do *Zhenotdel* também aprovou uma resolução contra as discriminações e também um programa de cursos de qualificação profissional para as mulheres, assim como propostas para buscar ações junto ao governo para conter o desemprego feminino (WOOD, 1997, p. 164-165).

No sentido de frear a expulsão das mulheres da indústria, o 8º Congresso do Partido, em 1924 se posicionou contra as demissões das mulheres, pela necessidade de qualificação profissional das mulheres¹⁰⁵ e de seu envolvimento nos ramos produtivos em que eram tradicionalmente sub-representadas, observando “que a preservação das mulheres trabalhadoras na produção tem um significado político”. Segundo Goldman, isso significou uma rejeição pelo partido da linha produtivista orientada para uma recuperação econômica rápida e a maximização dos lucros, e a reafirmação do comprometimento com valores humanistas incorporados em seu programa pela emancipação das mulheres (GOLDMAN, 2014, p. 156; WOOD, 1997, p. 156).

Além das resoluções do partido e decretos governamentais, os administradores foram instruídos a demitir homens e mulheres em proporção igual, mulheres grávidas e lactantes não poderiam ser demitidas, mães com filhos até 1 ano deveriam ter prioridade para permanecer

¹⁰³ Goldman (2014) não precisa qual congresso.

¹⁰⁴ OBS: já era lei a proibição de salários diferentes.

¹⁰⁵ Foi observado que a maior parte das mulheres encontrava-se em setores mais mal remunerados e sem qualificação. (GOLDMAN, 2014, p. 156)

no emprego, mulheres que perdessem o emprego poderiam continuar utilizando a creche dos trabalhadores e mulheres solteiras não deveriam ser despejadas de seus alojamentos. Entretanto, resoluções e decretos tiveram pouco efeito. Em 1925, a indústria já havia se recuperado, mas o desemprego feminino ainda não tinha diminuído (GOLDMAN, 2014, p. 157-158).

O período da NEP também contou com cortes no orçamento destinado aos serviços sociais, com impacto, sobretudo naqueles onde as mulheres predominavam como força de trabalho (saúde, serviços públicos, rede de educação e creches, comunicação, etc.)¹⁰⁶. Além do impacto sobre o desemprego feminino, o redirecionamento de recursos teve um reflexo impressionante sobre o desmonte dos serviços de apoio para a socialização do trabalho doméstico. Sob a GC o número de estabelecimentos de cuidados para crianças e lares para mulheres solteiras com filhos havia crescido bastante. Entretanto, entre 1921 e 1923, mais da metade das creches bem como dos lares para mães solteiras fechou. Os restaurantes comunitários também começam a fechar, e serem abertas lojas de alimentos em seu lugar¹⁰⁷. Quase todos os serviços foram reduzidos (GOLDMAN, 2014, p. 158).

O contexto da NEP também assistiu ao (re)aparecimento de dois modelos de mulher radicalmente abafados sob os anos da guerra civil. Por um lado, o ressurgimento de uma classe “burguesa”/de comerciantes, os homem-NEP, levou ao aparecimento da mulher-NEP, descrita como uma mulher fútil, de saltos, batons vermelhos e sexualidade exacerbada (!). Durante esses anos houve debates sobre a ameaça da “boneca-parasita”, referindo-se à mulher-NEP, que mantinha uma relação utilitarista com o homem-NEP. Por outro lado, os anos da NEP assistiram a uma onda de crescimento da prostituição, estimulada pela remonetarização da economia e o desemprego feminino. Segundo Wood os bolcheviques apostaram na ideia de acabar com a prostituição acabando com o capitalismo. A partir do momento em que o capitalismo era revivido, revivia também a prostituição (WOOD, 1997, p. 176-178).

Outras transformações ocorridas durante a NEP foram referentes às legislações sobre a família e as mulheres. O Código de Família de 1918 instituiu o divórcio simplificado e a

¹⁰⁶ Goldman fala de 280 mil mulheres deixando esses serviços. (GOLDMAN, 2014, p. 150)

¹⁰⁷ Goldman ressalta que durante o CG parte significativa da população se alimentava nos restaurantes públicos. Ainda que houvesse problemas com a qualidade, eles se deviam ao colapso econômico, não às estruturas em si mesmas e os restaurantes eram uma forma eficiente de alimentar a população. Entretanto, assim como outras políticas do comunismo de guerra, eles teriam sido descartados como experiências ilusórias ou prematuras. No processo de fechamento dos restaurantes e abertura de lojas, alguns ficaram felizes com as refeições caseiras, mas as mulheres reclamavam do tempo gasto com as obrigações domésticas. Goldman ressalta ainda que a retração dos restaurantes (assim como outros serviços) tinha impacto diferenciado entre homens e mulheres. (GOLDMAN, 2014, p. 170-173)

pensão alimentícia para ambos os cônjuges. Entretanto, as condições econômicas bem como a psicologia da época fizeram dessas medidas libertárias uma armadilha para as mulheres. Os casamentos duravam pouco tempo, e muitas vezes a mulher era deixada sozinha e com filhos, e a pensão muitas vezes não era paga ou não chegava a um montante suficiente para o sustento das mulheres e dos filhos.

Segundo Goldman,

Desemprego, baixa qualificação, falta de serviços sociais e pobreza terrível eram fatores que mitigavam a independência feminina frente à unidade familiar. A ideia de “união livre” teria consequências trágicas e imprevistas para as mulheres enquanto elas não pudessem sustentar a si próprias e a seus filhos. A lei, nascida da tradição do socialismo libertário, estava dolorosamente em contradição com a vida. Nas palavras de Ste'makhovich: “A libertação das mulheres [...] sem uma base econômica que garanta a completa independência material de cada trabalhador é um mito”. (GOLDMAN, 2014, p. 186)

A situação levou ao surgimento da opinião de que o Código de 1918 deveria ser alterado para garantir alguma proteção para as mulheres. Assim, em 1926, após intenso debate, foi aprovado o novo Código de Família, que continha em relação ao Código de 1918 as seguintes alterações: ele igualou casamentos e “uniões de fato”, buscando reconhecer direitos a uniões não registradas oficialmente e caminhar rumo ao “amor livre”, deu direito de propriedade adquirida aos cônjuges (partilha de bens adquiridos após o casamento)¹⁰⁸, estendeu o direito de pensão alimentícia aos desempregados e legalizou a adoção (GOLDMAN, 2014, p. 160). Kollontai se posicionou na época contrariamente à entrada das “uniões de fato” no Código, pois considerava que a tentativa de estabelecer o que era uma “união de fato” limitava as possibilidades de arranjos familiares (FARNSWORTH, 2010)¹⁰⁹, bem como à pensão alimentícia e à adoção de crianças¹¹⁰ defendendo que o Estado deveria ser o responsável por essas funções (GOLDMAN, 2014, p. 299).

¹⁰⁸ O código anterior considerava a propriedade individual, não havendo partilha de bens, entretanto, isso teve como consequência um desamparo das mulheres separadas. A ideia inicial da lei era proteger a propriedade das mulheres, mas os juristas que o elaboraram não haviam percebido que as mulheres não tinham propriedade para serem “protegidas”. A proposta de divisão dos bens adquiridos tinha por trás o reconhecimento da contribuição do trabalho das mulheres para a construção da propriedade conjunta familiar.

¹⁰⁹ A definição de “união de fato” envolvia: coabitação, lar compartilhado, educação mútua de crianças e o reconhecimento por parte de um terceiro, do casamento. (GOLDMAN, 2014, p. 298)

¹¹⁰ O Código de 1918 proibia a adoção de crianças. A volta da adoção significava, na visão de muitos, uma derrota da concepção de que deveria ser o Estado socialista a cuidar das crianças “sem lar”, e não famílias de forma isolada e privada. Também havia a leitura de que famílias camponesas em busca de braços poderiam utilizar o recurso da adoção de forma exploratória com as crianças e jovens.

1.12. AS MULHERES E A FAMÍLIA NA ERA STALINISTA

Em janeiro de 1924, após uma sequência de derrames cerebrais que já duravam alguns meses, Lenin morreu. Apesar de Stalin não ter sido uma figura proeminente na Revolução de 1917, de não ser um quadro teórico do partido, do *Testamento* de Lenin (à época não publicado) caracterizá-lo como grosseiro e posicionar-se a favor da ideia de que outra liderança, com outro perfil teria melhores condições de estar à frente da república dos soviets, ele assume a liderança do partido na figura de Secretário Geral em 1922 (no 11º Congresso do Partido, o qual Lenin já estava afastado por problemas de saúde), e do governo após a morte de Lenin. Como Secretário Geral, Stalin passou a ser responsável por todas as nomeações do partido e soube jogar o xadrez da política a partir das movimentações (cooptações, afastamentos, etc.) em torno aos cargos.

Os anos do regime stalinista assistiram a uma derrota brutal da Revolução. A mobilização da sociedade deu lugar à repressão da mesma. Milhares de pessoas morreram. Praticamente toda a velha geração revolucionária foi morta pelos purgos stalinistas. No país onde se sonhou em construir uma sociedade sem classes, se consolidava uma ditadura dominada por uma burocracia privilegiada. No campo da economia, a coletivização forçada da agricultura, a fome e os planos quinquenais teriam um enorme impacto sobre a URSS, alguns positivos, muitos negativos.

No que tange às mulheres, esse seria um período de retrocessos em quase tudo que visava libertá-las da família e do lar, o que se refletiu na redução das políticas públicas, e na alteração das leis, ainda que houvesse diversos avanços no sentido da ocupação do espaço público como trabalhadoras. Uma coisa, somada à outra, resultaria na instituição de uma dupla jornada justificada ideologicamente como dever da mãe soviética. O período, segundo Clements, seria marcado por uma combinação de feminismo bolchevique com o culto à domesticidade, no qual as mulheres seriam vistas como participantes na sociedade, e, principalmente, como mães apoiadoras do comunismo que ensinariam seus filhos a serem comunistas-modelos (CLEMENTS, 2014, p. 173).

O governo de Stalin continuou a redirecionar gradativamente os gastos orçamentários para o investimento da indústria, o que, a partir de 1928, se intensificou com o início dos Planos Quinquenais. Isso significou uma extinção das políticas de socialização do trabalho doméstico, como restaurantes, lavanderias, creches e berçários assim como orfanatos, casas para idosos e outros serviços de bem-estar garantidos pelo Estado. Alguns foram oficialmente encerrados.

Durante esse período também houve uma reabilitação do papel da mulher como mãe e a valorização dessa característica. A necessidade de expansão da economia e, logo depois, a preparação da guerra e a recuperação da mesma, em um país que atravessou fomes e guerras, necessitava fatalmente de mais braços. Dessa forma, iniciou-se uma forte construção da figura da mulher como mãe e esposa e uma pressão natalista que se refletiu nas leis, na participação política das mulheres, na construção ideológica de seu lugar na sociedade e na construção do socialismo. O modelo da “nova mulher” emancipada, independente, liberta sexualmente, deveria ser combatido e posto em seu lugar o da mulher-mãe obediente, disciplinada e disciplinadora de seus filhos para a construção do “comunismo”.

1922, ano que Stalin assume como Secretário Geral do Partido e se torna responsável pelas nomeações, é o mesmo ano em que Kollontai, logo após uma participação ativa na Oposição Operária, é enviada para a Noruega como representante comercial (FARNSWORTH, 2010). Vimos como, em 1926, o primeiro grande alerta foi dado: o Secretariado de Mulheres da III Internacional foi dissolvido. Em 1930, durante a vigência do Primeiro Plano Quinquenal, e no ano em que se iniciou a coletivização, o *Zhenotdel* também teve o mesmo destino.

Com encerramento da organização das mulheres, Stalin abriu caminho também para outros retrocessos legais, buscando reforçar a centralidade da família patriarcal hierárquica e o papel da mulher junto ao lar. Em 1934, a homossexualidade e a prostituição foram criminalizadas, o que é interpretado por nós como uma intervenção no sentido da normatização da família heterossexual, monogâmica, voltada para a reprodução¹¹¹. Em 1936 o aborto é proibido e a autoridade paterna na família é reestabelecida (NAVAILH, 1991, p. 296-298).¹¹²

O novo Código de Família de 1936 foi aprovado em meio a uma campanha pró-família e representou um duro golpe sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, já sob a pressão natalista não só da industrialização e coletivização, mas também da preparação da Segunda Guerra Mundial. A lei proibiu o aborto, exceto em caso de risco de vida da mulher, aprovou um seguro para o nascimento de filhos e dobrou o benefício mensal a mãe empregada (de 5 para 10 rublos). A Lei também implementou prêmios em dinheiro para estimular as

¹¹¹ No mesmo ano decreta-se a pena de 2 a 5 anos em campos de trabalho para quem não denunciar parentes contra-revolucionários, evidenciando uma grande pressão sobre mulheres para denunciar familiares. (NAVAILH, 1991, p. 299)

¹¹² Nesse mesmo ano decreta-se a pena de morte para maiores de 12 anos. (NAVAILH, 1991, p. 296-298)

mulheres terem filhos¹¹³, bem como previa a expansão o número de maternidades, creches e berçários.¹¹⁴ O divórcio foi dificultado, tornando-se mais caro¹¹⁵ e passando a requerer marido e esposa em audiência. O Código também estabelecia porcentagens do salário a ser dado como pensão alimentícia e penalidades para o não pagamento da mesma (CLEMENTS, 2012, p. 183; GOLDMAN, 2014, p. 382-383).

Segundo Goldman,

A lei de 1936 oferecia às mulheres uma barganha implícita: ela ampliava tanto a responsabilidade do Estado como a do homem pela família, mas em troca ela exigia que as mulheres assumissem o duplo fardo do trabalho e da maternidade. A ideia de que o Estado assumiria as funções da família foi abandonada. (GOLDMAN, 2014, p. 387)

A primeira metade da década de 1940 ainda veria a continuidade das políticas iniciadas com o Código de 1936. Em 1941, foi introduzido um imposto sobre solteiros e o aumento da taxa cobrada pelo divórcio. Em 1943, as escolas deixaram de ser mistas, enfatizando a diferença de educação e papéis de homens e mulheres. Em 1944, sem debate prévio, um decreto aboliu o casamento “de fato”. Nesse mesmo ano, já no contexto das enormes perdas humanas da Segunda Guerra, foi feita uma nova revisão no Código de Família, que dificultou ainda mais o divórcio e previu benefícios para as mães solteiras¹¹⁶. Ainda em 1944, o aborto foi totalmente proibido e criou-se a premiação do título de Glória Materna (7 a 9 filhos) e Mãe Heróica (mais de 10 filhos) (NAVAILH, 1991, p. 300-301; ARRUZZA, 2010, p. 68; CLEMENTS, 2012, p. 200).

Segundo Goldman (2014), não só a pressão natalista teria influenciado na determinação dessas políticas, mas também a situação dos *besprizornost* (crianças abandonadas/órfãs). Segundo ela, a questão dos *besprizornost* já havia sofrido um recuo no Código de 1926 a partir da permissão da adoção. Entretanto, o número de crianças nessa situação não foi radicalmente reduzido. Segundo Goldman

à medida que surgiam mais claramente os laços sociais entre os *besprizornost*, as mães solteiras, o divórcio e a irresponsabilidade masculina, as agências estatais enfatizavam cada vez mais a responsabilidade da família (GOLDMAN, 2014, p. 254).

¹¹³ Segundo Goldman “A cada mulher com seis filhos ou mais a lei garantia 2 mil rublos por 5 anos por cada criança nascida depois. Mães com onze crianças recebiam 5 mil rublos por cada criança adicional por um ano e 3 mil rublos pelos seguintes quatro anos” (GOLDMAN, 2014, p. 383)

¹¹⁴ François Thébaud resgata, em seu artigo *A Grande Guerra: O triunfo da divisão sexual*, a implementação de políticas natalistas na França no contexto pós Primeira Guerra, a partir da aprovação, em 1920 e 1923, de leis que reprimiram a propaganda anticoncepcional e penalizaram o aborto. Na Grã Bretanha, os incentivos à maternidade seriam realizados a partir de uma expansão de centros de proteção materna e infantil, ao mesmo tempo em que se ampliou o combate ao trabalho feminino. (THÉBAUD, 1991, p. 61-62)

¹¹⁵ 50 rublos no primeiro divórcio, 150 rublos no segundo, 300 rublos no terceiro.

¹¹⁶ A lei buscava estimular a gravidez entre mulheres solteiras, já que havia um grande déficit de homens em relação à quantidade de mulheres (CLEMENTS, 2012, p. 200)

Nesse processo, que Trotsky chamou de “*termidor no lar*” (TROTSKY, 2008) vários elementos estiveram ligados: no campo econômico e social, houve um balanço negativo sobre as políticas públicas implementadas em situação de carência material e a percepção de que utilizar o trabalho gratuito das mulheres era mais barato ao Estado para garantir as funções de reprodução social, além da existência de uma pressão pró-natalidade com fins de crescimento econômico. Mas do ponto de vista das culturas e mentalidades, a repressão política estalinista combinava-se com a reativação da família como um elemento fundamental na internalização de uma cultura de autoridade e submissão.¹¹⁷

Para Arruzza,

A família tradicional foi restaurada pelo estalinismo pelas mesmas razões que os revolucionários de Outubro tentaram superá-la. Já não se tratava de apagar o passado, de desembaraçar-se do velho traste da burocracia e da autocracia, de abolir a exploração. Pelo contrário, tratava-se de garantir a conservação e a reprodução de uma nova casta burocrática. O reforço da família tornou-se, assim, um importante instrumento do ‘Termidor’ estalinista, ajudando a garantir algo que o regime necessitava: a combinação de obediência e produtividade. (ARRUZZA, 2010, p.69)

Apesar do remodelamento do lugar da mulher como mãe e do reforço da família por motivos diversos, a “era stalinista” prosseguiu sobre uma crescente de incorporação das mulheres no mundo do trabalho. Clements (2012) relata que, no contexto dos primeiros Planos Quinquenais, inicialmente, os economistas trabalharam com a ideia da expansão da força de trabalho a partir do emprego dos homens desempregados. Entretanto, logo eles dar-se-iam conta que a quantidade de homens não era suficiente e que seria necessário contratar as mulheres. Mais uma vez, o governo ordenou o estabelecimento de programas de treinamento para as mulheres e proclamou a necessidade do fim das práticas discriminatórias nas contratações.

Clements observa que, diferentemente do início dos anos 1920, nos anos 1930 havia menos resistência dos gerentes em empregar as mulheres, pois eles percebiam que precisavam empregar as mulheres para atender as demandas do plano. Como consequência, a maioria dos trabalhadores entrando na força de trabalho assalariada nos anos 1930 eram mulheres, sendo 4,5 milhões empregadas entre 1929 e 1935. Em 1940, a URSS tinha 39% do total da força de trabalho assalariada constituída de mulheres, sendo a maior porcentagem do mundo¹¹⁸ (CLEMENTS, 2012, p. 174)

Ao que tudo indica, contraditoriamente, a industrialização sob o stalinismo foi responsável por uma redução da divisão sexual do trabalho no campo do trabalho assalariado.

¹¹⁷ Trotsky comenta: na “fábrica, no *colcoz*, na caserna, na universidade, na escola, até no jardim de infância, senão na creche, as principais virtudes são a fidelidade ao chefe e a obediência sem discussão” (TROTSKY, 2008, p. 175-176)

¹¹⁸ Para outros países: EUA 25%, Suíça e Itália 28%, Alemanha 30% e França 37%. (CLEMENTS, 2012, p. 174)

Não só as mulheres ingressaram no trabalho assalariado em grande número, como também em áreas consideradas tradicionalmente masculinas. No final dos anos 1930, 63% dos médicos, 42% dos economistas, 33% dos jornalistas, escritores e editores eram mulheres. Apesar disso, a maioria das mulheres continuou a ocupar trabalhos de secretaria, serviços de educação e alimentação, fábricas têxteis, menos pagos que os trabalhos tradicionalmente masculinos como metalurgia, e a ideia de liderança masculina permanecia. Durante a Segunda Guerra Mundial, um milhão de mulheres se alistou e muitas outras foram mobilizadas para as indústrias de guerra (CLEMENTS, 2012, p. 173-174).

O processo de coletivização forçada da terra foi um desastre econômico, o que culminou na fome dos anos 1932-1933, na qual de cinco a sete milhões de pessoas morreram. A coletivização foi um processo marcado por violências do Estado contra os camponeses, mas também de resistência, na qual a cena das mulheres desarmadas contra soldados armados se repetiu. Lynne Viola (1986), em *Bab'i Bunty and Peasant Women's Protest during Collectivization*, recupera a as mulheres camponesas como um setor especialmente ativo contra a coletivização e a existência de “revoltas de *babas*” como algo comum e recorrente naquele contexto.

Entretanto, segundo Clements, as mulheres também viram na coletivização algum benefício. Nas fazendas coletivas elas teriam chefes menos demandantes, acesso a educação e licença-maternidade, o que era impossível de se pensar na vida da aldeia. Além disso, segundo a autora, foram realizadas campanhas para o emprego do trabalho feminino, sendo a mais famosa delas um curso de treinamento para mulheres motoristas de trator, símbolo da coletivização/industrialização da agricultura (CLEMENTS, 2012, p. 180).

O terror stalinista não foi neutro às perspectivas de gênero. Stalin tendeu a ver as mulheres como pessoas mais controláveis e menos ameaçadoras do que as figuras masculinas, o que se refletiu no fato de que a imensa maioria das vítimas das perseguições políticas foram homens¹¹⁹ embora Stalin também tenha sido muito incisivo sobre as famílias dos perseguidos políticos, inclusive chegando a montar campos para esposas de homens presos (CLEMENTS, 2012, p. 189).

Beatrice Farnsworth em *Conversing with Stalin, Surviving the Terror: The Diaries of Aleksandra Kollontai* (2010) defende uma influência importante dos estereótipos de gênero nas relações pessoais e círculos internos da política soviética. Segundo ela, Kollontai teria optado por uma estratégia generificada (*gendered*) de sobrevivência onde, por um lado, era

¹¹⁹ Nos anos 1930, 90% das pessoas em campos de trabalho eram homens. Em 1940, 1.235.510 prisioneiros eram homens e 108.898 mulheres (CLEMENTS, 2012, p. 188)

vista em alguma medida como uma não-ameaça por ser mulher, e, por outro, também se aproveitava desse lugar “encenando” este papel (de mulher, inofensiva) para permanecer viva. Gilberto Badia (2003), que escreveu a biografia de Clara Zetkin – que também acabou por apoiar Salin e sobreviver às suas perseguições – coloca que o fato de Clara ser mulher não deve ser ignorado e reforça a tese da necessidade de Stalin em preservar “figuras inofensivas” (mulheres) que se ligavam à antiga tradição revolucionária como forma de cultivar no imaginário do partido a sua ligação com essa geração.

Lenin havia morrido em 1924. Trotsky, após liderar a oposição e viver em exílio durante alguns anos, foi assassinado a mando de Stalin em 1940. Kollontai foi a última entre os 3 a morrer e a mais contraditória. Kollontai se retirou do governo após Brest Litovsky, liderou a Oposição Operária, fazendo críticas ao processo de burocratização partidária, foi mandada para trabalhar fora do país em decorrência de seu posicionamento político e, no entanto, declarou apoio público a Stalin, sobrevivendo às perseguições políticas¹²⁰. Em 9 de março de 1952 Kollontai morreu. Menos de um ano depois, em 5 de março de 1953, Stalin também faleceu, encerrando uma era.

1.13. VISIBILIZANDO AS “HEROÍNAS ANÔNIMAS”: AS MULHERES BOLCHEVIQUES

Uma dissertação que se proponha a recuperar a história das mulheres na Revolução Russa e no governo soviético não poderia deixar de buscar visibilizar a existência e o papel cumprido pelas mulheres bolcheviques nesses processos. Embora Kollontai seja a mulher bolchevique mais conhecida, na verdade talvez a única que tenha conseguido furar o manto da invisibilidade histórica, embora ainda em meios muito restritos, ela não estava sozinha. Em sua época, Kollontai esteve cercada por diversas lideranças importantes entre as mulheres bolcheviques. Buscaremos retomar rapidamente um pouco dessa história.

Em seu artigo *As Combatentes no Dia do Grande Outubro* (KOLLONTAI, 1927a. IN: SCHNEIDER, 2017), Kollontai chama as mulheres bolcheviques de 1917 de “heroínas anônimas”. Ao mesmo tempo em que reafirma a importância dessas mulheres, Kollontai parece ter certeza do quanto a História não as vê dessa forma. Barbara Clements, em seu livro *Bolshevik Women* (1997), se propõe a resgatar as mulheres bolcheviques do apagamento histórico. Clements apresenta uma pesquisa bastante qualificada, com dados pré-

¹²⁰ Beatrice Farnsworth (2010) aborda o apoio de Kollontai a Stalin como um apoio não incondicional marcado também por resistências. No segundo Capítulo voltaremos um pouco mais a essa questão.

revolucionários e para cada período do governo soviético no que tange à participação das mulheres, e expõe uma espécie de biografia coletiva das principais lideranças bolcheviques. É com base neste trabalho que nos basearemos para os próximos parágrafos.

Se pudermos imaginar uma escala da invisibilidade histórica feminina na Revolução Russa e no governo soviético, Kollontai estaria em seu posto mais baixo. Sua posição seria provavelmente seguida por Nadezhda Krupskaja. Conhecida como “a esposa de Lenin”, ela foi, entretanto, muito mais do que isso. No final dos anos 1880, Krupskaja conheceu o marxismo e passou a atuar ativamente no Círculo Marxista de São Petersburgo, organizado por estudantes do Instituto Tecnológico, e nas Escolas Dominicais, uma iniciativa que se espalhou pela Rússia nos anos 1880-1890, que organizava intelectuais radicalizados para oferecer educação (alfabetização, rudimentos de matemática) e formação política para trabalhadores pobres. A principal área de trabalho e elaboração de Krupskaja foi a educação. Krupskaja foi responsável pela rede de educação de São Petersburgo no início dos anos 1920 e continuou atuando junto ao governo durante anos. Ela também cumpriu papéis fundamentais nos anos de militância clandestina e no exílio (em especial, era responsável por parte importante da comunicação ilegal – sendo a secretária técnica do *Iskra*), internamente, no partido bolchevique/comunista e no acompanhamento político da organização da juventude comunista. Krupskaja criticou o stalinismo, mas não se colocou na linha de frente na oposição ao mesmo. No final dos anos 1920, a liderança partidária, na busca de deslegitimá-la, perpetrou uma campanha de difamação da mesma, expondo as relações de Lenin com Inessa Armand. Stalin desqualificou-a dizendo que “dormir com Lenin não era o mesmo que entender sobre o leninismo” (CLEMENTS, 1997, p, 241). Na década de 1930 ela deixou de ser vista como uma ameaça pela liderança stalinista. Ao longo de sua vida junto a Lenin, Krupskaja foi sua principal secretária, demonstrando imensa capacidade de trabalho e não apresentando diferenças públicas com Lenin. Segundo Clements, entretanto, Krupskaja não pensava em si mesma como “esposa de Lenin”, mas sim como uma revolucionária casada com o homem mais qualificado para a revolução, vendo o trabalho empregado na secretaria de Lenin como um trabalho revolucionário. (CLEMENTS, 1997, p,110).

Seguindo nossa escala, a próxima da lista seria Inessa Armand. Assim como Krupskaja tem sido historicamente reduzida à “esposa de Lenin”, Armand tem sido a “amante de Lenin”. Também de origem abastada, Armand realizou, ainda no fim do século XIX, trabalhos de caridade junto às prostitutas de Moscou. Após 1905, juntamente com Samoilova, ela começou se aproximar e impulsionar as iniciativas de organização das mulheres trabalhadoras (costureiras, lavadeiras, vendedoras, empregadas domésticas). Inessa estudou História e

Economia Política na Universidade de Bruxelas, pertenceu ao *Pravda*, participou de reuniões do Bureau da Internacional Socialista, teve um papel importante junto aos russos emigrados na Europa e esteve à frente do Conselho de Economia do Soviete de Moscou em 1917. Ela cumpriu um papel fundamental junto ao convencimento do partido sobre a necessidade de organizar as mulheres, estando à frente do *Zhenotdel* de 1918 até sua morte por cólera durante a Guerra Civil. Embora tenha havido muitas especulações sobre sua relação com Lenin, existem poucas provas da mesma, a não ser uma carta de 1913, que teria sido escrita após o afastamento entre os dois, por iniciativa de Lenin, e a reação de comoção deste em seu funeral. Independente disso, Armand e Krupskaja eram muito próximas. Após sua morte, seus filhos ficam sob os cuidados de Krupskaja¹²¹.

A partir daqui, nossa escala fica turva. É impressionante perceber que, além de Kollontai, talvez por sua presença no governo, e Krupskaja e Armand, vistas quase sempre como um apêndice de Lenin, não há outras lideranças que sejam conhecidas. Mas gostaríamos de levantar alguns nomes que tiveram papel importante para a organização das mulheres e para o partido/governo como um todo.

Um outro nome fundamental além de Inessa Armand e Kollontai para a organização das mulheres foi Konkordia Samoilova. Samoilova participou das primeiras iniciativas de organização das mulheres junto a Armand e impulsionou a organização da primeira comemoração do Dia Internacional das Mulheres na Rússia, em 1913, tendo tido um importante papel no convencimento de muitos no partido de que a organização das mulheres não significava necessariamente a construção do “feminismo”. O *Rabotnitsa* surge como fruto de uma articulação de Samoilova, que cumpriu um importante papel no mesmo. Ela também esteve à frente da organização do *Zhenotdel* na Ucrânia. Em 1917 e durante a Guerra Civil, Samoilova militou como agitadora e oradora¹²², sabendo se comunicar com as pessoas simples de forma direta e nítida. Assim como Armand, Samoilova foi vítima das epidemias durante a Guerra Civil. Em 1921, ela embarca no agiti-barco Estrela Vermelha para uma viagem na região do Volga, onde a fome e as epidemias assolavam. Em uma das viagens ela contraiu cólera e faleceu.

Muitas outras mulheres bolcheviques tiveram papel importante junto à organização das mulheres, como, por exemplo, Vera Slutskaia. Secretária do comitê do partido em 1917, contribuiu com as primeiras iniciativas bolcheviques de aproximação das mulheres e com a

¹²¹ Por motivos de hipertireoidismo, Krupskaja não teve filhos.

¹²² Segundo Clements, sua habilidade como oradora fazia com que ela fosse mais cogitada para estar à frente do trabalho nacional de mulheres do que Armand. (216)

refundação do *Rabotnitsa* quando Samoilova, Kollontai, Krupskaja e Armand ainda não haviam chegado na Rússia, tendo sido morta pro tropas aliadas ao Governo Provisório. Sofia Smidovich foi secretária técnica do Comitê de Moscou até março de 1917 e esteve à frente do *Zhenotdel* entre 1922 e 1924. Também estiveram à frente do *Zhenotdel*, Klavdia Nikolaeva e Alexandra Artiurkina. Nikolaeva era de origem operária, tendo trabalhado desde os 8 anos de idade. Ela se aproximou da socialdemocracia através de Kollontai e participou da Sociedade de Ajuda Mútua fundada pela mesma em 1908. Até 1922, ela era uma liderança do *Zhenotdel* de Petrogrado, momento em que passou a ocupar a liderança do departamento nacionalmente, onde permaneceu até 1925, quando, já sob o Stalin, foi removida do cargo por conta de seu apoio à oposição organizada por Zinoviev. Artiurkina foi também uma liderança feminina de origem operária, tendo entrado na socialdemocracia por via da militância na direção do Sindicato Têxtil de São Petersburgo e no Bureau do Sindicato Central de São Petersburgo (tradução minha). Ela ocupou a liderança do *Zhenotdel* nacional entre 1927 e 1929.

Evgênia Bosh foi vista por Victor Serge como a liderança militar mais capaz na primeira fase da Guerra Civil (CLEMENTS, 1997, p. 149) e por Barbara Clements como uma das únicas mulheres que não aceitavam a tutela ou a intimidação de Lenin, colocando-se de igual para igual com o mesmo (CLEMENTS, 1997, p. 114; 118). Ela cumpriu um importante papel na tomada da região ucraniana contra a *Rada* e esteve em posições de governo em Kharkov e Kiev até sair do mesmo em protesto contra a assinatura de Brest Litovsky. Ela passa então sua atuação para o exército na guerra, onde ficou conhecida por sua firmeza, disciplina e pelo uso da força. No outono de 1918, ela pertencia à liderança do Comitê Militar Revolucionário da frente do Cáucaso, onde entrou em conflito com o abuso de poderes da *Cheka* local. Ela integrou a Oposição Militar, grupo de oposição à crescente hierarquia no exército. Sob o stalinismo, Bosh assinou a “Petição dos 45”, manifesto escrito por Piatakov e Preobrazhenski com críticas à liderança do partido. Em depressão frente ao seu isolamento político, em janeiro de 1925, após Trotsky ser forçado a sair do comando do Exército Vermelho, Bosh se suicidou.

Elena Stasova, de família aristocrática importante, tendo sua mãe e tia sido nomes importantes no movimento feminista russo, foi fundamental como secretária técnica¹²³ do Comitê Central do partido, cargo que ocupou durante muitos anos, inclusive em 1917.

¹²³ O secretário técnico do partido cumpria papéis de organização, estrutura, financiamento, etc. Durante os anos da clandestinidade, entretanto, esse posto tinha ainda mais importância, sendo responsável por arranjar locais de reuniões, coletar e distribuir dinheiro, comunicação interna (na Rússia e no exterior), esconder revolucionários procurados, distribuir literatura ilegal, etc. Stasova tinha ótima memória para guardar endereços e nomes que não poderiam ser encontrados pela polícia, e era ligada à alta sociedade de São Petersburgo, o que era importante para a arrecadação de fundos. (CLEMENTS, 1997, p. 69)

Durante a Guerra Civil ela ocupou cargos na *Cheka*, embora criticando a corrupção, a burocracia dos soviets, a falta de organização e o terror da *Cheka*. Em 1919, ela substituiu Sverdlov à frente da Secretaria do Comitê Central, mas foi retirada do cargo porque estaria reunindo muita autoridade em suas mãos. Para Clements (1997), uma das provas da eficiência do trabalho de Stasova era o fato de que ela foi substituída por três homens em seu cargo. Embora não se sentisse segura teoricamente, Stasova confiava em suas habilidades organizativas. No período stalinista, ela, assim como Kollontai, passou por oscilações entre períodos depressivos e de oposição indireta. Após a morte de Stalin, entretanto, ela continuou sem denunciar os horrores stalinistas por medo de contribuir para a desilusão das novas gerações com o comunismo.

A única, dentre as bolcheviques que abordaremos aqui, a apoiar ativamente a linha oficial stalinista foi Rosalia Zemliachka. Zemliachka, junto a seu marido, passou a apoiar o *Iskra* em 1902. Em 1903, ela conheceu Lenin no Segundo Congresso do Partido, do qual participou ativamente, chegando a fazer parte do Comitê Central por um breve período, e do Comitê de São Petersburgo durante as agitações de 1905 e tendo ocupado também neste Comitê o cargo de secretária de organização¹²⁴ do Comitê de São Petersburgo. Em 1917, ela se tornou secretária do Comitê de Moscou¹²⁵. Durante a Guerra Civil, assim como Bosh, Zemliachka adentrou o exército, tornando-se Diretora Política¹²⁶ do 8º Exército, operando na Ucrânia, e, depois, no 13º Exército, utilizando a força contra os brancos e soldados desobedientes do Exército Vermelho, tendo sido responsável pelo “banho de sangue” na Criméia contra os Brancos em 1920. Sob Stalin, ela passou a fazer parte da Comissão de Controle Central e também foi a única mulher a ocupar, sob o período stalinista, o Comissariado do Povo, cargo que passou a ocupar em 1939, mesmo ano em que ela se tornou chefe da Comissão de Controle do partido, responsável pessoalmente pelos processos disciplinares no partido, prisões e execuções.

1.14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste capítulo tentamos recuperar o contexto histórico no qual o pensamento bolchevique, e também de Kollontai, Lenin e Trotsky, se formou. Muitas de suas formulações

¹²⁴ Este era um cargo mais ligado à definição das linhas políticas do partido. O cargo voltado para as questões mais “organizativas”, se chamava “secretário técnico” (*teknika*)

¹²⁵ Em minoria no Comitê na posição sobre a tomada do poder pelos bolcheviques (a maioria do Comitê de Moscou era contra), ela funda com outros um Comitê paralelo. A unificação dos dois Comitês de Moscou ocorreria somente em outubro. (CLEMENTS, 1997, p. 142-143)

¹²⁶ “chief political officer” no original.

e posições se ligaram diretamente a elaborações desses contextos e às respostas formuladas politicamente nos mesmos.

Ao retomar as elaborações do socialismo utópico, buscamos reestabelecer a conexão dos bolcheviques com seus primeiros ancestrais socialistas. Foram eles que elaboraram as primeiras ideias de socialização do trabalho doméstico, da proposição das mulheres e homens como iguais e da liberdade sexual, bem como as primeiras formas de crítica socialista ao casamento e à família. Marx, Engels, e toda a tradição alemã e russa foram fortemente influenciados por essas formulações.

Os niilistas e populistas russos também foram fundamentais. Os niilistas, ao questionar a sociedade como um todo, questionaram não somente a família, mas avançaram também na crítica às relações pessoais e aos modelos de feminilidade e masculinidade estabelecidos, e trouxeram reflexões sobre a sexualidade e o “amor livre”. Eles também elaboraram um ambiente no qual as primeiras mulheres de setores médios e com educação mais elevada puderam dar seus primeiros passos na sua afirmação como militantes e intelectuais dedicadas a iniciativas de mobilização da classe operária.

Os populistas, apesar de se voltarem com menor intensidade para as discussões sobre o comportamento e a família, contribuíram decisivamente para consolidar um lugar de centralidade das mulheres na luta revolucionária e um modelo de mulher completamente comprometido com causa do povo, disposto a morrer por essa causa se necessário.

Ao olharmos para o quadro dirigente das mulheres bolcheviques e comunistas veremos que esse perfil de militantes forjado pelos niilistas e populistas será fortemente mantido. As mulheres bolcheviques/comunistas, no geral, eram mulheres não pertencentes originalmente à classe operária, mas que, ao se intelectualizarem, se encontraram com a militância revolucionária, doando-se completamente a ela¹²⁷. Além disso, a ideia de “nova mulher” de Kollontai e suas discussões sobre a sexualidade foram fortemente influenciadas pelas elaborações anteriores das correntes políticas radicais russas.

O movimento feminista russo foi responsável por uma forte organização e uma ação contínua de pressão aos governos que, conjuntamente com a origem de classe de suas

¹²⁷ Barbara Clements em *Bolshevik Women* (1997) faz um estudo detalhado do perfil das mulheres bolcheviques (e outras). Elas tinham o perfil menos operário, mais intelectualizado que a média do partido, e em suas vidas pessoais, muitas desafiaram os modelos de mulher vigentes em suas épocas. O perfil mais intelectualizado, por exemplo, explica parte das tarefas assumidas por elas no movimento, como por exemplo, a centralidade de muitas delas no movimento socialista internacional e na agitação e propaganda, tarefas que demandavam habilidades literárias e linguísticas, assim como sua presença maior no governo (carência de quadros técnicos) que no partido.

participantes¹²⁸, levou à conquista de direitos importantes, notadamente a educação, que deu para as mulheres russas possibilidades diferentes da maioria dos lugares no mundo. Esse movimento feminista, chamado pelas bolcheviques/comunistas de “burguês” também foi responsável pelas primeiras tentativas de organização de serviços de assistência voltados para as mulheres pobres, tradição que continuará sob o governo soviético, mas como política de Estado direcionada para a socialização do trabalho doméstico, não de forma filantrópica. O tipo de envolvimento político das mulheres a partir de seu lugar como mães e donas de casa, feito pelo movimento feminista burguês, sobretudo em sua mobilização nas guerras, também será fortemente perpetuado, embora igualmente questionado, principalmente no início dos anos 1920.

A existência de um movimento feminista forte e organizado, assim como sua composição de classe muito distante das mulheres operárias, influenciou os bolcheviques de duas formas. A primeira delas, radicalizando as demandas do movimento feminista burguês a partir de um horizonte socialista. A luta feminista sob o horizonte capitalista traria sempre avanços moderados, limitados e parciais, restritos a uma porcentagem residual da população. Somente a sociedade socialista poderia de fato implementar e universalizar políticas necessárias à libertação das mulheres. A segunda forma de influência foi o “medo do feminismo”, a identificação deste movimento como um movimento de mulheres burguesas, que lutava por direitos para as mulheres de sua classe, e não pelos direitos das mulheres trabalhadoras.

A primeira forma de influência determinou as políticas dos primeiros anos do governo soviético. Foi responsável por pressionar os/as bolcheviques à formulação de políticas que dessem respostas superiores às demandas das mulheres: as legislações do governo soviético, os debates sobre o fim da família, a socialização do trabalho doméstico, a preocupação com a inserção das mulheres no trabalho assalariado para garantir sua independência financeira, o estímulo à participação das mulheres na educação e na política. A segunda forma acompanhou toda a história do movimento socialista, às vezes mais forte às vezes mais fraca, tendo seu ápice sob Stalin, que acabou por completo com qualquer forma de auto-organização das mulheres.

Ao trazer a participação das mulheres em 1917, bem como um pouco da história das mulheres bolcheviques, buscamos visualizar a classe operária de 1917 e a Revolução não como uma classe de homens e uma revolução de homens, mas como uma classe

¹²⁸ O fato de muitas serem da nobreza, ou mulheres de altos oficiais ou funcionários do governo facilitou em muitos momentos as articulações necessárias para a aprovação de leis e políticas.

significativamente feminizada e uma Revolução na qual as mulheres se colocaram como vanguarda, não só temporalmente, mas politicamente, articulando o levante de fevereiro. Olhar para as mulheres de 1917 e para as mulheres bolcheviques, pode não só explodir a invisibilidade histórica projetada sobre as mulheres, mas também nos faz perceber que Kollontai não estava sozinha, e que as políticas implementadas pelos bolcheviques estavam organicamente ligadas ao movimento de mulheres operárias, no qual as bolcheviques tinham bastante inserção.

Os primeiros anos do governo soviético nos mostram uma tentativa sincera de implementação de políticas destinadas a libertar as mulheres. Mesmo em meio à guerra e à carência material, os bolcheviques não se furtaram a buscar formas de tornar seu programa radical prática real na sociedade, uma sociedade camponesa, no início do século XX. Percorrer essa história nos faz ver o esforço da liderança soviética em elaborar as políticas de governo/Estado e legitimá-las¹²⁹, em buscar mobilizar as mulheres nas tarefas do governo e na política em geral, onde a história do *Zhenotdel* é um capítulo brilhante, e em fazer florescer uma nova forma de família. Revisitar essa história também nos faz lidar com as limitações (financeiras, culturais, sociais) das políticas e do tempo histórico onde elas estão inseridas, o que vimos a partir da abordagem da guerra civil, da NEP e do período stalinista. Observar esse contexto permite nos dar ferramentas para compreender melhor as limitações teórico-políticas das lideranças bolcheviques/comunistas.

Buscamos, com esse caminho, contribuir para realizar um pouco da ligação entre indivíduo e história, compreendendo que há uma necessária ligação entre o pensamento das lideranças revolucionárias russas e o contexto histórico no qual viveram e atuaram politicamente. Se por um lado cada um teve seus avanços e limitações no que tange à incorporação da luta das mulheres (e sua atuação política em geral), e pelo lugar que ocuparam no movimento socialista, na revolução e no governo tiveram papéis determinantes na história, por outro também foram influenciados, tanto nos avanços quanto nas limitações, por esse mesmo tempo histórico.

¹²⁹ Aqui, os pronunciamentos de Trotsky e, sobretudo, de Lenin, são muito significativos nesse sentido, como veremos melhor adiante.

2. O SOCIALISMO E A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES NA EXPERIÊNCIA SOVIÉTICA

2.1. ALEXANDRA KOLLONTAI: SOCIALISTA E “FEMINISTA”

2.1.1. *A necessidade de recuperação do pensamento de Alexandra Kollontai*

Partimos da defesa de que Alexandra Kollontai deveria ser recuperada como uma intelectual e militante importante para a história do socialismo e do feminismo no século XX. Ao longo deste capítulo buscaremos contribuir para demonstrar por que esta recuperação é tão importante, apresentando um pouco de suas ricas contribuições para o pensamento socialista e seu encontro com a luta pela emancipação das mulheres.

Entre as “heroínas anônimas”, Kollontai é a única que furou a barreira da invisibilidade histórica completa, tendo sido retomada por parte das tradições socialistas, ainda que minoritariamente. Sua história e seu pensamento, sobretudo no que tange à sexualidade, vem sendo resgatados desde os anos 1960 por matrizes marxistas que buscavam uma aproximação com o feminismo ou referências marxistas que se aproximassem de análises no campo da cultura e da psicologia. Entretanto, essa recuperação ainda é muito tímida. Considerando os desafios que se colocam na presente conjuntura para as tradições socialistas, assim como o crescimento do movimento feminista em diversos países, essa pesquisa defende a recuperação da obra de Kollontai como forma de elucidar acúmulos bem sucedidos e desafios ainda a serem superados pelo marxismo do século XXI.

O relativo apagamento histórico de Kollontai, que, de um modo geral, continua a existir, embora sua tímida recuperação política por algumas tradições, tem suas causas. As memórias não são selecionadas ao acaso e geralmente quem conta a História define muito do seu conteúdo. Não pretendemos aqui fazer um debate extenso sobre essas razões, entretanto, vale citar que, para além de toda a questão da invisibilização histórica das mulheres por um saber acadêmico construído em sua maioria por homens brancos heterossexuais, ocidentais, etc., em sua época, sobretudo a partir de 1918, a “dedicação (quase) exclusiva” de sua militância à pauta das mulheres já a tornara vítima de certa marginalização. Penso que seu “zaguezaguear” por diferentes posições políticas também contribuiu para que nenhuma tradição socialista reivindicasse sua figura como uma referência central, já que sua imagem aparece para as diferentes tradições marxistas quase sempre, ou como “traidora” ou, no mínimo, como

suspeita. Kollontai foi menchevique, bolchevique, participou da Oposição Operária, sendo uma de seus principais porta-vozes contra a perda da democracia e burocratização e, no entanto, apoiou publicamente o regime de Stalin. Seu percurso político, portanto, carrega muitas contradições.

Entretanto, recuperar o pensamento de Kollontai é importante e uma tarefa para o presente. Essa era uma ideia existente no início desta pesquisa, mas que se solidificou a cada passo da mesma. A grandiosidade e a seriedade de Kollontai, mesmo com suas contradições, faz com que muitos elementos de seu pensamento sejam, ou ensejem, questões atuais e necessárias para uma perspectiva de encontro entre feminismo e marxismo.

Ao tomar contato com a história de vida e produção intelectual de Alexandra Kollontai, chama atenção sua dedicação extrema ao trabalho/militância, o que contribuiu para que fosse uma militante competente e uma intelectual dedicada. Ela buscava construir suas análises de forma aprofundada, na base do estudo, compreensão, debate, escrita, etc., qualidade que esteve presente em muitos de sua geração.

Kollontai se esforçou em sua trajetória intelectual para compreender não somente a forma com a qual o capitalismo explorava a classe trabalhadora – e a necessidade e formas possíveis para derrotá-lo –, mas também buscou intensamente compreender a condição das mulheres na sociedade na qual vivia, os motivos pelos quais essa opressão se dava e como transcendê-la pela via revolucionária. Para ela, todo esse acúmulo estava a serviço da mobilização das mulheres para a construção de sua libertação e de todo o proletariado. Com essa finalidade, Kollontai buscava convencer as mulheres trabalhadoras de suas capacidades, levá-las ao espaço público, ao trabalho assalariado fora do lar e à política e se espelhar em exemplos do passado e do presente de mulheres que estiveram em posições importantes e de poder, suas contribuições para a sociedade, etc.

Seu próprio percurso de vida foi responsável por consolidá-la em diversas posições pioneiras para as mulheres de sua época. Kollontai foi a primeira mulher a ocupar um cargo compatível ao de ministra no mundo, em 1917, quando se tornou Comissária do Povo para o Bem-Estar Social. Ainda naquele ano, em abril, ela tinha se tornado a primeira mulher a fazer parte do Comitê Executivo do Soviete de Petrogrado e, logo depois, do Comitê Executivo Pan-Russo dos Sovietes (KOLLONTAI, 1926. IN: KOLLONTAI, 1980. p. 30; 68). Em 1922, ela se tornou representante oficial do governo soviético junto à Noruega, fato intensamente repercutido na imprensa da época, participando também de uma delegação para negociar operações de comércio entre os dois países, passando a ocupar o cargo de embaixadora e diplomata da URSS na Noruega, México e Suíça. (GAFIZOVA, 2006)

Sua trajetória pessoal também é interessante para a época. Alexandra Domontovitch (nome de solteira) nasceu em uma família nobre, mas recusou o conforto de sua classe social para buscar sua realização pessoal e para se doar à revolução socialista. Após poucos anos de casamento com Vladimir Kollontai, ela deixou o marido e seu filho de menos de dois anos para ir para Zurique estudar economia (em uma sociedade em que o fato de uma mulher estudar ainda provocava algum escândalo). Foi em Zurique onde ela se aproximou da militância política, mais um lugar negado às mulheres pelos costumes patriarcais. Ao longo de sua vida, Kollontai ousou falar sobre sexo e sexualidade, defendeu o sexo antes do casamento, e relações sexuais e afetivas fora dele, e se envolveu com um homem bem mais novo¹³⁰. Se essas atitudes ainda hoje causam espanto a parte das pessoas, há 100 anos seu impacto era bem maior. Kollontai, com sua vida e atitudes, chocou a sociedade da época e mesmo seus companheiros de partido.

Mas além de dirigente política e elaboradora teórica sobre a questão das mulheres, e de uma mulher pioneira em muitas áreas, que se sobressaiu em seu “vanguardismo” em relação à sua época, Kollontai também foi uma grande militante da socialdemocracia e do comunismo russo e internacional também em questões mais “amplas”. Seus primeiros escritos, ainda no fim do século XIX, e pelos quais ela primeiro adentrou nos círculos revolucionários, trataram do estudo sobre economia e classe trabalhadora da Finlândia. Na Rússia, cumpriu importantes tarefas no movimento revolucionário durante os anos de clandestinidade, contribuindo como agitadora, organizadora junto aos sindicatos e movimentos, arrecadadora de fundos para o partido e, principalmente como escritora, função que continuou a desempenhar por muitos anos. No exterior, durante seu exílio (1908-1917), ela cumpriu tarefas importantes junto à Segunda Internacional e à organização e comunicação dos exilados russos no exterior, sendo durante algum tempo responsável por triangular a correspondência entre Lenin, do qual era próxima, com o Comitê Central do partido na Rússia. É inclusive por conta dessa proximidade, que Kollontai, retornando para a Rússia em fevereiro de 1917, tornou-se, juntamente com Schliapnikov, vanguarda na defesa das teses de Lenin sobre a existência de um duplo poder e sobre a defesa dos soviets como embrião do governo revolucionário, quando este ainda não havia retornado à Rússia. Já pertencendo ao Comitê Central, após a chegada de Lenin, quando este defendeu a insurreição armada, só Kollontai de início concordou com a proposta e, na reunião do Comitê Central que decidiu sobre a Insurreição de Outubro, Kollontai votou a favor do levante. Durante os anos da Guerra Civil, o trabalho de

¹³⁰ Kollontai, então com 45 anos, se casa com o marinheiro Pavel Dybenko, quase 20 anos mais novo que ela.

Kollontai como oradora, agitadora, escritora, organizadora das mulheres para diversas funções de mobilização importantes, também seria fundamental¹³¹. (SERRA, 1980. IN: KOLLONTAI, 1980. p. 68; PORTER, 1980)

A produção intelectual de Kollontai é bastante vasta e desconhecida. A presente pesquisa, por limitações temporais e linguísticas, não se propôs a esgotar o universo de seus textos dada a magnitude do projeto, necessidade de financiamento, acesso a arquivos internacionais, etc. Dessa maneira, direcionamo-nos aos escritos políticos sobre a questão das mulheres. Entretanto, o universo de produção de Kollontai alcança assuntos diversos, escritos sobre economia, organização da classe trabalhadora, Primeira Guerra Mundial, partido, políticas do governo soviético, além de uma pequena produção de contos e pequenos romances, que, embora não tenham uma grande qualidade literária, apresenta um esforço feito por muitos bolcheviques, sobretudo nos anos 1920, de buscar popularizar o programa socialista a partir da literatura e da arte, movimentação inserida no contexto de amplos debates sobre novos valores e transformações na vida cotidiana.

A exposição e análise do pensamento de Kollontai sobre a questão das mulheres e da família se dará, ao longo do capítulo, combinando uma exposição cronológica de suas obras e ao mesmo tempo temática. Dessa maneira acreditamos expor melhor o desenvolvimento de seu pensamento, e, ao mesmo tempo, organizar a exposição em tópicos na medida do possível, tentando não a deixar por demais cansativa.

2.1.2. *Os primeiros escritos de Kollontai e a diferenciação com o movimento feminista burguês.*

Como vimos no capítulo 1, o ano de 1905 foi marcado pela presença das mulheres no movimento operário russo. Tal fato era importante, pois a possibilidade de mobilização das mulheres operárias era uma condição para a formação de um movimento feminino operário russo. Em 1908, no seu livro *Bases Sociais da Questão Feminina*, Kollontai comentava sobre a participação das operárias em 1905, onde começam a surgir de forma mais organizada as demandas femininas nas greves e manifestações, bem como uma maior movimentação tanto das feministas burguesas quanto das organizações socialistas/operárias para organizar as mulheres. Coloca ela:

Em 1905, parecia que não havia uma esquina da Rússia onde as mulheres não estavam, de uma forma ou de outra, fazendo-se ouvidas, lembrando a sociedade de

¹³¹ Lembrando que 1920 -1922 seria o período no qual Kollontai estaria à frente do *Zhenotdel*.

sua existência e exigindo que também lhes fossem concedidos novos direitos civis. As feministas, até recentemente tão modestas em suas demandas, tomaram conhecimento do fato de que a regeneração da Rússia e o estabelecimento de um novo sistema estatal eram os pré-requisitos essenciais da emancipação feminina (KOLLONTAI, 1909b.)

Em sua autobiografia, Kollontai afirma que foi por volta dos anos de 1905/1906 que começou a se interessar de forma mais profunda pela questão das mulheres e se deu conta do quão pouco o partido se dedicava a essa questão¹³² (KOLLONTAI, 1926. IN: KOLLONTAI, 1980 p. 18). Wendy Goldman cita uma conversa entre Kollontai e Clara Zetkin em 1906, onde esta a persuade sobre a importância e a necessidade de organização das mulheres operárias, à luz da experiência de organização das mulheres já consolidada pela socialdemocracia alemã (GOLDMAN, 2014. p. 64.).

Naquela altura, na Rússia, nos Estados Unidos e em alguns países europeus, já existia um movimento feminista estruturado em diversas formas organizativas, geralmente em torno das bandeiras do direito ao trabalho, voto e educação, além da luta contra a prostituição e ações de caridade junto às mulheres pobres. Na Rússia, esses anos contaram com um forte crescimento das organizações de mulheres (muitas com origem na nobreza, burguesia, intelectuais e profissionais), que inclusive buscavam dialogar com as mulheres operárias. É nesse contexto que, na Rússia, a socialdemocracia/socialistas começou a organizar o movimento feminino operário.

O papel da II Internacional nesse contexto foi crucial. Kollontai, uma das primeiras e mais fortes defensoras da abertura de um trabalho partidário junto às mulheres operárias, possuiu um contato estreito com a Segunda Internacional e a socialdemocracia alemã (seu centro político).

O artigo *International Socialist Conferences of Women Workers* (KOLLONTAI, 1907¹³³) elucida como Kollontai chegou a uma demarcação que acompanhará sua linha de intervenção política por toda a vida, e que está fortemente presente nos seus primeiros escritos sobre a questão das mulheres: a diferenciação com o movimento feminista e a recusa de ações comuns com o mesmo.

O artigo relata as discussões, posições e deliberações presentes na Primeira e Segunda Conferências Internacionais das Mulheres Socialistas, nas quais Kollontai compareceu como

¹³² Até então a referência teórica na emancipação das mulheres se desdobrava pouco em ações práticas no sentido de organização das mulheres trabalhadoras.

¹³³ O texto aparece na publicação acessada como sendo de 1907 e publicado pela primeira vez em 1918, entretanto a data de escrita está errada, já que o texto se refere a fatos posteriores a 1907. Não conseguimos determinar a data correta do texto. Há a possibilidade de o mesmo ter sido escrito em 1910, após a II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, ou posteriormente, já que uma das notas remete ao início da I Guerra Mundial. Em todo caso, mantivemo-lo como fonte por sua qualidade e importantes elementos para a discussão e análise.

uma das representantes da delegação russa. Nele, ela aborda diversas questões que nos ajudam não somente a compreender o pensamento de Kollontai, mas também quais discussões estavam sendo feitas e como se estruturava o movimento feminino operário internacional.

No texto, Kollontai recupera como principais objetivos da I Conferência Internacional (1907): a necessidade de uniformização da política socialdemocrata sobre o voto feminino, pois, até então, sem uma definição centralizada, cada sessão vinha adotando uma posição e tática diferentes, o que significava, em alguns casos (Bélgica, Áustria¹³⁴, Suíça), abrir mão da defesa do sufrágio feminino, ou defender o voto feminino censitário (parte dos ingleses); e, além disso, a criação de um Secretariado Internacional de Mulheres, proposta de resolução feita pela delegação alemã com objetivo de amarrar a comunicação e o programa, campanhas, etc. entre as diferentes sessões nacionais¹³⁵. Nesta conferência, como proposta também da delegação alemã, com apoio de delegadas da Finlândia, Hungria, Rússia e Inglaterra, a resolução aprovada por 47 votos contra 11 confirmou a posição das/dos socialdemocratas a favor da luta pelo voto feminino, considerando esta como não separada da luta de classes e reafirmando que qualquer desvio a isso seria prejudicial à causa da classe trabalhadora.

A Segunda Conferência (1910) repetiria o debate sobre o voto feminino e também teria em sua pauta a questão da seguridade social das operárias e das políticas de proteção para a mãe e seus filhos. Se, na primeira conferência, Kollontai já se colocava contrária à existência de um movimento independente das mulheres, pois este eclipsaria os objetivos da classe trabalhadora, na segunda conferência, a polarização com a delegação inglesa, que defendia a colaboração com o movimento sufragista, consolidou ainda mais uma relação de separação e disputa com o movimento feminista burguês. (KOLLONTAI, 1907)

É importante considerar que a diferenciação com o movimento feminista não era somente um comportamento do ponto de vista tático, da disputa das mulheres operárias que poderiam ter referência no movimento feminista, mas também uma compreensão profunda de que a libertação das mulheres dependia da transformação social, algo que, segundo Kollontai, as feministas abriam mão. Sobre o voto feminino especificamente, apoiar as sufragistas inglesas significava para a autora apoiar o direito eleitoral qualificado (defendido pelas

¹³⁴ Segundo Sheila Rowbotham, na Áustria, os socialistas propunham que a luta pelo sufrágio feminino esperasse a conquista do sufrágio masculino pelo movimento de trabalhadores. (ROWBOTHAM, 1979. IN: KOLLONTAI, 1976)

¹³⁵ Nesta discussão, segundo Kollontai, a Áustria propunha, em vez de um Secretariado Internacional, a criação apenas de departamentos locais/nacionais, que se reportassem a seus respectivos partidos. (KOLLONTAI, 1907)

sufragistas¹³⁶), enquanto a delegação alemã junto à maioria da Conferência propunha o sufrágio universal para todos os maiores. Para Kollontai era nítido que as mulheres não alcançariam seus direitos em cooperação com as sufragistas, mas sim com os partidos socialistas. Ela escreve:

O movimento socialista das mulheres em todos os países rejeita os direitos eleitorais qualificados, vê a resolução¹³⁷, como uma falsificação e como um insulto ao próprio princípio da igualdade política para as mulheres. O movimento está lutando pela única expressão viável e concreta deste princípio: o sufrágio universal para todas as mulheres que alcançaram sua maioridade, sem qualificações de propriedade, impostos, educação ou qualquer outro tipo que prejudique os membros da classe trabalhadora de se aproveitar de seus direitos civis. O movimento socialista das mulheres faz sua luta não com o movimento burguês das mulheres, mas em estreita cooperação com os partidos socialistas, que defendem os direitos eleitorais para as mulheres como uma das reivindicações básicas e, na prática, uma das mais essenciais demandas no chamado pela completa democratização do sistema eleitoral. (KOLLONTAI, 1907)

O texto aborda outros elementos interessantes, como dados sobre a força de trabalho feminina e sua inserção nos sindicatos e partidos, a percepção de que os governos reprimiam duplamente o movimento feminino operário, pois compreendiam que a edificação dele dobrava o exército de luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista e retirava um nicho importante de desarticulação do movimento de trabalhadores (força de trabalho mais passiva que poderia substituir trabalhadores masculinos), mudando a correlação de forças entre trabalhadores e burguesia, bem como aparece a ideia de que a organização das mulheres seria uma opção meramente organizativa, que não tinha a ver com o feminismo, ideia essa que acompanhará, ao menos como justificativa formal, toda a história de auto-organização das mulheres bolcheviques alguns anos depois.

Parece-nos que o texto é uma peça importante na compreensão do posicionamento de Kollontai sobre o movimento feminista burguês, que se ligava a um posicionamento mais amplo da II Internacional. Naquele momento, a luta pelo voto feminino e o posicionamento das sufragistas de apoiar o voto censitário em muitos lugares potencializou o acirramento entre os dois movimentos, feminista de um lado, e de mulheres socialistas de outro. É munida destas discussões e resoluções que Kollontai dá seus primeiros passos na organização das mulheres operárias na Rússia. A recusa do e a diferenciação com o feminismo tinha dois objetivos: condicionar a luta por direitos das mulheres à luta socialista e, ao mesmo tempo, tranquilizar o movimento socialista de que a organização das mulheres não era uma opção separatista feminista, sem referência de classe.

¹³⁶ O direito eleitoral qualificado, aqui, era o voto censitário. Uma parte do movimento sufragista em diferentes países defendia o direito de voto das mulheres, mas apenas para as com propriedades, ou com diplomas, etc, variando de lugar para lugar.

¹³⁷ Proposta na conferência por parte da delegação inglesa.

Kollontai sai da I Conferência Internacional com a tarefa da organização das mulheres, o que ela se esforça em fazer. Ainda em 1907, ela, juntamente com um grupo de operárias, funda a Sociedade de Ajuda Mutua de Trabalhadoras de São Petersburgo, que ajudará a formar algumas lideranças femininas do partido bolchevique pós-revolução de 1917. É por meio desse grupo que se dá a intervenção das mulheres socialdemocratas no I Congresso de Mulheres de Toda a Rússia, organizado pelo movimento feminista burguês em 1908.

Como parte do esforço de preparação para este congresso, Kollontai escreveu *As Bases Sociais da Questão Feminina (1909)*¹³⁸, um livro que tinha como objetivo uma análise aprofundada sobre a condição feminina e propostas sobre como os/as socialistas deveriam abordar o assunto. A obra, embora aborde diversas questões como a luta das mulheres por independência econômica, direitos políticos, questões sobre o casamento e a família, políticas de proteção às mães trabalhadoras, o aumento da porcentagem feminina da força de trabalho, prostituição, etc., apresenta uma avaliação detalhada sobre o movimento feminista burguês (em especial o russo), suas ligações políticas, formação social, seus limites, e defende um movimento de mulheres operárias a partir da constatação de que o movimento feminista burguês não questionava a sociedade de classes.

Kollontai não negava por completo a possibilidade de possíveis ganhos fossem conquistados para as mulheres dentro do sistema capitalista a partir da luta feminista, entretanto, para ela, era preciso compreender o pertencimento de classe do movimento feminista, e suas limitações em decorrência disso. Segundo Kollontai, era necessário alertar as mulheres proletárias dos objetivos estreitos das feministas. Ela ressalta que, enquanto as feministas viam os direitos políticos (voto) como um fim, para as proletárias ele era apenas um meio de lutar contra a exploração da classe trabalhadora, enquanto as feministas viam o homem como inimigo, as proletárias deveriam compreender que “as mesmas relações sociais escravizam a mulher e seu camarada”. (KOLLONTAI, 1909b)

Assim, ela considerava a entrada das mulheres operárias no movimento feminista um desperdício de forças, que deveria ser direcionado à luta socialista contra o capitalismo que oprimia as mulheres e a classe operária como um todo. Em determinada altura do texto, Kollontai pergunta: “É possível um movimento de mulheres unido em uma sociedade dividida em classes antagônicas?” (KOLLONTAI, 1909b) Ela recusa a igualdade jurídica e política

¹³⁸ A obra foi escrita em 1908, mas Kollontai não conseguiu publicá-la antes do Congresso, sendo publicada somente em 1909. Não conseguimos ter acesso à obra completa. Trabalhamos, para a abordagem da obra, com diferentes trechos, de diferentes origens, encontrados pela pesquisa. Em inglês, português e espanhol.

como capazes de resolver a opressão das mulheres em todos os aspectos, e denunciava o movimento feminista burguês por se manter restrito a esse horizonte.

Enquanto as mulheres são obrigadas a vender sua força de trabalho e suportar o jugo do capitalismo, enquanto o atual sistema explorador de produção de novos valores continua a existir, elas não podem se tornar pessoas livres e independentes, esposas que escolhem seus maridos exclusivamente nos ditames do coração, e mães que podem olhar sem medo para o futuro de seus filhos ... O objetivo final da mulher proletária é a destruição do antigo mundo antagônico baseado em classes e a construção de um mundo novo e melhor no qual a exploração do homem pelo homem se tornará impossível. Naturalmente, este objetivo final não exclui as tentativas de mulheres proletárias de alcançar a emancipação, mesmo no âmbito da ordem burguesa existente, mas a realização de tais demandas é constantemente bloqueada por obstáculos erguidos pelo próprio sistema capitalista. As mulheres só podem ser verdadeiramente livres e iguais em um mundo de trabalho socializado, harmonia e justiça. (KOLLONTAI, 1909b)

É com base no mesmo acúmulo de *As Bases Sociais da Questão Feminina* que Kollontai escreve outro texto, *A mulher trabalhadora na sociedade contemporânea* (1908 – KOLLONTAI, 1908. IN: SCHNEIDER, 2017). Suspeitamos que este texto foi escrito por Kollontai como pronunciamento da delegação operária no I Congresso de Mulheres de Toda a Rússia, que foi lido por outra mulher presente, já que Kollontai saiu antes dessa intervenção com o objetivo de escapar da polícia, iniciando aí seus anos de exílio (1908-1917) (KOLLONTAI, 1926. IN: KOLLONTAI, 1980. p. 19). A delegação, que foi com objetivo de polarizar o Congresso convocado pelas feministas burguesas, incidiu sobre a diferenciação entre as perspectivas operária e burguesa.

O caminho que Kollontai escolhe para essa diferenciação é, em grande medida, considerar o que significava o acesso ao trabalho feminino para as mulheres “burguesas”¹³⁹ e para as mulheres operárias. Ela problematiza o fato de que as mulheres burguesas se organizavam para lutar pelo direito ao trabalho, enquanto para a proletária, não foi seu desejo/opção de trabalhar que determinou sua apresentação no mercado de trabalho, mas a necessidade de alimentar seus filhos famintos. Enquanto a mulher burguesa tinha orgulho de seu trabalho, para a mulher proletária o trabalho significava sua exploração em condições de precarização marcadas por tarefas ruins, baixos salários, péssimas condições de trabalho e assédios frequentes. Ao chegar em casa, a mulher operária estava submetida a uma dupla jornada, onde não havia descanso para a mulher trabalhadora. Onde as burguesas viam a libertação, as mulheres trabalhadoras viam mais uma carga sobre seus ombros, para além das obrigações de dona de casa. (KOLLONTAI, 1908. IN: SCHNEIDER, 2017, p. 151-153).

¹³⁹ Nesse, assim como em outros textos de Kollontai, ela utiliza a palavra “burguesa” para qualificar mulheres que não poderiam, a rigor (do ponto de vista teórico frente ao pensamento marxista), serem chamadas de burguesas, sendo utilizado para mulheres de classes médias, intelectuais, profissionais etc. Utilizaremos a denominação de Kollontai, mas certos de que em vários momentos ela está equivocada.

Kollontai observa que, no quadro de ausência de direitos no qual a classe operária do início do século XX se encontrava, conquistas de direitos pelas feministas significava necessariamente a conquista por direitos para as mulheres da classe burguesa, que poderiam usufruir deles. Assim, segundo ela, a luta pelo acesso ao diploma e ao trabalho, alcançaria, se alcançasse, direitos que beneficiariam somente as mulheres burguesas. Enquanto a mulher fosse obrigada a vender sua força de trabalho ao capitalismo ela não seria livre e independente. (KOLLONTAI, 1908. IN: SCHNEIDER, 2017, p. 156)

Condicionar a libertação das mulheres à revolução socialista não queria dizer que os/as socialistas não defendiam direitos das mulheres na atualidade. Segundo Kollontai,

Obviamente isso não significa que os partidários do socialismo científico adiem a solução do tema da igualdade de direitos das mulheres até o surgimento do socialismo, como acusam as feministas; não significa que eles não querem lutar pela emancipação da mulher dentro do que é possível, nos moldes do mundo burguês contemporâneo. Pelo contrário, não há um único partido no mundo que tenha se dedicado com maior amor e atenção aos interesses das mulheres e que tenha feito tanto para a sua libertação em todos os aspectos quanto o partido dos trabalhadores, fundado no ponto de vista do socialismo científico.¹⁴⁰ (KOLLONTAI, 1908. IN: SCHNEIDER, 2017, p. 156-157)

Em seguida, Kollontai apresenta, para usar uma expressão trotskista, uma espécie de um *programa de transição “feminista”*, que continha diversas reivindicações das mulheres proletárias, entre elas: supressão das leis que decretavam a inferioridade da mulher, direito de votar e ser votada, legislação trabalhista em todos os setores (indústria, agropecuária, e serviços domésticos), jornada de 8h/dia, descanso semanal de no mínimo 42h, melhoria das condições sanitárias e técnicas; proibição do trabalho em ramos prejudiciais ao organismo feminino; inspeções, inclusive no serviço doméstico, com inspetoras mulheres, proteção à maternidade com licença-maternidade, auxílio médico, tempo e espaço apropriado nos locais de trabalho para de amamentação de meia hora a cada 2 horas, distribuição de leite para os recém-nascidos, fim da regulamentação da prostituição, construção de residências baratas para trabalhadores, desenvolvimento de cooperativas para aliviar o trabalho doméstico, liberdade sindical, de assembleia, de expressão e de greve. (KOLLONTAI, 1908. IN: SCHNEIDER, 2017, p. 157-158)

É importante perceber que muitos dos elementos que aparecem no texto de 1908 foram transformados em políticas pelos bolcheviques, 10 anos depois. Chamam atenção também algumas das reivindicações, como legislação trabalhista que atenda às empregadas domésticas

¹⁴⁰ É também em virtude de achar que as/os socialistas são as/os mais comprometidos com a libertação das mulheres que Kollontai afirma: “Ao destruir os grilhões do capitalismo, a trabalhadora abre caminho para a nova mulher, para a cidadã, mãe e amante livre. [...] Somente permanecendo nas fileiras da própria classe [...] que a mulher trabalhadora poderá defender seus direitos e interesses femininos.” (KOLLONTAI, 1908. IN: SCHNEIDER, 2017, p. 159)

e inspetoras mulheres, não somente nas fábricas, mas também no serviço doméstico, o que indica uma relação orgânica não só com as mulheres operárias, mas também com outros setores precarizados da classe, como as trabalhadoras domésticas, além de um acúmulo de discussão dessas mulheres sobre assédios e abusos de poder perpetrados pelos inspetores e chefes homens¹⁴¹. A preocupação com a socialização do trabalho doméstico a partir da auto-organização da população, que será fortemente incentivada pelo governo soviético em paralelo com as políticas estatais, também está presente.

Kollontai questiona o movimento feminista diante dessas demandas, buscando deixar nítido que as mulheres burguesas não incorporavam reivindicações fundamentais para as trabalhadoras, que alterassem significativamente a sua condição de ausência de direitos e de dupla/tripla jornada. (KOLLONTAI, 1908. IN: SCHNEIDER, 2017, p. 153; 158)

Nesse texto, também como elemento de diferenciação com as feministas burguesas, aparece talvez pela primeira vez¹⁴² um elemento que seguirá no pensamento de Kollontai por muitos anos: a ideia de que o movimento feminista surge como consequência da entrada das mulheres na força de trabalho assalariada, e não da luta por direitos feita pelas mulheres burguesas. Segundo ela

Não foi por causa do repentino amadurecimento de um anseio por bens espirituais nem em razão de aspirações à ciência e ao saber que a questão feminina se tornou eminente; ela surgiu como consequência inevitável do choque entre as formas petrificadas da vida em sociedade e as novas relações de produção. (KOLLONTAI, 1908. IN: SCHNEIDER, 2017, p. 151)

Para Kollontai, as feministas supunham que as portas do trabalho começaram a se abrir às mulheres na medida em que crescia sua autoconsciência, mas, ao contrário, na verdade, o despertar e amadurecimento das mulheres aconteciam apenas quando as mulheres se juntavam ao exército de trabalhadores (KOLLONTAI, 1908. IN: SCHNEIDER, 2017, p. 151). Voltaremos a essa questão posteriormente.

Parece ser como consequência do debate do qual Kollontai participou ativamente na II Internacional, onde o peso da socialdemocracia alemã, e de Zetkin em especial, era grande, que ela – e futuramente toda a militância bolchevique – passa a se posicionar radicalmente contrária a iniciativas de cooperação com o movimento feminista. Tal concepção influenciou não só as opções táticas da socialdemocracia russa, mas também sua compreensão sobre o surgimento da “questão das mulheres”. É importante considerar que aí pesou também a

¹⁴¹ Em 1917, quando as bolcheviques intervêm junto às empregadas domésticas, portanto, essa relação já existia há mais tempo. Esta parece ter sido uma influência das mulheres socialdemocratas alemãs, que em 1906 deliberaram em sua IV Conferência Socialista de Mulheres Alemãs, a qual Kollontai participou, entre outras coisas, a propaganda entre as empregadas domésticas. (KOLLONTAI, 1907)

¹⁴² Entre os textos selecionados para a pesquisa.

importância do movimento feminista “burguês” russo, que, como vimos no capítulo 1, era mais forte e estruturado que em muitos países no mundo, e muito marcado por intervenções filantrópicas organizadas pelas mulheres da nobreza e burguesia.

2.1.3. O apoio ao movimento feminino operário russo a partir do exílio e a volta à Rússia em 1917

Kollontai viveu como refugiada até a queda do czarismo. No exílio ela se filiou ao SPD e se tornou amiga pessoal de Karl Liebknecht, Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky e Clara Zetkin, com quem debateu bastante sobre ideias para o movimento de trabalhadoras na Rússia. Ao longo dos anos de exílio, ainda antes da Guerra, Kollontai já havia passado pela Bélgica, onde contribuiu com o movimento operário e o movimento feminino operário, pela Suécia, onde acompanhou a Liga Juvenil e pela Inglaterra onde se juntou a Dora Montefiori e Frau Koeltsch na luta contra as sufragistas e pela consolidação do movimento de operárias socialistas. (KOLLONTAI, 1926. IN: KOLLONTAI, 1980, p. 20; 22)

Durante os anos de exílio, Kollontai, ainda como menchevique, mas em discordância com a linha da fração, buscou se afastar dos espaços de direção partidária (KOLLONTAI, 1926. IN: KOLLONTAI, 1980, p. 20-21) e contribuir nas ações de base e de massas juntamente ao movimento operário e às mulheres do mesmo, atuando como oradora, propagandista, escritora para jornais e panfletos operários, etc. Ao mesmo tempo em que ia consolidando laços importantes com lideranças do movimento socialista internacional.

Embora sua militância tenha se “internacionalizado” nesses anos, Kollontai se manteve em contato com mulheres como Inessa Armand e Konkordia Samoilova, que na Rússia, continuavam a tentar traçar os primeiros passos do movimento feminino operário e da ação socialdemocrata nele. Dessa maneira, em 1913, quando Samoilova conseguiu persuadir o partido para apoiar a primeira comemoração do Dia Internacional das Mulheres (CLEMENTS, 1997), Kollontai escreveu um artigo em apoio à ação das mulheres russas nesta data, que defendia um trabalho específico entre as mulheres ao mesmo tempo em que buscava deixar explícito, mais uma vez, que esta ação não era uma ação “feminista”.

No artigo *O Dia da Mulher*, de 1913 (KOLLONTAI, 1913. IN: SCHNEIDER, 2017), é difícil não notar a preocupação de Kollontai em persuadir o partido a apoiar o trabalho socialista entre as mulheres. Dessa forma, é nítido no documento um certo caráter de disputa interna, que busca responder a medos dos socialdemocratas com a auto-organização das mulheres, ao mesmo tempo que levanta os motivos para a existência de uma organização

específica e os possíveis ganhos a partir da mesma. Logo no início do texto, Kollontai levanta algumas das questões que busca responder: “O quê é o ‘dia da mulher’? Ele é necessário? Não seria uma concessão às mulheres da classe burguesa, às feministas, às sufragistas? Isso não prejudica a unidade do movimento trabalhador?” (KOLLONTAI, 1913. IN: SCHNEIDER, 2017, p. 160)

Kollontai ressalta a quantidade crescente de mulheres que, a cada dia, vinham se organizando nos sindicatos em diferentes países do mundo, buscando demonstrar a força potencial desse contingente, ao mesmo tempo em que buscava afastar a ideia ainda presente no movimento, de que as mulheres competiam com os homens, enfatizando que essa massa de quase 1 milhão de mulheres ao redor do mundo crescia diante das necessidades e da pobreza da família proletária¹⁴³. Paralelamente, ela identifica a existência de mulheres cujo horizonte ainda era restrito ao fogão e aos mandos do pai e marido, ressaltando que essa condição de atraso e falta de consciência dessas mulheres não era benéfica para a classe trabalhadora. Para alcançar essas mulheres que ainda não tinham descoberto a luta operária, seria necessário que os socialdemocratas desenvolvessem uma metodologia específica ao trabalho com elas, que conseguisse alcançar, desde a mulher consciente e organizada, até a dona de casa com a mente “atrasada”¹⁴⁴, ao mesmo tempo em que defendia uma pauta específica das mulheres não só como trabalhadoras, mas como mulheres e mães. Diz Kollontai:

Porque a classe trabalhadora não entendeu de imediato que a mulher trabalhadora é o membro mais destituído de direitos, o mais desafortunado da classe. Que por séculos ela foi intimidada, acuada, perseguida; que para despertar seu pensamento, para que seu coração bata mais forte e alegre é preciso encontrar palavras particulares, compreensíveis a ela enquanto mulher. Os trabalhadores não perceberam imediatamente que, neste mundo de exploração e falta de direitos, a mulher é oprimida não só como vendedora da força de trabalho, mas também como mãe e mulher. (KOLLONTAI, 1913. IN: SCHNEIDER, 2017, p. 161)

Kollontai enfatiza as ações dos socialistas, nos diferentes países, na defesa dos direitos das mulheres, ressaltando o quanto isso vinha sendo importante para que as mulheres operárias se identificassem com o partido e ingressasse em suas fileiras. Na sequência ela defende a criação de comitês, secretarias e *bureaus* especiais de mulheres que, por um lado, intervissem entre as mulheres não/pouco engajadas da classe trabalhadora, trazendo-as para a organização, e, por outro, examinassem as questões e exigências que dizem respeito às

¹⁴³ Em diversos textos Kollontai retoma uma apresentação da configuração da classe trabalhadora feminina. No texto comentado anteriormente, *As Bases Sociais da Questão Feminina*, ela traz uma avaliação inovadora de que as mulheres não estariam substituindo os homens, mas sim estaria havendo um agrupamento por sexo nos diferentes setores, frente à queda do trabalho infantil. O texto também conta com um extenso estudo sobre a força de trabalho feminina (KOLLONTAI, 1909b).

¹⁴⁴ Essa expressão aparece diversas vezes no discurso da época. Elizabeth Wood (1997) aborda como as mulheres bolcheviques souberam manusear essa ideia de “atraso” das mulheres para justificar durante algum tempo a necessidade da intervenção bolchevique entre as mulheres e a própria existência do *Zhenotdel*.

mulheres em primeiro lugar¹⁴⁵. O formato de militância que Kollontai propõe é a mobilização das mulheres como trabalhadoras e, ao mesmo tempo, como mulheres, donas de casa, mães. (KOLLONTAI, 1913. IN: SCHNEIDER, 2017, p. 161-162)

Para afastar os receios dos homens, mas também de muitas mulheres do partido, Kollontai defende que “as reivindicações das trabalhadoras são causas de todos os trabalhadores”, buscando desconstruir alguma leitura que veja a luta das mulheres como antagônica ou um “desperdício de tempo” frente à luta de classes. Ao mesmo tempo, tenta construir a visão da disputa entre movimento de trabalhadoras e movimento feminista como superada, buscando tranquilizar os trabalhadores diante da organização das mulheres, reafirmando que o movimento feminino operário e o Dia da Mulher têm como objetivo a autoconsciência das trabalhadoras e a união, não divisão, da classe operária (KOLLONTAI, 1913. IN: SCHNEIDER, 2017, p. 162-163)

Em 1914, ainda no exterior, Kollontai escreve um outro artigo sobre o Dia da Mulher. Intitulado *Na Rússia também haverá um Dia da Mulher* (KOLLONTAI, 1914. IN: SCHNEIDER, 2017), o curto artigo apresenta elementos importantes. Nele, Kollontai retoma a conjuntura de repressão que ocorria na Rússia no momento da aprovação do Dia Internacional das Mulheres durante a II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, ocorrida em Copenhague em 1910, o que impossibilitou o partido socialdemocrata russo de organizar ações para a data em seu primeiro ano. A conjuntura de prisões, exílios e jornais fechados, entretanto, apresentava mudanças a partir de 1911 e 1912, com o crescimento das greves e dos partidos, jornais e sindicatos operários, bem como da presença das mulheres trabalhadoras nessas organizações. (KOLLONTAI, 1914. IN: SCHNEIDER, 2017, p. 164-165) Ou seja, havia uma nova conjuntura que tornava a data mais necessária e possível de serem pensadas ações.

Kollontai também apresenta no artigo, uma recuperação das repercussões sobre o Dia da Mulher de 1913. Segundo ela, o mesmo foi um “acontecimento político”, onde todos os partidos e classes expressaram-se de alguma forma, ou com ódio, ou com desprezo, ou com dúvidas sobre se as trabalhadoras marchavam juntamente com as feministas liberais e burguesas. Entretanto, uma das comprovações de que a política de comemoração do Dia da Mulher tinha sido acertada era o fato de que o Dia da Mulher seria comemorado novamente em 8 de março de 1914¹⁴⁶ com reivindicações em torno dos direitos de voz, apoio a

¹⁴⁵ É interessante notar que esse formato, de ação partidária, mas que mobiliza mulheres de forma mais ampla (também utilizado pelo SPD) foi incorporado pelo *Zhenotdel* anos depois.

¹⁴⁶ O texto é de antes da data do Dia da Mulher.

maternidade e combate ao aumento do custo de vida. Kollontai aproveita para comentar sobre a necessidade de mobilizar as mulheres para a aprovação da proposta apresentada pela ala socialista da Duma Estatal, de que se incorporasse a ajuda às mulheres grávidas e parturientes na Lei do Seguro, além de citar um projeto de lei, ainda em elaboração, sobre proteção à maternidade. (KOLLONTAI, 1914. IN: SCHNEIDER, 2017, p. 165-166)

Nos dois artigos vemos a preocupação de Kollontai com a mobilização das operárias e com ganhar o partido para o apoio à organização das mesmas. Essas serão marcas constantes de seu trabalho político, pelo menos até o início de sua carreira diplomática, quando inicia seu afastamento com militância voltada às mulheres. Essa preocupação com a mobilização das mulheres para a luta feminina e operária presente no artigo, também estará nas suas ações e escritos em 1917.

A guerra alteraria significativamente as condições para a existência de um movimento feminino operário forte. O processo de feminização do trabalho¹⁴⁷, provocado pela mobilização dos homens, teve aí um papel importante. A militância socialdemocrata também buscou perceber o quanto as mulheres eram oneradas na retaguarda, na produção industrial bélica, nos cargos vagos pelos homens nos diferentes setores da economia, etc., ao mesmo tempo em que continuavam a ser responsáveis pela reprodução das famílias. Assim, a guerra contribuía não só para a entrada das mulheres na força de trabalho assalariada, como também para um aumento da “dupla jornada” de trabalho, ainda mais dificultada pelo contexto bélico. No artigo *Quem Precisa da Guerra* (KOLLONTAI, 1915), em meio à agitação, que buscava visibilizar as mortes, a pobreza e a fome causadas pelo conflito, Kollontai observa que

As mulheres têm estado extremamente *ocupadas*. Elas estão *extenuadas* e *famintas*, *cansadas de chorar*. Heróis aleijados perambulam pelo povoado, alguns com uma medalha, alguns com duas. E o único 'respeito' que o herói consegue é ouvir sua própria família repreendê-lo como um parasita que come o pão dos outros. E *o pão está racionado!* [...] *o custo de vida aumenta* [...] as crianças estão doentes. (KOLLONTAI, 1915)

Era esse o difícil quadro social, observado e advertido por Kollontai no texto acima, que, em fevereiro de 1917, levou as mulheres russas à greve iniciada no Dia Internacional das Mulheres, e que culminaria na queda do czar. Nesse momento, Kollontai estava na Noruega e, ao saber do ocorrido, ela se apressou em voltar para a Rússia. Em pouco tempo, assumiu cargos no Comitê Central do partido e no Comitê Executivo do Soviete de Petrogrado. Nas ações voltadas para as massas, ela atuou como agitadora, escritora, organizadora, tarefas com as quais já tinha anos de experiência. Durante a reativação do *Rabotnitsa*, Kollontai compôs

¹⁴⁷ O processo de feminização gradativa do trabalho sob o capitalismo é estudado por diversos autores, que buscam dar conta da análise da entrada cada vez maior de mulheres na força de trabalho assalariada e suas especificidades. Duas grandes referências mais conhecidas no Brasil são Danielle Kergoat e Helena Hirata.

seu novo conselho editorial e, ao longo do ano, atuou junto à organização de trabalhadoras como as empregadas domésticas e operárias, além de ter tido papel bastante importante junto à greve das lavadeiras, onde intermediou o contato das mesmas junto ao partido, aos soviets, etc.¹⁴⁸.

Desde o início da Grande Guerra, Kollontai tinha voltado sua militância para a propaganda anti-bélica, tendo passado por diferentes países como Suécia, Dinamarca, Noruega e EUA¹⁴⁹. Foi inclusive diante do posicionamento dos mencheviques sobre a guerra, que ela decidiu se juntar definitivamente aos bolcheviques. Em viagem como propagandista, Kollontai não estava na Rússia durante a greve de massas de fevereiro e, apesar de sua defesa no Comitê Central das Teses de Abril e seu importante papel junto as mulheres trabalhadoras ao longo do ano, Kollontai passou meses de 1917 em prisão domiciliar, após a acusação de espionagem por Kerenski.¹⁵⁰ (KOLLONTAI, 1926. IN: KOLLONTAI, 1980, p. 31). Dessa forma, ela teve um papel importante, porém limitado, em 1917.

No artigo *Our Tasks* (KOLLONTAI, 1917), escrito por Kollontai para agitação em 1917, ela convoca as mulheres a declararem “guerra à guerra” que espalhava fome e a morte de seus filhos e maridos, quando, na verdade servia aos interesses dos banqueiros, industriais, patrões, etc. Ela observa o protagonismo das mulheres em fevereiro, ressaltando que as mulheres “foram as primeiras a ir às ruas” e se dirige às mesmas para convocá-las a juntarem-se à causa dos trabalhadores, aos sindicatos, soviets, socialdemocratas, etc. Ela observa que “passou o tempo onde o sucesso da causa dos trabalhadores dependia só dos homens”, adentrando mais uma vez ao debate sobre a “feminização da classe trabalhadora”¹⁵¹, e chama as mulheres a se organizarem e perceberem que organizadas podem ser uma força poderosa. Kollontai, entretanto, deixa expresso seu objetivo. Ela diz que juntar-se ao partido não é suficiente. É necessário transferir o poder das mãos dos capitalistas para os Sovietes de Operários Camponeses e Soldados.

Buscando ser didática, e trabalhar com a imaginação das mulheres com fins de mobilizá-las, Kollontai procura apontar para o que seria uma vida melhor na perspectiva da

¹⁴⁸ Comentamos sobre a greve no capítulo 1.

¹⁴⁹ Desde início da guerra, Kollontai produziu diversos textos não relacionados às mulheres, sobre temas como a guerra, a III Internacional, a disputa em 1917 entre bolcheviques e outras perspectivas/partidos políticos, a revolução mundial, etc.

¹⁵⁰ Na autobiografia ela fala que acompanhou a greve das lavadeiras que começa no dia 1 e maior e durou, segundo seu relato, 6 semanas. Aparentemente sua prisão é depois da greve e fica presa até um mês antes da Revolução de Outubro. Estima-se, portanto, que Kollontai tinha ficado presa de 3 a 4 meses. (KOLLONTAI, 1926. IN: KOLLONTAI, 1980, p. 30-31)

¹⁵¹ Não é essa a expressão usada por Kollontai. O debate que utiliza esse termo é mais recente, surgido nos estudos feministas acadêmicos desde os anos 1970. Pegamos emprestado da atualidade o termo, por explicar facilmente o fenômeno evidenciado pelo mesmo.

luta dos trabalhadores, buscando deixar nítido ao público que a lê, de qual futuro estamos falando, e pelo qual se está lutando. Assim, ela coloca:

O sucesso da causa dos trabalhadores, o sucesso da luta dos trabalhadores por uma vida melhor - por um dia de trabalho mais curto, por salários mais elevados, por seguro de saúde, remuneração por desemprego, pensões de velhice, etc. - o sucesso de sua luta para defender o trabalho de nossos filhos, para obter melhores escolas, agora depende não só da consciência e organização dos homens, mas também do número de mulheres que entram nas fileiras da classe trabalhadora organizada. (KOLLONTAI, 1917)

É interessante ainda, notar que o artigo explicita a perspectiva de uma revolução mundial. Em determinado momento, Kollontai comenta que os outros países estavam esperando a Rússia, talvez a partir da ideia da possibilidade da Rússia como vanguarda da revolução europeia. Essa revolução mundial dependeria da união de mulheres e homens de todo o mundo, para que fosse possível “alcançar um novo e mais brilhante futuro – a irmandade socialista dos trabalhadores”. (KOLLONTAI, 1917)

A recuperação histórica da participação das mulheres em 1917 será feita por Kollontai somente dez anos depois no artigo *As Combatentes nos Dias de Outubro* (KOLLONTAI, 1927a. IN: SCHNEIDER, 2017). O texto, antes de tudo, é um manifesto em defesa da visibilização da participação e contribuição das mulheres na Revolução. Muitos anos antes que o conhecimento acadêmico avançasse sobre a discussão da invisibilização histórica das mulheres, Kollontai já ensaiava a questão.

No artigo, ela recupera a presença de milhões de mulheres que, “caminharam lado a lado com operários e camponeses em nome da bandeira vermelha, com o lema dos Sovietes, através das ruínas do odioso passado religioso e czarista”. Ela nos fala de “jovens e velhas, operárias e soldadas, camponesas e donas-de-casa, da camada mais pobre da cidade”, mas também da existência de mulheres da *intelligentsia*, como professoras, funcionárias de escritórios, jovens universitárias estudantes ginasiais e médicas, que se mobilizaram em Outubro. No campo, Kollontai nos diz que as camponesas “tomavam as terras dos proprietários e purificavam os nobres ninhos daqueles ‘senhores’ que há séculos estavam sentados neles”. (KOLLONTAI, 1927a. IN: SCHNEIDER, 2017, p. 215)

E ainda:

Quando lembramos os dias de Outubro, não vemos rostos individuais, mas uma massa. Sem número, como se fossem ondas de gente. E para onde quer que se olhe, por toda parte há mulheres: nos comícios, reuniões, manifestações... [...] O grande mar de gente ficou agitado em 1917, e nele havia muitas e muitas cabeças femininas...[...] *Algum dia os historiadores escreverão sobre o que fizeram essas heroínas anônimas*, mortas no front, executadas pelos brancos, que aguentaram a miséria extrema dos primeiros anos da Revolução e mesmo assim não largaram a bandeira vermelha do poder dos soviets e do comunismo. (KOLLONTAI, 1927a. IN: SCHNEIDER, 2017, p. 217-218)

Como vemos, ao mesmo tempo em que Kollontai defende a visibilização da participação das mulheres, e de certa forma defendendo/contando com que, os historiadores escrevam sobre as mesmas, ela as chama de “heroínas *anônimas*”. Esse termo empregado por Kollontai abre margem para algumas hipóteses: Eram elas já apagadas historicamente (anônimas) em seu tempo histórico? Havia alguma conformação de políticas que indicasse o apagamento da contribuição dessas mulheres para a revolução no momento em que Kollontai escreveu esse texto? Ou isso demonstra uma certeza dela sobre esse apagamento histórico futuro? Parece-me que a resposta seria um misto das três.

Kollontai retoma “as imagens daquelas mulheres que receberão especial atenção do historiador quando, daqui a muitos anos, ele for escrever a respeito de como o Grande Outubro ocorreu e se desenrolou com seu inspirador Lenin.” Chama atenção o fato de muitas das personalidades serem descritas com características que faziam de sua contribuição política não necessariamente secundária ou sem importância, mas nas sombras, sem visibilidade pública. Krupskaja é descrita como se esforçando em “permanecer à sombra, entrar na sala de reunião sem ser percebida, sentar-se atrás de uma coluna” (KOLLONTAI, 1927a. IN: SCHNEIDER, 2017, p. 218); Stasova como alguém que “não se enfiava na linha de frente, à vista” (KOLLONTAI, 1927a. IN: SCHNEIDER, 2017, p. 219).

Outras são descritas com características tomadas com atitudes, qualificações, lugares, tipicamente “femininos”. Krupskaja “vê, observa tudo para transmitir a Vladimir Ilitch, acrescentar comentários e buscar um pensamento racional, correto e necessário” (KOLLONTAI, 1927a. IN: SCHNEIDER, 2017, p. 218), ou seja, é como se sua ação política fosse em torno de Lenin e como se ele, o homem, fosse o elemento capaz de racionalizar as informações observadas e tomadas por ela. Nikolaieva é lembrada como alguém que “quando discursava nas reuniões ainda ficava nervosa, não tinha autoconfiança, mas fascinava a todos” (KOLLONTAI, 1927a. IN: SCHNEIDER, 2017, p. 219). A Inessa Armand, são dados os adjetivos de delicada e feminina, colocados em oposição a sua capacidade de ser “inexorável em suas convicções e firme naquilo que considerava correto” (KOLLONTAI, 1927a. IN: SCHNEIDER, 2017, p. 220).

Tais descrições, e a forma como elas são feitas no artigo, podem indicar uma associação das mulheres à uma leitura de suas militâncias, ou imagens, que contribuísse para a não visibilidade de suas ações. Mas Kollontai, em seu objetivo de valorização do lugar das mulheres na revolução, também retoma elementos de prestígio na história de suas vidas militantes para contribuir nesse sentido. Assim, embora Kollontai apresente Krupskaja como “braço direito” de Lenin e como alguém que “*as vezes* fazia nas reuniões do partido uma

observação *curta*, mas de peso” (KOLLONTAI, 1927a. IN: SCHNEIDER, 2017, p. 218 – grifos meus), ela também é descrita como uma militante convicta, confiante no trabalho, com fé na vitória, que irradiava uma crença inabalável, capaz de encorajar a todos que se juntavam aos companheiros (KOLLONTAI, 1927a. IN: SCHNEIDER, 2017, p. 218-129). Stasova é recuperada como “‘fiel escudeira’ de Lenin nos anos do trabalho clandestino, precisa condutora das decisões do partido, por muitos anos secretária do Comitê Central”, alguém com “rigor e capacidade de trabalho incomuns”, com muitas responsabilidades, atolada de trabalho, mas sempre a postos, forte como um sílex, de aço (KOLLONTAI, 1927a. IN: SCHNEIDER, 2017, p. 219). Nikolaieva é lembrada como trabalhadora do chão de fábrica, coração da revista *Kommunistka* e uma das que “carregaram nos ombros toda a dificuldade de estabelecer os fundamentos para o engajamento amplo e massivo das mulheres na revolução” ao lado de Samoilova. Nikolaieva e Samoilova são, segundo Kollontai, “nomes aos quais estão indissolúvelmente ligados os primeiros passos do movimento de mulheres trabalhadoras, especialmente em Leningrado” (KOLLONTAI, 1927a. IN: SCHNEIDER, 2017, p. 219-220). Ela também recorda de Varvára Iákovleva e sua presença nas barricadas em Outubro, Vera Slutskaia, morta pelos cossacos no front em Petrogrado, Evgenia Bosh e as irmãs de Lenin, Ana Elizarova e Maria Ulianova.

A segunda hipótese levantada questiona o contexto no qual Kollontai escreveu esse texto, em 1927, já no exterior, em cargo diplomático, em um momento de crescimento da repressão interna no partido sob o período stalinista. Ele nos deixa com uma desconfiança, ainda que remota, sobre sua escrita se inserir em uma movimentação ou de preservação da contribuição das mulheres para o partido e a revolução em um contexto de ataque a organização feminina e o lugar ocupado pelas mulheres no partido, ou ainda, de perseguição de determinadas figuras femininas e do intuito de Kollontai de dificultar essa ação. Não podemos comprovar essa hipótese, mas nos pareceu propícia levantá-la. É estranho que Kollontai escreva esse texto 10 anos após a revolução, já residindo no exterior e com novos cargos e tarefas, tendo se afastado da militância feminina partidária já há alguns anos.

Nossa terceira hipótese levantada, de uma certeza do esquecimento, pode ser visualizada no trecho onde Kollontai coloca que “*podemos esquecer seus nomes*, mas a abnegação delas vive na própria vitória de Outubro, nas conquistas e realizações de que as mulheres trabalhadoras usufruem na União.” Ao mesmo tempo em que combate esse mesmo esquecimento, afirmando que “sem a participação das mulheres, Outubro não poderia ter levado a bandeira vermelha à vitória”. (KOLLONTAI, 1927a. IN: SCHNEIDER, 2017, p. 221 – grifos meus)

Seja como for, considerando alguma das 3 hipóteses, as 3 em conjunto ou nenhuma delas – o que de fato é importante não é a opção por cada uma delas, mas levantá-las para o debate – foi Kollontai, enquanto mulher militante da organização das mulheres, quem se preocupou em resgatar a participação das mulheres na Revolução de Outubro, buscando deixar para a os historiadores futuros referências com as quais trabalhar, as “heroínas anônimas”, entre elas em alguma medida a própria Kollontai, que buscamos agora contribuir para retomar e visibilizar historicamente.

2.1.4. O período no governo e a questão da maternidade

Com a Revolução de Outubro de 1917 os bolcheviques, em conjunto com os SRs de esquerda, assumiram o poder. Na montagem dos ministérios, Alexandra Kollontai foi indicada para Comissária do Povo para o Bem-estar social, cargo responsável por uma infinidade de funções que envolviam assistência social, saúde, algumas ações relacionadas à educação, etc., além de ser o centro do qual emanaram boa parte das políticas públicas direcionadas às mulheres. Para ser indicada ao cargo, Kollontai reunia duas qualidades importantes: fazia parte do círculo próximo de dirigentes bolcheviques, em especial Lenin, bem como possuía uma boa repercussão em virtude de seu vasto estudo sobre a maternidade e a infância, e sobre políticas e legislações direcionadas a essas áreas.

Em sua ação ministerial Kollontai esteve a frente de diversas políticas que tinham impacto direto sobre a vida das mulheres¹⁵² e também interviu junto a outros ministérios como Trabalho, Saúde, Educação, etc., buscando ações interministeriais que avançassem sobre a garantia de direitos para as mulheres¹⁵³. Durante a ocupação do posto ministerial, ela passou a se dividir entre suas tarefas no Comissariado e sua militância no partido, na Internacional, e junto às mulheres trabalhadoras. Seus escritos durante esse período são, em maioria, referentes a pronunciamentos estatais, decretos, anúncios e proposições de políticas, etc., muitos envolvendo a questão da maternidade e da infância, temas que remontam um acúmulo anterior de Kollontai.

O crescimento do trabalho feminino desde segunda metade do século XIX ocasionou um amplo debate na sociedade sobre o papel das mulheres, o impacto do trabalho feminino sobre o organismo feminino e a maternidade, entre outros. A entrada de milhares de mulheres no mercado de trabalho a cada ano, processo intensificado com a Grande Guerra, significou,

¹⁵² Já abordadas no capítulo 1.

¹⁵³ Principalmente junto à elaboração de legislações.

para as mulheres da classe trabalhadora, a imposição de duras condições para a vivência da maternidade, com consequências sociais importantes como o aumento da mortalidade, abandono e prostituição infantis, além do surgimento de diversas estratégias precárias de conciliação entre maternidade e trabalho pelas mulheres, como, por exemplo, “creches” informais nos bairros operários¹⁵⁴ e o uso de narcóticos para sedar as crianças pequenas nas fábricas enquanto as mães trabalhavam¹⁵⁵. A “questão da maternidade” era intensificada ainda mais pela situação de vida e trabalho da classe trabalhadora, marcada por habitações apertadas e precárias, longas horas de trabalho, inexistência de métodos contraceptivos seguros, etc.

Nesse contexto, houve um amplo debate sobre a maternidade por diversos setores da sociedade, que impulsionaram diferentes respostas ao problema. Entre esses debates, estiveram também as elaborações socialistas. O tema da maternidade foi um dos grandes estudos e produções intelectuais de Kollontai, onde ela elaborou profundamente de uma forma vanguardista – no bom sentido, de estar à frente –, mas também carregou algumas de suas maiores contradições.

Em 1916, Kollontai publicou o livro *Sociedade e Maternidade*. A obra começou a ser preparada ainda antes da Guerra, quando os socialdemocratas presentes na Duma pediram para que ela escrevesse a sessão sobre o seguro-maternidade a ser incluído no projeto sobre seguridade trabalhista. Ela continha 650 páginas, divididas em duas sessões. A primeira, contendo razões para seguridade materna, causas da queda na taxa de natalidade, relações entre as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora e a mortalidade infantil (mortalidade infantil como uma questão de classe), tipos de seguro-maternidade, etc. A segunda era formada por apêndices de leis de seguridade maternidade de 14 países, material estatístico e bibliografia vasta em 6 línguas europeias. (KOLLONTAI, 1916a)

A presente pesquisa não conseguiu ter acesso à obra completa, mas apenas ao seu prefácio – *Preface to the Book Society and Motherhood* (KOLLONTAI, 1916a) – contudo, esse fragmento apresenta diversas questões a serem analisadas.

Uma das primeiras ações de Kollontai no texto é situar o leitor sobre sua concepção de como surge o “problema da maternidade”¹⁵⁶, criado pela economia capitalista de grande

¹⁵⁴ Geralmente alguma mulher mais velha, ou uma criança/adolescente a quem era paga uma quantia ínfima para amontoar crianças em suas casas enquanto seus pais trabalhavam.

¹⁵⁵ Na Inglaterra, foi bastante comum o uso da “mistura de Godfrey”, uma mistura de melaço e ópio, dada para às crianças de colo nas fábricas pelas suas mães operárias. (TOLEDO, 2008)

¹⁵⁶ O “problema da maternidade” ou a “questão da maternidade” refere-se, no contexto da época, à forma como era chamado o debate que agora abordamos. Geralmente abarcava debates mais amplos do que em um primeiro momento consideramos como maternidade, referindo-se à mortalidade infantil, conciliação entre trabalho e maternidade, moralidade, políticas públicas, principalmente de saúde para a mãe e criança, etc.

escala, e a amplitude deste problema. Segundo ela, a questão de como proteger mãe e filho era debatida por políticos, estatísticos, especialistas em higiene, neomalthusianos, reformadores sociais, filantropos e outros, assim como recaía com peso especial sobre os ombros das mulheres trabalhadoras. Ela cita um amplo envolvimento da sociedade com esse debate, e também percebe sua ligação com a questão do sexo e do casamento.

Para Kollontai, a conjuntura de queda da natalidade e altas taxas de mortalidade infantil por um lado, e, por outro, a relação entre desenvolvimento da indústria e economia nacionais e a dependência de suprimento constante de força de trabalho, preocupava os Estados capitalistas. Na França, onde, segundo a autora, a população vinha diminuindo, as autoridades tinham se transformado em defensores das crianças e da seguridade materna. Ela também cita as primeiras legislações de proteção à maternidade publicadas na Suíça e Alemanha, em 1878 e 1883, respetivamente, bem como outras legislações aprovadas nos primeiros anos do século XX, a partir dos parlamentos de diferentes países. Tais políticas estavam em flagrante contradição com a estrutura social incentivada pelos mesmos Estados (capitalistas), e se dava sob pressão da necessidade, e não por considerações humanitárias¹⁵⁷.

Segundo Kollontai, a demanda de que o coletivo social provenha a segurança materna e infantil nasceu das necessidades vitais e imediatas da classe trabalhadora assalariada. A classe trabalhadora era o setor da sociedade que mais fortemente demandava a resolução do conflito entre o trabalho assalariado feminino e sua atividade como mãe, por isso, segundo a autora, a classe trabalhadora foi a classe que primeiro se havia posicionado em defesa da maternidade, quando os representantes de outras classes ainda negavam a existência desse problema. Dessa forma, o primeiro congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), no fim dos anos 1860, aprovou resoluções sobre a “proteção das mulheres trabalhadoras como mães e como representantes de seu sexo” (como mulheres) e, desde então, representantes de outras classes voltavam a essa questão.

Ela observava ainda que, tanto as autoridades estatais, quanto os partidos socialistas, tinham como proposta a proteção à maternidade como política estatal, entretanto, os dois setores tinham diferenças quanto ao meio de aplicação, escopo e implementação da política. Enquanto as autoridades queriam limitar ao mínimo possível a concessão de benefícios, os representantes da classe trabalhadora demandavam métodos radicais e denunciavam as propostas limitadas dos governos, que “defendiam” as mães e crianças, ao mesmo tempo em

¹⁵⁷ Kollontai cita a mortalidade de 65% das crianças nascidas nos distritos industriais alemães. Ela ressalta como incentivos às legislações, a alta mortalidade infantil e a crescente escassez de trabalhadores. (KOLLONTAI, 1916a).

que mantinham o sistema de exploração do trabalho assalariado que levava a destruição de ambos.

As autoridades estatais estão fazendo todo o possível para se limitarem à reformas dentro da estreita esfera de proteção direta para mães lactantes, deixando a mãe trabalhadora a gastar o resto de sua vida sujeita precisamente às deletérias condições de vida e de trabalho que tornam a maternidade normal impossível. Além disso, a questão da provisão e da proteção da mãe e da criança é um aspecto da política social que não pode ser arbitrariamente separado de outros, intimamente relacionado com as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora. A mãe e a criança obterão benefícios significativos com a introdução de uma proteção relativamente abrangente se a mulher trabalhadora for submetida ao resto do tempo a uma exploração irrestrita pelo capital, se o seu dia de trabalho for tão longo que prejudica sua força e toda a classe trabalhadora existe permanentemente à beira da fome? (KOLLONTAI, 1916a)

Kollontai critica/lamenta o fato de, apesar da seguridade materna ser parte do programa socialista, e inseparável dele, já que essa questão afeta à classe trabalhadora, até então não havia uma elaboração teórica suficiente na literatura socialista que respondesse a pergunta da autora: “Qual forma de seguridade materna mais corresponde aos interesses da classe trabalhadora e vem mais estreitamente de ao encontro de seus objetivos básicos?” (KOLLONTAI, 1916a).

Kollontai, então, ensaia uma metodologia para responder a questão.

Segundo ela, a resposta depende de como a seguridade materna é definida e como é interpretada a função da maternidade. Em seguida apresenta três modelos possíveis: 1) o modelo alemão, onde a gravidez é vista como uma patologia, e a seguridade materna está geralmente associada ao sistema de saúde e ao auxílio-doença; 2) o modelo que toma a maternidade como uma função social particular, considerando a assistência à mãe como uma recompensa pelo serviço que esta faz para o Estado (descolado da ideia de doença); 3) o modelo que vê a assistência a maternidade como um “meio de aliviar o fardo da maternidade para a trabalhadora”, uma medida transitória enquanto o cuidado das novas gerações não deixa de ser individual e passa as mãos de toda a sociedade. A última visão seria a visão socialista. (KOLLONTAI, 1916a)

Para Kollontai, além da seguridade materna aliviar o fardo da maternidade, ela também encorajava as mulheres da classe trabalhadora a transferirem o cuidado das novas gerações para a comunidade. Entretanto, em sua visão, essa ideia faria sentido apenas se admitirmos que a presente forma de família irá inevitavelmente colapsar e se desintegrar. Para ela, enquanto a família era forte, estável, viável e a mulher vivia exclusivamente dentro do lar, a proteção e provisão da maternidade nunca surgiu.

Para Kollontai a família era baseada em princípios econômicos, sendo as relações de produção as responsáveis por ligar os membros da família. Entretanto, o surgimento do

capitalismo havia modificado a família, retirando suas funções de produção a partir da externalização geográfica do trabalho produtivo, transferido do lar para o espaço público, e individualização da relação de trabalho, deixando para a família somente a função de consumidora¹⁵⁸. Além disso, segundo a autora

As autoridades estatais atuais, por outro lado, que servem apenas aos interesses dos monopolistas, procuram fazer uso da força de trabalho pronta, liberando-se de toda a responsabilidade pela vida das crianças e mães, preferindo impor à família privada individual aquelas obrigações que antes possuía em uma outra fase anterior do desenvolvimento econômico. (KOLLONTAI, 1916a)

O texto é especialmente rico e ao mesmo tempo contraditório. Kollontai percebe a relação de dependência entre o desenvolvimento da indústria capitalista e a necessidade de suprimentos constantes de força de trabalho, bem como o fato dos Estados capitalistas optarem pela privatização das preocupações com a reprodução da força de trabalho através da família. Entretanto, ao mesmo tempo, ela vê as tarefas de reprodução relacionadas às funções da família apenas como relacionados aos modos de produção *anteriores* ao capitalismo, não tomando as mesmas como algo próprio deste modo de produção. Se a família, no *capitalismo*, não teria o papel da produção nem da reprodução (o que ocorria nos modos de produção anteriores ao surgimento do capitalismo) ela estaria fadada ao fim¹⁵⁹. Voltaremos a esse assunto no terceiro capítulo.

Ainda nesse texto, Kollontai apresenta um programa pelo qual lutar, buscando deixar nítidos os objetivos da mobilização das mulheres trabalhadora. Ela apresenta as reivindicações em forma de “passos” para uma proteção à maternidade.

- Primeiro passo: A possibilidade de dar a luz em condições saudáveis, com cuidado apropriado para mãe e filho/a, possibilidade de cuidar do bebê nas primeiras semanas de vida e de alimentá-lo corretamente;

- Segundo passo: A construção de refúgios para grávidas e lactantes, consultas médicas para mãe e o bebê, garantia de leite e enxoval de qualidade, rede de creches, pré-escolas e centros infantis onde a mulher possa deixar criança com a consciência em paz;

- Terceiro Passo: Legislação social sobre importância da proteção ao trabalho feminino – jornada curta, pausas para amamentação, substituição de métodos e técnicas nocivas à fisiologia feminina e proibição de práticas perigosas;

¹⁵⁸ As expressões “ externalização geográfica do trabalho produtivo” e “individualização da relação de trabalho” são minhas, não de Kollontai.

¹⁵⁹ Aparentemente, para Kollontai, a única função restante da família no capitalismo seria a perpetuação da propriedade privada e o acúmulo de capital.

- Quarto Passo: Garantia pela comunidade/Estado de assistência material à mulher e filho durante a gravidez, parto e período posterior ao nascimento da criança. (KOLLONTAI, 1916a)

Kollontai ainda apela aos socialistas para a necessidade da defesa desse programa como forma de tirar das mulheres o fardo da maternidade, mas também como forma de cuidar apropriadamente das novas gerações (mortalidade), ressaltando que toda a classe trabalhadora, homens e mulheres, tem interesse na solução destas questões.

Com base no acúmulo do livro *Sociedade e Maternidade*, Kollontai escreve também, em 1916, o panfleto *Working Woman and Mother* (KOLLONTAI, 1916b). Nele, a autora faz um exercício de didática para fazer-se entender pelas mulheres mais simples. Para isso, boa parte da argumentação do panfleto é feita a partir de uma comparação entre mulheres de diferentes classes e as diferentes formas como as mesmas vivem a maternidade. Ela conta a história de 4 mulheres de nome Mashenka, todas grávidas, uma burguesa, uma operária, uma lavadeira e uma empregada doméstica.

A primeira Mashenka é lavadeira. Sua realidade é marcada por baixos salários, pela necessidade de empregar toda a família e de trabalhar até o último minuto antes de dar à luz. A maternidade é levada sem cuidados especiais. Dá à luz escondida em um cômodo junto a outras pessoas com uma parteira que logo a deixa. A criança nasce pequena e magra. A mãe chora.

A segunda Mashenka é empregada doméstica. Ganha pouco, tem muito trabalho, está submetida ao assédio do patrão, de quem fica grávida e é mandada embora. Dá a luz na rua, sem conseguir vaga na maternidade e, pela manhã, os policiais encontram um corpo no rio.

A terceira é operária de uma tinturaria. Trabalha 10h/dia em ambiente tóxico, sustenta a mãe doente e o marido desempregado. Seu supervisor se recusa a liberá-la do trabalho para ter a criança. Tem um parto difícil, seu filho nasce morto e logo tem que voltar ao trabalho.

A quarta Mashenka é esposa do diretor de uma fábrica. A gravidez é vista como um grande evento, sendo cercada de parteira, médicos, visitas, etc. Dá a luz a uma criança forte e saudável.

Ao longo das diferentes histórias, Kollontai busca demonstrar a dificuldade das operárias em garantir a sobrevivência de seus filhos sem nenhum suporte, apresentando a questão da maternidade também como uma questão de classe. Ela discute as altas taxas de mortalidade infantil, relacionadas às condições de vida e trabalho da classe trabalhadora (condições no lar, uso de alimentação artificial, etc.), e comenta sobre os ramos industriais mais prejudiciais ao organismo feminino.

Como de costume em outros textos, Kollontai apresenta a imagem de como seria a maternidade em outra sociedade, onde as mulheres pudessem ter acesso a serviços e políticas.

Ela diz:

Uma casa especial com um jardim e flores estará pronta para recebê-la. Será tão concebido que toda mulher grávida que acabou de dar a luz pode viver lá alegremente em saúde e conforto. Os médicos desta sociedade-família não se preocupam apenas em preservar a saúde da mãe e da criança, mas de aliviar a mulher da dor do parto. A ciência está progredindo neste campo, e pode ajudar o médico aqui¹⁶⁰. Quando a criança é forte o suficiente, a mãe retorna à sua vida normal e retoma o trabalho que ela faz em benefício da grande família-sociedade. Ela não precisa se preocupar com seu filho. A sociedade está lá para ajudá-la. As crianças vão crescer no jardim de infância, na colônia de crianças, na creche e na escola sob cuidados de profissionais¹⁶¹ experientes. Quando a mãe quer estar com seus filhos, ela só tem que dizer a palavra; e quando ela não tem tempo, ela sabe que eles estão em boas mãos. (KOLLONTAI, 1916b)

Kollontai ainda retoma detalhadamente um extenso conjunto de propostas defendidas pelos socialdemocratas em diversos países no sentido de proteger a maternidade. Algumas das medidas propostas por ela são: banir o trabalho noturno para mulheres e jovens; jornada de 8h/dia; não contratar jovens abaixo dos 16, e entre 16 e 18 anos trabalhar somente metade da jornada¹⁶²; substituir métodos de trabalho prejudiciais à saúde; licença maternidade de 16 semanas (8 antes e 8 após o parto, com direito a extensão do período sob recomendação médica) acompanhada de um auxílio-maternidade (existente já em 14 países à época do texto) que constituiria o pagamento de um montante referente à metade do salário normal durante todo o período de licença, mesmo se a criança morresse ou nascesse prematura, podendo ser estendido durante todo o período de amamentação e sendo pago durante não menos que nove meses, diretamente em mãos da mãe ou para pessoa autorizada por ela; acesso a serviço de médico e parteira, e assistência para o cuidado da casa e filhos até a recuperação do parto; recebimento de leite e roupas para os bebês gratuitamente, sob custos da vila ou cidade; construção de creches (garantindo o fácil acesso a seus bebês), e geridas pelas próprias mães trabalhadoras; construção de número suficiente de maternidades, casas para mulheres grávidas e mães em fase de amamentação que se encontrem desempregadas¹⁶³, clínicas para crianças

¹⁶⁰ Kollontai refere-se aqui a um contexto em que os partos ainda eram feitos sem anestesia.

¹⁶¹ Original: nurses.

¹⁶² O argumento de Kollontai para a defesa dessa proposta era a ideia de que o organismo das jovens está se formando entre 16 e 18 anos e o trabalho em meio período garantiria um desenvolvimento saudável da mulher, preservando sua capacidade reprodutiva em formação. “This is important, especially from the point of view of the future mother, since between the years of sixteen and eighteen the girl is growing and developing into a woman. If her strength is undermined during these years her chances of healthy motherhood are lost forever.” (KOLLONTAI, 1916b)

¹⁶³ Política que já existia na França, Alemanha e Hungria. (KOLLONTAI, 1916b)

doentes¹⁶⁴ e jardins de infância; disponibilização de cursos sobre cuidados de crianças; e alimentação gratuita para mulheres grávidas e em fase de amamentação¹⁶⁵.

É interessante notar que várias das políticas que Kollontai cita nesse momento serão retomadas por ela em sua ação ministerial no governo soviético. Seu objetivo era defender políticas e serviços que buscassem intervir para ajudar a combinar trabalho e maternidade, garantindo os direitos da mulher como mãe, ao mesmo tempo em que garante seu direito de continuar como força de trabalho ativa, mantendo sua independência econômica. Entretanto, ela deixava nítido que suas proposições não seriam conquistadas no horizonte capitalista. Assim, as mulheres deveriam juntar-se ao partido socialdemocrata na defesa de seus ideais.

As condições políticas para a implementação dessas propostas que Kollontai propõe em 1916 mudaram radicalmente a partir da tomada de poder pelos bolcheviques em 1917, embora as condições econômicas fossem colocar cada vez mais desafios à realização deste programa. Durante seu breve período à frente do Commissariado do Povo para o Bem-Estar, Kollontai buscou aproveitar essa oportunidade para contribuir com políticas para a proteção da mãe e filho¹⁶⁶. A maioria das ações do Commissariado nessa direção se deu a partir do Departamento de Proteção à Mãe e à Criança.

Em 1918, ela publicou *The First Steps Toward the Protection of Motherhood* (KOLLONTAI, 1918d), no qual ela relata as primeiras movimentações, após a tomada de poder, no que tange a maternidade e infância. Segundo Kollontai, o estabelecimento do Departamento de Proteção à Mãe e Filho e seus princípios básicos foram esboçados na Primeira Conferência de Mulheres Trabalhadoras, ocorrida após a Revolução de Outubro. A Conferência foi convocada por Kollontai como membra do Comitê Central juntamente ao conselho editorial da revista *Rabotnitsa*, e reuniu mulheres operárias com a tarefa de aproximar massas femininas que espontaneamente haviam apoiado a revolução, os Sovietes e os bolcheviques. Teve como uma de suas principais demandas a questão da proteção e provisão à maternidade e de quais medidas deveriam ser introduzidas pelo governo soviético para proteger as mães e seus bebês.

Ela recupera cronologicamente como o processo de elaboração das políticas se deu. Em 6 de novembro, Kollontai proferiu um discurso sobre proteção à maternidade como membra do CC e liderança do grupo de mulheres trabalhadoras encarregada da convocação da conferência, onde estabelecia algumas teses para a discussão. As teses foram tomadas como

¹⁶⁴ Como as construídas pela Liga das Mulheres Trabalhadoras na Inglaterra. (KOLLONTAI, 1916b)

¹⁶⁵ Que já existia na França. (KOLLONTAI, 1916b)

¹⁶⁶ Em especial, ajudar a aliviar o fardo da maternidade e combater a alta mortalidade infantil.

base para a discussão ativa das trabalhadoras na Conferência, sendo aprovadas, após alterações feitas pelas mesmas, como linhas diretivas para o Comissariado de Bem-Estar, do Trabalho, e para o Departamento de Segurança Social. Segundo Kollontai, com uma fácil comparação entre as teses da conferência e as legislações publicadas é possível identificar/comprovar isso.

É interessante notar como o resgate que Kollontai faz deixa nítido que a construção das políticas para a maternidade e infância foi realizada com participação popular, partindo das demandas das trabalhadoras, e não de “cima para baixo”, por ações do governo descoladas de uma base social. Ela faz questão de ressaltar isso ao dizer: “deve notar-se que a iniciativa sobre a questão da proteção e provisão para mãe e filho veio das próprias mulheres trabalhadoras” (KOLLONTAI, 1918d)

Ela também retoma as ações concretas acumuladas e implementadas a partir da Conferência. Do ponto de vista da proteção à infância, interviu-se no sentido de manter, reconstruir e ampliar a rede de orfanatos, agora transformados em Lares para a Mãe e a Criança. Além disso, o Comissariado do Povo tomou o controle das creches, centros de consultas de crianças e orfanatos fundados antes da revolução por organizações de caridade.

A partir do decreto de 20 de janeiro de 1918, o Comissariado de Bem-Estar Social transferiu a responsabilidade das maternidades, clínicas e institutos de ginecologia e obstetrícia para o Departamento de Proteção à Mãe e à Criança e aprovou bases para a organização do serviço médico a grávidas, que envolvia a garantia de assistência médica para grávidas/mães necessitadas, a instituição do pagamento estatal dos médicos, de forma a abolir o privilégio das mulheres que podiam pagar pelo atendimento e a determinação de que os partos só poderiam ser realizados por profissionais treinados. O decreto também aumentava o tempo de formação em obstetrícia de um ano para dois, estabelecendo que as estagiárias pudessem assistir aos partos somente no segundo ano. (KOLLONTAI, 1918d)

Em 31 de janeiro, outro decreto (KOLLONTAI, 1918d) habilitava o Departamento de Proteção a Mãe e à Criança a criar uma rede de instituições destinadas a “trazer cidadãos fisicamente e psicologicamente fortes e saudáveis para a república dos soviets”. Ele também reorganizava a rede de institutos voltados ao atendimento da mulher gestante e da infância: determinava a criação do Palácio da Maternidade, a conversão de todas as maternidades e orfanatos de Moscou e Petrogrado em Instituto das Crianças de Moscou e Instituto das Crianças de Petrogrado, além disso, renomeava todos os orfanatos para Palácio das Crianças. O objetivo presente nessas ações era juntar todas as instituições responsáveis por mãe e filho, garantindo uma continuidade entre pré e pós-natal. (KOLLONTAI, 1918d)

Do ponto de vista institucional, o decreto de 31 de dezembro de 1917 criava o Departamento de Proteção à Mãe e à Criança, tendo o doutor Korolyov como diretor e como presidência, o Comissariado do Povo para o Bem-Estar Social. Logo foi também criada uma sessão de investigação, anexa ao Comissariado e ao Departamento, responsável por investigar todas as instituições cujo trabalho estivesse relacionado à proteção da mãe e da criança. Conforme o escopo de atuação do departamento ia crescendo, ele ganhou uma ampliação de seu Conselho, passando a conter também representantes sindicais, dos sovietes e do *Rabotnitsa*. Mais tarde, renomeado como Comissão, ela teria como base os princípios da redução da mortalidade infantil, proteção das crianças, cultivo de uma atmosfera de família socialista¹⁶⁷ e ambiente saudável para o desenvolvimento físico e espiritual das crianças. (KOLLONTAI, 1918d)

Ao longo das últimas páginas procuramos demonstrar o quanto Kollontai se esforçou para estudar e elaborar politicamente sobre a questão da proteção a maternidade e a infância. Esse ímpeto não era somente dela. O seu primeiro grande trabalho, *Sociedade e Maternidade*, tinha sido produzido como um estudo encomendado pela fração socialdemocrata da Duma, e diversos elementos nos textos, além das evidências históricas, nos comprovam que estes eram debates intensos na época, que tomavam conta da preocupação dos governos, filantropos, higienistas, parlamentares e das mulheres da classe trabalhadora. Em uma conjuntura de alta mortalidade infantil, aumento do número de crianças abandonadas, crise aguda na capacidade da classe trabalhadora dar o suporte adequado a seus filhos em decorrência das condições de vida e trabalho, o debate sobre a proteção a maternidade e a infância era público e possuía algum eco na sociedade. Entretanto, é comovente ver a dedicação de Kollontai para não só formular sobre o assunto, mas garantir que isso fosse feito em contato estreito com as mulheres trabalhadoras, às quais essas políticas seriam direcionadas. O acúmulo de Kollontai sobre a questão resultou em ações e legislações avançadas para a época, ainda que algumas fossem baseadas em experiências já existentes em outros países (capitalistas), mas geralmente restritas a caridade ou submetidas ao comércio de serviços. Na conjuntura do início do século XX, as mulheres socialdemocratas buscaram se munir desse acúmulo coletivo, no qual Kollontai teve um grande papel, para elaborar políticas socialistas de proteção materna e infantil.

A concepção de proteção à maternidade que vemos nos textos de Kollontai é bastante profunda. Ao perceber que o “problema da maternidade” era causado em grande medida pelo

¹⁶⁷ A referência à família aqui se faz a partir da compreensão da sociedade socialista vista como uma grande família, e não a partir da ideia de valorização da família nuclear tradicional.

capitalismo e manifestado como uma questão de classe, Kollontai apresenta como proposta uma política estatal de proteção a maternidade bastante ampla, que pensava uma série de políticas de assistência à mãe e à criança, que iam desde o cuidado com o organismo feminino nos ambientes de trabalho, uma gravidez onde as necessidades básicas da futura mãe fossem garantidas (acompanhamento médico, alimentação, etc.), uma licença maternidade razoável (4 meses), que garantisse o afastamento da mulher a partir do sétimo mês e sua dedicação a sua recuperação e ao cuidado da criança nas primeiras semanas de vida, um parto realizado por profissionais, assistência material à mãe com a criança pequena (roupas/enxoval, auxílio financeiro, alimentação, etc.) e outros. Chama atenção também a ideia da maternidade (clínica) não só como um lugar para dar à luz, mas também pensado para o cuidado da saúde da mulher e da criança durante as primeiras semanas após o parto, onde a mulher tivesse disponibilidade de profissionais para cuidar dela e de seu filho, garantindo seu completo descanso e recuperação antes de voltar para sua casa (onde também teria ajuda profissional) e para seu trabalho. Além disso, são abordadas questões como a importância do aleitamento materno, qualificação profissional voltada para a saúde da gestante, parto e saúde infantil, etc. Ou seja, o programa apresentado é um programa bastante completo, que pensa a maternidade (e sua assistência) não só como o ato de dar a luz, mas as condições de concepção, gestação, criação dos filhos e a condição da mulher nesse processo.

Um elemento interessante presente nos textos também é uma ponte estabelecida entre indivíduo e sociedade. O risco desse caminho é que as políticas públicas “percam a mão” e passem a determinar as escolhas sexuais e reprodutivas das mulheres (o que não chega a ser defendido por Kollontai, nem implementado no primeiro período do governo soviético pós revolução, o que é visto em toda a movimentação legislativa, inclusive com a legalização do aborto. Seu mérito é tirar a maternidade da esfera individual e privada na qual ela tem sido colocada sob o capitalismo, e pensá-la socialmente tanto em seu exercício, como em suas consequências.

O pensamento de Kollontai sobre a questão da maternidade, entretanto, também apresenta contradições e limites, principalmente quando olhados sob o feminismo da segunda metade do século XX ou posterior. Embora a autora seja vanguarda do ponto de vista da elaboração política em muitos sentidos, seus textos carregam também a ideia que podemos chamar de “dever social da maternidade”, que vê a maternidade como uma função social, e, portanto, valorizada, visibilizada e assessorada, aliviada pelos diferentes serviços públicos, etc., embora também a veja como um dever das mulheres para com a sociedade. É contraditório porque a perspectiva que busca libertar as mulheres dos trabalhos associados ao

cuidado dos filhos e da família é a mesma que, de alguma forma, mantém a mulher no lugar de “mãe”. É inclusive em decorrência desta “função social” que a sociedade deve se implicar coletivamente e garantir as políticas para a maternidade.

No prefácio da obra *Sociedade e Maternidade*, Kollontai escreve:

O governo soviético é o primeiro governo do mundo a reconhecer oficial e legalmente a maternidade como uma das funções sociais das mulheres e, baseando-se no fato de que em uma república de trabalhadores as mulheres sempre terão essa obrigação laboral particular para com a sociedade, abordou o problema do provimento à maternidade desse novo ponto de vista. (KOLLONTAI, 1916a)

Nesse mesmo texto, encontramos expressões que se referem à maternidade como um “dever cívico sagrado”, embora doloroso ou indicações de que a política de serviços para as grávidas ocorria principalmente em decorrência de elas carregarem os futuros cidadãos¹⁶⁸.

É claro que não podemos correr o risco de sermos anacrônicos, julgando um tempo passado a partir das questões e valores do presente, ainda que, em alguma medida, seja impossível se desvencilhar dessa cilada. Assim, é importante situar a produção dessas políticas em seu tempo histórico, ou seja, em um contexto no qual, aparentemente, o movimento feminista “burguês” igualmente tratava as mulheres também a partir do paradigma de mães, e no qual, concomitantemente, as mulheres da classe trabalhadora reivindicavam aos partidos socialdemocratas políticas de proteção à maternidade e à infância. Se existiam vozes que avançassem sobre a separação entre “mulher” e “mãe”, elas eram isoladas.

Em todo caso, auxílio à maternidade, ainda que vista como um “dever social”, não caminhavam juntos, na visão bolchevique, com o culto à domesticidade da mulher, sua submissão ao marido ou sua privação sexual. Nesse quesito, Alexandra Kollontai também foi uma de suas maiores elaboradoras.

2.1.5. Nova mulher, amor, sexo e família.

A assinatura do Tratado de Brest Litovsky gerou um alvoroço no governo e no partido bolchevique. Diversas lideranças partidárias e governamentais se colocaram contrárias ao tratado. Kollontai foi uma das/dos que se retiraram de seus cargos no partido ou governo em protesto contra o acordo. Em Março de 1918, apenas alguns meses após assumir o Comissariado de Bem-Estar Social,¹⁶⁹ Kollontai saía do governo (GAFIZOVA, 2006).

¹⁶⁸ “create an inseparable chain together with the Institutions for the care of pregnant women, *for the purpose* of bringing up mentally and physically strong citizens” (KOLLONTAI, 1916a – grifos meus)

¹⁶⁹ Kollontai assume em novembro de 1917.

A saída de Kollontai do Comissariado, entretanto, não significou sua retirada da elaboração das políticas para as mulheres. Pelo contrário, o período entre a sua saída do comissariado até 1922, quando inicia sua vida diplomática, será um momento de elaboração e intervenção políticas profundas, e o período mais intenso da produção intelectual de Kollontai sobre as mulheres. Destaca-se nesse período uma forte elaboração sobre amor, sexualidade, família, nova moral e outros temas, que tiveram muito impacto na época, e seriam a marca da carreira de Kollontai¹⁷⁰.

Se na questão da maternidade, Kollontai tinha algumas opiniões mais próximas do senso comum de sua época, na questão da sexualidade, ela apresentou um pensamento à frente de seu tempo histórico em diversos sentidos. Em um tempo em que o casamento baseado na submissão da mulher era o destino da imensa maioria das mulheres e em que a sexualidade e o prazer das mulheres eram negados, Kollontai ousou falar de relações afetivas sem a necessidade do casamento (inclusive antes do casamento), prazer feminino, horizontalidade nas relações e outros temas que são polêmicos e “avançados” ainda hoje.

Em 1918, Kollontai publicou *A Nova Mulher e a Moral Sexual*¹⁷¹ (KOLLONTAI, 1918b. IN: KOLLONTAI, 2000), a primeira de suas obras onde enveredava pelo debate sobre a moral sexual atual e a nova mulher moderna. O livro teve uma repercussão enorme naquele contexto. Não só a opinião pública baseada em um senso comum ficou chocada, mas muitos de seus companheiros e companheiras de partido também se colocaram contrários a suas ideias (KOLLONTAI, 1926. IN: KOLLONTAI, 1980, p. 38).

Na obra, uma das principais discussões é sobre o tipo de mulher surgido com o capitalismo, a “mulher moderna”, a “nova mulher”. Partindo de um ponto de vista histórico, ela associa mudanças das relações de produção a mudanças no “aspecto psicológico da mulher”. Segundo ela, o “tipo fundamental de mulher está em relação direta com o grau histórico de desenvolvimento econômico por que atravessa a humanidade”¹⁷². Dessa forma, Kollontai traça uma comparação entre a “mulher de tipo antigo”, própria das relações de

¹⁷⁰ O período da Guerra Civil foi rico e contraditório, marcado por um quadro catastrófico do ponto de vista econômico, mas também por uma inventividade surpreendente. Foi nesse período (estendendo-se até a primeira metade da década de 1920) que se iniciaram e floresceram ideias e debates revolucionários sobre as mulheres, a infância e a juventude, a arte, a ciência e os valores necessários em uma sociedade comunista.

¹⁷¹ O livro *A Nova Moral e a Classe Trabalhadora* (1918 – título original) foi publicado no Brasil sob o título *A Nova Mulher e a Moral Sexual* (KOLLONTAI, 1918b. IN: KOLLONTAI, 2000), juntamente com o artigo *O Amor na Sociedade Comunista* (1921) e *Irmãs* (1923). Utilizamos na dissertação o título da publicação em português.

¹⁷² A ideia está, com pouca modificação, no pensamento de Fourier e depois em Marx, de que seria possível “medir” o grau de desenvolvimento de uma sociedade a partir do lugar ocupado pelas mulheres dessa sociedade.

produção anteriores ao capitalismo e a “nova mulher”, “filha do capitalismo”, nascida “do ruído das máquinas”¹⁷³. (KOLLONTAI, 1918b. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 15-16)

Kollontai ressalta como até pouco tempo atrás, muitos, inclusive socialistas, ainda viam a participação das mulheres na vida econômica como anormal, mas essa defesa tinha passado a ser somente dos reacionários. O crescimento da força de trabalho feminino se dava a olhos vistos, em alguns lugares de forma superior à força de trabalho masculina, podendo já ser contada em milhões de braços. Ela retoma essa transformação porque o aumento da força de trabalho feminina assalariada estimulava o surgimento da “nova mulher”. (KOLLONTAI, 1918b. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 16-17)

Segundo o exposto na obra, a vida da mulher trabalhadora obrigava-a a rever virtudes femininas ensinadas a elas, como passividade, submissão e doçura, pois exigia outras qualidades como firmeza, decisão, energia. Os valores herdados do passado apareciam como supérfluos e até mesmo como prejudiciais na nova e dura realidade da mulher trabalhadora. Para Kollontai, o capitalismo criava um tipo de mulher que se encontrava em um lugar mais próximo ao dos homens que a mulher do passado, pois só absorvia como trabalhadoras as mulheres que sabiam desprezar suas “virtudes femininas” e assimilavam a luta diária pela vida. Ela chega a apresentar a ideia de o capitalismo realizar uma espécie de “seleção natural”¹⁷⁴ onde as mulheres mais resistentes e disciplinadas acabavam por “vencer”¹⁷⁵ frente às mulheres de natureza passiva e vinculadas ao lar. (KOLLONTAI, 1918b. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 17-18)

É interessante notar que Kollontai apresenta uma ideia importante, ao enfatizar como as relações de produção capitalistas transformavam e cultivavam determinadas formas de subjetividades em detrimento de outras, entretanto, ao mesmo tempo em que Kollontai questiona as “virtudes femininas” como única possibilidade da mulher, ela não deixa de naturalizar uma certa separação entre virtudes/características “femininas” e “masculinas”¹⁷⁶. Além disso, ao “automatizar” a ideia de que o capitalismo necessariamente levava as mulheres ao abandono de suas características femininas, ela deixava de refinar sua análise e compreender como o capitalismo se apropriou das qualidades femininas para desqualificar o

¹⁷³ Kollontai volta a essa comparação detalhadamente no quarto capítulo da obra *A Nova Mulher e a Moral Sexual* (KOLLONTAI, 1918b. IN: KOLLONTAI, 2000) onde analisa, a partir da literatura popular russa, os tipos de mulher presentes nas diferentes obras.

¹⁷⁴ Expressão de Kollontai.

¹⁷⁵ Expressão minha.

¹⁷⁶ Kollontai coloca que “ao passar do aconchego do lar para a batalha da vida e da luta de classes mulher não tem outro remédio senão armar-se, fortificar-se, rapidamente, com as formas psicológicas próprias do homem”. (KOLLONTAI, 2000, p. 17) Essa referência a qualidades “femininas” e “masculinas” também é recorrente em outros textos.

trabalho feminino, dominar a força de trabalho (mais dócil) e implementar uma dura divisão sexual do trabalho¹⁷⁷.

Segundo Kollontai, ao arrancar as mulheres do lar, o capitalismo convertia mulheres submissas, passivas, escravas e obedientes aos maridos em um exército de luta por seus próprios direitos e pelos direitos e interesses da comunidade humana. O trabalho assalariado contribuía para o desenvolvimento da individualidade da mulher e também para sua conscientização, tornando aguda a sensação de antagonismo social entre a mulher trabalhadora e a mulher burguesa. As novas condições a que estavam submetidas, pouco a pouco fazia as trabalhadoras constatarem suas próprias forças desenvolvendo novos caracteres morais e espirituais. (KOLLONTAI, 1918b. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 20; 22)

Kollontai apresenta nessa obra o conceito de “mulher celibatária”, não compreendido como a mulher que se abstém de relações sexuais ou afetivas, mas sim como “mulheres que na luta pela subsistência contam apenas com suas próprias forças” “mulheres que não podem, segundo a tradição, viver unicamente dependendo de um marido que as mantinha”. (KOLLONTAI, 1918b. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 16-17) Essa mulher, a nova mulher, trabalhadora, era fruto da necessidade, do capitalismo, um processo coletivo, e não “fruto de esforços heróicos de algumas individualidades fortes que tomaram consciência de sua própria personalidade”¹⁷⁸. (KOLLONTAI, 1918b. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 18-19)

Mas a nova mulher não era vista somente como produto das relações de produção capitalistas, mas também uma necessidade da classe trabalhadora, pois ia ao encontro de seus objetivos de classe. Segundo Kollontai

A classe operária necessita, para a realização de sua missão social, de mulheres que não sejam escravas. [...] Necessita de companheiras com uma individualidade capaz de protestar contra toda servidão, que possam ser consideradas como um membro ativo, em pleno exercício de seus direitos, e conseqüentemente, que sirvam à coletividade de sua classe. (KOLLONTAI, 1918b. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 23)

Kollontai diferencia, mais uma vez, a mulher da classe trabalhadora e a mulher burguesa. Para ela, as mulheres de novo tipo pertencentes a outras classes, que não a operária, tinham que se defrontar com a ideologia de sua própria classe, hostil à modificação do tipo tradicional de mulher. No meio burguês, por exemplo, a insurreição da mulher teria um caráter mais agudo que no meio operário, pois, entre a classe operária, não haveria porque

¹⁷⁷ Embora apresentemos essa crítica, compreendemos que esse era um processo relativamente novo na época, e, portanto, ainda demoraria um tempo para a percepção e crítica de como esse processo se dava.

¹⁷⁸ Aqui, mais uma vez Kollontai entra em polêmica direta com o movimento feminista burguês e a perspectiva de luta por uma libertação individual. Para Kollontai, embora as mulheres da classe trabalhadora estivessem menos engajadas politicamente por sua libertação, as condições objetivas da vida cotidiana as levavam a romper com determinados estereótipos de gênero.

existir conflito entre sua ideologia de classe e o novo tipo de mulher, ambos em desenvolvimento. (KOLLONTAI, 1918b. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 22-23)

Assim, eram as mulheres trabalhadoras que tinham melhores condições de lutar pelos seus direitos e os de sua classe. Além disso, sua luta e transformação tinha impacto sobre as demais mulheres. Kollontai observava que a psicologia da mulher de novo tipo se refletia sobre as demais mulheres e que os traços das mulheres trabalhadoras convertiam-se, pouco a pouco, em características das demais, criavam novos valores morais e sexuais e destruíam os velhos princípios nas mulheres que ainda não tinham se aventurado por um novo caminho. (KOLLONTAI, 1918b. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 23-24) Ela coloca:

A influência das mulheres trabalhadoras estende-se muito além dos limites de sua própria existência. As mulheres trabalhadoras contaminam com sua crítica a inteligência de suas contemporâneas, destroem velhos ídolos, hasteiam o estandarte da insurreição para protestar contra as verdades que as submetem durante gerações. As mulheres do novo tipo, celibatário e independente, ao se libertarem, libertam o espírito agrilhado, durante séculos, de outras mulheres ainda submissas (KOLLONTAI, 1918b. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 24)

É interessante notar, portanto, a análise feita por Kollontai sobre a formação da consciência. O pertencimento de classe influenciava, com sua vivência cotidiana, a consciência e as possibilidades das mulheres trabalhadoras de se colocarem como o membro mais capaz na luta pela libertação das mulheres.

Um dos elementos fundamentais na obra *A Nova Mulher e a Moral Sexual* é a denúncia contundente da moral sexual contemporânea e a reivindicação pelo desenvolvimento de novas relações entre as pessoas. Kollontai alia o desenvolvimento de uma nova sexualidade e afetividade à transformação das relações humanas rumo ao socialismo e ao comunismo. Para fazer isso, ela se apoia fortemente na obra de Grete Meisel-Hess chamada *A Crise Sexual*. Apesar de fazer críticas ao rigor científico do trabalho de Meisel-Hess, Kollontai toma a originalidade de suas ideias para a reflexão¹⁷⁹.

Segundo Meisel-Hess, as normas que regulam a vida sexual têm como finalidades assegurar uma descendência sã e contribuir para psicologia humana com sentimentos de solidariedade, companheirismo e coletividade, entretanto, a moral sexual vigente funcionava de tal forma, ou estava sujeitas a condições tais, que serviam unicamente aos interesses da propriedade, não preenchendo nenhuma dessas duas finalidades¹⁸⁰. Meisel-Hess classifica as

¹⁷⁹ O texto do capítulo aproxima-se a uma resenha sobre o livro de Meisel-Hess. Kollontai toma muitas das argumentações da autora. Em alguns momentos do texto é difícil saber se a consideração em questão é de Kollontai ou de Meisel-Hess.

¹⁸⁰ A crítica de Kollontai às condições de vida da classe trabalhadora, que de fato levavam a consequências avassaladoras do ponto de vista da maternidade e da infância, dificulta que ela perceba que a função de reprodução da classe trabalhadora, ainda que extremamente precarizada, continuava existindo na família, assim,

formas de união entre os sexos em matrimônio legal, união livre e prostituição, analisando cada uma delas e chegando a conclusão de que, sob o capitalismo, as três formas de união deformavam a alma humana. Segundo ela, no estado estagnado da psicologia contemporânea não haveria solução possível para a crise sexual (KOLLONTAI, 1918b. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 30/31).

O matrimônio legal era envenenado pelas ideias de indissolubilidade¹⁸¹ e propriedade. A indissolubilidade, segundo Meisel-Hess, considerava a invariabilidade da psicologia humana no transcurso de uma longa vida e obrigava as pessoas a encontrarem a felicidade na primeira tentativa (às vezes às cegas¹⁸²), sem errar. Além disso, a sociedade tinha comportamentos muito diferentes frente à mulher que termina um casamento e frente a um homem. Assim, a moral sexual era mantida à custa da “escravidão da mulher à sociedade” A ideia de posse no matrimônio, abria o direito de exigências de um sobre o outro (na verdade do homem sobre a mulher). Para a autora, as ideias de indissolubilidade e propriedade, fundamentos do matrimônio legal, eram nocivas sobre a alma humana, pois exigiam poucos esforços para conservar o amor de um/a companheiro/a. (KOLLONTAI, 1918b. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 30-34)

No que tange à união livre, Meisel-Hess (e Kollontai) duvidava de sua possibilidade de sucesso na atual sociedade, com uma psicologia já deformada por uma moral falsa e doentia, fruto do matrimônio legal e da prostituição. A incapacidade de amar verdadeiramente e a falta de tempo eram empecilhos para o culto ao amor. Além disso, acostumados a uma moral baseada na posse, a maioria das uniões livres terminava ou em separação, ou em casamento legal. É importante ressaltar que, ao falar de união livre no contexto do movimento operário do início do século XX, estamos falando de “uniões afetivas” sem a necessidade do casamento, e não do que é contemporaneamente chamado de “amor livre”, como sinônimo de relação aberta¹⁸³. Ainda sobre o amor livre, Kollontai faz questão de frisar que

No estado atual das relações sociais, não há motivo para se acreditar que esta forma de união sexual [o amor livre] seja forte o suficiente para ajudar a humanidade a sair da encruzilhada da crise sexual, solução que esperam, entretanto, os partidários do amor livre. A solução para este problema só é possível mediante a reeducação fundamental de nossa psicologia, reeducação esta que, por sua vez, só é possível por uma transformação de todas as bases sociais que condicionam o conteúdo moral da humanidade. (KOLLONTAI, 1918b. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 39)

toma de Meisel-Hess a ideia de que as normas sexuais não tinham mais como finalidade “assegurar uma descendência sã”.

¹⁸¹ Estamos falando de um tempo em que o direito ao divórcio era inexistente ou muito difícil/caro na maioria dos países.

¹⁸² Meisel-Hess também critica mais ainda a indissolubilidade considerando o grande número de casamentos que eram feitos às cegas

¹⁸³ No texto, utilizaremos união livre e amor livre como sinônimos, com o sentido contemporâneo à Kollontai.

A saída apresentada por Meisel-Hess é a ideia do “amor-jogo”, descrito como uma escola de amor, um meio de acumulação do “potencial do amor” na psicologia humana, uma relação baseada na simpatia mútua, que exige dos dois seres unidos maior atenção mútua e delicadeza, e não um *eros* que exige plenitude e posse, nem uma sexualidade reduzida ao sexo. Tal amor-jogo seria capaz de, pouco a pouco, acabar com o egoísmo profundo que marca todos os sentimentos amorosos de nosso tempo. Por não se basear na posse, o amor-jogo faz com que os envolvidos entreguem sua parte mais agradável ao outro. (KOLLONTAI, 1918b. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 41-42)

O amor-jogo era necessário para educar a sociabilidade humana, pois segundo Kollontai/Meisel-Hess, “a época atual caracteriza-se pela ausência da arte de amar”, “de saber conservar relações amorosas claras, luminosas, leves”. (KOLLONTAI, 1918b. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 43). Nas relações, se manifestava o individualismo grosseiro, onde cada um quer prazer para si e usa o outro como instrumento. (KOLLONTAI, 1918b. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 56) O amor-jogo era, assim, uma metodologia e uma fase, onde a psicologia humana se purificaria de todos os seus aspectos sombrios, passando pela “escola da amizade amorosa”, e tornando-se aberta para receber o verdadeiro amor. (KOLLONTAI, 1918b. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 44). Kollontai, citando Meisel-Hess, escreve:

“Um coração humano são e rico” – diz Meisel-Hess – “não é um pedaço de pão que diminui à medida que nós o comemos”. O amor é uma força que quanto mais se consome mais cresce. “Amar sempre, amar profundamente, em todos os momentos da nossa vida, amar sempre e cada vez com maior abnegação, é o destino ardente de todo grande coração”. O amor é em si uma grande força criadora. Engrandece e enriquece a alma daquele que o sente, tanto como a alma de quem o inspira. Se a humanidade não tivesse o amor, sentir-se-ia roubada, deserdada e desgraçada. O amor será seguramente o culto da humanidade futura. (KOLLONTAI, 1918b. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 43-44)

Ela observa que novas relações entre os sexos já começavam a surgir, “baseadas em dois princípios novos: a liberdade absoluta, por um lado, e a igualdade e verdadeira solidariedade entre companheiros, por outro”. (KOLLONTAI, 1918b. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 57)

Na visão apresentada, entretanto, a humanidade não passaria das relações atuais automaticamente para relações de “amor verdadeiro”, nem somente através do amor-jogo como experiências individuais. Kollontai apresenta algumas reivindicações práticas de Meisel-Hess no sentido da transformação das condições sociais necessárias à modificação das relações sexuais e afetivas. Algumas delas são: 1) o reconhecimento de todas as formas de união entre sexos, mesmo de contornos novos e desconhecidos, sempre que não se baseiem no jugo econômico e não apresentem perigo à espécie. Embora ainda se definisse o amor ideal como a “união monogâmica baseada no amor verdadeiro” definindo o “concubinato ou a

monogamia sucessiva” como a forma de matrimônio do futuro próximo, destituía-se esse amor das características de invariabilidade e indissolubilidade, e se compreendia que ao lado deste “modelo” existia “uma série de aspectos diversos de uniões amorosas sempre nos limites da amizade erótica”; 2) a defesa, de fato, da maternidade, de modo que toda a sociedade apoie a mulher moral e materialmente durante a maternidade; 3) a revisão do instrumental moral que é ensinado às mulheres e que as induz a considerar o amor como única base de suas vidas, passando a ensiná-las a sair dos conflitos do amor não com as “asas quebradas”, mas com a “alma fortalecida”. (KOLLONTAI, 1918b. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 46-47)

Kollontai, com base em Meisel-Hess, propõe que, para a possibilidade de realização de uma sexualidade mais livre e humana, era necessária a superação do capitalismo e a implantação do comunismo.

Somente uma transformação fundamental da psicologia humana poderá transpor a porta proibida, somente o enriquecimento da psicologia humana no potencial do amor pode transformar as relações entre os sexos e convertê-las em relações impregnadas de verdadeiro amor, dotadas de uma afinidade real, em uniões sexuais que nos tornem felizes. Porém, uma transformação desse gênero exige inevitavelmente a transformação fundamental das relações econômico-sociais: isto é, exige o estabelecimento do regime comunista. (KOLLONTAI, 1918b. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 31)

E é com o poder soviético estabelecido que, em 1921, Kollontai propõe a ideia do “amor-camaradagem” no belo artigo *O Amor na Sociedade Comunista*. A autora parte da ideia de que a sociedade comunista, um regime social edificado sobre o princípio da solidariedade e da colaboração “exige em alto grau, a capacidade de potencial de amor, isto é, a capacidade para sensação de simpatia” diante dos sofrimentos e das necessidades dos camaradas de sua classe, a capacidade de amar no sentido mais amplo da palavra. (KOLLONTAI, 1921v. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 143)

A ideia do amor-camaradagem seria a união forjada pela ideologia proletária para substituir o amor-conjugal, exclusivista e absorvente, uma união baseada no reconhecimento dos direitos recíprocos, no respeito à personalidade do outro e no apoio à comunidade (KOLLONTAI, 1921v. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 154), ou seja, baseada “na colaboração do trabalho” e na “solidariedade do espírito” (KOLLONTAI, 1921v. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 151)

Percebe-se que o ideal de amor-camaradagem de Kollontai é fortemente baseado na ideia de amor-jogo de Meisel-Hess, inclusive Kollontai pega expressões emprestadas como a ideia de um “potencial de amor” e outras. Assim como o amor-jogo de Meisel-Hess tinha o objetivo de ser uma “escola de amor”, o amor-camaradagem não era proposto como um tipo

de amor para a sociedade comunista, mas para o período de transição, onde seria preciso desintoxicar a sociedade do amor burguês rumo à libertação do próprio amor¹⁸⁴. Quando o proletariado triunfasse totalmente, o amor apresentar-se-ia de uma forma nova, completamente distinta, adquirindo aspectos desconhecidos até então (KOLLONTAI, 1921v. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 154).

Para que as relações correspondam à moral proletária, Kollontai estabelece 3 princípios: a) a igualdade nas relações (o desaparecimento da supremacia masculina e submissão feminina na relação); b) o reconhecimento mútuo de direitos (sem que nenhum pretenda a posse do coração e alma do outro); c) sensibilidade fraternal (percepção e compreensão do outro) (KOLLONTAI, 1921v. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 156)

É interessante notar que Kollontai é vista muitas vezes como defensora do “amor livre”, mas a expressão “amor livre” é raramente usada por ela, que chega mesmo a problematizar a proposta do “amor livre”. De fato, a fórmula que Kollontai defenderá será o amor-camaradagem, inspirado no amor-jogo de Meisel-Hess. Nos escritos de antes da Revolução de 1917, ela se coloca contrária, ou olha com desconfiança para o “amor livre”, embora em seus textos já em 1921, a expressão utilizada por ela (ou pela tradução) é amor-livre, e não amor-camaradagem. É difícil investigar essa questão de nomenclatura, mas uma ideia que é importante frisar é que, enquanto Kollontai debatia sobre a perspectiva do amor livre nos marcos da sociedade capitalista, ela se colocava contrária a essa demanda. Era o alcance, ou a possibilidade de alcance, da sociedade socialista que a impulsionava aos debates sobre a transformação das formas de amar, fato que podemos inclusive medir pela sua produção intelectual sobre o assunto, em geral pós-revolucionária, no horizonte do período de transição ao socialismo.

Em 1908, no artigo *A mulher trabalhadora na sociedade contemporânea* (KOLLONTAI, 1908. IN: SCHNEIDER, 2017), ela criticava a proposta de amor livre das mulheres burguesas, que colocavam a questão, a seu ver, descolada das condições sociais e econômicas da mulher (KOLLONTAI, 1908. IN: SCHNEIDER, 2017. p. 154). Na mesma linha, em *Bases Sociais da Questão Feminina* (KOLLONTAI, 1909a. IN: KOLLONTAI, 1982). Kollontai se colocava contrária à ideia das feministas de que a questão do casamento se resolveria sem mudança estrutural da sociedade, bastando para isso, uma mudança de atitude das mulheres (KOLLONTAI, 1909a. IN: KOLLONTAI, 1982 p. 40). Ela se diferencia das feministas colocando que as socialdemocratas e as feministas tinham interpretações

¹⁸⁴ A expressão é minha, não de Kollontai.

diferentes sobre a questão do amor/união livre, de modo que, em sua opinião, era necessário dirigir as armas, não contra as próprias relações conjugais, mas contra as causas que as engendram.

Para Kollontai, a possibilidade de realização do amor livre estava associada à garantia de independência econômica e suporte social ao cuidado dos filhos para as mulheres. Caso esses itens não fossem garantidos, a mulher poderia ser onerada pelo “amor livre” já que o homem poderia deixá-la com um filho no ventre e sem, condições de criá-lo, se isentando de toda responsabilidade. Em *Preface to the Book Society and Motherhood* (KOLLONTAI, 1916a), Kollontai dá a entender que, caso não houvesse consequências das relações (filhos), ela poderia ser a favor do amor livre, mas os bebês existiam. Comentando sobre as “fórmulas utópicas de casamento” propostas pelas feministas, ela escreve que

para que essas fórmulas possam nascer, e preciso que antes de mais nada proceder a uma reforma radical de todas as relações sociais entre os homens; mais ainda, é preciso que as normas da moral sexual, e com elas toda a psicologia humana sofram uma evolução profunda, fundamental. Estará a psicologia do homem de hoje realmente disposta a admitir o amor livre? (KOLLONTAI, 1909a. IN: KOLLONTAI, 1982 p. 44)

Será pensando no contexto da sociedade comunista, que socializou o trabalho doméstico, garantiu a independência econômica das mulheres, o cuidado de seus filhos, etc., que Kollontai voltará a falar do amor livre de forma positiva, embora projetada para o futuro. Em *Comunismo e Família* ela diz:

Ao invés da família do tipo individual e egoísta, aparecerá uma grande família universal de trabalhadores, onde todos os trabalhadores, homens e mulheres, serão antes de tudo operários e camaradas. Estas serão as relações entre homens e mulheres na Sociedade Comunista do amanhã. Estas novas relações assegurarão à humanidade, todos os prazeres do chamado amor livre, enobrecido por uma verdadeira igualdade social entre companheiros, prazeres que são desconhecidos na sociedade comercial do regime capitalista. (KOLLONTAI, 1920b. IN: BEBEL, HELLER, TROTSKY e KOLLONTAI, 1980, p. 113)

Um dos conceitos expostos por Kollontai na obra *A Nova Mulher e a Moral Sexual* (KOLLONTAI, 1918b. IN: KOLLONTAI, 2000) é a ideia de uma crise sexual aguda pela qual atravessava a humanidade, que podia ser vista na crise da família, da moral sexual, das relações afetivas, etc.¹⁸⁵. Essa crise, entretanto, não era a primeira pela qual a humanidade passava. Ela cita os conflitos referentes às normas sexuais-afetivas no período do Renascimento e da Reforma protestante, onde a moral aristocrática feudal entrou em choque com os novos princípios da classe burguesa em ascensão: castas X família individual, economia coletiva X concorrência, propriedade comunal X propriedade privada. Entretanto,

¹⁸⁵ A ideia de crise sexual parece juntar ideias que hoje seriam analisadas de forma separadas – relações sexuais, relações afetivas, relações de gênero, modelos de família, etc.

Kollontai ressalta que, se antes, a crise sexual afetava somente algumas classes, ou mesmo frações de classe, sob o capitalismo ela afetava a todos. Sua proporção definia sua urgência.

Precisamente porque estes problemas sexuais afetam também uma classe tão numerosa quanto o proletariado de nossos tempos, é incompreensível e imperdoável que esta questão vital, essencialmente violenta e trágica, seja considerada com tanta indiferença. Entre as múltiplas ideias fundamentais que a classe trabalhadora deve levar em conta em sua luta para a conquista da sociedade futura, deve estar, necessariamente, o estabelecimento de relações sexuais mais sadias e que, portanto, tornem a humanidade mais feliz. É imperdoável nossa atitude de indiferença diante de uma das tarefas essenciais da classe trabalhadora. É inexplicável e injustificável que o vital problema sexual seja relegado, hipocritamente, ao arquivo das questões puramente privadas. [...] As relações entre os sexos e a elaboração de um código sexual que regulamente estas relações aparecem na história da humanidade como um dos fatores de luta social. (KOLLONTAI, 1918. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 54)

Nota-se que Kollontai direciona sua fala nesse trecho a seus companheiros de militância e partido, protestando contra a secundarização da pauta feminina e da discussão sobre a sexualidade e a família. Além disso, no trecho acima, Kollontai reafirma mais uma vez as relações entre os sexos e a sexualidade como um elemento de disputa, em disputa, mutável historicamente e a qual a militância deveria pôr na agenda de prioridades.

Em sua historicização da edificação do código sexual atual, Kollontai recupera como a burguesia cultivou a ideia de propriedade em seu código moral, moldando uma família individualista fechada em si mesma, construída sobre as bases da propriedade privada. O conceito de matrimônio burguês inclusive, determinava a posse não somente física, mas também da personalidade da pessoa. Kollontai estabelece um paralelo de comparação com a Idade Média, onde a posse física da mulher não estava associada a sua posse espiritual, ou seja, tolerava-se a mulher possuir admiradores, desde que platonicamente. Entretanto a ideia de posse absoluta era uma chave para os objetivos da burguesia de “reforçar os fundamentos da família, para assegurar sua estabilidade e sua força durante o período de luta para a conquista de seu predomínio social” (KOLLONTAI, 1918. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 59). Kollontai, comentando sobre iniciativas de intelectuais burgueses de substituir o matrimônio indissolúvel por laços mais livres (matrimônio civil) comentava que essa iniciativa atingia a “as bases de estabilidade social da burguesia, bases que não podem ser outras senão a família monogâmica baseada no conceito de propriedade” (KOLLONTAI, 1918. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 69)

Além do “individualismo extremado” e do direito de propriedade, outro fator que minava as relações era a ideia de desigualdade entre os sexos no aspecto psico-fisiológico, manifestada principalmente sob a forma de dupla moral. Na sociedade burguesa a mulher não seria apreciada fora do círculo estreito de seus deveres familiares. Kollontai protesta contra a diferença com a qual homens e mulheres são tratados para a mesma situação, exemplificando

diversas situações. Ela ressalta que os homens tem sua personalidade valorizada *abstraindo-se* de suas relações sexuais, enquanto as mulheres, pelo contrário, são valorizadas *em relação* a sua vida sexual¹⁸⁶. (KOLLONTAI, 1918. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 64)

A mudança dessa situação passava por uma “reconstrução total e fundamental da psicologia humana” (KOLLONTAI, 1918. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 64), simultânea e dependente da transformação das relações econômico-sociais. Kollontai não vincula essa reconstrução da psicologia a uma posterior transformação econômico-social. Ao defender quais relações ela acha que são benéficas à classe trabalhadora e sua luta, ela ressalta que não convém aos interesses da classe trabalhadora atar a mulher à casa.

Manter a mulher em casa, colocar em primeiro lugar os interesses familiares, propagar a ideia dos direitos de propriedade absoluta de um esposo sobre sua mulher, são atos que violam o princípio fundamental da ideologia da classe operária, que destroem a solidariedade e o companheirismo, que rompem a união de todo o proletariado. O conceito de posse de uma personalidade sobre a outra, a ideia de subordinação e de desigualdade dos membros de uma só e mesma classe, são conceitos que contrariam a essência do conceito de camaradagem, que é o princípio mais fundamental do proletariado. Esse princípio básico da ideologia da classe ascendente é o que dá colorido e determina o novo código em formação da moral sexual do proletário, pelo qual se transforma a psicologia da humanidade, chegando a adquirir uma acumulação de sentimentos de solidariedade e de liberdade, ao invés do conceito de propriedade: uma acumulação de companheirismo ao invés de desigualdade e de subordinação (KOLLONTAI, 1918. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 71)

No artigo *O Amor na Sociedade Comunista* (1921), com o desfecho da guerra civil mais definido e com o poder soviético mais fortemente estabelecido, o tom de Kollontai é pensar a transformação necessárias às relações na sociedade comunista, respondendo a pergunta “Que lugar ocupa o amor na ideologia proletária?”¹⁸⁷

Kollontai observa o contexto da guerra civil como marcado por uma disputa acirrada não somente militar, política ou econômica, mas também no terreno das ideias e na concepção de mundo, nos sentimentos e na formação espiritual da classe trabalhadora. Para ela, nesse período já era possível ver transformações da moral, e as relações sexuais eram parte importante dessa. (KOLLONTAI, 1921v. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 122)

O marxismo teve o mérito de ver as relações sociais e pessoais, a cultura, a sexualidade, etc., como sujeitas à mudança histórica. Esse elemento é chave na leitura de Kollontai, que vê o amor como um elemento mutável ao longo da história humana e passível de intervenção.

¹⁸⁶ É interessante lembrar que a própria Kollontai foi bastante vítima desta dupla moral ao longo de sua vida. Como uma mulher de vida afetiva/sexual ativa e que se casou com um homem bem mais novo que ela, Kollontai também esteve submetida ao julgamento moral público.

¹⁸⁷ Essa pergunta foi dirigida a Kollontai por um jovem que a procurou, preocupado com o envolvimento maior da juventude com as discussões sobre o amor do que com os “problemas da república dos soviets”. Kollontai, com o artigo, reafirma o amor como um dos assuntos importantes a serem discutidos e transformados sob o regime soviético, em detrimento de outros que julgavam os debates sobre sexualidade e relações como excessos ou debates supérfluos.

Segundo ela, “o amor, em suas diferentes formas e aspectos, constitui, em todos os níveis do desenvolvimento humano, uma parte indispensável e inseparável da cultura de cada época.”

(KOLLONTAI, 1921v. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 127) Ela escreve:

A humanidade do patriarcado concebia o amor como o carinho entre os membros da família (amor entre irmãos e irmãs, entre filhos e pais). O mundo antigo antepunha a qualquer outro sentimento o amor-amizade. O mundo feudal tinha como ideal de amor, o amor espiritual, cavalheiro, amor independente de matrimônio e que não trazia consigo a satisfação da carne. O ideal de amor da sociedade burguesa era o amor de um casal unido por sentimento legítimo. (KOLLONTAI, 1921s. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 151)

Assim, para Kollontai, cada época histórica teria seu ideal de amor, e cada classe social atribui ao amor um conteúdo determinado. Ao longo dos séculos, o amor tinha evoluído de um instinto biológico para um sentimento complexo, deixando, portanto, de ser um fenômeno puramente biológico para tornar-se um fenômeno *social e psicológico*. A prova do quanto o amor se separou de sua base biológica era a existência de diferentes tipos de amor – o amor-reprodução (atração física), o amor-sentimento (atração psíquica), o amor-amizade (sem atração física), o amor-espiritual (pela causa partilhada em comum), o amor-impessoal (pela coletividade), etc. (KOLLONTAI, 1921v. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 145-147)

A autora aprofunda historicamente a análise buscando demonstrar como o amor passou a ser manipulado pela burguesia diante da necessidade de manutenção da família como um elemento sólido. Segundo Kollontai, os ideólogos burgueses¹⁸⁸ “deram-se conta de que para que a família se estabelecesse solidamente (unidade econômica do regime burguês), era imprescindível a íntima união de todos os seus membros”. (KOLLONTAI, 1921v. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 137-138). Assim, o amor burguês teria promovido uma fusão entre corpo (interação fisiológica) e espírito (interação sentimental), estabelecendo o amor e o matrimônio como um só¹⁸⁹.

Kollontai trabalha com a ideia de que a família burguesa não se baseava na posse de riquezas, mas na acumulação de capital, tornando-se guardiã das riquezas acumuladas. Para que a acumulação se desse mais rapidamente era importante que os membros da família estivessem unidos por verdadeiros laços espirituais e de carinho. Embora não seja sem

¹⁸⁸ Kollontai em diversas passagens fala diretamente ou indiretamente das movimentações de estadistas, médicos, legisladores, literatos, psicólogos, no intuito de estudar e moldar as relações sexuais, afetivas e familiares. No mesmo artigo, ela comenta que “desde o final do século XIX, os psicólogos começaram a tratar como tema favorito a multiplicidade do sentimento de amor. Os representantes da cultura da classe burguesa começaram a sentir inquietação e desconcerto diante desse enigma do amor por dois e até três seres”, avaliando como a multiplicidade do sentimento de amor criava, sob o jugo da ideologia e costumes capitalistas, dolorosos e insolúveis dramas morais. (KOLLONTAI, 1921v. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 148-149)

¹⁸⁹ Kollontai retoma como, no feudalismo, existia uma diferenciação nítida entre o amor e o matrimônio, enquanto, para burguesia, o amor e o matrimônio eram equivalentes.

sentido, a afirmação de Kollontai parece tomar como base o ingênuo modelo onde o burguês é a pessoa que investe e administra seus bens de forma a poupar e acumular dinheiro a ser transformado em capital, quando sabemos que não houve formação da burguesia sem apropriação, por ela, dos meios de produção antes sob posse ou uso de outros, processo geralmente ocorrido de forma violenta em menor ou maior grau.

Para a autora, o ideal do amor no matrimônio teria aparecido somente após o momento em que a família deixou de ser unidade de produção e converteu-se em unidade de consumo e guardiã do capital acumulado. A consolidação da família e o combate ao amor fora do matrimônio era uma questão de ordem econômica para impedir que o capital acumulado se dispersasse com um filho nascido fora da união matrimonial. Ela ressalta que toda a moral burguesa tinha como objetivo contribuir para a acumulação de capital, mantendo o amor restrito ao casal unido no matrimônio, cujo fim era o aumento de seu bem-estar material e das riquezas, dentro do núcleo familiar. (KOLLONTAI, 1921v. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 140-141)

Kollontai coloca:

O amor é um sentimento que une os indivíduos; podemos inclusive dizer que é um sentimento de natureza orgânica. A burguesia compreendeu, também, toda a importância da força do amor na união entre os homens e, portanto, procurou sujeitá-lo aos seus interesses. Por isso, a ideologia burguesa, ao procurar consolidar a família, recorre à virtude moral do amor entre esposos. (KOLLONTAI, 1921v. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 144)

As formulações de Kollontai sobre a família ocupam um lugar importante em sua obra, ao lado e como parte, das formulações sobre as relações sexuais e afetivas, sobre o papel da mulher, etc. Um de seus textos mais difundidos sobre a família foi escrito em 1920 sob o título *Comunismo e Família*¹⁹⁰ (KOLLONTAI, 1920b. IN: BEBEL, HELLER, TROTSKY e KOLLONTAI, 1980). O artigo é um ótimo texto de agitação das concepções bolcheviques sobre a família no capitalismo e, principalmente, das transformações pelas quais passaria a família na transição para o comunismo. Nele Kollontai confronta todos e todas que olhavam com desconfiança as transformações na vida familiar, nas relações sexuais e afetivas, e busca apresentar como as ações do Estado dos trabalhadores libertariam as mulheres.

Kollontai comenta sobre o decreto de dezembro de 1917 que facilitou o divórcio, pontuando que o decreto era importante para as mulheres que, antes, não tinham o direito de se separar de um “marido alcoólatra ou violento, acostumado a espancá-la”, mas que ao mesmo tempo, o decreto colocava medo em mulheres que ainda tinham o marido como provedor da família e único sustento. Ela se dirige a essas mulheres para dizer-lhes que, sob a

¹⁹⁰ Também publicado em algumas traduções sob o título “A família e o Estado Comunista”.

República dos Sovietes elas deveriam deixar de ver o marido como seu sustento e transferir essa função à sociedade e ao Estado. As mulheres não deveriam ter medo das transformações da família, pois ela tem se transformado ao longo de toda a história da humanidade¹⁹¹, e, portanto, continuará a se transformar. (KOLLONTAI, 1920b. IN: BEBEL, HELLER, TROTSKY e KOLLONTAI, 1980, p. 96-98)

É interessante notar como o elemento da violência doméstica aparece na justificativa de Kollontai para o decreto do divórcio, o que significava também um enfrentamento aos costumes patriarcais russos. Também chama a atenção a evocação da historicização da família (sujeita a transformações contínuas ao longo da história) como base para tranquilizar os/as trabalhadores/as sobre as transformações atuais na família.

Sob o capitalismo em especial, a família do passado se transformava aceleradamente, sobretudo diante do crescimento do trabalho feminino. A vida familiar desaparecia sob a falta de tempo da mãe/esposa trabalhadora para se dedicar à mesma. Segundo Kollontai “o capitalismo coloca sobre os ombros da mulher um peso que a aplasta; a converte em operária sem aliviar seus trabalhos como dona de casa e mãe”, ou seja, “a mulher se esgota em consequência desta carga tríplice e insuportável que frequentemente expressa com gritos de dor e faz lágrimas aparecerem em seus olhos”, “sua vida nunca foi tão desgraçada tão desesperada como nesses tempos, sob o regime capitalista, *exatamente quando a indústria atravessa seu período de máxima expansão*” (KOLLONTAI, 1920b. IN: BEBEL, HELLER, TROTSKY e KOLLONTAI, 1980, p. 99-100 – grifos meus). Entretanto a autora interpretava essas transformações como um sinal da conversão da família em desnecessária na atualidade, e, portanto, cada vez mais enfraquecida. Ela não estabelece relações entre elementos presentes em sua análise, ou seja, a relação entre a sobrecarga da esposa/mãe trabalhadora com a acumulação capitalista¹⁹², reafirmando que

Não podemos nos surpreender pelo fato de que, dada essas condições de vida, os laços familiares se desgastem cada vez mais e a família se dissolva a cada dia que passa. Pouco a pouco vai desaparecendo tudo aquilo que convertia a família em algo sólido, tudo aquilo que consistia sua sólida estrutura. *A família é cada vez menos necessária a seus próprios membros e ao Estado.* (KOLLONTAI, 1920b. IN: BEBEL, HELLER, TROTSKY e KOLLONTAI, 1980, p. 100 - grifos da autora)

Para reforçar sua tese, Kollontai subdivide as necessidades da família do passado – um *marido*, o pai, que mantinha a família, o lar (*trabalho doméstico*), necessário a todos, e os

¹⁹¹ Kollontai cita como exemplos a família “genésica” onde “a cabeça da família era a anciã mãe” e a família patriarcal, com o “pai-amo”.

¹⁹² Tema que buscaremos desenvolver no terceiro capítulo.

filhos, educados pelos pais – e procede à análise de uma por uma no presente¹⁹³. Sob a atualidade, frente ao crescimento do trabalho feminino, o *marido* já não era mais o sustento único da família.

No que tange à análise da necessidade atual do *trabalho doméstico*, a autora afirma que a família atual consome sem produzir e que os antigos produtos do trabalho caseiro convertiam-se pouco a pouco em mercadorias produzidas industrialmente e consumidas pela via do mercado¹⁹⁴, e o trabalho doméstico convertia-se pouco a pouco em um trabalho improdutivo. Para ela

O trabalho doméstico perdeu sua qualidade de trabalho útil ao Estado, desde o ponto de vista da economia nacional, pois são trabalhos com os quais não se criam novos valores. Com eles, não se contribui para a prosperidade do país. É inútil que uma mulher trabalhadora fique o dia inteiro, desde manhã até à noite, limpando sua casa, lavando e passando roupa, consumindo suas energias para conservar em ordem suas desgastadas roupas, matando-se para preparar com seus modestos recursos, a melhor comida possível, porque quando o dia terminar, apesar de seus esforços, não haverá nenhum resultado material de todo o seu trabalho diário. Com suas mãos infatigáveis não criou, durante todo o dia, nada que possa ser considerado uma mercadoria, no mercado comercial. [...] O trabalho da dona de casa tem cada dia menos utilidade, é cada vez mais *improdutivo* (KOLLONTAI, 1920b. IN: BEBEL, HELLER, TROTSKY e KOLLONTAI, 1980, p. 104 – grifos meus)

Kollontai contrapõe essa imagem à utopia da socialização do trabalho doméstico na sociedade comunista, baseada nas ações já tomadas pelo governo soviético e pelas mulheres auto-organizadas. Na visão apresentada pela autora, o trabalho coletivo substituiria, pouco a pouco, o trabalho doméstico individual. Sob o comunismo “a mulher trabalhadora não terá que passar suas escassas horas de descanso na cozinha, porque na Sociedade Comunista existirão restaurantes públicos e cozinhas centralizadas”; “não terá que se afogar em um oceano de lixo¹⁹⁵ nem estragar sua vista remendando e costurando”, pois existirão lavanderias centrais onde elas poderão buscar as roupas lavadas e passadas, e a mulher trabalhadora terá “a oportunidade de que se dedique à noite, a leituras instrutivas, distrações saudáveis, ao invés de passá-las, como hoje, em esgotantes tarefas”. Assim, as tarefas da dona de casa restantes no presente, segundo Kollontai – limpeza, cozinha, lavagem e cuidado das roupas da família – , desaparecerão com o triunfo do comunismo, acabando com o “jugo doméstico da mulher

¹⁹³ Em outra passagem no artigo, Kollontai comenta que sob o capitalismo, além da educação das crianças, que passou a ser uma obrigação das escolas, a família ainda tinha as funções de “alimentar o filho, calçá-lo, vesti-lo, convertê-lo em operário especializado e *honesto* para que, com o tempo, pudesse sobreviver por conta própria e *ajudar os pais* quando estes se tornassem *velhos*” (KOLLONTAI, 1920b. IN: BEBEL, HELLER, TROTSKY e KOLLONTAI, 1980, p. 106 – grifos meus)

¹⁹⁴ Kollontai traça um paralelo entre a atualidade e o passado (tendo em mente a família patriarcal russa) onde o trabalho doméstico da mulher no lar era importante para a família e também para a sociedade/Estado, na medida em que uma série de produtos cuja produção era caseira (tecidos, velas, peles, conservas, etc.) era levada ao mercado. (KOLLONTAI, 1920b. IN: BEBEL, HELLER, TROTSKY e KOLLONTAI, 1980, p. 102)

¹⁹⁵ Sujeira, presente em outra tradução para o português.

para tornar a sua vida mais alegre, mais rica, mais livre e mais completa” (KOLLONTAI, 1920b. IN: BEBEL, HELLER, TROTSKY e KOLLONTAI, 1980, p. 104-105)

A respeito do cuidado e educação dos filhos, Kollontai enuncia algumas das políticas já em curso, implementadas pelos Comissariados de Educação Pública e Bem-Estar Social, vistas como sinais da passagem da responsabilização da criação das crianças das famílias para a coletividade:

a garantia de casas para crianças em fase de amamentação, creches, jardins de infância, colônias e lares para meninos, enfermarias, sanatórios para os doentes, restaurantes, refeitórios gratuitos nas escolas, livros gratuitos, casacos, e calçados para as crianças em idade escolar (KOLLONTAI, 1920b. IN: BEBEL, HELLER, TROTSKY e KOLLONTAI, 1980, p. 107)

Ela também enumera o cuidado dos pais com os filhos em 3 tipos: dos primeiros meses de vida, criação e educação. No que tange a educação, o sistema de educação pública, de qualidade com uma educação voltada para os valores comunistas, resolveria a preocupação dos pais. Por fim o sistema de seguridade à mãe e filho garantirá a subsistência dos mesmos.

Para Kollontai, “os costumes e a moral familiar se formam simultaneamente como consequência das condições gerais da vida que rodeiam a família.” (KOLLONTAI, 1920b. IN: BEBEL, HELLER, TROTSKY e KOLLONTAI, 1980, p. 98) Assim, com o fim da dependência da mulher ao marido, da incerteza sobre ela e seus filhos, etc., sob o Estado Comunista “o matrimônio será purificado de todos seus elementos materiais” e se transformará “na união sublime de duas almas que se amam, que professem fé mútua”. Ver-se-á surgir uma nova forma de família, baseada na

união de afetos e camaradagem, em uma união de pessoas iguais na Sociedade Comunista, as duas livres, as duas independentes, as duas operárias. Não haverá mais “servidão” doméstica para a mulher! Não haverá mais desigualdades no seio da própria família! (KOLLONTAI, 1920b. IN: BEBEL, HELLER, TROTSKY e KOLLONTAI, 1980, p. 111)

O artigo *Comunismo e Família* é uma obra-prima de Kollontai como um panfleto de agitação e mobilização das mulheres. Com uma linguagem simples, ela traduz às mulheres aflitas, as políticas estatais como melhoria nas suas vidas, na vida de seus filhos e de suas famílias, que agora poderiam contar não somente com elas próprias para sua sobrevivência, mas também com toda a comunidade de trabalhadores organizados sob o comunismo. Ela frisa que as políticas governamentais não têm como objetivo a intervenção violenta nas famílias (KOLLONTAI, 1920b. IN: BEBEL, HELLER, TROTSKY e KOLLONTAI, 1980, p. 109) – o que era fortemente propagandeado no contexto da guerra civil pela oposição – e busca demonstrar as vantagens que poderiam ser adquiridas pelas mulheres caso o comunismo triunfasse.

As concepções de Kollontai sobre relações familiares, sexuais e afetivas, os reflexos do capitalismo sobre as mesmas e as transformações necessárias dessas na transição para o comunismo foram fruto de sua dedicação à compreensão das relações humanas como sociais, no sentido amplo e profundo do termo, ou seja, relações nas quais estão inseridas múltiplas facetas, não somente econômicas, mas também políticas, culturais, psicológicas, etc. Ainda que formada também por uma tradição relativamente economicista presente na socialdemocracia e no marxismo russo do final do XIX, Kollontai em muitos momentos transcendeu em muito essa concepção.

No contexto do início do século XX, Kollontai, uma mulher, ousou não somente falar como escrever sobre ideias polêmicas como essas, abordadas nas últimas páginas, tocando em tabus como o sexo antes do casamento e o prazer feminino (e a falta dele como consequência da desconsideração dos homens sobre a psicologia e fisiologia das mulheres - KOLLONTAI, 1918b. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 36 – nota de rodapé), abordando com naturalidade a existência de mães solteiras, etc. Tal produção surpreende pela atualidade e pertinência nos debates e estudos feministas até o presente, embora também apresente as marcas de seu tempo histórico e de debates que se desenvolveram após o período em que esses textos foram produzidos. Algumas dessas questões são:

- A naturalização das relações heteronormativas, tendo como único padrão as relações entre homens e mulheres;

- A naturalização da divisão sexual do trabalho, através da ideia de que o trabalho doméstico seria socializado, porém quem realizaria este trabalho, de forma assalariada, como serviço público, seria realizado por uma “categoria especial de mulheres trabalhadoras dedicadas unicamente a essas ocupações” (KOLLONTAI, 1920b. IN: BEBEL, HELLER, TROTSKY e KOLLONTAI, 1980, p. 105)

- A naturalização da maternidade como destino das mulheres, ainda que não associada à família patriarcal e à ideia da mulher somente como esposa, dona de casa e mãe, etc.

- A naturalização da perda de função da família sob o capitalismo, o que seria acelerada com a transição para o comunismo até o fim completo da família existente em seu formato “atual” (início do século XX). Se, por um lado, é verdade que o capitalismo alterou a família, flexibilizando um pouco mais as relações e o trabalho presentes em seu interior, e retirou dela várias das funções presentes nos modos de produção anteriores (como a produção, por exemplo, descolada para o espaço público sob o capitalismo), por outro, essa interpretação, levava a uma “ingenuidade” interpretativa sobre as funções da família. Kollontai via a família proletária ou como um resquício do passado ou como uma reprodução da ideologia de família

burguesa (voltada a preservação da propriedade) pelos proletários. O contexto de exploração brutal dos trabalhadores e de degradação acelerada da vida familiar frente aos padrões do século XIX, também contribuía para que ela não visse as funções que a família proletária poderia ter dentro do capitalismo, relacionados a elementos que ela tangencia, contingencialmente, mas não intencionalmente.

Acima de tudo, as concepções de família e relações sexuais e afetivas de Kollontai evidenciavam uma perspectiva da mulher como sujeito, como ser independente e capaz. Esses são os escritos onde ela mais se aproxima de uma visão nitidamente feminista (na concepção atual de feminismo) sobre a emancipação das mulheres.

2.1.6. Kollontai e a organização das mulheres: os anos no *Zhenotdel*

Como vimos no primeiro capítulo, o *Zhenotdel* foi o mais importante centro de formulação e organização das mulheres. Sua presidência foi ocupada por Inessa Armand até 1920, ano de sua morte, quando então foi substituída por Alexandra Kollontai. Os primeiros anos do *Zhenotdel* (e em especial os anos em que Kollontai esteve na presidência do mesmo) formaram o momento de sua militância e produção intelectual no qual Kollontai mais se aproxima do que poderíamos chamar, com referência em Gramsci, de uma intelectual orgânica do movimento feminino operário. Durante esse período, Kollontai consolidará suas *formulações teóricas* sobre a opressão das mulheres e seu papel na sociedade de classes, bem como sobre a necessária união entre libertação das mulheres e comunismo. Tal consolidação de seu pensamento era voltada a, e em diálogo com, a necessidade de intervenção *prática* na realidade através da organização e formação política das mulheres trabalhadoras, via sua mobilização na Guerra Civil, nos soviets, no *Zhenotdel*, no partido e outros espaços.

Apesar de as mulheres terem tido um papel de vanguarda em fevereiro de 1917, apesar de sua participação ter crescido nos sindicatos, as mulheres “russas” ainda eram mulheres “russas”, ou seja, estavam em um país marcado pela família patriarcal camponesa, em uma cultura extremamente religiosa (principalmente cristãos ortodoxos, muçulmanos, judeus) marcada pela submissão da mulher à família e ao lar. Era com grande ousadia que as bolcheviques/comunistas se propunham a mobilizar e libertar as mulheres sob o poder soviético.

A construção de uma intervenção comunista mais sólida sobre a organização das mulheres a partir do *Zhenotdel* impulsionou a preocupação com a recuperação histórica sobre o movimento feminino operário. Em um país cujo horizonte da maioria das mulheres ainda

era a reclusa vida familiar, recuperar a história do movimento feminino operário era importante tanto para localizar as militantes organizadoras das mulheres sobre sua história e seus acúmulos, quanto para mostrar às mulheres que ainda não tinham se aventurado pela mobilização social e/ou política, o grande papel que a história reservava à sua participação, levantar-lhes a autoestima e mostrar-lhes sua potência política. Assim, desde a fundação do *Zhenotdel*, Kollontai se dedicou a escrever diversos artigos nos quais, seja em seu conteúdo principal, seja ao longo do desenvolvimento de seus argumentos, ela dedicou tempo e espaço à recuperação histórica de lutas das mulheres trabalhadoras.

Ainda antes de estar à frente do *Zhenotdel*, em 1919, Kollontai publicou o panfleto *Womem Workers Struggle for Their Rights* (KOLLONTAI, 1919b). A autora, em sua introdução, explica que, na verdade, trata-se de uma compilação/republicação de 2 artigos escritos antes da guerra¹⁹⁶. A guerra havia chacoalhado a velha família a partir da rápida mudança do papel da mulher, ao passo que a Revolução Russa consolidava e acelerava esse processo, mas a necessidade de um trabalho especial entre as mulheres proletárias, separado e dentro da estrutura partidária, na forma de comissões, *boreaus*, grupos, etc. ainda era necessária. Essa necessidade, segundo Kollontai, justificava a publicação daqueles artigos.

Nos dois artigos, Kollontai retoma os primeiros passos da organização do movimento feminino operário internacionalmente, com bastante foco para o desenvolvimento do trabalho de mulheres no SPD, retomando as diferentes estratégias e modelos de organização que levaram à opção pelo formato de comissões intra-partidárias para a agitação e organização das mulheres.

No primeiro artigo da compilação, Kollontai retoma os meados dos anos 1890 como ponto de virada para a organização do movimento de mulheres trabalhadoras pelas socialistas. Uma iniciativa importante para isso teria sido uma reunião ocorrida em 1896 entre 30 mulheres delegadas ao II Congresso da II Internacional, em Londres, onde foram traçados os primeiros passos do movimento. Na reunião, se decidiu sobre a necessidade de diferenciação com o movimento feminista burguês, e pelo recrutamento das mulheres trabalhadoras para os partidos. A decisão sobre a necessidade do trabalho socialista entre as mulheres tinha como contexto a leitura de que, frente ao crescimento da força de trabalho feminina, a organização das mulheres trabalhadoras era vital, pois não mobilizadas elas significariam o enfraquecimento da luta e da organização da classe trabalhadora.

¹⁹⁶ No artigo aparentemente os títulos e conteúdos permaneceram os mesmos da primeira publicação pré-guerra, citada por Kollontai, porém não especificada. O primeiro artigo intitula-se *The Socialist Movement of Women Workers in Different Countries* e o segundo *Forms of Organisation of Women Workers in the West*.

Inicialmente com métodos variados, a organização das mulheres pelos socialistas se consolidou sob a forma de comissões/bureaus/secretariados de mulheres no (dentro do) partido, responsáveis pela agitação e organização das mulheres. Tal modelo era fruto das discussões da I Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, de 1907. Para Kollontai, essa forma organizativa articulava sob a luta socialista as demandas das mulheres não somente como trabalhadoras, mas também como mães¹⁹⁷ (proteção do trabalho, seguridade materna, trabalho doméstico, etc.) e, por outro lado, pressionava o próprio partido para lutar pelos direitos das mulheres; recrutava as mulheres para a luta de classes, ao mesmo tempo em que oferecia um lugar para as mulheres se mobilizarem pelos seus interesses.

É interessante notar que está presente nesse artigo, assim como em muitos outros de Kollontai (e não somente dela) a ideia das mulheres como um setor mais atrasado da classe, com menos consciência, o que tem sua base de realidade no contexto cultural da época. Kollontai observa que o horizonte do homem era maior, pois ele não estava confinado na família e que, para as mulheres, atingir a maturidade de seus pensamentos significava a exigência da quebra com a tradição, os conceitos, a moral, os costumes. Por isso também, Kollontai justifica a necessidade de métodos específicos para a mobilização das mulheres, embora seu objetivo seja unificar homens e mulheres na luta de classes.

No artigo, ela ainda retoma sobre o desenvolvimento da intervenção socialdemocrata na organização das mulheres em diferentes países¹⁹⁸ e o crescimento do movimento feminino operário nesses países (envolvimento no partido e nos sindicatos), inclusive traçando seu crescimento entre a 1ª e 2ª Conferências Internacionais das Mulheres Socialistas. Segundo Kollontai, o modelo de organização mais difundido era o desenvolvido pelo SPD, e os outros países repetiam com pequenas modificações a experiência do movimento socialista alemão e pegavam emprestado dele o modelo básico para o trabalho com as mulheres operárias.¹⁹⁹ (KOLLONTAI, 1919b)

No caso alemão, o crescimento da organização das mulheres trabalhadoras em diferentes modelos tinha forçado o partido a tomar posição sobre a questão, em uma época na qual parte do movimento operário ainda era contrário ao trabalho feminino. Foi nesse

¹⁹⁷ Referindo-se às demandas especificamente femininas.

¹⁹⁸ Áustria, Inglaterra, EUA, Bélgica, Holanda, Suíça, França, Finlândia, etc.

¹⁹⁹ Kollontai observa que, embora o sucesso alemão fosse grande, as primeiras iniciativas de organização das mulheres em sindicatos femininos tinham surgido na Inglaterra. Entretanto, lá havia uma divisão no movimento entre lutar em defesa dos interesses econômicos das mulheres, ou lutar sob o princípio da igualdade das mulheres, em detrimento dos interesses de classe, polêmica que estava inserida, na verdade, no contexto da disputa da referência desses sindicatos femininos nas sufragistas ou nos outros sindicatos da classe trabalhadora.

contexto que o surgimento do livro de Bebel – *A mulher e o Socialismo* – teve um papel fundamental, ao ligar estreitamente os objetivos da classe trabalhadora e a luta pela libertação das mulheres, suas demandas específicas, a mudança de sua difícil situação sob o capitalismo, etc., delineando, dessa forma, uma área de trabalho para as mulheres trabalhadoras.

Kollontai retoma os passos de desenvolvimento da organização das mulheres no SPD: mudanças no seu programa político, resoluções nos congressos, a organização do jornal *A Igualdade (Die Gleichheit)*, a realização das Conferências de Mulheres do SPD, etc. É curioso notar que Kollontai, talvez no esforço de valorização da decisão política de apostar na organização das mulheres a partir de seus próprios espaços, internos ao partido, se posiciona contra a ideia de que a organização das mulheres do SPD teria sido uma saída frente às leis que proibiam a participação política das mesmas, expondo a decisão como mais intencional. A prova disso seria que as conferências posteriores à queda dessas leis reafirmaram essa forma de trabalho com as mulheres (jornal, demandas específicas, conferências separadas, etc., vistas como uma divisão de trabalho no partido).

Kollontai recupera as primeiras iniciativas da socialdemocracia russas de organização das mulheres como tendo se iniciado em 1905. Ela cita, em 1906, a deliberação sobre a fundação de clubes de mulheres (medida que foi impedida pela repressão que se deu nos anos seguintes a 1905), em 1908, a delegação socialdemocrata ao Congresso de Mulheres convocado pelo movimento feminista burguês, e, em 1913, a primeira comemoração do Dia Internacional das Mulheres.

No segundo artigo da compilação que ora analisamos, Kollontai discorre sobre as diferentes formas de organização adotadas no início do trabalho com as mulheres trabalhadoras, posicionando-se mais uma vez em apoio ao modelo alemão. Ela retoma a experiência inglesa dos sindicatos femininos e sua relação com o movimento feminista burguês e os sindicatos classistas. Kollontai posiciona-se contra os sindicatos femininos, pois os sindicatos lutam pelos interesses econômicos da classe trabalhadora, de modo que o interesse econômico dos homens e das mulheres da classe trabalhadora são inseparáveis, vistos que são somente uma classe. Assim, a separação dos sindicatos por sexo seria artificial, embora o trabalho dos sindicatos entre as mulheres fosse muito importante.

A outra forma de organização analisada por Kollontai são as organizações socialistas, divididas em dois tipos: as independentes ao partido, ainda que em estreita colaboração com esse e sob sua liderança, recusadas por ela, e as divisões internas aos partidos (comissões, *bureaus*, secretariados) para o trabalho com as mulheres, modelo defendido pela autora. Ela comenta ainda como, durante muito tempo, o medo do feminismo entre homens e mulheres

do partido atrapalhou as tentativas de organização das mulheres pelas socialistas, medo esse que não tinha desaparecido até o presente momento, e discorre sobre o processo de desenvolvimento do trabalho feminino no SPD e em outros países.

A recuperação dos dois artigos em um momento de consolidação da fundação do *Zhenotdel* demonstra a preocupação de Kollontai em retomar o debate sobre o desenvolvimento da intervenção socialdemocrata entre as mulheres trabalhadoras e sobre a delimitação do modelo de organização a seguir. Também está contida nessa iniciativa uma disputa com o partido sobre a importância da mobilização das mulheres trabalhadoras. Um outro item que fica nítido, é a reafirmação do modelo de organização das mulheres implementado pelo SPD, e sua forte influência sob todo o movimento operário que tinha referência na II Internacional. (KOLLONTAI, 1919b)

É também para recuperar o desenvolvimento dos primeiros passos do movimento feminino operário na Rússia que, em 1920, Kollontai publica o artigo *Da História do Movimento das Trabalhadoras na Rússia* (KOLLONTAI, 1920c), onde ela relata com mais detalhes o desenvolvimento do movimento feminino operário russo no fim do século XIX e início do século XX, com grande destaque para o ano de 1905. O objetivo da autora nesse artigo é, sobretudo, ligar a história do movimento de mulheres trabalhadoras na Rússia ao desenvolvimento do movimento geral dos trabalhadores.

Kollontai retoma com detalhes a participação das mulheres em inúmeros motins de fábrica na década de 1870, a pressão das operárias para a assinatura da lei que proibia o trabalho noturno às mulheres e nota que a onda de greves dos trabalhadores nos anos 1870 e 1880 atingiu principalmente o setor têxtil, em que a força de trabalho mais barata, feminina, era maioria, bem como as agitações do fim dos anos 1890 nas fábricas onde predominava a força de trabalho feminino. Entretanto, no início do século XX a onda de greves e a participação das mulheres teriam diminuído, restando a ação das mulheres não provenientes da classe operária que participavam das organizações clandestinas.

O quadro teria mudado em 1905, onde as mulheres passaram a se colocar não somente em maior número “como operárias”, mas também “como mulheres” (a partir de suas necessidades específicas). A autora cita diversos exemplos dessas participações em 1905, tanto na cidade – como o protesto contra a não admissão de mulheres como delegadas na manufatura Sampsonievskaja – quanto no campo, como o *Motim das Babas*, ocorrido no sul do país onde as camponesas

invadiam departamentos militares e policiais, libertavam os soldados de reserva com raiva e coragem surpreendentes para o sexo feminino. Armadas com rastilhos, forquilhas e vassouras elas expulsavam os militares das aldeias e povoados.

Protestavam a sua maneira contra o fardo insuportável da guerra. [...] de repente a *baba* injustiçada e oprimida por séculos, tornou-se uma das personagens indispensáveis no drama político que cometia o país (KOLLONTAI, 1920c, p. 198)

Ao longo do artigo, Kollontai também fala sobre as iniciativas do movimento de mulheres burguesas durante o ano de 1905. Em sua visão, as petições pelo voto feminino, organizadas pela União pela Igualdade das Mulheres e outras organizações de mulheres burguesas, indicavam o despertar político das proletárias e sua percepção sobre sua falta de direitos, ainda que sem relacioná-los com a luta de classes. Nos anos de 1905 e 1906, as manifestações feministas se tornaram frequentes, assim como a presença das operárias nas mesmas, entretanto, o movimento feminista burguês não conseguia dar consequência às demandas das mulheres trabalhadoras. Kollontai comenta que a primeira tentativa de organizar as empregadas domésticas, por exemplo, tinha vindo das mulheres burguesas (União pela Igualdade e Partido Progressista Feminino), mas buscava acomodar patroas e empregadas sob as mesmas demandas, o que era impossível. Kollontai relata a existência, no ano de 1905, de diversas manifestações de empregadas domésticas por melhores condições de moradia, tratamento educado pelos patrões, redução da jornada, etc. No que tange às camponesas, a autora também frisava que, ao lutar pelos interesses do campesinato, a camponesa tinha aprendido a defender seus interesses específicos como mulheres, ou seja, que a igualdade não era reivindicada por mulheres isoladas do movimento feminista burguês, mas pelas camponesas e trabalhadoras despertadas nas lutas, principalmente a partir de 1905.

Em 1920, Kollontai escreve *International Women's Day* (KOLLONTAI, 1920d), mais um artigo onde ela fará recuperações sobre a história do movimento feminino operário, mais especificamente, sobre o surgimento do Dia da Mulher e suas comemorações através dos anos. Ela retoma a conjuntura dos primeiros Dias da Mulher, na qual o direito do voto feminino estava sendo amplamente debatido em diferentes países, mas a burguesia se colocava contra o voto feminino, pois isso significava também uma expansão do direito de voto da classe trabalhadora.

O primeiro Dia da Mulher teria sido comemorado em 28 de fevereiro de 1909 pelas mulheres socialistas dos EUA. Em 1910, na Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, Clara Zetkin propôs um Dia da Mulher internacional, a ser organizado em todos os países sob o slogan “O voto feminino irá unir nossas forças na luta pelo socialismo”, com objetivo de fortalecer a luta pelo voto feminino, a solidariedade internacional da classe trabalhadora e a organização das mulheres trabalhadoras sob a bandeira do socialismo. A

comemoração internacional ficou marcada para o dia 19 de março de 1911²⁰⁰ e sua convocação foi realizada a partir dos jornais operários. Em 1913 a data teria sido transferida para 8 de março.

Kollontai considerava, no artigo, o Dia das Mulheres como um excelente método de agitação entre as mulheres menos politizadas do proletariado. Depois de cada Dia das Mulheres, mais mulheres se somavam aos partidos socialistas e sindicatos. Além disso, a data internacional reforçava a solidariedade entre países e a consciência das mulheres na luta pelo futuro da classe trabalhadora.

Na Rússia, os primeiros Dias da Mulher foram marcados por dificuldades frente à grande repressão política do período. Ela comenta sobre a convocação do primeiro Dia da Mulher e sua forte repressão em 1913, sobre o caráter contra a autocracia czarista que tomava a luta pelo voto feminino em 1914, as tentativas bolcheviques de transformar os Dias da Mulher de 1915 e 1916 em manifestação das trabalhadoras contra a guerra e, em 1917, sobre o grande Dia da Mulher que começou a revolução a partir da mobilização de trabalhadoras e *soldatki* sob os lemas “pão para nossos filhos” e “retorno de nossos maridos das trincheiras”.

Kollontai termina o artigo chamando pelo apoio das mulheres à III Internacional e pela ajuda na recuperação das ferrovias e transportes na Rússia no contexto da guerra civil, temas que pouco se ligavam diretamente com as mulheres, pelo menos não da forma como ela apresenta. Entretanto, a recuperação histórica dos Dias da Mulher feita por ela no artigo, deixa nítido seu objetivo de legitimar a data, sua história de luta e sua origem junto às organizações socialistas.

Em 1921, sob o título *The Woman Worker and Peasant in Soviet Russia* (KOLLONTAI, 1921t), o objetivo da recuperação histórica feita por Kollontai era mostrar/defender como o movimento de mulheres trabalhadoras estava indissolavelmente ligado à luta pelo estabelecimento e consolidação (contexto ainda marcado pela guerra civil) da ditadura do proletariado, chamando atenção para o fato de que, para garantir essa unidade, era necessário que o partido comunista incluísse, entre suas tarefas, a tarefa especial de envolver ativamente as mulheres na construção do novo futuro. No artigo, Kollontai retoma passo a passo as iniciativas que levaram à fundação do *Rabotnitsa*, da Comissão de propaganda entre as mulheres, depois mudada para departamento, e analisa o quanto essas iniciativas (com destaque para o *Zhenotdel*) tinham sido bem sucedidas na mobilização e conscientização das mulheres trabalhadoras no contexto da guerra civil.

²⁰⁰ Data proposta pelas alemãs. No dia 19 de março, no ano da revolução de 1848, o rei prussiano reconheceu forças do povo armado e entre as promessas feitas estava o voto feminino. (KOLLONTAI, 1920d)

Kollontai rememora como a conjuntura da contrarrevolução tornou ainda mais urgente a conscientização das mulheres, entretanto as iniciativas de propaganda geral surtiam pouco apelo sobre elas. Assim, surgiu a proposta de um trabalho especial voltado para as mulheres com base em suas demandas específicas. O Congresso de Mulheres Trabalhadoras e Camponesas de Toda a Rússia teria, nesse contexto, cumprido um importante papel não somente de propaganda entre as mulheres, mas também no estabelecimento de bases para a criação de um aparato especial para o trabalho entre as mulheres dentro do PC russo.

Inicialmente a linha política aprovada era a conscientização das trabalhadoras e camponesas através do seu envolvimento no trabalho prático dos soviets, o que “evoluiu” para o desenvolvimento de um aparato que ligasse as massas ao partido, as reuniões (ou conselhos) de delegadas, responsáveis por uma série de tarefas²⁰¹. Kollontai mais uma vez afirma o objetivo do departamento como uma via de mão dupla: ele envolvia as mulheres na construção estatal e partidária, mas também colocava diante do partido e dos órgãos estatais a tarefa de emancipação das mulheres, o que pode ser notado a partir do papel do departamento na construção de leis, campanhas, comissões interdepartamentais, etc.

O progresso na participação das mulheres é demonstrado por Kollontai a partir de números e também de áreas de envolvimento e mobilização das mulheres a partir da ação do *Zhenotdel*. A autora relata a participação das mulheres no exército vermelho como enfermeiras, propagandistas, membras dos Comitês Militares Revolucionários (apesar de poucas), mas também na construção de trincheiras, na comunicação militar, na coleta de armas e também no front (sobretudo mulheres dos centros industriais). As mulheres também eram ativas na organização da alimentação (cantinas, infantis, nas fábricas), na educação²⁰², nas campanhas governamentais, iniciativas de proteção à maternidade e à infância, combate ao analfabetismo, na justiça (juízas ou membras do júri) e outros²⁰³.

Era a preocupação com a mobilização e a conscientização das mulheres que tinha levado às decisões da separação de 10% das vagas dos cursos organizados pelos soviets e à criação, a partir da deliberação do *Zhenotdel* central, de uma sessão na Universidade de Sverdlov (escola central do partido), voltada às mulheres, sobre métodos e formas de trabalho entre as trabalhadoras. Além disso, continuava a intensificação da publicação e jornais femininos e suplementos femininos nos jornais.

²⁰¹ Kollontai detalha o funcionamento das Reuniões de Delegadas.

²⁰² Kollontai cita vários nomes de mulheres lideranças bolcheviques envolvidas com a educação.

²⁰³ Kollontai também cita a movimentação das mulheres muçulmanas na luta por direitos e sua organização enquanto mulheres.

No artigo, é nítido o esforço de Kollontai no sentido da legitimação da organização das mulheres e do *Zhenotdel* como instrumento para efetivá-la, departamento ao qual estava à frente naquele momento. Se lembrarmos que, desde seu início, o *Zhenotdel* sofreu para se consolidar e se desvencilhar das desconfianças e ataques, as vezes vindos do próprio partido, talvez possamos dar uma significância maior à simples “propaganda” feita por Kollontai, inserindo-a na disputa pela defesa e reconhecimento da organização das mulheres.

Em diversos textos, Kollontai, ao falar da socialização do trabalho doméstico e outras políticas a serem desenvolvidas para a libertação das mulheres, justificava que muitas dessas políticas anunciadas (ou o amplo acesso a elas) ainda não eram possíveis devido às condições econômicas da República Soviética, entretanto tão logo a recuperação econômica ocorresse, tais serviços iriam se multiplicar. Nesse artigo, a autora comenta rapidamente sobre a resistência das mulheres menos conscientes, que tinham medo das mudanças implementadas pelo novo governo, como a separação entre igreja e Estado, ou dos boatos de que os filhos seriam levados embora, muito agitados pela contrarrevolução durante a guerra civil. Mas Kollontai também localiza a resistência de parte das mulheres devido às dificuldades. A fome e as privações aumentava o ressentimento entre as mulheres contra o comunismo.

O contexto da Guerra Civil impunha dificuldades econômicas e políticas, mas também tinham elementos vistos como positivos. Kollontai saúda o trabalho obrigatório e o consumo coletivizado (que era principalmente alimentação) e como ele foi importante para acabar com a dependência econômica das mulheres dentro da família, um passo fundamental para a sua libertação. Ela escreve:

O novo sistema de organização do trabalho baseou-se: 1) em uma avaliação rigorosa e distribuição racional de todas as reservas de trabalho existentes da república, incluindo mulheres; 2) sobre a transição do consumo familiar e das unidades econômicas individuais para a produção e o consumo coletivos, e 3) em um plano econômico unificado e regulamentado, alterou radicalmente a base sobre a qual descansou a antiga escravidão e dependência das mulheres. A convocação de todos para ao front do trabalho sem distinção de sexo está mudando todo o quadro tradicional da vida e das relações entre os sexos. A dependência inicial das mulheres no chefe capitalista e no marido ganhador do pão desapareceu. Há agora um mestre, a quem o trabalhador e a mulher trabalhadora devem ambos obedecer igualmente no interesse de toda a classe trabalhadora - a República Soviética dos Trabalhadores. (KOLLONTAI, 1921t)

No artigo, também vemos uma movimentação de Kollontai no sentido de “lobby” pela participação das mulheres na vida política e econômica. Ela critica a presença de poucas mulheres em algumas áreas da economia, como por exemplo a gerência dos comitês de fábrica, órgãos de gerenciamento econômico em nível nacional, e a desigualdade salarial ainda presente (embora justifique esse ponto devido à baixa qualificação profissional das

mulheres). Nos soviets, em geral, sua participação girava em torno de tarefas previamente definidas e poucas eram as envolvidas na articulação política²⁰⁴.

O objetivo de fortalecimento do *Zhenotdel* e da participação política das mulheres também é visto no discurso feito por Kollontai ao IV Congresso dos Sindicatos de Toda a Rússia, *Os Sindicatos e As Trabalhadoras* (KOLLONTAI, 1921o IN: SCHNEIDER, 2017). Nele, Kollontai critica diretamente a pouca presença de mulheres no Congresso, responsabilizando o partido (os homens do partido) e criticando publicamente o(s) mesmo(s) por esse fato. Ela escreve:

O salão está cheio, com cerca de 2 mil delegados, mas inconscientemente um fenômeno característico e longe de ser reconfortante chama a atenção: o pequeno número de trabalhadoras que participam do evento. [...] Na presidência, há apenas uma delegada, e mesmo ela não é uma trabalhadora do sindicato, mas uma comunista. O que significa? Será que não há entre as trabalhadoras, sindicalistas que sejam boas, inteligentes e eficientes? Ou as mulheres na Rússia soviética não são suficientemente maduras para a política nem capazes de conduzir um trabalho de responsabilidade? Essas suposições são simplesmente ridículas e provocam o sorriso de qualquer pessoa ponderada. [...] A razão é outra. Trata-se de que, até o presente momento, o partido não colocou em prática o decreto do VIII Congresso das Uniões sobre o envolvimento das trabalhadoras em todos os órgãos econômicos do país nem aplicou em medida suficiente a resolução do IX Congresso do Partido a respeito do engajamento da ampla massa de trabalhadoras na construção do comunismo não apenas por meio dos órgãos soviéticos, mas também das organizações profissionais. Por sua vez, as sessões dos sindicatos pouco fizeram para concretizar o decreto do III Congresso dos Sindicatos sobre o trabalho em meio à ala feminina do proletariado. Essa questão é emergente. Ela exige uma abordagem atenta do partido e dos sindicatos. (KOLLONTAI, 1921o IN: SCHNEIDER, 2017. p. 207-208)

Ela observava, contrapondo à realidade do congresso, que as mulheres constituíam uma porcentagem significativa nos sindicatos, chegando mesmo a ser maioria em alguns sindicatos/uniões. Se o partido tinha decidido em seu X Congresso reconhecer os sindicatos como “escolas do comunismo” então eles deveriam realizar um trabalho direcionado não apenas aos trabalhadores, mas também às trabalhadoras (KOLLONTAI, 1921o IN: SCHNEIDER, 2017. p. 208).

Observando que também era função do *Zhenotdel* a educação (conscientização/formação) das mulheres sem partido, Kollontai propõe um alinhamento de estratégias entre os sindicatos e o departamento. Para ela, as condições de vida às quais as mulheres estão submetidas forçavam o partido a encontrar métodos e abordagens especiais para engajá-las. Entre as “tarefas do partido” frente às mulheres membros dos sindicatos, ela cita a propaganda, encorajar o envolvimento das mulheres na esfera econômica, a introdução das mulheres em todos órgãos de gestão da economia (direção de uniões, comitês de fábricas, conselho de economia nacional, gerenciamento das fábricas, etc.) e comissões de proteção do

²⁰⁴ A análise de Kollontai coincide nesse ponto com a feita por Barbara Clements em *Bolshevik Women* (CLEMENTS, 1997)

trabalho, atrair as mulheres para os soviets e estimular “nos interesses do comunismo e do desenvolvimento das forças produtivas” o avanço da qualificação do trabalho das mulheres por meio de sua formação profissional e técnica (KOLLONTAI, 1921o IN: SCHNEIDER, 2017. p. 208-209). Segundo ela

o partido também deve contribuir por meio de todos os seus órgãos partidários, e particularmente do *Jenotdiél*²⁰⁵ para a formação da consciência sobre as necessidades comuns do proletariado, combatendo os preconceitos contra a mulher que ainda se mantêm firmes entre a extensa massa do proletariado masculino. (KOLLONTAI, 1921o IN: SCHNEIDER, 2017. p. 209).

O discurso de Kollontai é interessante não somente pelo apelo sobre o envolvimento na mobilização das mulheres trabalhadoras. Ele também deixa transparecer a movimentação de crítica aos homens do partido e da sociedade e suas resistências em aceitar/estimular a participação das mulheres em todas as esferas. Ao longo do discurso, inclusive como forma de “constranger” seu público sobre a necessidade do trabalho direcionado às trabalhadoras, Kollontai cita diversas resoluções de congressos dos sindicatos e partidos, o que também evidencia para nós um conjunto de movimentações das mulheres bolcheviques no sentido da aprovação de resoluções que buscassem garantir, de fato, a participação das mulheres nas diferentes esferas da sociedade, sendo a econômica uma de bastante importância. Ela busca a comoção de seu público para a importância das mulheres sindicalistas (2 milhões, segundo o dado apresentado por Kollontai) e a legitimidade do *Zhenotdel* para a tarefa em conjunto com os sindicatos. Durante o primeiro capítulo, comentamos sobre situações em que as delegadas eram enviadas ao trabalho nos sindicatos, comitês de fábricas e órgãos econômicos pelo *Zhenotdel* e, no entanto, seu trabalho era dificultado ou boicotado pelos camaradas à frente dos mesmos. O discurso de Kollontai também é um enfrentamento a esse tipo de atitude ainda tomada nesses órgãos.

A emancipação econômica das mulheres – e, portanto, sua participação como força de trabalho assalariada e nos órgãos econômicos²⁰⁶ – ocupa um papel de importância no pensamento de Kollontai. Entretanto, para ela, o trabalho assalariado era importante como um passo, mas não como todo o caminho, rumo à emancipação das mulheres. Sozinhos, o acesso ao trabalho e aos direitos nesse campo não seria suficiente para emancipar as mulheres se eles não fossem acompanhados do desenvolvimento de políticas de socialização do trabalho doméstico.

²⁰⁵ *Zhenotdel*.

²⁰⁶ Nos sindicatos, comitês de fábrica e órgãos de gestão econômica, Kollontai estava preocupada não somente com a presença das mulheres, mas sua presença ali era uma forma de pressionar para as demandas femininas na economia, o que, por sua vez, também se ligava à sua emancipação enquanto mulheres.

Ainda em 1918, no artigo *Às Mulheres Trabalhadoras* (KOLLONTAI, 1918a), Kollontai saudava os ganhos de direitos das mulheres a partir da Revolução de Outubro, mas também ressaltava a importância da socialização do trabalho doméstico para a libertação das mulheres do jugo da família. Coloca ela:

Durante muitos séculos a mulher esteve oprimida e privada de direitos. Durante muitos séculos, ela não era mais que um apêndice do homem. O marido dava de comer à sua esposa, e *por isso* ela estava submetida à sua vontade, e resignação levava a privação de direitos, à sua escravidão na família e no lar. A Revolução de Outubro emancipou a mulher. Agora uma camponesa tem os mesmos direitos de um camponês, uma trabalhadora tem os mesmos direitos de um trabalhador. As mulheres em todas as partes têm direito a voto, podem optar por ser membras dos Sovietes e comissárias, e inclusive Comissária do Povo. Mas, ainda que as mulheres tenham os mesmos direitos sob a lei, a vida, em contrapartida, não foi liberta: a operária, a camponesa, ainda estão submetidas à servidão, aos seus *afazeres domésticos*, sendo ainda uma *escrava de sua própria família*. O objetivo dos trabalhadores agora consiste em organizar a vida de tal maneira, que permitisse tirar a tarefa de cuidar dos filhos dos ombros das mulheres, para facilitar-lhes o trabalho e tirar da servidão doméstica a operária e a camponesa. A classe operária está interessada em liberar às mulheres também nessas áreas. (KOLLONTAI, 1918a – grifos meus)

A socialização do trabalho doméstico era uma necessidade para as mulheres e também uma forma de organizá-las na construção do governo soviético. Kollontai chamava as mulheres a se organizarem e organizarem serviços de socialização do trabalho doméstico:

ao trabalho, camaradas trabalhadoras! Emancipem-se! Construam creches, maternidades, ajudem os Sovietes a construir restaurantes públicos, ajudem o Partido Comunista a construir uma nova e luminosa vida! Seu lugar é junto daqueles que lutam pela emancipação dos trabalhadores, pela igualdade, a liberdade e a felicidade de seus filhos. Seu lugar, operárias e camponesas, está junto à revolucionária bandeira vermelha do vitorioso Comunismo mundial! (KOLLONTAI, 1918a)

Nesse mesmo texto, Kollontai também localiza o desafio de convencimento dos homens sobre o novo lugar das mulheres no governo soviético. Ela apela para o trabalhador compreender

que a mulher é um membro da família proletária, assim como ele mesmo. No fim das contas, a mulher trabalha como o homem. Um terço das riquezas do mundo foi criado pelas mulheres [...] Na sociedade Comunista, o homem e a mulher devem ser iguais! Sem igualdade para as mulheres, não há Comunismo. (KOLLONTAI, 1918a)

É interessante perceber que uma das formas de Kollontai pressionar os homens a compreender os novos direitos e posição das mulheres é apelar para a sua participação “produtiva”, buscando o reconhecimento das mulheres também como “trabalhadores” e, portanto, como classe operária.

Em 1920, em seu artigo *I Conferência Internacional das Mulheres Comunistas* (KOLLONTAI, 1920a IN: IN: SCHNEIDER, 2017), Kollontai retoma a necessidade de articulação entre a libertação econômica e política das mulheres e sua emancipação familiar,

expondo diversas iniciativas de socialização do trabalho doméstico, alimentação pública, educação socializada das crianças, etc.

Kollontai, e os bolcheviques de um modo geral, viam esse processo de emancipação das mulheres como um entrelaçamento de transformações em diferentes esferas: a garantia de direitos, a independência econômica, a participação política, a socialização do trabalho doméstico e as novas concepções de família e sexualidade andariam juntas, umas impulsionando as outras. Nesse processo, a organização das mulheres era fundamental.

Desde que começou a ocupar posições de destaque no Governo, Kollontai buscou articular as movimentações do Comissariado com o estímulo à organização e mobilização das mulheres. Ainda em 1918, o I Congresso de Trabalhadores e Camponeses de Toda a Rússia aprovou um plano para o trabalho em todo o país visando à emancipação das mulheres, com atenção especial sobre a participação das mulheres nos soviets e na vida produtiva (KOLLONTAI, 1926. IN: KOLLONTAI, 1980. p 36). No 8º Congresso do partido, em 1919, foi estabelecido o compromisso com a substituição dos serviços domésticos pelos serviços socializados e Kollontai apresentou uma resolução aprovada, mas não sem oposição, sobre a necessidade de um trabalho mais sistemático com as mulheres para que o partido tivesse lideranças femininas mais ativas (FARNSWORTH, 1976), além de uma moção em favor da igualdade de direitos das mulheres visando colocá-la em trabalhos do Estado e comunidade (CRUZ, 2012). Em 1919, em sua proposta de resolução ao Congresso da Internacional Comunista, ela frisava que a vitória sobre o sistema capitalista e a conquista e manutenção da ditadura do proletariado só poderia ocorrer juntamente com as mulheres trabalhadoras. (KOLLONTAI, 1919a). Ao longo de sua militância pela emancipação feminina, Kollontai buscou aliar, a partir da organização das mulheres, tanto a mobilização das mesmas, quanto a disputa interna aos movimentos e partidos que garantisse a intervenção política das mulheres e a aprovação de políticas direcionadas às mesas.

2.1.7. As Conferências da Universidade de Sverdlov

Como vimos na sessão anterior, ao se colocar a frente da organização das mulheres, Kollontai foi definindo de forma mais fechada suas concepções e interpretações históricas, de modo a poder sistematizar um acúmulo político-programático a ser transmitido a mulheres que, por sua vez, tinham tarefas de mobilizar outras mulheres, principalmente a partir da estrutura do *Zhenotdel* e suas *delegatki*.

Em 1921, ainda à frente da direção do *Zhenotdel*, Kollontai proferiu uma série de conferências com objetivos de formação política de mulheres que, posteriormente ao curso, estariam encarregadas do trabalho nas sessões femininas do partido. Nestas conferências, devido à posição ocupada por Kollontai e à finalidade do curso de formação, ela busca apresentar uma concepção “acabada” de sua visão sobre a opressão das mulheres e de como via o processo de libertação delas sob a sociedade comunista o governo soviético.

O conjunto de 14 conferências foram publicadas pela primeira vez em 1925 em uma compilação sob o título *La mujer em el desarrollo social* (KOLLONTAI, 1976). Segundo a autora, a recuperação do conteúdo das conferências se deu, uma parte, recorrendo a notas taquigráficas, outra parte, a suas próprias anotações. Pela sua importância e conteúdo, tanto do ponto de vista de avanços quanto de limites no pensamento de Kollontai, resolvemos abordar as conferências em uma sessão separada.

Nas seis primeiras conferências, Kollontai se dedica a análise da situação das mulheres em diferentes épocas históricas²⁰⁷. Nessas conferências, ela aborda, principalmente, a ideia da opressão das mulheres como histórica, variando no tempo e de acordo com o papel ocupado pelas mulheres em cada modo de produção. Conforme a autora coloca, “a posição da mulher na sociedade determina sua situação na família” (KOLLONTAI, 1921r. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 2). Ao afirmar essas questões, ela se posiciona a partir da compreensão da desigualdade entre homens e mulheres como uma questão social, não biológica, um posicionamento importante no contexto do início do século XX. Kollontai afirma:

Se agora examinarmos mais minuciosamente as distintas posições da mulher - que mudaram com frequência – nas diferentes fases do desenvolvimento social, vereis que a atual falta de direitos, sua privação de independência e seus direitos limitados na família e na sociedade de nenhuma maneira se explicam por propriedades congênicas especificamente femininas. (KOLLONTAI, 1921r. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 2)

Na sua primeira conferência – *Situación de la mujer en el primitivo comunismo* (KOLLONTAI, 1921r. IN: KOLLONTAI, 1976) –, Kollontai trabalha com a imagem do “comunismo primitivo”, onde os humanos eram nômades e andavam em pequenos grupos sem classes sociais, ou diferenças de direitos entre os homens e as mulheres. Na passagem do nomadismo para o sedentarismo, a humanidade teria se dividido em dois grupos: as tribos pastoras e as tribos agricultoras. Nas tribos agricultoras as mulheres estavam em uma posição valorizada, pois eram elas as responsáveis pela produção agrícola, principal fonte de alimentação, enquanto os homens praticavam a caça. Kollontai recupera as mulheres como

²⁰⁷ O “comunismo primitivo”, a escravidão (antiga), a economia natural fechada e comunidade rural e produção artesã (feudalismo), capital comercial e manufatura e, por último, o desenvolvimento da grande indústria capitalista.

descobridoras da agricultura e seu papel importante também na construção de cabanas, no artesanato e no conhecimento das ervas medicinais – “nossas mães primitivas foram os primeiros médicos” – e aborda essas sociedades, com base em Bachofen²⁰⁸ como matriarcais, e matrilineares. Nas sociedades dedicadas ao pastoreio, as mulheres teriam um papel subordinado, pois os homens eram os principais encarregados pelo cuidado e reprodução do rebanho e o trabalho feminino era o trabalho complementar. Nessas sociedades, patriarcais, as mulheres eram vistas como propriedades dos homens, não muito diferentes das cabeças de gado. (KOLLONTAI, 1921r. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 6-8)

Para Kollontai, a passagem do matriarcado ao patriarcado não ocorreu de uma hora para outra, mas durante séculos, onde um e outro sistemas se enfrentaram. Embora a autora associe o matriarcado à propriedade coletiva e o patriarcado à propriedade privada, na segunda conferência – *El papel de la mujer en el sistema económico de la esclavitud* (KOLLONTAI, 1921b. IN: KOLLONTAI, 1976) – ela discorda de que a opressão das mulheres estaria ligada ao surgimento da propriedade privada. Nesse ponto, Kollontai se diferencia de parte da tradição socialista, em especial Engels.

Seguindo a sua tese de que a opressão das mulheres é determinada pelo seu papel na produção, a mulher perderia importância na medida em que a divisão do trabalho ocorria, com o surgimento de especializações do trabalho e outras atividades econômicas, que fariam proporcionalmente a agricultura perder importância frente a outros ramos de produção. As sucessivas divisões do trabalho levariam a uma expulsão gradativa das mulheres da produção. A propriedade privada impor o domínio dos mais fortes (contra a apropriação da propriedade por outro) e por isso se daria com base na força e da autoridade, mas ela reforçaria uma desigualdade já estabelecida, não a criaria. Segundo Kollontai a “propriedade privada não teria por que haver produzido a escravidão da mulher se antes não houvesse ela perdido sua importância como principal responsável pelo abastecimento da sociedade.” (KOLLONTAI, 1921b. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 10). Ela complementa:

A opressão da mulher se relaciona com uma divisão do trabalho entre os sexos em que o trabalho produtivo foi missão dos homens, enquanto a mulher ficava a cargo das tarefas secundárias. Quanto mais perfeita era essa divisão, mais dependente se fazia a mulher, até que enfim sua servidão se converteu em fato consumado. Formalmente a introdução da propriedade privada foi o ponto de inflexão de um processo em cujo curso a mulher foi eliminada do trabalho produtivo. (KOLLONTAI, 1921b. IN: KOLLONTAI, 1976. p. 10)

²⁰⁸ Johann Jakob Bachofen, jurista e antropólogo suíço, ficou conhecido pela formulação de teorias sobre a existência de um matriarcado original. Ele defendeu suas idéias no livro publicado em 1861 sob o título de *Mother Right: an investigation of the religious and juridical character of matriarchy in the Ancient World*.

A propriedade privada não definia o lugar das mulheres, mas estimulava um modelo de família onde a mulher era um elemento menos importante.

A consequência mais importante da propriedade privada foi que a economia particular se centrava fora da economia até então única e comum da tribo. A existência de tais economias independentes fortalecia uma forma de família cada vez mais fechada. Dentro dessa economia individual isolada, se verificava então outra nova divisão do trabalho adicional: todos os trabalhos produtivos ao ar livre se realizavam pelos membros masculinos da família, enquanto o destino da mulher se encontrava na casa. Portanto, a propriedade privada que fez possível a economia familiar contribuiu, por meio do trabalho doméstico improdutivo e limitado, para a escravidão da mulher. Visto do ponto de vista da economia do grupo social, perdeu importância o trabalho feminino e foi se impondo a ideia de que a mulher era um ser inferior e um acessório do criador de novos valores. (KOLLONTAI, 1921b. IN: KOLLONTAI, 1976. p. 10-11)

Ainda na segunda conferência, Kollontai comenta sobre o Egito, onde a importância da agricultura teria levado a mulher a uma posição de autoridade, e sobre a Grécia, onde a valorização da guerra designava uma posição de pouca importância. Ela também recupera a presença de mulheres importantes desse período na filosofia, nas artes, na ciência, etc. Na conferência seguinte – *La situación de la mujer en la economía natural cerrada* (KOLLONTAI, 1921c. IN: KOLLONTAI, 1976) –, Kollontai retoma a importância social relativa da mulher da classe dominante durante o período do feudalismo, seu papel na administração dos castelos, a ocupação de um papel político, mas, ao mesmo tempo, sua submissão completa ao marido. Ela também fala sobre o casamento como a união de famílias e propriedades, sobre a importância (e controle) da capacidade procriativa das mulheres da classe dominante e sobre o amor cavaleiresco. Para a autora, embora o papel das mulheres fosse importante na administração dos castelos, a guerra e o saque eram mais vitais para o aumento das riquezas, daí sua pouca valorização. Apesar disso, Kollontai recupera exemplos de mulheres que tiveram importantes papéis durante esse período nas ciências naturais, filosofia, medicina e outras áreas, além de citar a perseguição das mulheres como bruxas durante a Idade Média.

Ainda sobre a Idade Média – Conferência nº 4: *El trabajo de la mujer en la economía rural y en la producción artesana* (KOLLONTAI, 1921d. IN: KOLLONTAI, 1976) –, Kollontai discorre sobre a submissão das camponesas ao senhor feudal e outros nobres, além da hierarquia patriarcal da família, mas também apresenta o papel ativo das mulheres nas revoltas camponesas a partir da baixa Idade Média. Na categoria que chama de “cidadãs”, a autora divide a abordagem entre as esposas dos comerciantes, sem papel independente frente ao homem provedor, na função de dona de casa, e as artesãs, que, embora oprimidas na família, participavam como ajudantes nas oficinas, chegando a ter papel importante em alguns

ofícios (tecer, bordar, bolsas, calçados, etc.)²⁰⁹ e mesmo a criar corporações²¹⁰ exclusivamente de artesãs. O trabalho feminino teria alcançado uma dimensão tamanha que precisou ser regulado. Por volta dos séculos XV e XVI, frente ao acirramento da competição entre artesãos, iniciou-se uma exclusão das mulheres das corporações. Ela também comenta sobre o papel da religião cristã durante a idade média para a legitimação da propriedade privada e da divisão de classes, além da difusão da ideia da mulher como demoníaca e da legitimação da tirania do marido sobre a esposa.

Nessa sequência de conferências, Kollontai parece apresentar uma opinião um pouco diferente sobre o trabalho feminino camponês do que a apresentada no seu artigo de 1920, *Comunismo e Família* (KOLLONTAI, 1920b. IN: BEBEL, HELLER, TROTSKY e KOLLONTAI, 1980). Se lá ela apresentava a ideia da valorização do trabalho feminino camponês – a mulher camponesa produzia uma série de produtos que eventualmente iam ao mercado, como tecidos, conservas e outros, aqui, ela apresenta a ideia da camponesa fora do espaço de produção, sendo os produtos que ela produzia não vendíveis no mercado, e por isso desvalorizados, pois só serviam à sua família. Ao longo das conferências também localizamos ao mesmo tempo, o recurso à teoria marxista para a análise e exposição do conteúdo proposto, mas também certas imprecisões teóricas. Por exemplo, Kollontai parece confundir em alguns momentos o conceito de trabalho produtivo (gerador de valor e mais valor) com o conceito de trabalho assalariado, de modo que em diversos momentos ela classifica de produtivos, trabalhos que não o são²¹¹.

Em sua análise sobre o período manufatureiro, Kollontai observa, entre outras coisas, o surgimento da indústria caseira/domiciliar e a grande expansão do trabalho feminino nesse tipo de produção. É interessante que a autora nota a expansão do trabalho domiciliar não somente porque fornecia uma força de trabalho barata para o contratante (na verdade toda a família), mas porque, ao mesmo tempo, possibilitava para as mulheres a conciliação entre produção e cuidado da casa e da família. Ainda sobre o trabalho feminino, Kollontai observa como, a partir do desenvolvimento da manufatura e do aprofundamento da divisão do trabalho (que simplificava o processo de trabalho parcelando-o em operações parciais), o trabalho feminino, desqualificado, passou a se expandir. Segundo a autora, a possibilidade de sustento foi convertida em desvantagem para as mulheres. Entretanto, se o período manufatureiro, por

²⁰⁹ Kollontai apresenta dados sobre a força de trabalho feminina nas oficinas.

²¹⁰ “Grêmios” no original.

²¹¹ Essa confusão entre trabalho produtivo e trabalho assalariado aparece em diversos outros textos de Kollontai. Aqui, consideramos o trabalho produtivo como o trabalho produtor de mais valor, entretanto é possível haver trabalhos assalariados que são improdutivos. Voltaremos a essa discussão no terceiro capítulo.

um lado, estimulava a tripla opressão das mulheres (privação de direitos pelo Estado, servidão na família e exploração pelos capitalistas), por outro, iam se criando condições para a libertação das mulheres, pois começava seu caminho junto à classe trabalhadora (KOLLONTAI, 1921k. IN: KOLLONTAI, 1976 35-36).

Durante essa conferência – *La situación de la mujer durante el esplendor del capital comercial y en la era de la manufactura* – ainda são recuperadas a participação de mulheres no Renascimento e na Reforma Protestante na política, ciência filosofia e artes, muitas que eram, em sua época, filhas de professores, escritores, médicos, teólogos, cientistas (KOLLONTAI, 1921k. IN: KOLLONTAI, 1976. p. 27-34).

A sexta conferência – *El trabajo de la mujer en el período de desarrollo de la gran industria capitalista* (KOLLONTAI, 1921c. IN: KOLLONTAI, 1976) – encerra um primeiro ciclo histórico do curso. Nela, Kollontai conclui a passagem da indústria domiciliar para a manufatura e indústria, onde vai se dando um deslocamento progressivo do centro de gravidade da economia da agricultura para a indústria como geradora de riqueza. No que tange a abordagem sobre as mulheres, haveria um aumento do trabalho feminino concomitante ao crescimento da indústria durante todo o século XIX. A autora observa como a estratégia de ampliação do trabalho feminino estava ligada ao rebaixamento dos salários, de forma que um alimentava o outro.

As mulheres não só deslocaram das oficinas os trabalhadores masculinos por meio de seu trabalho mais barato, mas também possibilitaram que os empregadores reduzissem consideravelmente os salários. Quanto mais mulheres eram colocadas em um ramo de produção, mais baixos se faziam os salários dos homens. Mas quanto mais baixos fossem esses, mais mulheres, esposas e filhas eram forçadas a buscar uma renda complementar. Havia surgido um círculo vicioso. (KOLLONTAI, 1921c. IN: KOLLONTAI, 1976. p. 39-40)

A justificativa de Kollontai para o trabalho feminino ser mais barato aqui, se diferencia um pouco da apresentada por ela em outros textos quando justifica a existência de salários femininos inferiores aos masculinos no governo soviético devido à baixa qualificação profissional das mulheres. Aqui, ela apresenta, além da alegação sobre a falta de especialização da força de trabalho feminino, a ideia existente de que o salário das mulheres era complementar à renda das famílias, o que correspondia cada vez menos à realidade, dada a quantidade de famílias proletárias que, frente ao desemprego masculino, tinham cada vez mais as mulheres responsáveis pelo principal ingresso financeiro familiar²¹². Mas ela também levanta a percepção pelos empresários das mulheres como inferiores aos homens e, portanto, seu trabalho valia menos. (KOLLONTAI, 1921c. IN: KOLLONTAI, 1976. p. 39-40)

²¹² Kollontai cita a existência das chamadas *shetowns* nos EUA, cidades onde a maioria da força de trabalho empregada era feminina. (KOLLONTAI, 1921e. IN: KOLLONTAI, 1976. p. 40)

Nesta conferência (KOLLONTAI, 1921c. IN: KOLLONTAI, 1976), também é notada a presença das mulheres não somente nos setores mais sem especialização, mas também nos setores onde a experiência prática da mulher como dona de casa substituía a necessidade de formação profissional. Kollontai coloca:

Agora - e especialmente após a guerra mundial - não existe um ramo da indústria em que as mulheres não exerçam atividade. O trabalho feminino foi imposto não só na indústria e na agricultura, mas também no transporte, em todos os empregos estatais e na administração municipal. No comércio, e especialmente no pequeno, as mulheres trabalharam desde a Idade Média. Porém generalizando mais pode-se dizer que o trabalho feminino é típico, especialmente nos ramos que exigem pouca especialização de seu trabalho e, naturalmente, em ramos que assumiram certas funções, expandidas, da economia doméstica anterior. Encontramos a maioria das mulheres nas indústrias têxtil, de tabaco e química, mas também no comércio; conseqüentemente, em ramos que exigem pouca especialização profissional. Em muitos países - entre outros, a Rússia, a Inglaterra, a Alemanha e o Japão - há mais mulheres do que homens nesses ramos de produção. Os ramos industriais que, em um momento relativamente recente, foram desenvolvidos a partir de tarefas domésticas, são, entre outros, a produção de tecidos e vestidos, de itens alimentares, prestação de serviços para o lar, trabalho em lavanderias, hotéis, cafés. É extraordinariamente raro que uma mulher não saiba como costurar, arrumar ou colocar uma mesa. Nesses ramos, a formação profissional - que não existe - é substituída por experiência prática. (KOLLONTAI, 1921c. IN: KOLLONTAI, 1976. p. 42)

Segundo Kollontai, em confluência com seus escritos anteriores sobre maternidade, o trabalho feminino criou o “problema da maternidade”, ou seja, da conciliação desta com o trabalho assalariado feminino, que envolvia a desorganização da família operária, a saúde da mulher trabalhadora, a mortalidade infantil etc (KOLLONTAI, 1921c. IN: KOLLONTAI, 1976. p. 41).

Na linha de defesa de que a situação das mulheres é determinada pelo seu papel na produção, a autora observa que, “enquanto as mulheres estiveram ligadas às tarefas domésticas, improdutivas, todas as suas tentativas e iniciativas para conseguir sua igualdade e independência fracassaram”, pois essas tentativas não tinham base econômica que as sustentasse. A absorção das mulheres pelas fábricas teria mudado as coisas. Os afazeres domésticos passavam a segundo plano e “o trabalho da mulher se converteu em normal e necessário, depois de ter tido durante um tempo somente um caráter acidental.”. Esse era um primeiro passo para a libertação das mulheres na família, pois a partir do momento em que o salário do marido não sustentava mais a mulher, o matrimônio deixava de ser uma instituição para o sustento da mulher. (KOLLONTAI, 1921c. IN: KOLLONTAI, 1976. p. 40)

É interessante ver como as duas últimas conferências apresentam uma importante percepção sobre elementos do trabalho feminino sob o capitalismo que veremos se desenvolver academicamente a partir dos anos de 1970 como os campos de estudos

vinculados aos Estudos de Gênero e à História e à Sociologia do Trabalho. Kollontai nesse sentido, mais uma vez demonstra estar à frente de seu tempo.

A conclusão da apresentação da situação das mulheres no capitalismo se dá na 7ª conferência, *Las Causas del "Problema de la mujer"* (KOLLONTAI, 1921m. IN: KOLLONTAI, 1976), onde também, comentando sobre o surgimento da "questão da mulher", ela recupera o surgimento das primeiras feministas burguesas e a participação das mulheres na Revolução Francesa, Inglesa e Americana²¹³.

Entretanto, a afirmação principal de Kollontai nesta conferência é a refutação da ideia de que a luta das mulheres por sua igualdade havia impulsionado sua vida profissional. Para Kollontai, o movimento foi exatamente o contrário, ou seja, as defensoras dos direitos das mulheres só podiam formular a questão feminina de tal maneira porque, já no fim do século XVIII, havia muitas mulheres na produção, e por isso a sociedade começava a respeitar as mulheres como força de trabalho útil. Assim, as exigências do movimento feminino por direitos humanos no final do século XVIII haviam surgido em razão do estado geral de desenvolvimento da produção e da economia e do papel crescente das mulheres nela. (KOLLONTAI, 1921m. IN: KOLLONTAI, 1976. p. 46-48)

Uma outra ideia desenvolvida por Kollontai nessa conferência é a leitura de perda de função da família no capitalismo. A economia familiar se reduziria cada vez mais no capitalismo frente à substituição de tarefas importantes, que antes eram executadas no espaço doméstico, e que agora são adquiridas por via do mercado. Para a autora, a família seria uma necessidade no período da economia natural, mas sob o capitalismo se convertia em um freio que ligava as mulheres a uma atividade inútil e improdutiva para a economia nacional. A família se tornava supérflua porque já não era mais uma unidade econômica. (KOLLONTAI, 1921m. IN: KOLLONTAI, 1976. p.49) Como podemos observar, Kollontai vê a família sempre como um resquício de outros modos de produção, ainda presente no capitalismo.

É de se perguntar por que Kollontai, que associa a situação das mulheres à sua posição na produção, não vê o sistema capitalista (que impulsionava a ida das mulheres para o espaço produtivo) como libertador das mulheres. Segundo ela, apesar de todo o aumento da força de trabalho feminina, sobretudo a partir da Grande Guerra, o problema da mulher permanecia em aberto por causa de sua relação com o sistema de produção capitalista e a divisão de classes,

²¹³ Kollontai recupera rapidamente as atuações de Abigail Smith Adams, Mercy Warren, Olimpe de Gouges, Madam Roland e Mary Wolstonecraft, entre outras.

pois essa sociedade se baseava na propriedade privada²¹⁴ (KOLLONTAI, 1921m. IN: KOLLONTAI, 1976. p. 49)

A 8ª Conferência – *El movimiento feminista y la importancia de las trabajadoras em la lucha de classes* (KOLLONTAI 1921a. IN: KOLLONTAI, 1976) – se propõe a analisar o movimento feminista e o movimento de trabalhadoras, mas também nos dá dicas valiosas sobre outros assuntos, como a questão da maternidade e da divisão sexual do trabalho na obra de Kollontai, e a urgência da organização das mulheres.

Kollontai trabalha com a ideia, logo ao início da conferência, de que o “movimento feminino” seria o resultado de uma contradição existente na sociedade capitalista: “a proporção em aumento das mulheres na produção²¹⁵ não combinava de nenhuma maneira com sua persistente discriminação na sociedade, matrimônio e estado”. Nesta maneira de ver de Kollontai, ela nega a existência de um “problema da mulher” específico, vendo a força da sociedade burguesa que oprime a mulher como uma “parte da grande contradição entre capital e trabalho”. Para ela, “a contradição entre a participação das mulheres na produção, por um lado, e sua falta geral de direitos, por outro, levou ao nascimento de um fenômeno até então completamente desconhecido: o surgimento de um movimento feminino”. Entretanto, ela observa que, desde o início esse movimento se dividiu em duas direções “diametralmente opostas”: uma fração se organiza sob o movimento feminino burguês e outra é parte do movimento operário. (KOLLONTAI 1921a. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 49)

Kollontai comenta sobre o “movimento feminino burguês” e sua rede de organizações no século XIX, que buscavam, entretanto, os direitos das mulheres dentro da sociedade capitalista-burguesa estabelecida. Diziam defender os direitos de todas as mulheres, considerando-se “classe neutra” quando na verdade defendiam os direitos das mulheres burguesas²¹⁶. (KOLLONTAI 1921a. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 49)

Kollontai também critica o movimento feminista burguês por estabelecer um conflito entre mulheres e homens, assim como as feministas que buscavam imitar os homens. Segundo ela, este movimento teria transportado a luta de classes para a luta de sexos, resultando em uma caricatura e na perda do apoio dos homens de sua classe. Um outro ponto criticado por Kollontai, é de que o movimento feminista não teria se dado conta da “dupla obrigação” da mulher e deixaram de considerar seus “direitos naturais”²¹⁷, ou seja, deixaram de defender a

²¹⁴ Kollontai não desenvolve essa ideia.

²¹⁵ Na força de trabalho assalariada, seria o mais correto.

²¹⁶ Kollontai não entra em detalhes sobre como isso ocorria na prática.

²¹⁷ As aspas são de Kollontai, o que provavelmente indica ela estar se referindo a uma expressão já utilizada na época.

mulher como mãe. Quando o movimento percebeu a questão da maternidade, já em fins do século XIX e início do século XX, passou a organizar petições sobre proteção legal da mãe e de proteção das operárias. Ao buscar mostrar que as mulheres não eram inferiores aos homens em nenhum terreno, o movimento feminista teria ignorado as “propriedades biológicas especiais da mulher que exigem uma consideração também especial” (KOLLONTAI 1921a. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 50)

Kollontai parecia aliar a inserção das mulheres no trabalho produtivo/assalariado, o reconhecimento de sua “função social” como mãe e as políticas para a socialização do trabalho doméstico. Segundo ela, no “comunismo primitivo” a mulher era respeitada porque era produtora e também trazia novos membros à tribo. Nos modos de produção posteriores, onde os homens executavam todas as tarefas da produção, a sociedade não teria porque igualar a mulher e o homem, ainda que as mulheres seguissem trazendo crianças ao mundo. Somente quando a mulher e o homem realizassem trabalhos uteis socialmente, estaria a sociedade disposta a responder a “adicional função social da mulher com considerações e cuidados especiais”. (KOLLONTAI 1921a. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 50)

Para Kollontai, as feministas acreditavam que o reconhecimento de direitos era igual a igualdade total entre o homem e a mulher, vestindo-se de homens, achando maravilhoso uma trabalhadora do porto carregar 200 kg, sem perceber que o capitalismo “destroçava o organismo da mulher e causava prejuízos a todo o povo” (KOLLONTAI 1921a. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 50). Elas não entenderam que

a mulher por razão de suas qualidades físicas, se encontra sempre em um estado especial e que a alta estima da sociedade, ante esses valores peculiares da mulher, não tem que reduzir-se. A mulher, com efeito, não tem por que realizar o mesmo trabalho que o homem. Para garantir a igualdade de direitos com ele é suficiente que tenha um trabalho do mesmo valor para a sociedade. KOLLONTAI 1921a. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 50)

Mais uma vez o pensamento contraditório de Kollontai se expressa aqui. Se por um lado na passagem ela defende a ideia da mulher como mãe e a “divisão sexual do trabalho”, por outro, sua afirmação não é completamente sem sentido. E é interessante lembrar que o feminismo do presente defende não somente a ocupação pelas mulheres dos diferentes espaços, mas também a valorização dos espaços tradicionalmente ocupados pelas mulheres. Logo em seguida nesta conferência, ela critica a sociedade burguesa por estimar menos a capacidade intelectual das mulheres que a dos homens e pagar menos ao trabalho feminino, embora, ao mesmo tempo, considere que a diferença salarial se devesse à diferença de formação, e não ao fato de serem um “sexo frágil”. Era um erro a ideia das feministas de

achar que os homens eram egoístas e temiam a participação feminina²¹⁸. Apesar da posição contraditória, é importante lembrar que Kollontai defendeu a ocupação pelas mulheres de diferentes esferas, notadamente a política, a ciência, o trabalho etc., o que contribuía para superar a divisão sexual do trabalho na prática. (KOLLONTAI 1921a. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 50-51)

Devido ao debate sobre a qualificação do trabalho feminino e o acesso das mulheres ao trabalho, é que Kollontai identificava que parte do movimento feminista burguês deu importância à luta pelo acesso das mulheres à educação²¹⁹. O estudo, a atividade intelectual e o trabalho qualificado, entretanto, não eram esferas possíveis somente aos homens. Ela retoma nomes de diversas mulheres, intelectuais de grande porte, médicas, professoras universitárias, matemáticas e outras do século XIX para provar isso. (KOLLONTAI 1921a. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 51-52)

É interessante que Kollontai elogie a associação feita por Mary Wollstonecraft entre a importância do acesso das mulheres à educação e sua função como mãe, defendendo a ideia de que “unicamente uma mulher livre e consciente pode ser uma boa mãe que inculque em seus filhos seus direitos como cidadãos e amor à liberdade”. Wollstonecraft teria sido a única, na visão de Kollontai, que, partindo dos deveres da maternidade, exigiu a igualdade de direitos da mulher²²⁰. (KOLLONTAI 1921a. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 52)

Kollontai identificava uma mudança no movimento feminista burguês a partir da década de 1850, que passava a exigir o direito ao trabalho em lugar do direito à educação. Entretanto, segundo ela, esse movimento não percebia que sua própria existência era resultado da integração da mulher na produção. O que formulavam as feministas já era realizado na prática por milhões de operárias e esse processo era consequência das contradições econômicas do capitalismo (KOLLONTAI 1921a. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 53)

Já o movimento feminino operário era visto como parte orgânica do movimento operário, ligados por um interesse de classe em comum e pelo objetivo do comunismo. Na visão de Kollontai, a situação da mulher era uma das inúmeras contradições engendradas pelo capitalismo. A produção atual não podia prescindir do uso da força de trabalho feminina, mas a sociedade, baseada na propriedade privada, não podia renunciar à família. Ao mesmo tempo, ela afirma que, frente à independência econômica das mulheres, a família perdia força,

²¹⁸ A fala de Kollontai aqui parece contraditória com sua exposição anterior quando ela falava sobre a concorrência entre homens e mulheres que acabou por expulsar as mulheres das corporações de ofício.

²¹⁹ Kollontai discorre sobre alguns exemplos históricos da luta do movimento feminista pelo acesso das mulheres ao ensino superior.

²²⁰ A afirmação de Kollontai parece descontextualizada. Na verdade a associação entre a reivindicação do acesso à educação e sua função como boas mães era bem frequente no movimento feminino do século XIX.

começava a se desorganizar, se destruía. (KOLLONTAI 1921a. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 53)

Kollontai observava que durante o período da guerra o movimento feminista havia diminuído, mas a onda de revoluções ocorrida forçou diversos governos a liberarem o voto feminino (Inglaterra, Suécia, Alemanha). Entretanto, ficou nítido que as conquistas legais não garantiam a igualdade das mulheres a partir de uma reivindicação abstrata de direitos. O movimento feminista se encontrava agora em um beco sem saída e somente as proletárias poderiam indicar o caminho a ser seguido. (KOLLONTAI 1921a. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 55)

Kollontai constrói em diversos textos a ideia de que não há conflito entre os interesses das mulheres e os da classe trabalhadora. Essa afirmação tem duas perspectivas e objetivos: tanto a afirmação de uma perspectiva revolucionária da emancipação das mulheres, disputando a referência das mulheres em luta por direitos para o comunismo, quanto um convencimento dos/das camaradas comunistas da necessidade de seu comprometimento com a emancipação das mulheres. Nessa conferência, Kollontai mais uma vez reafirma que, para o proletariado, não há lugar para conflitos de interesses ou guerra dos sexos, pois seu objetivo também é a libertação das mulheres (KOLLONTAI 1921a. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 56)

A autora recupera um pouco da história do movimento feminino operário também. Recuperando sua luta desde os anos 1850 para conquistar o ingresso dos sindicatos, salários iguais para trabalhos iguais, proteção do trabalho feminino e da mãe. Ela comenta também sobre a resistência dos sindicatos sobre a participação feminina, mas, após alguns anos, o início do esforço dos mesmos para alcançar as mulheres trabalhadoras.

Entretanto, segundo Kollontai,

ainda que a maioria do proletariado não tenha se dado conta até muito tarde de que a luta pela libertação da mulher é parte integrante de sua própria luta de classes, a vanguarda da classe trabalhadora, os socialistas compreenderam desde o princípio. (KOLLONTAI 1921a. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 56)

Ela retoma as primeiras reflexões dos socialistas utópicos sobre a questão das mulheres, comentando os acúmulos de Saint Simon, Charles Fourier e Robert Owen sobre o matrimônio, a dupla moral, e outros, ainda que exponha como limitações o fato deles não terem avançado muito sobre as razões reais da opressão das mulheres – o fato de as mulheres terem deixado de prestar serviços produtivos para a sociedade – e “por isso não viam a solução do problema da mulher na incorporação obrigatória da mulher ao trabalho para a sociedade” (KOLLONTAI 1921a. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 56).

Ela também cita os acúmulos de Marx e Engels a partir de *O Capital*, de *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* e do *Manifesto Comunista* para afirmar a questão das mulheres como uma questão não somente prática para os socialistas, mas também teórica e retoma os debates da I Internacional, onde Marx se colocou contra a ala de direita que se posicionava contra o trabalho feminino. Como resultado desse enfrentamento, foram aprovadas na AIT resoluções que consideravam o trabalho feminino como inevitável e se posicionavam pela luta por proteção do trabalho e da saúde da mulher, além do reconhecimento da mulher como mãe. (KOLLONTAI 1921a. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 57)

Kollontai frisava que essas duas medidas juntas eram necessárias (a defesa do trabalho feminino e da mulher como mãe) comentando que as reivindicações de igualdade das feministas em alguns casos podia piorar a condição das mulheres. O que estava em questão aqui era a questão da dupla jornada de trabalho (assalariado e doméstico). Segundo a conferencista, “direitos iguais” deveriam ser acompanhados de uma assistência estatal às mulheres mães. (KOLLONTAI 1921a. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 57)

Por sua vez, August Bebel também teria dado uma grande contribuição definindo como tarefa da classe trabalhadora a libertação das mulheres e como caminho o comunismo, dessa forma, garantindo a unidade na luta entre as mulheres e a classe trabalhadora. Para Kollontai, tanto o movimento feminino operário estava subordinado à luta unitária dos trabalhadores, quanto suas exigências também contribuía para o desenvolvimento do movimento de trabalhadores. (KOLLONTAI 1921a. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 57)

Ela também rememora diversas mulheres socialistas do século XIX, como precursoras na abertura do caminho da militância às mulheres, como Louise Mitchel, Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin, Angelica Balabanova, além das terroristas russas Vera Figner e Vera Zaslitsch. Provocativamente, ela afirma que é preciso lembrar que o

o grupo “Libertação do Trabalho”, ao qual devemos a propagação do marxismo na Rússia czarista, contava entre seus fundadores não só com um Georg Plekanov, mas também com uma Vera Zaslitsch. Seus trabalhos científicos não perderam até hoje valor prol da teoria marxista. (KOLLONTAI 1921a. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 58)

Kollontai remetia a resolução da questão das mulheres à sociedade comunista, entretanto, ela via a incorporação de um programa radical de luta pela emancipação das mulheres como uma tarefa para o presente, pois facilitaria a unidade entre movimento feminino e movimento de trabalhadores, o que teria consequências decisivas para atacar a opressão das mulheres sob a ditadura do proletariado. Talvez possamos interpretar essa afirmação de Kollontai como uma afirmação da importância da organização das mulheres dentro do movimento da classe trabalhadora para que a libertação das mulheres de fato possa

ocorrer. Se a revolução é necessária, talvez ela não fosse suficiente, sem que as mulheres tivessem ativamente organizadas em unidade com os comunistas. Na passagem ela coloca:

Quanto mais forte for o movimento revolucionário dos trabalhadores, quanto mais alto se ponha seus objetivos, mais completamente absorverá nele o movimento feminino e mais fácil resultará, no período da ditadura do proletariado, soltar o nó górdio do problema da mulher frente ao qual tem fracassado lastimosamente a sociedade burguesa (KOLLONTAI 1921a. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 58)

Antes de passar à análise das mulheres na ditadura do proletariado, Kollontai se ocupa, na 9ª Conferência – *El trabajo de la mujer durante la guerra* (KOLLONTAI 1921f. IN: KOLLONTAI, 1976) do aumento da força de trabalho feminina durante a Primeira Guerra Mundial e algumas consequências advindas dessa transformação.

Kollontai fala sobre o crescimento da força de trabalho feminina durante a guerra, que se deu em todos os ramos de produção, não só nos tradicionalmente ocupados pelas mulheres, mas também em outros como fabricação de explosivos, transportes, trabalhadoras de construção e outros. Ela cita um aumento entre 70 a 400% da força de trabalho feminina durante a guerra, dependendo do ramo da produção. (KOLLONTAI 1921f. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 60)

Ao abordar as razões para o crescimento da ocupação feminina, entretanto, Kollontai não elenca somente a mobilização masculina, que provocou a falta de trabalhadores, mas também outros motivos. Para os empregadores a força de trabalho feminina seria interessante pois seu preço (30 a 50% do valor de um trabalhador homem) significava a possibilidade de maiores lucros. Na Rússia, durante a guerra, a autora relata que o Comitê de Guerra exigiu o aumento do recrutamento da força de trabalho feminina, e o principal motivo não era a falta de trabalhadores, mas o fato dessa força de trabalho ser mais barata. Além disso, também exigiram a abolição do controle legal sobre o trabalho feminino e infantil enquanto durasse a guerra. Não só na Rússia, mas também em outros países, leis de proteção ao trabalho feminino foram invalidadas, abrindo caminho a condições prejudiciais à saúde da trabalhadora e longas jornadas de trabalho (12 a 15h). Na Inglaterra, as horas-extras foram decretadas obrigatórias. Restrições ao trabalho feminino nas minas, ao trabalho noturno, e nas fábricas de munição e outras foram eliminadas. Do ponto de vista da família operária/camponesa, além da ida de um dos membros à guerra, a alta dos preços dos artigos de consumo, elevados artificialmente, forçava os membros da família a procurarem emprego para conseguir sobreviver. (KOLLONTAI 1921f. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 59-61)

Kollontai também observa outras nuances da aplicação do trabalho feminino pelos empresários, que passaram a responder positivamente ao emprego de mulheres, como por exemplo, o fato do emprego do trabalho feminino em tarefas que exigiam minuciosidade,

aplicação e constância, bem como das trabalhadoras se demonstrarem mais “obedientes, modestas desejosas de aprender do que os homens” (KOLLONTAI 1921f. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 60-61). Tal percepção é bastante importante, visto que o desenvolvimento dessa dimensão subjetiva sobre o trabalho feminino foi estudada somente anos mais tarde.

As feministas burguesas, pró-guerra, apoiaram a mobilização das mulheres na retaguarda a partir da aplicação de seu trabalho na economia. Sobre isso, Kollontai se posiciona reconhecendo que o aumento do trabalho feminino melhorava as condições das mulheres para conseguir sua libertação, entretanto, o prejudicial não era o trabalho em si, mas a forma como as trabalhadoras eram exploradas até o limite. Ela observava que, embora o lugar da mulher seja determinado pelo seu lugar na força de trabalho, a situação das mulheres trabalhadoras tinha piorado, e muito, durante a guerra, sendo marcada pela alta intensidade do trabalho, alta inflação. Após um dia inteiro de trabalho, as mulheres saíam em busca de comida, buscando driblar a desnutrição causada pela falta de alimentos. A mortalidade infantil era altíssima, o que forçou alguns governos a conceder alguma assistência para as mães solteiras, mas sem muita melhora. (KOLLONTAI 1921f. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 61-63)

“Por isso é natural que durante todo o período de guerra as mulheres se mostrassem muito inquietas”, diz Kollontai. (KOLLONTAI 1921f. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 63) Ela retoma protestos das mulheres, em 1915, em Berlim e em diferentes países, contra a guerra e a inflação. Em Paris, em 1916, as mulheres tinham assaltado e saqueado um depósito de carvão. Na Áustria, um levante de 3 dias tinha começado a partir de um protesto das mulheres contra a inflação e a guerra. Na Itália, as mulheres fizeram barricadas contra a saída dos homens para o front. Kollontai também observa o crescimento do movimento grevista na Rússia no período 1915-1916, bem como comenta sobre a Conferencia Internacional das Mulheres em Berna em 16/03/1915²²¹, cujo objetivo era formular diretrizes para a luta das trabalhadoras contra a guerra.

Para Kollontai, se a sociedade burguesa havia até então construído o lugar da mulher como o fogão, agora elas eram mobilizadas como “soldados atrás do front”, descuidando da casa e dos filhos para “servir à pátria”. Ideias de “dever sagrado da mulher” ou de que ela não poderia trabalhar em profissões masculinas, mudaram rapidamente. (KOLLONTAI 1921f. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 59-60) O fato do trabalho feminino se converter em um fator importante da economia contribuía para uma rápida transformação das mentalidades. Segundo

²²¹ Kollontai também observa que a Conferencia Internacional de Mulheres foi o primeiro congresso socialista internacional desde o início da guerra.

Kollontai, “já não se ouviam por nenhum lado os antigos comentários sobre as obrigações da mulher como esposa e donas de casa”. (KOLLONTAI 1921f. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 63)

Um dos elementos mais interessantes da análise de Kollontai sobre o trabalho feminino na guerra é sua explicação sobre os motivos para a reocupação dos homens ao fim do conflito, levando a um desemprego da força de trabalho feminina. Ela percebe o aparente paradoxo do desemprego feminino no fim da guerra, já que os homens exigiam maiores salários e estavam menos dispostos a cooperar do que as mulheres. Entretanto, para ela, o fim da guerra ocorria em uma conjuntura de ascensão de lutas revolucionárias, com a Revolução Russa tendo acabado de ocorrer. Desmobilizados e desempregados, homens inquietos que sabiam manejar um fuzil e estavam acostumados a ver a morte, poderiam representar um perigo mortal para o sistema burguês. (KOLLONTAI 1921f. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 63-64)

Embora Kollontai comente que, após o início da recuperação da indústria de bens de consumo no pós-guerra, que exigiria mais força de trabalho disponível, o desemprego feminino voltaria a diminuir (KOLLONTAI 1921f. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 64), sua análise do reemprego da força de trabalho masculina no período imediatamente posterior no pós-guerra é bastante interessante. Ela analisa como as considerações políticas nesse momento teriam tido preferência frente a considerações econômicas, ou seja, como a luta de classes influenciava uma relação de escolha entre a força de trabalho masculina ou feminina.

As últimas 4 conferências são dedicadas à ditadura do proletariado, com grande foco para as políticas soviéticas durante o período da guerra civil. Kollontai fez parte dos que saudaram as políticas do comunismo de guerra como a introdução de políticas socialistas, vendo muitas delas como passos a caminho do comunismo. Nessas conferências, é possível acompanhar parte de seu pensamento no sentido de apresentação e balanço das políticas do governo soviético nesses primeiros anos desde a revolução (1917-1921). É também seu balanço positivo das políticas do período da guerra civil que facilitaria no futuro sua oposição à NEP e sua participação na Oposição Operária.

Na 10ª Conferência – *La dictadura del proletariado: organización del trabajo* (KOLLONTAI, 1921h. IN: KOLLONTAI, 1976) – Kollontai continua a analisar o trabalho feminino, mas agora sob a república soviética. Em especial, Kollontai discorre sobre a introdução do trabalho obrigatório durante a guerra civil e as consequências que esta iniciativa teve para as mulheres. Nele, ela saúda o trabalho obrigatório e os decretos sobre a família como importantes para a transformação da vida das mulheres, embora ainda notasse a persistência de consciências, tradições, costumes e moral que oprimiam as mulheres. (KOLLONTAI, 1921h. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 67)

A grande contribuição do trabalho obrigatório era transformar uma grande porcentagem de mulheres em trabalhadoras, o que contribuía para a mudança do papel da mulher na economia e a aceitação da mesma como uma força de trabalho útil para a coletividade (KOLLONTAI, 1921h. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 67). Para Kollontai, isso abriria uma porta para a libertação das mulheres, ainda que esse não fosse um processo automático. Segundo ela:

A partir desta evolução, podemos deduzir a conclusão definitiva de que a igualdade das mulheres em todas as outras áreas se tornará realidade ao longo do tempo, pois sabemos muito bem que o papel das mulheres na sociedade e a relação entre os sexos dependem da sua função na produção. É por isso que devemos explicar claramente a importância revolucionária da implementação geral do trabalho geral obrigatório para a libertação das mulheres. (KOLLONTAI, 1921h. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 67)

Entretanto, Kollontai frisa que somente a participação na produção não melhoraria a vida das mulheres. Ela observa a relação entre o trabalho obrigatório e o trabalho doméstico, tanto se colocando contra o acúmulo dos dois quanto relacionando produtividade e preocupações domésticas. Segundo ela, era necessário melhorar as condições de vida das trabalhadoras (o que para Kollontai passa fortemente pela socialização dos trabalhos domésticos) para que fosse possível melhorar a produtividade do trabalho das mesmas, relacionando também a qualidade do trabalho feminino com a sua qualificação profissional e a dupla jornada de trabalho.

Para ela, se o trabalho obrigatório não fosse acompanhado da socialização do trabalho doméstico, ele significaria uma carga adicional de trabalho para as mulheres. Ela comenta que

Por isso inclusive nos países capitalistas a implantação do trabalho geral obrigatório e a carga dupla da mulher unida a ele seria um fenômeno reacionário ao extremo. Na república socialista, pelo contrário, a implantação do trabalho geral obrigatório e paralelamente a ela a criação de novas condições de vida [...] significa estabelecer um fundamento sólido para a futura libertação da mulher (KOLLONTAI, 1921h. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 69)

Ao ler esse trecho, e o posicionamento nítido de Kollontai contra a dupla jornada de trabalho das mulheres, chamando de reacionária a inserção das mulheres na força de trabalho sem que o trabalho doméstico fosse socializado, é difícil não recordar a contradição do apoio que Kollontai daria ao regime de Stalin, anos mais tarde, apesar deste ter implementado um desmonte de boa parte dos serviços destinados às mulheres. Nessa conferência, entretanto, ela considera a dupla jornada de trabalho das mulheres tanto na cidade como no campo como algo nitidamente ruim, embora comentasse o papel progressivo que o trabalho obrigatório da mulher camponesa tinha para a valorização do trabalho da mulher dentro da família. (KOLLONTAI, 1921h. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 70)

Refletindo sobre as iniciativas de socialização do trabalho doméstico, Kollontai se posiciona favoravelmente às iniciativas auto-organizadas pelas mulheres trabalhadoras, mas também cobra do Estado ações nesse sentido. Uma das propostas feitas por ela é o estímulo à construção de refeitórios e creches/jardins de infância nas fábricas, e as horas gastas nessas iniciativas serem computadas na jornada de trabalho. (KOLLONTAI, 1921h. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 69) Assim, o trabalho obrigatório em si não libertaria sozinho as mulheres. Segundo a autora,

Nas cidades, o trabalho geral obrigatório está em vigor para todas as mulheres que não possuem carteira de trabalho, ou seja, não são empregadas em uma fábrica ou oficina ou no partido. Essas mulheres trabalham em higiene pública, hospitais ou remoção de neve. Outras mulheres distribuem a lenha racionada ou limpam as ruas e as escadas da cidade. Este trabalho geral obrigatório já foi mostrado como uma importante força estimulante para a libertação social das mulheres. Toda a sua vida mudou desde a base, então, naturalmente, influenciou as relações entre homem e mulher. No entanto, seria ingênuo aceitar que, por meio do trabalho geral obrigatório, já foi criada uma base suficiente para uma autêntica libertação de mulheres. Não podemos esquecer as diferentes funções das mulheres na sociedade, por um lado, como uma força produtiva do trabalho; por outro, como a mãe das gerações do amanhã. Nenhum estado de trabalhadores pode ignorar essa tarefa das mulheres de tão especial importância. (KOLLONTAI, 1921h. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 70)

A Revolução e o governo soviético que se seguiu continuaram a impulsionar, como vimos, a entrada das mulheres na força de trabalho assalariada. A 11ª Conferência, *La dictadura del proletariado: condiciones de trabajo y reglamentación al trabajo* (KOLLONTAI, 1921g. IN: KOLLONTAI, 1976) analisa mais detalhadamente essa expansão. Kollontai apresenta dados sobre o trabalho feminino, sua presença em diferentes ramos, porcentagem nas empresas, comitês, sindicatos. Ela observa a legislação laboral e as políticas de proteção à mãe do governo soviético como conquistas importantes, mas tece críticas e aponta limitações do governo a serem superadas.

Kollontai discorre sobre a diferença salarial entre homens e mulheres, observando que a legislação que determinava “salário igual para trabalho igual” não funcionava na prática. Ela apresenta dados, comparações e tabelas sobre o salário feminino²²². Sobre a legislação do trabalho, apesar de um ganho importante, ela critica a flexibilização da mesma colocada em prática durante o período da guerra civil.

Em diálogo com o conteúdo abordado por Kollontai no texto *Os sindicatos e a trabalhadora* (KOLLONTAI, 1921o. IN: SCHNEIDER, 2017), aqui ela também observa a pouca presença das mulheres em espaços de liderança/direção/administração. Se naquele texto ela pressiona sua plateia sobre o cumprimento da resolução do VIII congresso do partido,

²²² Na discussão sobre os salários, Kollontai se posiciona favorável ao pagamento dos salários em espécie, executados durante a guerra civil, pois o mesmo uniria organicamente os setores de produção e consumo.

sobre a inclusão das mulheres em todos os conselhos de economia e setores da produção, aqui ela também apresenta uma espécie de autocrítica/balanço da atuação do *Zhenotdel* por mobilizar as mulheres em torno dos temas tradicionalmente “femininos”. Ela coloca:

Não devemos enganar a nós mesmas, porque é em parte nossa própria culpa que as mulheres hoje estão tão mal representadas nas administrações principais e centrais. Nos primeiros dias depois da revolução, as seções femininas concentraram-se principalmente em convencer as mulheres a colaborarem nos conselhos locais. Para nós, eram então atrativos, sobretudo os campos de atividade dos conselhos que criavam as condições para a libertação das mulheres e facilitaram sua vida diária. Esses campos eram a educação, os restaurantes públicos populares, a proteção da mãe. Desde o outono de 1920, o ponto central da nossa agitação mudou. Estamos otimistas e temos todas as razões para sê-lo, porque nossas seções femininas propagam uma forte colaboração das mulheres na reconstrução da indústria e estamos convencidos de que crescerá rapidamente o número de trabalhadores que participam da construção da nova forma de produção (KOLLONTAI, 1921g. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 72)

É perceptível a preocupação de Kollontai nesta conferência em instruir as mulheres presentes sobre os temas pelos quais elas deveriam se colocar em luta dentro e fora do partido naquele momento. Além disso, é um dos momentos onde Kollontai é mais honesta e incisiva em seu balanço sobre até onde se tinha caminhado, suas críticas ao governo e quais eram as mudanças necessárias.

Nas 12º e 13º conferências, *La dictadura del proletariado: el cambio revolucionário de la vida corriente* (KOLLONTAI, 1921i. IN: KOLLONTAI, 1976) e *La dictadura del proletariado: la revolución de las costumbres de vida* (KOLLONTAI, 1921j. IN: KOLLONTAI, 1976), Kollontai sai do campo da economia e do trabalho para analisar as transformações nos costumes, morais, relações afetivas e domésticas e educação dos filhos e outros campos mais relacionados às “culturas e mentalidades”, dando bastante peso à discussão sobre a socialização do trabalho doméstico e suas possibilidades de transformação da família e do papel da mulher na sociedade.

Na 12º conferência, Kollontai observava que na ditadura do proletariado de dava uma luta raivosa entre as formas coletivas de vida e de consumo e as formas tradicionais de vida, baseados na economia unifamiliar. Segundo ela, a inserção das mulheres na produção e as mudanças na vida cotidiana das mulheres se configuravam cada vez mais em princípios novos, o que era possível ver a partir dos novos comportamentos, tradições e ideias que surgiam. (KOLLONTAI, 1921i. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 77;76)

Na conferência em questão, vemos não só uma apresentação das políticas públicas propostas pelo programa comunista às mulheres pela via do Estado, mas também podemos perceber a relação dialética que muitas dessas políticas implementadas tinham com o contexto de desmoronamento econômico do país diante de sucessivas guerras. Em geral, sobretudo no

contexto do Comunismo de Guerra, em decorrência da pobreza e fome extrema, seriam impulsionadas algumas políticas de socialização do trabalho doméstico, principalmente a alimentação e a habitação socializada, entretanto, a possibilidade de garantia de qualidade, ou mesmo o alcance dessas políticas ver-se-iam limitados.

Nessa conferência, Kollontai considera a organização coletiva do consumo como uma das premissas do comunismo e saúda as iniciativas de alimentação coletiva do governo, como os refeitórios públicos e a alimentação gratuita para as crianças. Entretanto, ela também reconhece os problemas de qualidade dos refeitórios, que ainda dificultavam a total libertação das mulheres frente à cozinha doméstica, ainda exigindo que muitas seguissem cozinhando em suas casas (KOLLONTAI, 1921i. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 76). Nas palavras de Kollontai:

Tão logo banirmos a nossa pobreza e nossa fome e paremos o declínio geral das forças produtivas, melhoraremos significativamente a qualidade das cantinas públicas populares e a cozinha familiar será rebaixada até que seja usada apenas em momentos de emergência, já que a trabalhadora entende hoje que usando as comidas preparadas [refeitórios] pode economizar muito tempo.²²³ (KOLLONTAI, 1921i. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 76)

Ela complementa explicando a necessidade de separação entre a cozinha e o matrimônio e de “educar os homens de forma que estimem a atratividade e personalidade de sua mulher não por suas habilidades na cozinha” embora admita que os restaurantes coletivos ainda não existiam em muitos lugares frente a falta de forças de trabalho, energias e alimentos. (KOLLONTAI, 1921i. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 76)

Kollontai expõe um conjunto de políticas de socialização do trabalho doméstico que o governo buscava colocar em prática, em especial propagandeava as habitações coletivas, que poderiam representar uma diminuição do trabalho da mulher no lar a partir do acesso a cozinha comum, água quente, eletricidade, combustível, lavanderias e jardins de infância. Segundo ela, quanto mais se aprofundava a crise (escassez de lenha e petróleo), mais pessoas procuravam as habitações comuns.

Kollontai também volta nesta conferência à questão da maternidade. Aqui ela aborda as políticas de proteção à maternidade tendo em consideração a proteção da capacidade produtiva das mulheres e a garantia de força de trabalho para o país. Ela dizia que

os cuidados especiais para as mães nascem não somente por consideração a essas mulheres, mas também porque o Estado dos trabalhadores tem que resolver, neste período de transição, importantes problemas econômicos: "Devemos liberar as mulheres do trabalho improdutivo ao serviço da família para que definitivamente

²²³ É interessante também fazer um paralelo entre a fala de Kollontai e o desenvolvimento da indústria de alimentos preparados, congelados, etc., bem como de restaurantes e *fast-foods* ao longo do século XX. Na época de Kollontai ainda se davam os primeiros passos do que se tornaria um setor extremamente lucrativo no capitalismo.

possam trabalhar de maneira racional" - também no interesse da família. A saúde das mulheres deve ser protegida, especialmente porque apenas dessa forma pode-se garantir um desenvolvimento positivo do crescimento da população na nossa república dos trabalhadores. (KOLLONTAI, 1921i. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 78)

Entretanto, a autora sublinhava a necessidade da garantia da socialização do trabalho doméstico. Kollontai explica que, caso as mulheres não fossem liberadas de toda a carga da maternidade, a sociedade estaria explorando a “função natural das mulheres”. Ela frisava que o dever de assistência às futuras gerações era agora do Estado e da sociedade, não mais da família, e que o trabalho e a maternidade não poderiam se combinar entre si enquanto a educação dos filhos fosse uma tarefa privada, familiar, e não uma missão social do Estado dos trabalhadores. O estado de penúria econômica, entretanto, dificultava o objetivo de libertação das mulheres do peso da maternidade. (KOLLONTAI, 1921i. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 78)

Mais uma vez a visão contraditória de Kollontai aparece aqui. Se por um lado a maternidade agora era um dever da sociedade, descolando relativamente a maternidade do cuidado direto constante do filho, por outro, Kollontai expõe uma intervenção das políticas estatais sobre o corpo das mulheres quando associa o cuidado das mulheres e da maternidade à reprodução da força de trabalho. Se por um lado o objetivo desse posicionamento se inseria na garantia da saúde da mãe e criança, por outro lado, em um momento de mortalidade infantil altíssima, olhando do presente, a autonomia da mulher parece desconsiderada no processo da maternidade. Ela diz:

O papel da mulher não tem que consistir em lavar ela mesma a qualquer custo das fraldas de seu filho, em banhá-lo e sentar-se ao lado de seu berço. É por isso que nossa principal tarefa é aliviar a mulher profissionalmente ativa nas tarefas improdutivas de cuidar de seu filho, porque, em última análise, a função social das mulheres é trazer crianças saudáveis para o mundo e para poder viver. Esta é também a razão pela qual nossa ordem social proletária garante as melhores condições possíveis para a gravidez, porque a mulher, por um lado, deve observar as prescrições higiênicas necessárias. A mulher tem que entender que durante os meses de gravidez ela *não é de modo algum dona dela mesma*, pois está, por assim dizer, a serviço da sociedade e "produz" com seu corpo um novo membro para a república dos trabalhadores. (KOLLONTAI, 1921i. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 79. – grifos meus)

Ela reforça a proposta de uma outra concepção de maternidade ao colocar que “a função da maternidade não consiste em que os filhos estejam sempre na proximidade imediata da mãe”, ou que a mãe seja a “única responsável pelo bem-estar físico e educação intelectual de seu filho”, porém deve ser dever de toda mãe “fazer com que seu filho cresça em um ambiente que seja favorável para seu desenvolvimento”. Kollontai observa ainda a obrigação da mãe de amamentar seu filho e dos outros, em um contexto de desnutrição de milhares de crianças, além da necessidade de ampliação da rede de proteção à maternidade. (KOLLONTAI, 1921i. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 79)

Nessa conferência, Kollontai aborda ainda a iniciativa de legalização do aborto pelo governo soviético. Observando que a lei era aprovada em um momento de falta de força de trabalho para o país, ela, no entanto, reafirmava a mesma diante da necessidade de não ter uma política hipócrita. Justificando a ineficácia da ilegalidade do aborto, a defesa da saúde da mulher e de sua força de trabalho, ela defende o aborto legal e seguro. Ela coloca:

Hoje se pratica o aborto em todos os países e nenhuma lei o pode impedir com eficácia. Para a mulher sempre há algum medo, porém essa “ajuda secreta” destrói a saúde de nossas mulheres e as converte, ao menos temporalmente, em uma carga para o Estado de trabalhadores e diminui a reserva de forças de trabalho. Um aborto praticado por um cirurgião em condições normais isso não implica nenhum perigo para a saúde da mulher e logo pode retornar mais rapidamente à produção. (KOLLONTAI, 1921i. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 81)

A visão com a qual os soviéticos em geral defenderam a legalização do aborto, entretanto, é um pouco diferente da acumulada posteriormente pelo movimento feminista dos anos 1960 em diante. A ideia de que uma mulher poderia escolher não ser mãe, sem que houvesse uma dificuldade material grave, era dificilmente considerada como uma possibilidade. Em geral o aborto era visto como um recurso da mulher trabalhadora frente às condições de pobreza.

Enquanto não assegure as condições de vida das mulheres, os abortos continuarão a ser praticados. Aqui não falamos sobre as mulheres das classes burguesas, que costumam ter outras razões muito diferentes para o aborto, como, por exemplo, o desejo de evitar uma partição da "herança" ou levar uma vida agradável sem desconforto evitando os sacrifícios de maternidade, preservar a beleza ou mesmo o medo de perder por alguns meses a "temporada de diversões", etc. (KOLLONTAI, 1921i. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 81)

O aborto era visto como uma espécie de “mal necessário” destinado a acabar tão logo fosse possível garantir as políticas de socialização do trabalho doméstico, de proteção da maternidade etc. Nesse momento, as mulheres não teriam mais porque não serem mães, já que toda carga do trabalho materno seria compartilhada com a sociedade. Mas Kollontai também fala da necessidade de cultivar o “instinto materno” das mulheres. Segundo ela:

O governo soviético viu claramente que os abortos não cessarão até que uma rede amplamente ramificada de instalações de proteção para a mãe e outras instituições sociais seja criada na Rússia. [...] Mas, por outro lado, é ao mesmo tempo nossa missão de fortalecer o instinto materno natural das mulheres através de instalações que protegem a maternidade e colocando em acordo a função da maternidade com o trabalho das mulheres para a coletividade. Só assim podemos conseguir que os abortos deixem de ocorrer. (KOLLONTAI, 1921i. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 81-82)

A 13ª Conferência (KOLLONTAI, 1921j. IN: KOLLONTAI, 1976), se debruça sobre a análise das mudanças nos costumes, que, segundo Kollontai, ocorriam rapidamente. Entre essas transformações, mudava a relação entre homens e mulheres. Diante da guerra e depois do governo soviético e suas políticas, as transformações na família se aceleravam. A autora

observa o surgimento de novos formatos de família, com homens e mulheres em casas separadas, formadas por mães solteiras, com filhos “legítimos” e “ilegítimos”.

Na avaliação de Kollontai, a mobilização das mulheres pela via do trabalho coletivo vinha contribuindo para o crescimento de sua consciência. Elas faziam apontamentos sobre o trabalho, o lar, a educação dos filhos e criticavam o governo e o partido frente à insuficiência de instalações para crianças e restaurantes populares, participavam dos espaços políticos. A Revolução tinha tirado as mulheres da atmosfera fechada da casa e facilitou seu acesso à sociedade, cultivando seu sentimento de solidariedade em relação à comunidade (KOLLONTAI, 1921j. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 86; 83)

Na conferência, Kollontai parece identificar uma tendência de dissolução da família. Ela diz que “a coletivização do trabalho decomporá e, por fim, fará desaparecer, mais cedo ou mais tarde, a família individual burguesa”. Para ela, “tão logo o matrimônio não constitua nenhuma vantagem material para os interessados, esse matrimônio se faz instável”. É importante, no entanto, perceber que Kollontai não via o processo de transformação das mentalidades como uma transformação rápida ou automática, estando relacionada a uma mudança de longo prazo. Em outra passagem ela frisa que

Naturalmente, é impossível converter todas as pessoas dentro de três, quatro ou dez anos em fanáticos comunistas. Mas, por outro lado, vemos que na maior parte surge uma nova consciência. Este processo é muito importante e devemos realmente nos surpreender com a rapidez com que nosso pensamento e nossos sentimentos se adaptaram à nova evolução social e que surjam já novas formas de comportamento. (KOLLONTAI, 1921j. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 85)

Nesse mesmo texto, Kollontai comenta ainda sobre o impacto do Comunismo de Guerra sobre a prostituição e a existência de casamentos por interesse. No que tange a esses pontos, a narrativa de Kollontai parece contraditória. De um modo geral, ela relata a redução da prostituição e dos casamentos que buscavam vantagens materiais, recuperando como a instituição do trabalho obrigatório, a vinculação entre os tickets de alimentação e o trabalho formal e a perda de importância da moeda tiveram impacto profundo sobre as famílias e as relações sexuais/afetivas. Segundo ela, o número de prostitutas teria diminuído drasticamente nos grandes centros, passando a ser contadas por centenas, e não por dezenas de milhares, como antes, pois só a participação ativa no trabalho real – manual ou intelectual – podia garantir às mulheres rações de alimentação. Ela também relata que,

Nos lugares onde segue existindo essa prostituição na nossa república de trabalhadores, ela é combatida pelas autoridades. Porém a combatemos não porque a consideramos um delito contra os bons costumes, mas porque se trata de uma forma do fenômeno de “deserção da produção” já que uma prostituta profissional não aumenta com seu trabalho a riqueza da sociedade, e sim, na realidade, vive da razão dos outros. Por isso contemos a prostituição e a combatemos como uma forma de negar-se a trabalhar. As prostitutas não são, ante nossos olhos, uma categoria de

seres especialmente reprováveis e, definitivamente, em nossa república de trabalhadores, não desempenha nenhum papel uma mulher que vende o corpo a muitos homens ou somente a um; [...] pois em ambos os casos as mulheres não se alimentam com seu próprio trabalho produtivo. (KOLLONTAI, 1921j. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 88)

Assim, a reprovação da prostituição ou dos casamentos por interesse, no contexto do Comunismo de Guerra, estava associada a razões econômicas e à moral socialista, mas não à reprovação moral às quais as prostitutas estão submetidas nos países capitalistas. Kollontai faz questão de deixar nítido que não havia diferença entre a esposa devotada somente ao lar, que não realizava o trabalho obrigatório, e as prostitutas, julgando todas elas a partir da deserção da produção. Ela diz:

Não é talvez uma forma de prostituição que uma secretária do soviete local construa relações com seu chefe, ainda que não o ame, somente porque quer progredir ou porque necessita de uma razão suplementar? Ou se uma mulher se deita com um homem para conseguir um par de botas altas e às vezes unicamente por um pouco de açúcar ou farinha? Ou quando uma mulher se casa com um homem nada mais porque ele possui uma casa própria em uma casa-comuna? Não se trata de uma forma encoberta de prostituição quando uma operária ou camponesa, que vai com o saco vazio em busca de suprimentos, se entrega ao condutor para que ele lhe proporcione um assento no trem? Ou a mulher que coabita com o chefe de um posto de controle para que lhe permita passar um saco de farinha? Naturalmente tudo isso é uma forma de prostituição (KOLLONTAI, 1921j. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 88).

Como podemos ver, apesar da afirmação da redução das relações por interesse e prostituição durante o Comunismo de Guerra, feita por Kollontai, ela mesma apresenta diversos exemplos que nos falam sobre a persistência de relações vinculadas por interesse materiais durante esse período (KOLLONTAI, 1921j. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 86). Ela alertava que “enquanto a mulher ainda for dependente do homem por causa de circunstâncias econômicas caóticas e confusas, a prostituição pública e velada continuará a ocorrer”, mas também chamou a atenção para o fato de que “enquanto as mulheres trabalharem, como antes, nos empregos mais mal pagos, a forma oculta de prostituição continuará existindo”. (KOLLONTAI, 1921j. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 88-89)

A questão da prostituição aparece diversas vezes na produção intelectual de Kollontai. De um modo geral os bolcheviques foram contra a prostituição, embora não valorassem negativamente a prostituta. Infelizmente por uma questão de tempo, optamos por não abordar o tema aqui. Cabe perceber, no entanto, que a fala de Kollontai parece contraditória. Ao mesmo tempo em que ela diz que durante a guerra civil as condições econômicas teriam impossibilitado uniões por interesse, ela fala da persistência da prostituição, ainda que esta tenha diminuído. Seja como for, aparentemente os dois processos ocorreram: tanto o recurso desesperado das mulheres a relações afetivas e sexuais que, na verdade, estavam ligadas a suas estratégias de sobrevivência, quanto o impulso a políticas de trabalho e socialização do trabalho doméstico estimularam o surgimento de novas relações.

Na última conferência – *El trabajo de la mujer hoy y mañana* (KOLLONTAI, 1921e. IN: KOLLONTAI, 1976) -, Kollontai se propõe a analisar “planos sociais e econômicos que podem ser especialmente produtivos para o trabalho das mulheres” (KOLLONTAI, 1921e. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 89). Nesse processo ela recorda a ampliação da participação feminina em diversos campos da sociedade desde a revolução, bem como nomes de mulheres que contribuíram ativamente para a construção revolucionária e pós-revolucionária. Kollontai observa a abertura de diferentes áreas de atuação para as mulheres – o trabalho, a política, os serviços públicos e outros – inclusive a incorporação das mulheres na guerra. Segundo a autora, a Rússia revolucionária teria demonstrado o novo valor que mereciam as mulheres ao incorporar a força de trabalho feminina na defesa do país, enquanto para a burguesia a guerra continuava sendo vista como um assunto masculino, reservando como lugar da mulher apenas o lar e o fogão. Kollontai recorda ainda a atuação das mulheres no exército vermelho ao longo da guerra civil. (KOLLONTAI, 1921e. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 91-92)

A participação das mulheres do campo, entretanto, não era a mesma das cidades, embora Kollontai lembrasse que a existência de 8 milhões de mulheres a mais do que de homens no campo, como consequência da guerra, levava a mudanças concretas na forma como essas mulheres (viúvas de guerra) eram tratadas na comunidade rural. Segundo ela, a guerra civil teria forçado as mulheres a abandonar a condição de expectadoras e tomarem parte ativa na mesma. Ela fala também da melhora da educação das mulheres camponesas e o aumento de seu acesso a escolas, universidades, escolas de formação organizadas pelo partido e os soviets, etc. Ela também percebia que a mulher camponesa recebia melhor que os homens as políticas do governo como as cooperativas, estábulos e currais coletivos, bem como os jardins de infância, refeitórios, lavanderias e outros serviços. Segundo Kollontai, a melhoria concreta de suas vidas as convertia em partidárias entusiastas do comunismo no campo. (KOLLONTAI, 1921e. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 89-90)

Embora ressaltasse a ampliação da presença das mulheres em diferentes áreas, Kollontai retorna nesta conferência a questão da opção pela mobilização das mulheres em áreas tradicionalmente femininas. Ela diz que as comissões de mulheres, antecessoras do *Zhenotdel*, defendiam a ideia de que se deveria começar a desenvolver o trabalho feminino coletivo naquelas áreas que já eram familiares às mulheres e não passaram a mobilizar as mulheres para o trabalho construtivo em outros terrenos. Entretanto, Kollontai defende que a divisão (sexual) do trabalho implementada teria possibilitado a execução de iniciativas em diferentes campos sociais e a aplicação do conhecimento das mulheres onde ele seria melhor empregado. Além disso, ela defende essa divisão por consideração à proteção materna,

embora ela ressalte que essa tendência não significasse que as mulheres não eram capazes de realizar tarefas fora dos setores de serviços sociais e educação (KOLLONTAI, 1921e. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 93-95). Ela escreve:

no desenvolvimento de novas formas de vida e consciência transformada, as mulheres colaboram espontaneamente no momento atual devido à sua experiência na resolução das questões que são para nós as mais importantes, porém ao mesmo tempo elas fortalecem a comunidade. Nossas próprias experiências após a revolução de outubro mostram que *esta divisão do trabalho entre os sexos é correta*, como tem sido feita atendendo à experiência histórica de todo o proletariado e à inteligência humana. Precisamente porque as mulheres colaboraram em campos com cujos problemas estavam especialmente familiarizadas – as cantinas públicas populares, as instituições estatais para mães e bebês - podiam alocar eficazmente sua força de trabalho para resolver a reconstrução mais urgente, ajudando assim toda a república soviética. Na fase atual da ditadura do proletariado, as mulheres podem aderir ainda menos do que antes aos princípios abstratos do feminismo e, portanto, à igualdade abstrata. Precisamente pelo contrário, um planejamento razoável da Rússia soviética deve levar em conta as qualidades físicas e espirituais das mulheres e deve dividir as diferentes tarefas de trabalho entre os sexos, de tal forma que a planificação sirva o melhor possível ao objetivo comum da coletividade. (KOLLONTAI, 1921e. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 94)

A ideia de que as mulheres eram não só trabalhadoras, mas também mães, geradoras de novos cidadãos e força de trabalho perpassa por toda obra de Kollontai. Era em nome dessa função social, cumprida por elas, que o Estado estava obrigado a garantir as políticas para as mulheres, e que Kollontai, por sua vez, abria mão de uma “igualdade abstrata” defendendo a divisão sexual do trabalho. Ela chega a afirmar que a tarefa da ditadura do proletariado “não é garantir a igualdade total entre os sexos, mas assegurar a incorporação da força de trabalho feminina e organizar instalações estatais de proteção à mãe” (KOLLONTAI, 1921e. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 95). É bem verdade que, na visão de Kollontai, a “igualdade total” era vista como a desconsideração pela saúde da mulher, como um sinal de igualdade das mulheres com os homens, sem consideração à saúde das mulheres²²⁴. É importante considerar também que o que Kollontai chama de “instalações de proteção à mãe” eram uma série de serviços utilizados não somente pelas “mães”, mas pelas mulheres em geral, e não ligados diretamente à maternidade, como por exemplo os serviços de alimentação socializada. Maternidade e o alívio de sua carga estão sempre juntos no pensamento de Kollontai.

Entretanto, como sabemos, o contexto econômico da Rússia soviética implicou desafios a essas políticas. Frente aos limites impostos pelas dificuldades econômicas, Kollontai propõe a continuidade da agitação e formação políticas das mulheres rumo à consolidação do programa socialista de transição para as mesmas. Ela diz:

Enquanto a detenção temporária na construção de novas formas de vida continuar, deve ser missão da nossa seção feminina revolucionária elaborar um inventário

²²⁴ Como, por exemplo, quando ela comenta sobre as feministas que viram com bons olhos as trabalhadoras do porto que carregavam 200 kg.

completo de nossas mudanças efetivas nos costumes e consciências e propagar essas experiências entre amplas camadas da população, pois só assim as massas podem alcançar um nível de consciência tão alto como o que possui hoje o estrato dirigente do proletariado. Além disso, as seções das mulheres devem transmitir nossas experiências práticas - através de uma atividade de propaganda apropriada - aos trabalhadores de todos os países para despertar em seus corações a firme convicção de que a libertação efetiva das mulheres pode se tornar uma realidade na fase de transição para o comunismo. (KOLLONTAI, 1921e. IN: KOLLONTAI, 1976, p. 93)

A opção por apresentar, ao longo das últimas páginas, a sequência de 14 conferências proferidas por Kollontai em 1921, se deu tendo como base a compreensão de que nesse momento, impulsionada também pela necessidade de apresentação de um conteúdo por inteiro e coerente que norteasse a ação das mulheres do partido, Kollontai adentra melhor, ou expõe com mais nitidez, algumas nuances de suas formulações. Como todo o pensamento de Kollontai, as conferências também são marcadas por uma série de contradições, mas trazem informações importantes no sentido de elucidar essas mesmas contradições.

Ao longo das conferências, Kollontai apresenta um vasto conhecimento, de pesquisas inclusive, embora, dada a natureza de formação política, e não acadêmica, boa parte do conteúdo exposto por Kollontai careça de qualquer referência sobre as fontes que ela utiliza. Ela busca, sobretudo nas primeiras conferências, mais históricas, compilar o conhecimento de diferentes aspectos da questão das mulheres de modo a apresentá-lo para as mulheres às quais se dirige. Embora seja nítida a influência dos trabalhos de Engels e Bebel (*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado, e A mulher e o Socialismo*), Kollontai expõe um conhecimento que transcende em muito esses livros e que foi fruto de seu esforço intelectual e militante para a compreensão da situação das mulheres e sua transformação.

Nas conferências, também é visível uma característica presente não somente em Kollontai, mas em toda a geração militante da época, e que ela transpõe para a questão das mulheres: a existência de uma certa supervalorização do espaço da produção, possivelmente como fruto de um entusiasmo com o desenvolvimento das forças produtivas. Talvez fosse esse fator que contribuía para uma não problematização a fundo do papel reprodutivo das mulheres, pois embora tenha alcançado um alto grau de reflexão sobre a necessidade de socialização do trabalho tradicionalmente encarado como doméstico e feminino, parece não ter se proposto a romper com o lugar da mulher como mãe. É óbvio que, nesse último caso, é preciso considerar que esse era, em alguma medida, o horizonte colocado para as mulheres no início do século XX e que as propostas bolcheviques já rompiam com o padrão de mulher estabelecido pelas normas sociais em diversas esferas. Compreender melhor essa contradição, comparando-o com as concepções presentes no movimento feminista e na opinião pública da época é um campo de pesquisa a ser desenvolvido academicamente.

1921 é o ano mais ativo de Kollontai no que tange a sua militância sobre/pelas mulheres, o que pode ser facilmente conferido a partir do grande volume de textos/pronunciamentos escritos/proferidos por ela nesse ano. Era esse o momento em que estava à frente da direção do *Zhenotdel*, sendo, portanto, a principal responsável pela linha partidária da ação entre as mulheres.

A participação de Kollontai na Oposição Operária impactará bastante sua militância feminina. Se por um lado, o panfleto escrito por ela em 1921 – *Oposição Operária* – não tocou na questão das mulheres, por outro, sua participação na oposição significou o progressivo isolamento de Kollontai no partido, o que culmina com seu afastamento, primeiro do *Zhenotdel*, que passou a ser dirigido por Sofia Smidovich em 1922, e sua designação para funções internacionais naquele mesmo ano. Segundo Barbara Clements (1992, p. 485-486), a gestão de Smidovich se caracterizou pelo envolvimento do departamento na organização prática das mulheres e seu afastamento frente aos debates teóricos sobre a família, os costumes, a moral, etc., onde a referência de Kollontai se fazia crucial. Cathy Porter (1980, p.485-486) também observa que, naquele momento, muitas das companheiras de Kollontai, pertencentes ao grupo original do *Zhenotdel*, haviam falecido, o que teria facilitado o “escanteio” da mesma.

2.1.8. Os anos de Kollontai como diplomata e seu apoio a Stalin

A maioria da bibliografia consultada nesta pesquisa concorda que o início da carreira de Kollontai no exterior teria sido uma espécie de retaliação pela sua participação na oposição. Entretanto, Barbara Clements (1997, p. 229) expõe a versão de que Kollontai, em 1922, após o XI Congresso do Partido e mais uma derrota da Oposição Operária, teria escrito pra Stalin, então secretário geral do partido (responsável pelas nomeações para os cargos) requerendo um novo posto, e ele responde que ela seria realocada no serviço estrangeiro. Em outubro, ela ia como representante de uma delegação soviética para negociações comerciais com o governo Norueguês.

Kollontai se tornou, mais uma vez, a “primeira mulher a” estar em um posto ao ser nomeada como embaixadora do governo soviético na Noruega²²⁵. De 1922 a 1945, Kollontai esteve alocada no trabalho diplomático, tendo passado pela Noruega, México, Suíça. Na Noruega sua tarefa foi estabelecer o contato econômico e cultural entre URSS e Noruega e

²²⁵ Cathy Porter recupera a repercussão internacional da nomeação de Kollontai para o posto em 1922. (PORTER, 1980)

assegurar o reconhecimento diplomático da URSS. Entre 1926 e 1927, ela esteve responsável por uma delegação comercial no México, tendo também, entre 1935 e 1936, sido membra da delegação soviética na Liga das Nações e, em 1937, arrecadado fundos para os combatentes da guerra civil espanhola. Durante a Segunda Guerra Mundial, Kollontai se encarregou de negociações de paz com o governo Finlandês, época em que esteve também como diplomata na Suíça (1942-1945). A partir de 1945, Kollontai voltou para a Rússia, tornando-se conselheira do Ministério de Relações Exteriores. (GAFIZOVA, 2006)

A partir de 1922, quando Kollontai passa ao serviço diplomático, vemos um progressivo afastamento dela frente à pauta das mulheres, o que se refletiu na quantidade de sua produção intelectual escrita²²⁶. Ao ser nomeada para o cargo diplomático, Kollontai trabalhava na escrita de algumas obras literárias, publicadas no ano seguinte, todas abordando a temática da nova moral sexual, novas relações sexuais e afetivas, novos costumes na república soviética: *Grande Amor*²²⁷, *Irmãs, Amor das Abelhas Operárias*²²⁸, *O amor de três gerações*²²⁹ e *Lugar para Eros Alado*. Entretanto, salvo raras exceções, Kollontai foi diminuindo sua produção intelectual escrita. Em 1925, ela publica a sequência de conferências expostas anteriormente (da Universidade de Sverdlor) e, em 1926, ela escreve sua *Autobiografia de uma mulher sexualmente emancipada*, que sofreu diversas edições posteriores para adequá-la às exigências da era stalinista.

Em 1927, ano de aniversário de 10 anos da Revolução, Kollontai escreve, *As Combatentes no Dia do Grande Outubro* (abordado anteriormente no trecho sobre a Revolução), onde busca recuperar a memória da participação das mulheres no processo revolucionário, e também *O que Outubro deu à Mulher Ocidental?*.

Talvez como fruto da posição internacional de Kollontai naquele momento, a proposta do artigo é a análise do impacto das conquistas para as mulheres no governo soviético em outros países, que não haviam passado por revoluções socialistas. Ela fala do crescimento das mulheres na força de trabalho assalariada, das transformações nas mentalidades que se davam

²²⁶ Cathy Porter (1980) comenta sobre alguns outros artigos de Kollontai além dos que serão citados aqui, mas que não mudam o diagnóstico de diminuição de seus escritos. Segundo ela, entre 1933, em que escreve o obituário de Krupskaja, até 1945 ela não escreveu nada para a imprensa soviética. Citamos abaixo somente as fontes que tivemos acesso, embora não tenhamos nos proposto a abordar os contos/romances escritos por Kollontai.

²²⁷ Aborda um triângulo amoroso. A obra foi, em sua época, associada ao relacionamento de Lenin, Krupskaja e Armand.

²²⁸ Que contém críticas à burocracia.

²²⁹ Onde Kollontai entra na polêmica sobre o “copo d’água” (falaremos desse assunto mais ao abordar Lenin mais adiante)

em decorrência desta participação e cita a presença de mais mulheres em cargos políticos, governamentais, diplomáticos, etc.

Segundo Kollontai, “se não fosse Outubro, ainda seria dominante a visão de que a mulher independente é algo temporário e que o lugar das mulheres está na família, à custa do marido” (KOLLONTAI, 1927b. IN: SCHNEIDER, 2017, p. 214). A revolução teria impactado para a consolidação de um novo tipo de mulher e as conquistas das mulheres russas impulsionavam a conquista de direitos pelas mulheres em outros países capitalistas. Kollontai pergunta:

Se não fosse Outubro, teria sido possível às mulheres trabalhadoras de outros países darem passos tão largos rumo à própria emancipação? Qualquer ser pensante sabe que a resposta é não. É por isso que todas as mulheres trabalhadoras sentem que o décimo aniversário do Outubro é a maior festa dos proletários do mundo. Outubro afirmou a importância das mulheres trabalhadoras. Outubro criou condições em que a “nova mulher” triunfará. (KOLLONTAI, 1927b. IN: SCHNEIDER, 2017, p. 216)

Ainda em 1927, Kollontai publica também o romance/conto *Red Love*. Entretanto, a partir daí, se inicia um longo período de silêncio. A próxima publicação encontrada por nós na pesquisa será somente em 1946, ano em que ela publica um pequeno artigo sobre Lenin e um outro sobre as mulheres, onde defende as políticas do governo.

A relação de Kollontai com o stalinismo foi, como quase tudo nela, contraditória. Ela não era próxima a Stalin, mas buscou o mesmo para conversar em alguns momentos e, em 1927, quando Trotsky e outros foram expulsos do partido, ela escreveu um artigo onde criticou a oposição por romper com a disciplina partidária²³⁰. Segundo Cathy Porter (1980), Kollontai não apoiou o crescimento da burocracia e da repressão interna no partido, entretanto, como sabemos, depois de sua participação na Oposição Operária, ela também não se somou a nenhum dos grupos de oposição. Talvez a ruptura de laços com os líderes opositores de esquerda, vinda da época em que ela militava na Oposição Operária fosse forte demais para que Kollontai se juntasse a eles²³¹. Ela chega a flertar um pouco com a oposição no 14º Congresso, em 1924, quando encontrou com diversos amigos que estavam entre os opositores como Klavdia Nikolaeva, mas acabou por se posicionar junto à linha majoritária. Beatrice Farnsworth (2010), que realizou um trabalho magistral de pesquisa junto aos diários de Kollontai, constrói uma diferença entre seus posicionamentos públicos, de apoio à linha stalinista, embora não engrandecessem Stalin, como era normal e esperado na

²³⁰ Segundo Porter, entretanto, em dezembro de 1927 Kollontai escrevera uma carta a Trotsky e Natalia Sedova, expressando simpatias com eles. 445

²³¹ Por exemplo, o principal opositor à proposta da Oposição Operária sobre a gestão da economia a cargo dos sindicatos foi Trotsky.

política personalista implementada, e privados, mais críticos à linha partidária, vistos em seus diários.

O governo de Stalin parece ter manejado bem a realocação de Kollontai nos postos internacionais. Em 1926, ao ser acusada de participar da Oposição Unida, Kollontai solicitou uma conversa com Stalin onde reafirmou sua não-participação na Oposição. Esse ano é o mesmo em que ela é mandada para o México. Recuperando os registros privados de Kollontai em seus diários, Farnsworth (2010) acompanha o medo permanente de Kollontai pela sua vida e de sua família, bem como a vigilância mantida sobre a mesma. Em 1931, o sobrinho de Kollontai se suicidou tendo como motivação, na visão de Kollontai, a crescente vigilância dos agentes da polícia política sobre ele. Em 1937, durante uma nova onda de purgos no partido, ao saber de uma ordem de prisão para ela, Kollontai, ao voltar para a Rússia, levou consigo um Ministro suíço, buscando constranger o partido a não prosseguir com o plano. Em 1938²³², ela escreveu em seu diário que temia pela sua morte. Em diversos momentos, assim como fez com a sua autobiografia, Kollontai editou cartas e documentos e rasgou correspondências suas. Em 1942, quando estava internada, ela teve sua casa invadida e suas correspondências e diários lidos.

O período stalinista representou o retrocesso de quase todas as políticas para as mulheres que tinham sido elaboradas nos primeiros anos pós-revolução. Diante de todos os retrocessos, Kollontai se calou, com exceção para a discussão sobre o Código de Família de 1926, quando ela se posicionou contrária a inclusão das “uniões de fato” na legislação sobre o casamento por ser contra buscar definir (e, portanto, limitar) o que seria uma “união de fato” (FARNSWORTH, 2010). Em 1930, ano em que o *Zhenotdel* é dissolvido sob a alegação de que a libertação das mulheres já tinha sido alcançada, Kollontai foi premiada pelo seu trabalho revolucionário com as mulheres, provavelmente numa tentativa de calá-la²³³.

Cathy Porter (1980) recupera como Kollontai e suas teses sobre sexualidade foram combatidas e desmoralizadas ao longo dos anos 1920, após sua designação para o trabalho diplomático. Sem estar presente no país para se defender, ela se tornava um alvo fácil. Em todo caso, a pressão da polícia política parece ter funcionado em algum grau para Kollontai. Em 1946, ela publicou *The Soviet Woman: a Full and Equal Citizen of Her Country*

²³² 1938 é o ano no qual diversos dirigentes são perseguidos e condenados pelos Processos de Moscou. A maioria dos momentos nos quais Kollontai teme pela sua vida e de parentes, ou tem mais investigações controlando seus passos, coincidem com as ondas de expurgos realizadas pelo partido.

²³³ Em 1930, Kollontai também registra em seu diário posições contrárias à coletivização forçada, após receber um amigo que lhe conta como estavam sendo feitas as remoções das famílias camponesas.

(KOLLONTAI, 1946) onde ela endossa o discurso de igualdade das mulheres alcançada, propagado pelo governo.

Nele, Kollontai saúda o “sucesso excepcional” do governo soviético em inserir as mulheres de forma ativa na construção do Estado e da economia. Ela comenta como, desde as guerras, mais e mais espaços eram abertos às mulheres, inclusive áreas que eram tradicionalmente ocupadas pelos homens. Posicionando-se como uma entusiasta dessa expansão do trabalho feminino, Kollontai diz:

Em um país onde, há 30 anos, de 2.300 mil mulheres trabalhadoras, 1.300 mil trabalhavam como criadas nas cidades e 750 mil como trabalhadoras agrícolas no campo, em um país onde quase não havia engenheiras, quase nenhuma cientista e a nomeação para um cargo de docente era acompanhada de condições insultantes para a dignidade feminina, naquele país existem agora 750 mil professoras, 100 mil mulheres médicas e 250 mil mulheres engenheiras. As mulheres constituem a metade do corpo estudantil em instituições de ensino superior. Mais de 33 mil mulheres estão trabalhando em laboratórios e em institutos de pesquisa, 25 mil mulheres têm títulos acadêmicos e graus, e 166 mulheres receberam o Prêmio do Estado por suas realizações em ciência e trabalho. (KOLLONTAI, 1946)

Kollontai complementa falando sobre a participação das mulheres nos soviets locais e no Soviete Supremo, embora no artigo ela também se posicione contra a organização das mulheres em órgãos separados, puramente femininos, pois isso enfraqueceria a luta contra a reação e o nazismo.

O item mais polêmico, entretanto, é a sua visão positiva frente às políticas para a maternidade implementadas pelo governo, defendendo que o governo, a partir da garantia de cantinas públicas, creches e jardins de infância, proporcionava às mulheres o acesso a todas as esferas e, simultaneamente, condições para cumprir com sua “obrigação natural - de ser mãe que cria seus filhos e amante de seu lar”. Kollontai retorna ao debate sobre a maternidade como um “dever social da cidadã soviética igual e ativa” e acaba por defender os prêmios do governo às mães com intuito de estimular a natalidade. Ela escreve:

As famílias grandes e monoparentais recebem subsídios estatais para ajudá-los a prover e criar seus filhos. Em 1945, o Estado pagou mais de dois mil milhões de rublos em tais subsídios. O título "Mãe-Heroína" foi concedido a mais de 10 mil mulheres apenas na federação russa, enquanto a ordem de "Glória Materna" e "Medalha da Maternidade" foram concedidas a 1.100 mil mulheres. (KOLLONTAI, 1946)

O artigo de Kollontai é de 1946, ano seguinte ao fim da Segunda Guerra Mundial, na qual a Rússia, que ainda sofria com o déficit de homens como saldo da Primeira Guerra e da Guerra Civil, foi o país que mais perdeu soldados. Todo o país estava em um grande esforço de reconstrução econômica²³⁴, mas também demográfica. O artigo, também foi escrito sob o impacto da repressão política. Em 1942, Kollontai tinha suas correspondências abertas e,

²³⁴ Kollontai comenta sobre o plano quinquenal no artigo.

desde 1944, o partido vivia uma nova onda de purgos. É difícil saber o quanto o artigo tem de opinião sincera de Kollontai e o quanto ele não era uma estratégia frente à polícia política. Chama atenção que os dois artigos escritos por ela, após tanto tempo sejam, um sobre Lenin, e outro de apoio às políticas para as mulheres do governo, o que pode demonstrar a possibilidade de que os mesmos fossem tentativas de, por um lado, reivindicar sua associação à figura de Lenin, dos revolucionários de 1917 e da velha geração bolchevique e, por outro, uma sinalização positiva de não-oposição ao governo.

Segundo Cathy Porter (1980), a sobrevivência de Kollontai teria ocorrido devido a sua enorme capacidade de trabalho (PORTER, 1980, p. 446), que contribuía para que ela fosse considerada uma diplomata valiosa. Beatrice Farnsworth, entretanto, cita um misto de dois elementos: a necessidade que Stalin tinha de se manter ainda vinculado à velha geração revolucionária (em meio ao assassinato, por ele, de toda a geração da revolução de 1917, com raríssimas exceções), e o fato de que, por um lado, Stalin via as figuras femininas como menos perigosas e, por outro, que Kollontai teria se manejado essa “fraqueza” para sua auto-defesa, encenando esse lugar de “mulher”²³⁵. Gilberto Badia (2003), biógrafo de Clara Zetkin, também apresenta uma tese parecida para a interpretação sobre a sobrevivência da mesma, chamando a atenção para a necessidade de Stalin em preservar figuras “inofensivas” (mulheres) pertencentes à antiga geração revolucionária²³⁶.

Kollontai faleceu por ataque cardíaco em 1952, no dia seguinte ao Dia da Mulher e poucos dias antes de completar 80 anos de idade. Seu problema de saúde a acompanhava desde nova. Em especial da década de 1940, Kollontai por diversas vezes teve problemas cardíacos, chegando a ficar em cadeiras de rodas por algum tempo. A cada onda de perseguições, Kollontai também parece ter passado por ciclos depressivos graves (PORTER, 1980).

Os vários períodos diferentes da minha vida diferiram tanto um do outro que é realmente como se eu vivesse não apenas a vida, mas muitas vidas. Não foi uma vida fácil, não foi uma cama de rosas de qualquer forma... Mas teve tudo - realizações, trabalho extremamente difícil, reconhecimento, popularidade entre as massas, perseguição, ódio, prisões, falhas e falta de compreensão das minhas ideias básicas sobre a questão das mulheres e a abordagem correta das questões sexuais; muitas rupturas dolorosas com meus camaradas, discussões com eles, mas também longos anos de trabalho amigável e próximo no Partido. (KOLLONTAI *apud* PORTER, 1980)

²³⁵ Farnsworth também acha que Stalin era suscetível à bajulação feminina e Kollontai se aproveitava para inflar o ego de Stalin em suas conversas.

²³⁶ Em um contexto em que ele havia eliminado fisicamente a imensa maioria dessa mesma geração.

2.2. KOLLONTAI EM DIÁLOGO COM LENIN E TROTSKY

Analisar o pensamento de uma só pessoa, sem compará-lo com outras perspectivas de sua época, tem lá seus riscos. Grande parte das formulações de Kollontai deveu-se a um acúmulo não somente dela, mas do partido como um todo. Não teremos aqui como estabelecer um diálogo de Kollontai com todos os intelectuais mais importantes do partido, ou fazer uma vasta pesquisa sobre discussões internas e públicas do partido sobre a questão das mulheres, entretanto, buscaremos nos aproximar de duas das maiores lideranças conhecidas da Revolução Russa, que se posicionaram publicamente em diversos momentos sobre a luta contra a opressão das mulheres e a emancipação das mesmas. Assim, nas próximas páginas, buscaremos apresentar um pouco do pensamento de Lenin e Trotsky objetivando estabelecer elementos de comparação com o pensamento de Kollontai.

2.2.1. Lenin e a emancipação das mulheres

Em virtude de sua atuação à frente do governo soviético, Lenin precisou, em muitos momentos, se posicionar, dar declarações, saudações e discursos sobre a questão das mulheres. Entretanto, mesmo antes da Revolução, Lenin caracteriza-se por ser uma liderança que sempre se posicionou favoravelmente ao movimento feminino operário. Esse interesse, certamente estava ligado à sua relação próxima e diálogo com figuras como Clara Zetkin, Inessa Armand, Alexandra Kollontai, sua esposa, Nadezhda Krupskaya e outras mulheres lideranças do movimento comunista²³⁷, muitas delas ardentes defensoras da emancipação das mulheres e de sua organização no movimento operário. Ao longo de sua atividade política, até 1922, enquanto ainda não tinha comprometido sua saúde, Lenin se posicionou ativamente sobre diversos temas relacionados à garantia de direitos e à emancipação das mulheres.

O primeiro texto encontrado pela pesquisa no qual Lenin se posiciona sobre a questão das mulheres é de 1899. Em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* Lenin aborda, em seu capítulo sexto, a exploração a que as mulheres e crianças estavam submetidas a partir da expansão do trabalho a domicílio²³⁸ (LENIN, 1899b), bem como, em seu capítulo sétimo, defende a entrada de mulheres na produção como um fenômeno progressista, posicionando-se contra o isolamento das mulheres no lar e a manutenção das relações patriarcais, frisando,

²³⁷ As irmãs, Anna Elizarova e Maria Ulianova também cumpriram um papel importante no movimento revolucionário russo e europeu e se envolveram em diversas iniciativas de organização das mulheres. Anna Elizarova participou ativamente do *Rabotnitsa*. Para saber mais: TURTON, Katy. *Forgotten Lives: The Role of Lenin's Sister in Russian Revolution, 1864-1937*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.

²³⁸ Onde um intermediário/atravessador contratava famílias que trabalhavam em suas próprias casas e vendiam a produção para outros.

ainda, a necessidade de melhoria das condições de trabalho das mulheres (LENIN, 1899a. IN: LENIN, 1980).

Em 1902, ainda sob o impacto da escrita, por Krupskaja, da primeira contribuição socialdemocrata russa sobre a questão das mulheres – *A Mulher Trabalhadora* (1901) – Lenin, em seu *Projeto para o Programa do Partido Operário Socialdemocrata*, colocava as reivindicações de direitos iguais para todos, independentemente de sexo, religião e raça, direito ao trabalho para ambos os sexos, a proibição do trabalho da mulher em ramos especialmente prejudiciais para o organismo feminino e a designação de inspetoras nos setores onde predominava o trabalho feminino (LENIN, 1902. IN: LENIN, 1980). Em seus *Materiais para a Revisão do Programa do Partido* (1917a), novamente a preocupação da inserção das reivindicações de direitos femininos no programa partidário aparece. Nele estão pontos como a igualdade entre os sexos, o direito à educação para ambos os sexos, o direito de licença-maternidade e horário de amamentação na jornada de trabalho, além da questão da proteção do trabalho feminino. (LENIN, 1917a. IN: LENIN, 1980)

Na discussão sobre o sufrágio feminino na Segunda Internacional, Lenin se posicionou em apoio ao direito de voto feminino. No texto *O Congresso Socialista Internacional de Stuttgart* (LENIN, 1907. IN: LENIN, 1980), Lenin retoma as discussões sobre o sufrágio feminino durante a I Conferência Internacional da Mulher Socialista, ocorrida em 1907. O artigo também comenta sobre a posição inglesa de apoiar uma espécie de voto feminino censitário, e da delegação austríaca, de submeter à luta do sufrágio feminino à prévia aprovação do sufrágio masculino, assim como Kollontai também relata em seu artigo *International Socialist Conferences of Women Workers* (KOLLONTAI, 1907).

Por diversas vezes, Lenin, reparou e reforçou a participação das mulheres nos processos revolucionários. Ainda em 1916, em seu artigo *Sobre as palavras de ordem: desarmamento, o Sbornik sotsial-demokrata* (LENIN, 1916a. IN: ENGELS, MARX, LENIN, 1979) ele já levantava a participação ativa das mulheres na Comuna de Paris, refletindo sobre a relação entre os *trusts* e a maior exploração de mulheres e crianças e como isso levava às mulheres a um papel ativo na revolução. Em *As Lições da Insurreição de Moscou* (LENIN, 1906. IN: ENGELS, MARX, LENIN, 1979), ele comentava sobre a bravura de duas jovens na Revolução de 1905. Essa bravura e determinação seriam vistas novamente no início da Revolução Russa, em um contexto de aumento da exploração das mulheres e piora das condições de vida no contexto da guerra. Ainda em 1916, em *Tarefas da Esquerda de Zimmerwald no Partido Social-Democrata Suíço* (LENIN, 1916c. IN: ENGELS, MARX,

LENIN, 1979), entre as tarefas que Lenin elencava para aquele momento, ele colocava a necessidade de agitação sobre a carestia e a guerra entre as mulheres. Ele propunha:

Abolição de todas as limitações sem exceção dos direitos da mulher em comparação com os direitos do homem Explicação às massas da especial urgência desta transformação nos momentos em que a guerra e a carestia inquietam amplas massas populares e suscitam na mulher de maneira particular, o interesse e a atenção pela política. (LENIN, 1916c. IN: ENGELS, MARX, LENIN, 1979, p. 45)

Considerando a forma como se deu o início da Revolução Russa, a leitura de Lenin se demonstrou correta. Em 1920, segundo Clara Zetkin, recordando sobre o papel das mulheres em 1917, Lenin ressaltava que “Em Petrogrado, em Moscou, nas cidades e nos centros industriais afastados, o comportamento das mulheres proletárias durante a revolução foi soberbo. Sem elas, muito provavelmente não teríamos vencido”. Ele também observava a participação das mulheres depois da revolução nos Sovietes, comitês executivos, Comissariados do povo, partido, massas, exército vermelho e como esse passo era importante não só para as mulheres russas, mas “para as mulheres do mundo inteiro, porque comprova a capacidade das mulheres e o elevado valor que tem seu trabalho, para a sociedade.” (ZETKIN, 1920)

Em 1918, em seu *Discurso no Primeiro Congresso Pan-Russo das Operárias*, ele defende que “uma revolução socialista não é possível sem uma larga participação de uma fração das trabalhadoras” (LENIN, 1918. IN: ENGELS, MARX, LENIN, 1979, p. 108), reforçando que “o sucesso de uma revolução *depende* do grau de participação das mulheres” (LENIN, 1918. IN: ENGELS, MARX, LENIN, 1979, p. 109). Em 1917, ainda no exterior, em sua *3ª Carta de Longe* (LENIN, 1917b. IN: MARX, ENGELS, LENIN, 2017), Lenin propunha a criação de uma milícia operária formada por cidadãos adultos, de ambos os sexos, que combinasse funções de exército, polícia e administração pública. Ele defende a inserção das mulheres na milícia operária como uma forma de tirá-las do isolamento do lar, embora associe a participação das mulheres às políticas de bem-estar e vigilância sanitária, não mencionando, nesse momento, as mulheres como combatentes. Explicando sobre as funções pedagógicas de tal milícia operária, Lenin coloca:

Tal milícia incluiria também os jovens na vida política, ensinando-os, não só pelas palavras, mas pelos atos, pelo trabalho. Tal milícia desenvolveria as funções que, falando em linguagem científica, dizem respeito à “política do bem-estar”, à vigilância sanitária, etc., recrutando para esse trabalho todas as mulheres adultas. E, sem incluir as mulheres no serviço social, nas milícias, na vida política, sem arrancar as mulheres do ambiente embrutecedor da casa e da cozinha, não é possível constituir a democracia, para não falar do socialismo. (LENIN, 1917b. IN: MARX, ENGELS, LENIN, 2017, p. 104)

Após a Revolução, Lenin continuou a enfatizar a importância da mobilização das mulheres e de seu despertar político, tarefa que era entrelaçada à perspectiva de libertação das

mesmas. Em seu papel de liderança do governo e do partido bolchevique, ele buscou propagandear e legitimar o programa do partido para as mulheres, que incluía principalmente a sua inserção na vida produtiva, a socialização do trabalho doméstico e sua participação política, desconstruindo a ideia de desigualdade propagada pela família patriarcal, e reconhecendo a mulher como trabalhadora e igual e na garantia da igualdade legal.

Uma das fontes onde é possível ver a propaganda do programa bolchevique para as mulheres por Lenin de forma mais nítida é seu discurso à IV Conferência das Operárias sem Partido, *Tarefas do Movimento Operário Feminino na República Soviética* (LENIN, 1919c. IN: LENIN, 1980). Segundo Lenin, o governo soviético se propôs, desde o começo, a realizar a tarefa da demolição das velhas leis que promulgavam a desigualdade de direitos das mulheres, quando os Estados europeus ainda mantinham a ausência de direitos das mesmas²³⁹. A garantia legal de direitos, entretanto, era só um começo. Para a plena emancipação das mulheres e sua igualdade efetiva, era necessária uma “economia coletiva” e a participação das mulheres no trabalho produtivo comum, além de retirar de seus ombros os afazeres domésticos, na maioria das vezes os mais improdutivos, bárbaros e pesados (LENIN, 1919c. IN: LENIN, 1980, p. 71)

Lenin, assim como Kollontai, apresenta uma posição contraditória em relação à participação das mulheres na organização dos serviços de socialização do trabalho doméstico. Se, por um lado, os serviços de socialização do trabalho doméstico eram necessários para a libertação das mulheres, por outro, quem trabalharia nos mesmos, seriam também as mulheres. Em Kollontai, vimos com nitidez como o fato de o trabalho, antes executado em casa, tornar-se público, assalariado, parecia ser suficiente para garantir a libertação das mulheres, sem questionar a fundo como se dava a divisão sexual do trabalho. Em Lenin, nesse discurso, a designação das mulheres a esses serviços aparece com tons de legitimação da auto-organização das mulheres em torno desses serviços. Diz ele:

Estamos criando instituições, refeitórios e creches modelos que liberam a mulher do trabalho doméstico. E é precisamente a mulher quem se empenha na organização de todas estas instituições. É necessário reconhecer que hoje existem na Rússia poucas instituições deste tipo, e que ajudam as mulheres a deixar a condição de escrava do lar. O número destas instituições é insignificante e as condições pelas quais passa a República Soviética – as condições militares e do abastecimento [...] – entram estas tarefas. Devemos lembrar, no entanto, que estas instituições, instrumentos de libertação da mulher de sua condição de escrava doméstica, surgem em todas as partes onde existe a menor possibilidade. Afirmamos que a emancipação dos operários deve ser obra dos próprios operários, e da mesma maneira a emancipação

²³⁹ Em diversos artigos/discursos, Lenin volta a essa comparação entre os países burgueses e o regime soviético na garantia de direitos para as mulheres, como por exemplo, *O Poder Soviético e a Situação da Mulher* (LENIN, 1919b. IN: LENIN, 1980) e *No quarto aniversário da Revolução de Outubro*. (LENIN, 1921a. IN: LENIN, 1980).

das operárias devem ser obras das próprias operárias. São elas quem devem se preocupar em desenvolver essas instituições, e esta atividade da mulher conduzirá a uma mudança completa da situação na qual vivia na sociedade capitalista. (LENIN, 1919c. IN: LENIN, 1980, p. 72)

Lenin observava que, sob o capitalismo as mulheres eram afastadas dos espaços políticos, e que sob o governo soviético era fundamental a participação política feminina, não somente das militantes do partido e mulheres mais conscientes, mas também das mulheres sem partido e menos conscientes. Ele ainda exemplifica algumas possibilidades de trabalho das mulheres a partir de sua habilidade como organizadoras, na propaganda no exército, alimentação pública e distribuição de alimentos, organização de restaurantes públicos, criação e controle de fazendas experimentais. No texto, entretanto, Lenin associa a participação das mulheres nessas tarefas e suas habilidades específicas como “organizadoras”²⁴⁰, embora coloque isso no contexto onde ele comenta que a sociedade burguesa exigia da mulher uma preparação complexa para a participação política e que sob o governo soviético a política se tornava mais acessível a elas. (LENIN, 1919c. IN: LENIN, 1980, p. 72-74) Na verdade, vemos aqui o reflexo da linha desenvolvida pelo partido, de envolvimento das mulheres em questões práticas, intimamente relacionadas às suas demandas como mulheres, comentada por Kollontai em suas obras.

No artigo *A Grande Iniciativa*, também está presente a valorização da aprovação dos direitos das mulheres, a reafirmação de que as leis, por si só, não seriam capazes de libertar as mulheres e a necessidade de garantia de serviços de socialização do trabalho doméstico. Esses serviços, que existem isoladamente e de forma mercantilizada ou filantrópica na sociedade capitalista, seriam garantidos finalmente aos trabalhadores e trabalhadoras na república soviética. (LENIN, 1919a. IN: LENIN, 1980) Em *Às Operárias*, Lenin, mais uma vez avaliando a limitação da garantia de direito legais, ressalta a necessidade de participação das trabalhadoras na administração das empresas públicas e na administração do Estado²⁴¹. Ele convoca as mulheres a tomarem papel ativo nas eleições do Soviete de Moscou:

Elegei mais operárias para o Soviete, mesmo comunistas ou sem partido. Desde que sejam operárias honradas, capazes de realizar um trabalho inteligente e consciente, ainda que sejam operárias sem partido, elegei-as ao Soviete de Moscou! Mais operárias no Soviete de Moscou! Que o proletariado de Moscou demonstre que está disposto a fazer e faz todo o necessário para a luta até a vitória, para a luta contra a velha desigualdade, contra a velha humilhação burguesa da mulher! O proletariado

²⁴⁰ A ideia da associação entre as mulheres e tarefas ligada a organização aparece também na *Saudação à Assembleia de Sessões Femininas Provinciais de Toda a Rússia*. (LENIN, 1920d. IN: LENIN, 1980)

²⁴¹ A ideia de que as mulheres eram mais atrasadas politicamente que os homens (ideia que tinha um fundamento de verdade) aparece aqui também. Lenin diz que “administrando, as mulheres aprenderão com rapidez e se colocarão no mesmo nível que os homens”. Chama a atenção, entretanto, que, em vez de Lenin exigir ou esperar que as mulheres primeiro se qualificassem e depois fossem inseridas nos espaços políticos e de gestão do Estado, ele via a inserção das mulheres como uma tarefa urgente, não duvidando da capacidade das mulheres e apostando no aprendizado prático.

não pode lograr a liberdade completa sem conquistar a plena liberdade para a mulher. (LENIN, 1920b. IN: LENIN, 1980, p. 81)

Lenin não tinha ilusão de que a emancipação das mulheres fosse se realizar do dia para a noite. Em diversos momentos ele comentou sobre como essa era uma tarefa árdua, difícil, que demoraria muitos anos ainda para se dar por completo, o que podemos ver em *Tarefas do movimento operário feminino na República Soviética* (LENIN, 1919c. IN: LENIN, 1980).

Agora nos preparamos para destruir o terreno visando a edificação socialista, mas a edificação da sociedade socialista somente começará quando nós conseguirmos a plena igualdade da mulher e emprendermos a nova tarefa junto com a mulher liberada deste trabalho menor, embrutecedor e improdutivo [trabalho doméstico]. Neste campo temos trabalho para muitos e muitos anos. (LENIN, 1919c. IN: LENIN, 1980, p. 71)

Em 1920, em sua saudação *Por Ocasão do Dia Internacional da Operária*, Lenin observava que o movimento operário feminino consistia na luta pela igualdade econômica e social da mulher e não somente pela igualdade formal. A tarefa principal, segundo ele, era incorporar a mulher no trabalho social produtivo, retirando-as da “subordinação – embrutecedora e humilhante – ao eterno ambiente da cozinha e dos quartos das crianças²⁴²”, um processo visto como “uma luta prolongada que requer uma radical transformação da técnica social e dos usos e costumes”, mas que terminará com a plena vitória do comunismo. (LENIN, 1920c. IN: LENIN, 1980, p. 82-83)

Até aqui apresentamos os pontos abordados por Lenin que se coadunam com os as ideias de Kollontai e o programa bolchevique de um modo geral. Se nesses campos, eles não apresentarão, entre si, questões divergentes, nos debates relacionados ao campo da sexualidade, Lenin e Kollontai entraram, programaticamente, em rota de colisão um com o outro.

Lenin não teve uma posição moralista com relação à prostituição²⁴³, condenando a forma como a burguesia via as prostitutas, ou como caso de polícia, ou de religião (LENIN, 1913d. IN: LENIN, 1980), se posicionou a favor do divórcio (LENIN, 1916b. IN: LENIN, 1980; LENIN, 1922b. IN: LENIN, 1980), contra as leis que criminalizavam as mulheres que abortavam e a favor da liberdade de informação sobre métodos contraceptivos, todos temas relativamente polêmicos em seu tempo. Entretanto, no que tange à preocupação com os temas relacionados à sexualidade e ao amor, Lenin censurou os/as que se colocaram nessa discussão e se posicionou de forma bastante conservadora sobre essas questões. Para a análise de suas posições, utilizaremos duas cartas trocadas com Inessa Armand em 1915, onde eles discutem

²⁴² De um modo geral, na obra de Lenin, o trabalho doméstico é visto como um trabalho menor, e que por isso também deveria ser eliminado.

²⁴³ O que em algumas vezes aparece em Kollontai, embora o contrário também.

sobre o amor livre, bem como um relato de Clara Zetkin referente a duas conversas que eles tiveram em 1920.

Na correspondência trocada com Inessa Armand sobre o amor livre, Lenin sugere à Armand que abolisse a reivindicação do amor livre, pois considerava-a uma reivindicação burguesa, e não proletária. A tese de Lenin era de que o termo “amor livre” abria margem para interpretações diversas sobre o significado do mesmo. Ele chegou a sugerir que era preciso escolher outra denominação para a reivindicação de amor livre feita pelas proletárias. Na discussão que faz, Lenin apresenta uma separação entre interpretações burguesas e proletárias do amor livre. Ele diz:

O que você entende por esta reivindicação? O que se pode entender por tal reivindicação? 1) Que a mulher seja livre de todo cálculo de caráter material (financeiro) em questão do amor? 2) Que se veja também livre de toda preocupação material? 3) Dos preconceitos religiosos? 4) Das proibições do chefe de família? 5) Dos preconceitos da sociedade? 6) Da mesquinha atmosfera (camponesa, pequeno-burguesa ou intelectual-burguesa) do meio ambiente? 7) Das travas da lei, dos tribunais e da polícia? 8) Da seriedade do amor? 9) Da procriação? 10) Da liberdade de adultério? (LENIN, 1915a. IN: LENIN, 1980, p. 35)

Lenin defende que as interpretações 8, 9 e 10 seriam reivindicações burguesas, e não proletárias. A carta foi respondida por Inessa Armand²⁴⁴, e novamente replicada por Lenin. No documento, ele mais uma vez apresenta a opinião de que a reivindicação do amor livre não estava clara no plano para um folheto que tinha sido elaborado por Armand e, na presente situação, apresentava-se como uma reivindicação burguesa, não proletária. Armand, entretanto, não concordava com essa opinião. Lenin então a interpela dizendo que, para que ela refutasse as interpretações 8,9 e 10, ela deveria ou substituir as interpretações inexatas, ou mostrar que são incompletas e dizer o que faltava, ou explicar que elas não se dividiam em burguesas e proletárias, criticando Armand por não ter feito nenhuma das três opções. Ele toma por princípio a ideia de que Armand seria contra as interpretações de 8 a 10, e se apresenta preocupado com possíveis interpretações distorcidas do panfleto, recomendando que Armand procurasse alguma militante francesa²⁴⁵ para conversar sobre o assunto (LENIN, 1915b. IN: LENIN, 1980, p.37-40).

Da posição apresentada por Lenin nessas duas cartas, apesar de ter por traz uma discussão sobre interpretações possíveis da reivindicação apresentada, transparece uma concepção de que as relações deveriam ser “sérias”, monogâmicas e comprometidas com a

²⁴⁴ Não conseguimos ter acesso à resposta dela. Compreendemos que existe essa carta pois, na correspondência seguinte, o contexto dá a entender que ela existiu. Lenin se desculpa pela demora em responder e se remete a opiniões de Armand sobre os comentários de Lenin.

²⁴⁵ Armand estava na França.

procriação²⁴⁶, embora também evidenciasse a desconstrução de outros elementos muito importantes.

Clara Zetkin, nos dá mais elementos para compreender a concepção de Lenin sobre a questão da sexualidade e as relações amorosas no diálogo relatado por ela entre os dois, ocorrido em 1920, publicado pela mesma (ZETKIN, 1920). Além de questões relacionadas à sexualidade, na conversa, eles debatem sobre a participação das mulheres na Revolução Russa e no governo soviético, a prostituição, a opressão das mulheres e o movimento feminino operário²⁴⁷.

Nele, Lenin apresenta uma visão bastante conservadora sobre relações e sexualidade, criticando a ocupação excessiva da militância, inclusive de Zetkin, com essas questões. Segundo Zetkin, Lenin a teria interpelado:

A lista de vossos pecados, Clara, ainda não terminou. Ouvi dizer que, em vossas reuniões noturnas dedicadas à leitura e aos debates com as operárias, ocupai-vos sobretudo com as questões do sexo e do casamento. Esse assunto estaria no centro de vossas preocupações, de vossa instrução política e de vossa ação educativa! Não acreditei no que ouvi. O primeiro estado no qual se realizou a ditadura proletária está cercado de contrarrevolucionários de todo o mundo. A situação da própria Alemanha exige a máxima união de todas as forças revolucionárias proletárias para repelir os ataques sempre mais vigorosos da contra-revolução. E, agora, justamente agora, as comunistas ativas tratam da questão sexual, das formas de casamento no passado, no presente e no futuro, julgam que seu primeiro dever é instruir as operárias nessa ordem de ideias. (ZETKIN, 1920)

O que poderia parecer uma discordância sobre prioridades frente à necessidade de enfrentamento da guerra civil, entretanto, não se confirma no desenrolar do texto. Apesar de Lenin voltar a esse argumento em alguns momentos, essa argumentação é secundária. Na conversa, Lenin considera as “teorias sexuais” “hipóteses arbitrárias” formuladas por necessidades pessoais de justificar os próprios “instintos sexuais excessivos”. Embora tivessem um “revestimento de formas subversivas e revolucionárias” elas, eram burguesas e restritas aos intelectuais e camadas próximas.

Uma das justificativas dadas por Zetkin ressaltava que a relação as entre mudanças econômicas e das relações matrimoniais e familiares ao longo da história, eram uma boa forma de destruir a ordem e a moral burguesa. Ela ressalva que toda a leitura sobre as relações sexuais e matrimoniais e suas mudanças no curso da história eram realizadas sob o ponto de vista marxista, ligando-se sempre à análise da sociedade burguesa. Lenin solicita então garantias de que as discussões eram feitas sempre do ponto de vista do materialismo histórico, sendo bem compreendido pelas mulheres presentes nas mesmas. Entretanto, ele questiona,

²⁴⁶ É importante frisar que essa questão da procriação tem duas interpretações possíveis. Uma relacionada ao dever da procriação e outra relacionada à responsabilidade com os filhos, frutos dessa relação.

²⁴⁷ No documento, a posição de Lenin sobre o movimento feminino operário é bastante desenvolvida.

ainda assim, a ocupação das operárias com essa temática, dizendo que “neste momento, todos os pensamentos das operárias, das mulheres trabalhadoras devem estar voltados para a revolução proletária. Ela é que criará inclusive base para as novas condições de casamento e novas relações entre os sexos”.

Lenin critica a ocupação “excessiva” não somente das mulheres, mas também da juventude pela dedicação à pauta sobre as novas relações sexuais e afetivas. Ele lamenta:

O próprio movimento juvenil está contaminado pela tendência moderna e pela predileção desmedida pelos problemas sexuais [...] Disseram-me que os problemas sexuais são mesmo um assunto predileto das vossas organizações juvenis. Nunca faltam relatores sobre esse assunto. Isto é particularmente escandaloso, particularmente deletério para o movimento juvenil. Tais assuntos podem contribuir facilmente para excitar, para estimular a vida sexual de certos indivíduos, para destruir a saúde e a força da juventude. Deveis lutar também contra essa tendência. O movimento feminino e o juvenil têm muitos pontos de contato. (ZETKIN, 1920)

Na conversa, Lenin comenta o impacto na juventude da difusão da ideia de que a satisfação sexual deveria ser tão simples quanto beber um copo de água. Ele considerava a teoria do copo d’água como não marxista e antissocial, pois considerava somente a natureza (biologia), não a cultura. O texto dá a entender que um dos motivos pelo qual ele se colocava contrário às discussões sobre sexualidade seria o fato de as pessoas envolvidas na discussão considerarem as modificações na “superestrutura ideológica” como decorrentes unicamente da “base econômica”, frisando que as relações entre os sexos não eram simplesmente a “expressão da ação da economia social e da necessidade física, dissociadas no pensamento por uma análise psicológica”²⁴⁸.

Em relação à satisfação sexual e a liberdade para realizá-la, entretanto, Lenin se coloca em um lugar bastante moralista. Embora ressalte que sua posição não é pregar o ascetismo, ele coloca que a “sede” (necessidade) deveria ser saciada, entretanto, se pergunta: “Mas será que um homem normal, em condições igualmente normais, se deitará no chão, na rua, para beber água suja de um lameiro? Ou beberá em um copo marcado nas beiradas por dezenas, de outros lábios?”. Apesar de buscar explicar que se importava, na verdade, com o reflexo social de tais práticas sexuais (filhos).

No lugar da sexualidade “desenfreada”²⁴⁹, Lenin propõe o para a juventude a prática do esporte e estudos. Ele coloca:

A revolução exige concentração, tensão das forças, tanto das massas, como dos indivíduos. Não pode tolerar estados orgânicos [...]. Os excessos na vida sexual são

²⁴⁸ Ao ler a obra de Kollontai, percebemos que Lenin é injusto nesse ponto, ao considerar que a discussão sobre a sexualidade levava em consideração somente o lado biológico, ou que reivindicava uma mudança automática decorrente das mudanças na forma produtiva e de governo. Pelo contrário, muitas das discussões se encontravam na esfera da psicologia e cultura, reivindicadas por ele aqui.

²⁴⁹ Expressão minha.

sinal de decadência burguesa. O proletariado é uma classe em ascensão. Não necessita inebriar-se, atordoar-se, excitar-se. Não precisa embriagar-se nem com excessos sexuais, nem com álcool. [...] Assim, repito, nada de fraqueza, nada de desperdício ou destruição de forças. Dominar-se, disciplinar os próprios atos não é escravidão, e é igualmente necessário no amor. (ZETKIN, 1920)

Lenin parece ver, portanto, a liberdade sexual como desorganizadora da vida social e militante e como um desperdício de forças que deveriam ser empregadas na revolução. Na conversa, ele ainda critica tanto homens como mulheres militantes que misturavam romances pessoais com a política.

O diálogo com Zetkin é bastante interessante, embora precise ser levado em conta de que as falas de Lenin nesse texto são os relatos de Zetkin, e não foram escritos diretamente por Lenin. Se compararmos a abordagem de Lenin sobre a questão sexual e a de Kollontai, vemos bastante diferença. Embora Kollontai visse o amor livre com desconfiança no âmbito da sociedade capitalista, pós 1917 os conceitos de amor-livre e amor-camaradagem começam a se aproximar cada vez mais em seus textos e pronunciamentos. Kollontai também nunca teve uma posição moralista com relação à sexualidade e à satisfação sexual, quebrando com muitos tabus de sua época nessa questão (e sofrendo as consequências de sua posição pela opinião pública e mesmo pelo seu partido).

Se no que tange à sexualidade, Kollontai e Lenin eram divergentes, o mesmo não se pode dizer sobre as concepções sobre o movimento feminino operário, a defesa de sua importância e centralidade, a necessidade de diferenciação com o feminismo, etc. Ao debater com Zetkin suas propostas para a organização das mulheres, Lenin reforça a necessidade de deixar nítido no trabalho junto as mulheres que

somente através do comunismo se realizará a verdadeira libertação da mulher. É preciso salientar os vínculos indissolúveis que existem entre a posição social e a posição humana da mulher: isto servirá para traçar uma linha clara e indelével de distinção entre a nossa política e o feminismo. Esse ponto será mesmo a base para tratar o problema da mulher como parte da questão social, como problema que toca aos trabalhadores, para uní-lo solidamente à luta de classe do proletariado. O movimento comunista feminino deve ser um movimento de massas, uma parte do movimento geral de massas, não só do proletariado, mas de todos os explorados e de todos os oprimidos, de todas as vítimas do capitalismo e de qualquer outra forma de escravidão. Nisso está sua significação no quadro da luta de classes do proletariado e de sua criação histórica: a sociedade comunista. Temos o direito de estar orgulhosos de possuir no Partido e na Internacional a fina flor das mulheres revolucionárias. Mas isso não basta. Devemos atrair para o nosso campo milhões de mulheres trabalhadoras das cidades e do campo. [...] Sem as mulheres não pode existir um verdadeiro movimento de massas. (ZETKIN, 1920)

Na conversa, Lenin defende a elaboração de um trabalho sistemático a partir de grupos de trabalho, comitês, comissões, escritórios “ou o que mais for preciso” para mobilizar as mulheres, não apenas as operárias, mas também as camponesas pobres e pequeno-burguesas. Ele reforça que a criação de organismos apropriados para realizar o trabalho entre as mulheres

não era “feminismo”, mas o caminho prático, revolucionário. Zetkin fez questão de dizer a Lenin o quanto sua posição era significativa frente a muitas camaradas que ainda se opunham a que o partido constituísse organizações especiais para o trabalho junto às mulheres.

A defesa por Lenin sobre a existência de espaços de organização separadas das mulheres, mas que se unificassem a uma luta maior, a luta pelo comunismo, era bastante importante tanto se considerarmos a resistência interna do partido (e da sociedade) na época, quanto a dissolução do *Zhenotdel* em 1930. Na entrevista com Zetkin, Lenin se posicionava decididamente a favor da auto-organização das mulheres comunistas e contra a imposição do modelo sindical como modelo de organização única da classe. Ele colocava: “somente se milhões de mulheres estiverem conosco poderemos exercer a ditadura do proletariado”. (ZETKIN, 1920).

2.2.2 Trotsky e a emancipação das mulheres

Nas narrativas clássicas da Revolução Russa, conhecidas pelos estudiosos do tema, Trotsky é um dos únicos (senão o único) que recupera a participação ativa das mulheres em fevereiro de 1917 em sua *História da Revolução Russa* (TROTSKY, 1977 – publicação original em 1932). Trotsky não fez muitas incursões sobre a questão das mulheres e da família, entretanto, nos anos 1923-1925, em meio às discussões partidárias e públicas sobre condições de vida, modos de vida, nova moral e novos costumes, ele escreveu uma série de artigos, a maioria desses publicados no *Pravda*, e posteriormente compilados em uma obra sob o título *Problemas da Vida Cotidiana* (TROTSKY, 1986 – publicado originalmente em 1927). Um outro momento de reflexão de Trotsky sobre essa temática diz respeito a seu balanço sobre o efeito do stalinismo sobre as mulheres e a família realizado por ele em *A Revolução Traída* (TROTSKY, 2008 – publicação original em 1936). Essas serão nossas principais bases para, nas próximas páginas, apresentar um pouco do acúmulo de Trotsky sobre a questão da mulher.

Apesar de ter escrito “pouco” sobre a questão das mulheres, em geral os textos de Trotsky são mais aprofundados e entrecruzam mais elementos que os de Lenin. Entre os diversos temas abordados por ele está a relação necessária entre a libertação das mulheres/transformação da família e o socialismo e a relação dessas transformações com a cultura, a economia, a socialização do trabalho doméstico e a auto-organização popular, bem como com a massificação deste debate.

Em 1923, no texto *Da Velha à Nova Família* (TROTSKY, 1923e. IN: BEBEL, HELLER, TROTSKY e KOLLONTAI, 1980), Trotsky se detém sobre a análise das transformações na vida familiar e doméstica pelas quais passavam a URSS. Ele observava que, assim como a economia tinha um período de destruição e de reconstrução pós-revolução, a vida familiar também passaria por estas duas fases. Em sua análise, naquele momento, a vida familiar ainda estava na fase de destruição, pois “a vida doméstica é mais conservadora do que a econômica”, observando que em questões de política e economia, a classe operária atuava como um todo, mas na vida doméstica, ela estava dividida em pequenos núcleos, as famílias. (TROTSKY, 1923e. IN: BEBEL, HELLER, TROTSKY e KOLLONTAI, 1980, p. 51) Segundo Trotsky, o período de críticas e destruição das relações familiares herdadas do período pré-revolucionário começaria depois, e dura muito tempo²⁵⁰, assumindo formas penosas²⁵¹ e complexas. (TROTSKY, 1923e. IN: BEBEL, HELLER, TROTSKY e KOLLONTAI, 1980, p. 52)

Em sua opinião, a mudança econômica e política tinha influenciado as condições familiares, mas ainda de forma superficial. A reforma radical da família e de toda a vida doméstica exigiria, segundo Trotsky, um esforço consciente das massas operárias e a elevação e progresso cultural. (TROTSKY, 1923e. IN: BEBEL, HELLER, TROTSKY e KOLLONTAI, 1980, p. 51)

Trotsky, em diversos momentos, deixa nítida sua percepção de que a questão da família/mulher era bastante complexa e de difícil transformação. Ele comparava a facilidade de instituir a igualdade legal das mulheres pelo governo soviético, à dificuldade bem maior de instituir a igualdade de trabalho nas fábricas e fazendas, assim como a dificuldade infinitamente maior de alcançar a igualdade entre homens e mulheres na família, pois, para que isso ocorresse, era necessário revolucionar todos os costumes domésticos. Segundo Trotsky, a transformação da família dependia de um movimento duplo: “por um lado implica elevação do nível de vida da classe operária e dos indivíduos que a compõem; por outro o Estado deve cuidar da melhoria das condições materiais de vida.” (TROTSKY, 1923e. IN: BEBEL, HELLER, TROTSKY e KOLLONTAI, 1980, p. 56, observando que os dois processos estavam intimamente ligados.

Repito que, preparar condições para uma nova vida e família não pode se dar isolado das tarefas gerais da construção do socialismo. O estado operário deve se fortalecer

²⁵⁰ A perspectiva de longo prazo das transformações familiares também está presente em *Habits and Custom* (TROTSKY, 1923f)

²⁵¹ Trotsky justifica possíveis excessos e desregramentos (formas anárquicas e libertinas) nesse período como normais no período de destruição do velho e construção do novo. (TROTSKY, 1923e. IN: BEBEL, HELLER, TROTSKY e KOLLONTAI, 1980, p. 53)

economicamente para estar em condições de encarar seriamente a educação pública das crianças e libertar as mulheres das tarefas domésticas. Precisamos de mais formas econômicas socialistas. Somente sob tais condições, poderemos liberar a família das tarefas que atualmente a oprime e a desintegra. As lavanderias públicas, os restaurantes coletivos, as oficinas estatais de costura. As crianças deveriam ser educadas por bons professores, com vocação para esta tarefa. Então, as relações entre os casais se libertaria de todo o estranho e acidental, e deixariam de absorver a vida mutuamente. Assim se estabeleceria uma verdadeira igualdade. As relações estariam condicionadas somente pelo amor. (TROTSKY, 1923e. IN: BEBEL, HELLER, TROTSKY e KOLLONTAI, 1980, p. 55-56)

Em sua *Carta às Operárias de Moscou* (TROTSKY, 1923c. IN: BEBEL, HELLER, TROTSKY e KOLLONTAI, 1980), uma saudação enviada à cerimônia de comemoração do quinto aniversário do trabalho partidário entre as mulheres, Trotsky discorre sobre a necessidade de combinar esforços de baixo (a auto-organização das famílias) e de cima (Estado e sovietes locais) para a garantia de restaurantes comunais, lavanderias, creches, etc. Ele reconhece os obstáculos materiais do governo para garantir muitas das políticas necessárias à socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças, mas ressalta que esse fator não poderia ser um impedimento à construção dessas políticas. Ele diz:

A escassez de recursos materiais indubitavelmente significa um obstáculo, nesta como em outras questões. Mas isso somente significa que não atingiremos a meta tão rapidamente como desejamos. No entanto, seria totalmente inadmissível que, por causa de nossa pobreza, deixássemos totalmente de lado a construção de uma nova vida. (TROTSKY, 1923c. IN: BEBEL, HELLER, TROTSKY e KOLLONTAI, 1980, p. 60)

Trotsky também ressalta o envolvimento das mulheres com a construção das políticas voltadas à família, em decorrência de serem as mais atingidas pelas mesmas, ainda que explicita a necessidade de compromisso também dos homens com essas políticas. Ele coloca:

E quem lutará com mais afinco contra a situação de barbárie ali existente, senão a mulher revolucionária? Com isso não quero dizer que os operários conscientes estão isentos da responsabilidade de brigar pela transformação das formas econômicas da vida familiar, sobretudo a alimentação, a criação e educação dos filhos. Mas quem coloca mais energia e constância na luta pelo *novo*, são os que mais sofrem por causa do *velho* [mulher, mãe] (TROTSKY, 1923c. IN: BEBEL, HELLER, TROTSKY e KOLLONTAI, 1980, p. 60 – grifos do autor)

Em 1925, Trotsky escreve *Construir o Socialismo Significa Emancipar as Mulheres e Proteger as Mães* (TROTSKY, 1925b. IN: BEBEL, HELLER, TROTSKY e KOLLONTAI, 1980), onde enfatiza mais uma vez o protagonismo das mulheres na luta por sua libertação ressaltando que “as pioneiras da grande luta pela libertação das mães, devem ser, logicamente, as mulheres operárias de vanguarda”, cujo movimento deve se dirigir às aldeias. (TROTSKY, 1925b. IN: BEBEL, HELLER, TROTSKY e KOLLONTAI, 1980, p. 78). Embora frise o protagonismo feminino, Trotsky também defende que era possível e necessário

medir a maturidade socialista do operário e do camponês progressistas por sua compreensão da necessidade de libertar a mulher de sua servidão, de lhe dar a possibilidade de participar da vida social e cultural. (TROTSKY, 1925b. IN: BEBEL, HELLER, TROTSKY e KOLLONTAI, 1980, p. 76)

No artigo, ele também observava a diferença no envolvimento nas novas políticas entre o campo e a cidade, bem como o cenário catastrófico durante a guerra civil para a mãe e a criança, responsável por milhares de crianças abandonadas. Ele defende que, até que se modifiquem todas as condições da vida social, familiar e doméstica, não seria possível mudar a raiz da situação da mulher. Como exemplo, Trotsky chamava a atenção para o fato de que a questão da maternidade, considerada por ele nó de todos os problemas, implicava não só problemas de habitação, rede de água, lavanderias, restaurantes, mas também escolas, livros, locais de recreação, jardins de infância, creches, etc. Ele ainda observa que a qualidade desses serviços seria fundamental para que as famílias os vissem como uma possibilidade real, de modo que “suas vantagens devem ser tais que signifiquem um golpe mortal à velha unidade familiar fechada, isolada, que se apoia totalmente nos débeis ombros da mãe e dona de casa” (TROTSKY, 1925b. IN: BEBEL, HELLER, TROTSKY e KOLLONTAI, 1980, p. 77)

Mais uma vez ele sublinha a dificuldade de solucionar a questão das mulheres e da família, observando que “a profundidade dos problemas da mulher está dada pelo fato de que ela é em essência, o elemento vivente no qual se entrecruzam todos os fios decisivos do trabalho econômico e cultural” (TROTSKY, 1925b. IN: BEBEL, HELLER, TROTSKY e KOLLONTAI, 1980, p. 75). Entretanto, apesar da dificuldade, essa era uma tarefa necessária. Trotsky coloca: “O nível de energia que dediquemos a essa questão demonstrará se realmente aprendemos a relacionar todos os nossos objetivos aos problemas básicos vitais.” (TROTSKY, 1925b. IN: BEBEL, HELLER, TROTSKY e KOLLONTAI, 1980, p. 76)

O envolvimento de Trotsky com a discussão sobre a vida cotidiana, que tem como centro a libertação das mulheres, como ele observa em *Introduction to the Tartar Ediction* da obra *Problemas da Vida Cotidiana*²⁵² (TROTSKY, 1924a. IN: TROTSKY, 1986), o levou, como já comentamos, à publicação de diversos artigos sobre o tema, reunidos sob o título *Problems of Everyday Life*²⁵³. Neles, Trotsky aborda temas como: a relação de longo prazo para as transformações familiares (*Habit and Custom* - TROTSKY, 1923f. IN: TROTSKY, 1986); os motivos do apelo que a religião tinha para o povo (*Vodka, the Church, and the*

²⁵² “A tarefa central na transformação da vida cotidiana é a libertação das mulheres, forçadas ao papel de meras bestas de carga pelas velhas condições da família, do trabalho doméstico e da economia” (TROTSKY, 1924a. IN: TROTSKY, 1986, p. 79)

²⁵³ Os artigos pertencentes à publicação original são 9: *Not by Politics Alone; Habit and Custom; Vodka, the Church, and the Cinema; From the Old Family to the New; The Family and Ceremony; Civility and Politeness as a Necessary; Lubricant in Daily Relations; The Struggle for Cultured Speech; Against Bureaucracy, Progressive and Unprogressive* e *How to Begin*. O acesso aos mesmos para esta pesquisa se deu a partir do livro de mesmo título, *Problems of Everyday Life*, mas que inclui também outros textos de Trotsky. No texto acima, abordamos separadamente um dos textos – *Da Velha a Nova Família* - analisado em sua versão em português. (TROTSKY, 1986)

Cinema – TROTSKY, 1923m. IN: TROTSKY, 1986 – e *The Family and Ceremony* – TROTSKY, 1923k. IN: TROTSKY, 1986); a crítica aos homens que, embora devotados à causa, consideravam as mulheres “apenas fêmeas, não levadas a sério de jeito nenhum” (*The Struggle for Cultured Speech* - TROTSKY, 1923m. IN: TROTSKY, 1986, p. 54); o apelo à necessidade de combater o analfabetismo feminino (*Leninism and Library Work* - TROTSKY, 1923. IN: TROTSKY, 1986); e a estratégia de utilizar as questões da vida cotidiana para chamar atenção dos homens e mulheres menos conscientes e, a partir daí, abrir suas mentes para a revolução (*Big and Smal* - TROTSKY, 1923b. IN: TROTSKY, 1986). Entretanto, gostaríamos de abordar algumas outras questões cujas reflexões nos parecem mais importantes.

Em *The Struggle for Cutured Speech* (TROTSKY, 1923m. IN: TROTSKY, 1986), Trotsky comentava que era preciso lembrar que as diferentes partes da consciência humana não mudavam juntas e as transformações geralmente ocorriam a partir das áreas de maior interesse do indivíduo. Ele observava que a psicologia é influenciada pela vida, porém que essa influência não era mecânica ou automática, mas sim ativa e recíproca (TROTSKY, 1923m. IN: TROTSKY, 1986, p. 54-55), assim, o processo de transformação das relações entre os sexos era contraditório. A maneira que Trotsky defendia para conseguir a difícil tarefa dessas transformações, necessárias à libertação das mulheres, era o amplo envolvimento das massas nesse processo. Em *Against Bureaucracy, Progressive and Unprogressive* (TROTSKY, 1923a. IN: TROTSKY, 1986), ele se contrapõe à posição da burocracia partidária de ser contra a discussão sobre a vida cotidiana na imprensa²⁵⁴ e defende que esta deveria ser uma discussão feita de forma ampla nas massas, ou não haveria transformações na mesma. Trotsky enfatiza que

Nenhum governo, nem mesmo o mais ativo e empreendedor, pode transformar a vida sem a mais ampla iniciativa das massas. O Estado pode organizar as condições de vida até a última célula da comunidade, a família, mas a menos que essas células se combinem por sua própria escolha e se tornem uma comunidade, não podem ser alcançadas mudanças radicais e sérias (TROTSKY, 1923a. IN: TROTSKY, 1986, p. 61)

Ele pontuava ainda que as pessoas não poderiam “se mudar” para um novo modo de vida. Ele precisava ser cultivado. O primeiro passo para isso era evidenciar as contradições presentes na vida doméstica e esclarecer o proletariado. Trotsky também defende iniciativas de auto-organização das massas para a criação de serviços de socialização do trabalho doméstico e resoluções de problemas da vida cotidiana. (TROTSKY, 1923a. IN: TROTSKY,

²⁵⁴ Essa passagem indica para nós que já na primeira metade dos anos 1920 existia uma iniciativa de não massificar os debates sobre a família, mulheres, cultura, por parte da burocracia partidária.

1986, p. 63-65) Em *How to Begin*, ele observava que “não podemos nos dar ao luxo de esperar que tudo venha, como resultado da iniciativa do governo. A nova estrutura social deve prosseguir simultaneamente em todos os lados” (TROTSKY, 1923g. IN: TROTSKY, 1986, p. 71)

Em 1932, Trotsky, já perseguido pelo stalinismo, ainda propagandeava e defendia os avanços conquistados no que se refere ao objetivo de transformação da família, das relações afetivas, a facilidade do divórcio, a liberdade sexual e outros, na entrevista publicada sob o título *Catorce preguntas sobre la vida y la moral em la Unión Soviética* (TROTSKY, 1932a). Ainda sob uma perspectiva otimista, falando das relações matrimoniais, ele afirmava que

liberado das cadeias da política e do clero, mais tarde também da necessidade econômica, o laço entre homem e mulher ganhará uma expressão própria [...]. O matrimônio deixou o terreno da tradição acrítica e da força cega das circunstâncias para passar ao da razão coletiva. (TROTSKY, 1932a)

Entretanto, quatro anos depois, já sob o impacto dos sucessivos retrocessos que significaram a aprovação do Código de Família de 1936, Trotsky, em sua obra *A Revolução Traída* (TROTSKY, 2008²⁵⁵), analisa brilhantemente a relação entre o “termidor no lar”²⁵⁶ e a ascensão da burocracia stalinista. Ele afirma que “as sucessivas modificações no estatuto da família na União Soviética são as que melhor caracterizam a verdadeira natureza da sociedade soviética e a evolução de suas camadas dirigentes”²⁵⁷. (TROTSKY, 2008, p. 163-164)

Trotsky observava o esforço feito pelo processo revolucionário para libertar as mulheres e as dificuldades geradas, tanto pela desconfiança inicial da população, quanto, principalmente, pelas dificuldades econômicas. Segundo ele, “a família não pode ser abolida. É necessário substituí-la. A verdadeira emancipação da mulher é impossível no campo da miséria socializada”. Entretanto, ele relata que, desde a supressão das senhas de racionamento, em 1935, iniciou-se um movimento de volta dos operários mais bem pagos à mesa familiar, frente ao julgamento implacável da alimentação social organizada pela burocracia e que o mesmo processo ocorreu com as lavanderias. A louvação da cozinha e lavagem caseira, entretanto, significava a volta da mulher “às caçarolas e aos tanques”. (TROTSKY, 2008, p. 164)

Trotsky percebeu como a baixa à qualidade dos serviços foi utilizada para descreditar as políticas como um todo por parte da burocracia, o que ocorreu fortemente com as creches e as

²⁵⁵ No caso de *A Revolução Traída*, como a obra foi por inteira republicada sozinha, utilizaremos a data da referência bibliográfica. Sua publicação original, como já observado, data de 1936.

²⁵⁶ Expressão de Trotsky.

²⁵⁷ Não à toa Wendy Goldman utiliza os diferentes Códigos de Família para analisar o processo de revolução e “contrarrevolução” nas questões das mulheres na URSS.

lavanderias, alvo de todo tipo de críticas, bem como notou a mudança que restituiu a adoção como significando o reconhecimento por parte do Estado de sua incapacidade de garantir instituições adequadas às crianças. Ele também comenta sobre a reserva dos poucos serviços disponíveis, como os jardins de infância, à burocracia e seus filhos. (TROTSKY, 2008, p. 165)

Trotsky relaciona a situação das crianças abandonadas pelas ruas na ausência de políticas, os retrocessos destinados a dificultar o divórcio e separar filhos legítimos e ilegítimos e o crescimento da prostituição (TROTSKY, 2008, p. 167-169). Ele ainda, discorrendo sobre o aborto, ressalta que a revolução garantiu o direito de aborto às mulheres como “um dos seus direitos cívicos, políticos e culturais essenciais, enquanto durarem a *miséria* e a *opressão familiar*”²⁵⁸ (TROTSKY, 2008, p. 167) e critica o argumento dado por um membro de um tribunal soviético para a interdição do aborto de que, como na sociedade socialista não existia o desemprego, a mulher, não poderia “ter o direito de rejeitar as ‘alegrias da maternidade’”. Trotsky interpela essa opinião, pois, sob o argumento de que a URSS era um país onde é bom viver, eles puniam o aborto com prisão, exatamente como nos países capitalistas, tendo em vista a “necessidade de homens”. Ele comenta que “se a burocracia não tivesse posto nos lábios de milhões de trabalhadoras o selo do silêncio, poderiam responder-lhe: façam vocês próprios as crianças!” e defende que “o socialismo deveria eliminar as causas que levam a mulher ao aborto, não intervir na vida íntima da mulher para lhe *impor* as ‘alegrias da maternidade’” (TROTSKY, 2008, p. 167 – grifos meus)

É interessante notar que a posição de Trotsky sobre o aborto é bem mais respeitosa da escolha e opinião das mulheres do que a de Kollontai ou Lenin, que veem o aborto como um recurso passageiro e indesejável diante da pobreza. Trotsky elenca para as justificativas do aborto não só a “*miséria*”, mas também a “*opressão familiar*”, e se coloca contrário ao Estado “*impor*” a maternidade à mulher. Entretanto, é verdade que a perspectiva de Trotsky continua, de certa forma, a ver a garantia do aborto como algo transitório na medida em que coloca “*enquanto durarem a miséria e a opressão familiar*”, ou expõe a ideia de que o Estado deveria eliminar as causas que levam as mulheres ao aborto, mas não impor a maternidade às mulheres. Ainda que seja possível de fato eliminar muitas das causas que levam as mulheres a abortarem (situação social e econômica, gravidez fruto de violência, etc.), Trotsky ainda não parece considerar o desejo da mulher não levar uma gestação adiante, em uma época histórica onde os métodos contraceptivos eram pouco desenvolvidos e acessíveis à população.

²⁵⁸ Trotsky ainda observa a desigualdade de classes no acesso aos abortamentos seguros: “Mas este triste direito torna-se, pela desigualdade social, um privilégio.” (TROTSKY, 2008, p. 167)

Nessa obra, Trotsky também percebia que a legislação do casamento da Revolução de Outubro tinha sido transformada e desfigurada pelo governo sob Stalin. Ele observava, entretanto, que o recuo ocorrido tinha outros motivos, maiores que a necessidade econômica. Segundo ele

O motivo mais imperioso do atual culto da família é, sem dúvida, a necessidade que a burocracia tem de uma hierarquia estável das relações, de uma juventude disciplinada e espalhada por quarenta milhões de lares, servindo de pontos de apoio à autoridade e ao poder (TROTSKY, 2008, p. 170)

Essa passagem é importante porque nos fornece uma pista de que Trotsky compreendia as funções ideológicas que a família possuía na preservação de determinados valores em detrimento de outros. Pela via da reabilitação da família, se esperava resgatar valores como autoridade, hierarquia, submissão, necessários à nova fase do regime.

Trotsky denunciava, nos anos 1930, a realidade existente na URSS. Embora a doutrina oficial declarasse o alcance dos objetivos traçados sobre a libertação das mulheres, a realidade protestava contra essas afirmações. A mulher soviética ainda não estava liberta. (TROTSKY, 2008, p. 170-172)

Se compararmos os textos escritos por Kollontai e por Trotsky sobre as políticas para as mulheres no período stalinista, percebemos nitidamente a contradição da realidade mostrada por um e por outro. Enquanto a fala oficial de Kollontai é a da “igualdade atingida” se somando à posição governamental, Trotsky denuncia não só a persistência da desigualdade, mas a instrumentalização da opressão das mulheres aos fins políticos e econômicos do governo/partido.

Ainda com relação à Kollontai, também é preciso perceber que embora ambos ressaltassem as relações entre “economia” e “psicologia”, Trotsky parece ser mais realista ao analisar as formas como essas duas esferas se auto-influenciavam e se auto-determinavam de forma recíproca, e também as dificuldades dessas transformações.

2.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste segundo capítulo buscamos apresentar parte da produção intelectual/política de Kollontai a partir do resgate de suas obras, inserindo-as no contexto em que foram produzidas, tanto historicamente quanto em relação às diferentes “fases” da ação política da mesma. Procuramos evidenciar tanto seus momentos de grande contribuição política e teórica para a questão das mulheres, mas também apontar suas limitações e contradições, tentando nos aproximar de uma apresentação de Kollontai, não idealizada, mas real, inserida nas possibilidades de seu tempo histórico e seu percurso político.

Para auxiliar o processo de contextualização do pensamento de Kollontai e adicionar elementos de comparação em sua análise, trouxemos também um pouco das elaborações de Lenin e Trotsky onde eles abordam a questão das mulheres e da família sob o capitalismo, a ditadura do proletariado/período de transição e as perspectivas para uma sociedade socialista/comunista.

Esperamos que tenhamos atingido o objetivo de contribuir para a recuperação histórica, teórica, política dos três intelectuais no que tange à libertação das mulheres.

Entretanto, mais que um simples resgate, a análise teórica das potencialidades e contradições existentes no pensamento dos bolcheviques no que tange à questão das mulheres é extremamente rica, pois aponta elementos importantes sobre as relações entre feminismo e marxismo na experiência soviética, que nos é cara para pensar essa relação também no presente. No próximo capítulo, buscamos avançar sobre este campo de reflexões.

3. AVANÇOS E LIMITES DO PENSAMENTO DE KOLLONTAI À LUZ DAS FORMULAÇÕES DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

3.1. NOSSOS PRESSUPOSTOS PARA A ANÁLISE: A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

Compreender as contradições presentes no pensamento de Alexandra Kollontai requer que tenhamos uma base teórica com a qual organizar o “quebra-cabeça” colocado à nossa frente. Para realizar isso, recorreremos à chamada “teoria da reprodução social”, também conhecida como “feminismo da reprodução social” ou “teoria unitária”.

Tal campo de estudos, que já possui uma trajetória significativa fora do Brasil, começa a dar aqui seus primeiros e tímidos passos a partir da iniciativa de tradução recente de textos de Cinzia Arruzza, David McNally e Sue Ferguson pela revista *Outubro* e pelos *Cadernos CEMARX* e o início da utilização, por pesquisadores brasileiros, das bibliografias estrangeiras que trabalham com esse ponto de vista²⁵⁹, iniciativas que, no entanto, ainda estão longe de configurar um campo de estudos no Brasil. Aqui, as referências teóricas sobre os estudos de gênero que mais tem se aproximado de uma perspectiva de encontro com os referenciais de classe, são as oriundas dos estudos sobre a divisão sexual do trabalho e trabalho feminino, no qual Helena Hirata teve um papel importante em sua expansão. Recentemente, Mirla Cisne, sobretudo no campo do serviço social, vem contribuindo para a divulgação de uma perspectiva de reencontro entre gênero e classe, tendo como centralidade o conceito de relações sociais de sexo. Ambas as perspectivas se apoiam fortemente nos estudos de gênero da sociologia do trabalho francesa, bastante marcada por pesquisadoras como Danielle Kergoat, Jules Falquet e outras/os.

Entretanto, apesar de haver outras perspectivas mais consolidadas no Brasil, muitas com trabalhos extremamente sérios e pesquisas de grande qualidade, ao entrar em contato com os estudos sobre a teoria da reprodução social, tal perspectiva me pareceu mais fiel às categorias marxianas e mais frutífera à compreensão da experiência soviética e dos desafios colocados pela mesma. Recentemente este campo vem crescendo internacionalmente, como também observa Tithi Bhattacharya, em seu artigo *Mapping Social Reproduction Theory*, ganhando

²⁵⁹ Algumas dessas iniciativas são o trabalho recente de Marcelo Badaró Mattos, *Sete notas introdutórias como contribuição ao debate da esquerda socialista no Brasil (2017)*, especialmente em seu capítulo IV “O sujeito histórico”; o artigo *Interseccionalidade, consubstancialidade e marxismo: debates teóricos e político*, de Barbara Araújo Machado (2017) e *Independência ou em dependência? Apontamentos sobre as relações entre produção e reprodução no capitalismo*, de minha autoria (2016), utilizado como base, ainda que com alterações, para parte deste capítulo.

novos/as pesquisadores (BHATTACHARYA, 2018). Nessa dissertação, trabalharemos com uma pequena parte desta produção intelectual, nos apoiando bastante sobre o trabalho de Lise Vogel, *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory* (VOGEL, 2013), considerada pioneira na utilização do conceito de reprodução social para pensar a opressão das mulheres a partir da expansão das categorias marxianas de *O Capital*, e diferentes publicações de Cinzia Arruzza, pesquisadora que vem contribuindo para o debate teórico sobre a opressão das mulheres a partir da recuperação/divulgação da teoria da reprodução social. Complementaremos essas duas referências com outras de autores/as pertencentes e não pertencentes a esse campo de estudos.

3.1.1. Visibilizando a relação entre produção e reprodução no capitalismo.

Se olharmos para a produção capitalista (uma fábrica, por exemplo) podemos levantar alguns de seus principais elementos. A existência de uma burguesia, detentora dos meios de produção e de uma classe de trabalhadores despossuídos, que precisam vender sua força de trabalho. Esse trabalho, realizado pela classe trabalhadora, é gerador de mais-valor apropriado pela classe burguesa. O contrato de trabalho determina que os trabalhadores se apresentem durante determinadas horas por dia no local de trabalho (local, espacial e temporalmente diferente do espaço doméstico) para a produção de mercadorias, executem determinadas tarefas, para as quais são requeridas determinadas habilidades e, ao final um período “x” de tempo, recebam um salário, que deve ser suficiente para sua subsistência mínima.

No entanto, é importante notar que esses trabalhadores não são trabalhadores quaisquer, em quaisquer condições. Eles são trabalhadores que se apresentam no local de trabalho limpos, descansados, saudáveis, vestidos de determinada forma, alimentados, com estabilidade emocional, capacidade de comunicação e afetividade, em tese, em determinada idade que não abarca nem a infância extrema e nem a velhice extrema. Além disso, é necessária a liberação de um grande contingente de força de trabalho disponível que se apresente todos os dias durante no mínimo 8h de trabalho sem estar envolvido em outras atividades durante esse tempo, e, ainda, tal contingente de força de trabalho precisa ser renovável, ou seja, é preciso que esses trabalhadores, que um dia irão morrer/se aposentar, sejam “repostos” por outros.

Assim, um primeiro olhar sobre a produção capitalista pode nos apresentar somente uma parte de um “quebra-cabeça” maior. É necessário um segundo olhar sobre a produção, e, principalmente, sobre o trabalhador que se apresenta no local de trabalho, para que possamos

visibilizar a relação entre *produção*, de um lado, e *manutenção* e *reprodução* da força de trabalho, de outro, e perceber que as tarefas descritas acima (cuidado da higiene, roupas, casa, saúde física e emocional, desenvolvimento afetivo, cuidado de crianças, idosos e doentes, reprodução biológica da força de trabalho e, no limite, a liberação do espaço produtivo de todas essas preocupações), tarefas essas que são fundamentais ao funcionamento da produção tal como ela se coloca, têm sido, ao longo da história do capitalismo, realizadas pelas famílias e, dentro das famílias, pelas mulheres.

Refazer essa relação é essencial para diagnosticarmos o fato de que o modo de produção capitalista produziu e se baseou em um aprofundamento da divisão entre *produção*, realizada no espaço público (originalmente realizada majoritariamente pelos homens), e *reprodução*, realizada no espaço privado (realizada quase exclusivamente pelas mulheres). Por sua vez, a forma como o trabalho se organizou no modo de produção capitalista – operando no espaço público e externalizando as preocupações sobre a reprodução da classe trabalhadora²⁶⁰ – tendeu a reforçar uma relação estranhada, ainda que de dependência, entre produção e reprodução. Ou seja, uma das ideias que defendemos, a partir do instrumental da teoria da reprodução social, é a de que a separação entre produção e reprodução no capitalismo gera, ao contrário de uma independência relativa entre esferas, uma dependência estrita.

Consideramos no nosso exemplo o trabalho fabril e, portanto, produtivo, mas é importante notar que essas determinações não ficam restritas a ele, se estendendo sobre as outras formas de trabalho, mesmo as não produtivas. Como Marx demarcou, uma das características do capitalismo é a submissão gradativa de todas as formas de trabalho aos imperativos da acumulação. Assim, diferentes formas de trabalho foram gradativamente se equalizando em alguma medida, estabelecendo-se como trabalho assalariado, regulado por contrato (ou acordo informal) que determina uma jornada de trabalho diária e uma esfera de reprodução fora/diferente desse trabalho.

A teoria da reprodução social tem como objetivo visibilizar a esfera da reprodução e sua relação com a produção e acumulação capitalista. Assim, o conceito de “reprodução social” está empregado com esse objetivo. Conforme Cinzia Arruzza coloca:

O termo reprodução social, na tradição marxista, normalmente indica o processo de reprodução de uma sociedade em sua totalidade [...]. Na tradição marxista feminista, entretanto, reprodução social significa algo mais preciso: *a manutenção e reprodução da vida, em nível diário e geracional*. Neste contexto, reprodução social designa a forma na qual o trabalho físico, emocional e mental necessário para a produção da população é socialmente organizado. (ARRUZZA, 2015a, p.55 – grifos meus)

²⁶⁰ Do ponto de vista da produção, para além do salário não há qualquer responsabilidade ou preocupação com a sobrevivência do trabalhador.

Buscando delimitar uma diferenciação entre o conceito de reprodução social ligada à reprodução do capital e suas relações sociais, tal como empregado por Marx n*O Capital*, e o conceito de reprodução social, digamos assim, “expandido”, ligado à reprodução da força de trabalho, Arruzza (2017, p.10) e Bhattacharya (2018), recuperam a distinção que Johana Brenner e Barbara Laslett²⁶¹, fazem entre a ”reprodução *societal*”, reprodução do sistema capitalista e de suas relações sociais, tal como empregado por Marx, e “reprodução *social*”, referindo-se ao processo de renovação e manutenção da vida e das instituições e trabalho aí envolvido. Aqui, como nos debruçaremos sobre as reflexões no campo da reprodução social, essa diferenciação terá uma importância menor para nós nesse momento.

3.1.2. O lugar do trabalho doméstico na produção capitalista

Pensar sobre a esfera da reprodução social requer não apenas visibilizar o trabalho doméstico, mas também e principalmente buscar responder qual o lugar do trabalho doméstico²⁶² na economia capitalista. Para isso, o retorno a*O Capital* é imprescindível.

Se considerarmos a jornada do trabalhador, vemos que ela é dividida, sendo uma parte dedicada à subsistência do trabalhador (convertida em salário) e outra apropriada pelo capitalista como mais-valor. Marx coloca que a determinação do salário está relacionada com o custo de sobrevivência do trabalhador e sua família (um mínimo necessário para a subsistência física, para a “produção” do trabalhador), mas que o que é aceito ou não como salário muda de acordo com as circunstâncias históricas, ou seja, o salário, e o tempo de trabalho dedicado à produção do mesmo, são determinados fortemente pela luta de classes (MARX, 2013, p. 243-244).

Mas cabe lembrar que diversos elementos que não passam pela esfera mercantil impactam o valor da subsistência do trabalhador, como, por exemplo, hortas ou produção de alimentos, fios, tecidos, etc. para uso familiar, ou mesmo o trabalho doméstico gratuito, que passa a oferecer uma série de “serviços” gratuitamente à família. Tais elementos contribuem para diminuir a quantidade de mercadorias a serem compradas pelo salário²⁶³ impactando o valor da força de trabalho e, portanto, a porcentagem mais-valor apropriado. Assim, trabalho

²⁶¹ No artigo *Gender, Social Reproduction, and Women's Self-Organization: Considering the US Welfare State*. (1991)

²⁶² Utilizaremos trabalho doméstico e trabalho reprodutivo como sinônimos, significando o conjunto dos trabalhos envolvidos na manutenção e reprodução da força de trabalho ocorridos no espaço doméstico. Para a discussão que aqui nos interessa, concentramo-nos na análise do trabalho doméstico familiar, não remunerado.

²⁶³ Alimentos e roupas, serviço de refeições, limpeza, cuidado de crianças e doentes, etc.

reprodutivo e geração de valor apresentam-se, ainda que formalmente independentes, intimamente relacionados.

Muitas e muitos intelectuais, diante da vontade e necessidade de valorizar e visibilizar o trabalho doméstico buscaram afirmá-lo como um trabalho produtivo. A polêmica é antiga, e se arrasta até hoje. Entretanto, dizer que um trabalho não é produtivo não o torna menos importante do ponto de vista da totalidade da sociedade. Há diversos trabalhos não produtivos, como, por exemplo, no setor de comércio e serviços e que são fundamentais ao modo de produção capitalista.

Uma condição fundamental do *trabalho produtivo* é a produção de mercadorias a partir de outras mercadorias (meios de produção e força de trabalho) para a venda e obtenção de lucro. Sem troca de mercadorias no mercado é difícil falar em produção de mais-valor. Os produtos do trabalho doméstico não são trocados entre si na esfera mercantil, mas consumidos na esfera doméstica, como valores de uso, não como valores de troca, assim, não é possível que consideremos o trabalho doméstico como produtivo (ALBARRACIN, 1988).

O economista Jesus Albarracin, no artigo *El trabajo domestico y la producción del valor* (ALBARRACIN, 1988) nos auxilia à compreensão de alguns elementos para pensarmos o lugar do trabalho doméstico na economia capitalista. Albarracin levanta, além de sua exclusão do trabalho doméstico da esfera mercantil, o fato de que, quando falamos em trabalho produtor de mercadorias, de valor, estamos sempre nos remetendo às ideias de *trabalho abstrato* (em geral, não específico) e de *tempo de trabalho socialmente necessário* (sendo o valor de uma mercadoria determinado pela média social de tempo para produzi-la). Isso requer comparar e medir diferentes trabalhos, o que não é possível fazer com o trabalho doméstico, já que o trabalho realizado em um núcleo familiar não se comunica com o realizado em outro núcleo. Assim, não seria possível definir uma média, um “trabalho doméstico abstrato socialmente requerido”, já que a forma e tempo gasto com as tarefas são muito variáveis em cada lar conforme classe, costumes, acesso a serviços, etc. (não há um mecanismo que estabeleça a relação entre a hora de trabalho doméstico da mulher de um peão e a da mulher de um engenheiro, diz ele). Assim, Albarracin aponta que a regulação do trabalho doméstico não se faz sob a lei do valor, sendo realizada fora dos circuitos do mercado.

Um outro elemento a se considerar é que o objetivo do trabalho doméstico é sempre a satisfação de uma determinada necessidade, o que coloca um caráter finito no mesmo. Ao terminar de lavar a louça e arrumar a casa, a mulher não é mandada pelo marido para trabalhar na casa ao lado para aumentar a exploração de sua mulher e sua acumulação de

valor. A lógica expansiva de trabalho criador de valor não se dá no trabalho doméstico. Ele é realizado tendo em vista *valores de uso*, não *valores de troca*.

Entretanto, na medida em que o trabalho doméstico é um dos elementos que determinam o nível de vida dos trabalhadores e suas famílias, ele tem um papel fundamental na economia capitalista. Se, no nível das famílias não podemos falar de apropriação de mais-valor, por outro lado no sistema capitalista como um todo, a utilização do trabalho doméstico para reduzir o valor da força de trabalho e, portanto, os salários, impacta diretamente a proporção de trabalho necessário na jornada de trabalho e, conseqüentemente, aumenta a massa total de mais-valor produzido pela classe trabalhadora. Embora o capitalista individual possa fazer pouco para reduzir o valor da força de trabalho, já que o salário que ele paga ao trabalhador independe do trabalho realizado pelas mulheres destes em casa, o capitalismo em seu conjunto tem historicamente necessitado do trabalho doméstico como forma de manter o valor da força de trabalho mais baixo, e a apropriação de valor mais alta. Dessa maneira, Albarracin (1988) constata que o trabalho doméstico não está regulado pela lei do valor, mas como ocorre com quase todas as coisas sob o modo de produção capitalista, não é independente dela.²⁶⁴

Lise Vogel, em *Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory* (VOGEL, 2013 – publicado pela primeira vez em 1983), um importantíssimo exercício de compreensão das relações entre patriarcado e capitalismo, vai até as categorias d*O Capital* para desvendar as relações entre o trabalho doméstico e a acumulação de capital retomando, entre outros conceitos, a reflexão sobre o *mais valor relativo*. Ela observa que a expansão do mais valor relativo se dá de duas maneiras: ou a partir do aumento da produtividade do trabalho, o que é fortemente dependente de inovações técnicas (ainda que não somente²⁶⁵), ou a partir da redução do custo de reprodução da força de trabalho. É importante observar que ambos operam na transformação da proporção de mais valor apropriado na jornada.

Aqui, faremos uma pausa para uma reflexão. Muitos leem a separação feita por Marx no livro 1 d*O Capital* (2013), da análise do mais valor absoluto e do mais valor relativo como uma sucessão histórica, como se, por um tempo o capitalismo operasse sobre a extração de mais valor absoluto, que foi migrando gradativamente para a extração de mais valor relativo. Entretanto, a divisão feita por Marx não é uma divisão histórica, mas analítica, onde ele primeiro abstrai as mudanças técnicas na produção, para depois inverter esse método,

²⁶⁴ Albarracin (1988) aponta que é importante, nesse ponto, lembrarmos-nos das políticas de austeridade/ajuste, por exemplo, que buscam aumentar o mais-valor relativo por meio da redução do valor da força de trabalho.

²⁶⁵ Aumentos da coerção do trabalho ou técnicas de gestão diferenciadas, por exemplo, podem gerar o aumento de produtividade.

abstraindo as alterações na jornada para a análise das formas de mais valor relativo. Assim, as duas formas de extração de mais valor ocorrem simultaneamente no modo de produção capitalista, variando apenas a proporção na qual se dão (item definido não somente pelas possibilidades tecnológicas, mas também pela luta de classes).

Queremos aqui defender a ideia de que o processo não só de separação entre produção e reprodução, mas principalmente a privatização das tarefas de reprodução da força de trabalho, a partir do reforço da divisão sexual do trabalho, que manteve sobre os ombros das famílias e das mulheres, de forma privada e gratuita, as tarefas de reprodução, contribuía para o aumento, tanto das formas de extração de mais valor absoluto (a partir do momento em que liberava o capitalista e sua força de trabalho preferencialmente masculina em um primeiro momento das tarefas de reprodução), quanto de mais valor relativo (a partir da redução dos custos de reprodução da força de trabalho e, poranto, de seu valor), fundamentais à acumulação capitalista. Ressalta-se ainda que o aprofundamento das lutas e conquistas da classe trabalhadora e o impacto da Revolução Russa intensificaria a pressão pela redução das jornadas de trabalho em diversos países, o que aumentaria a pressão sobre o desenvolvimento ou intensificação de formas de apropriação de mais valor relativo.

Vogel sustenta, entretanto, que o capitalismo seria marcado por uma tendência a reduzir a quantidade de trabalho realizado na família. A necessidade de exploração também da força de trabalho feminina no mercado de trabalho e a necessidade simultânea de seu trabalho doméstico gratuito no lar colocaria uma contradição sobre a utilização do trabalho feminino pelo sistema capitalista²⁶⁶. Em uma observação perspicaz, ela observa que, com a redução do trabalho doméstico (mas não eliminação!), como ocorrido ao longo de todo o século XX e início do século XXI a partir do desenvolvimento da indústria de alimentos, eletrodomésticos, etc., foi possível disponibilizar mais membros da família como força de trabalho (principalmente as próprias mulheres). Dessa maneira a redução, mas manutenção, do trabalho doméstico privado no capitalismo criaria, além do mais-valor relativo (atuando sobre o valor da força de trabalho) também mais-valor absoluto, não apenas, como apontamos acima, a partir da disponibilização da força de trabalho masculina para o trabalho assalariado, mas também a partir da submissão de mais membros da família ao trabalho explorado, aumentando o contingente de força de trabalho disponível ao capital. (VOGEL, 2013, p. 203-204)

²⁶⁶ Como vimos no capítulo anterior, tal contradição também foi observada por Kollontai.

Acrescento, ainda, que a redução do trabalho doméstico, quando há, sempre se faz acompanhada de um aumento do consumo de mercadorias (roupas, comidas, serviços), que, por sua vez estão ligadas à produção e circulação de capital. Jesus Albarracin (ALBARRACIN, 1988) ressalta, como parte da lógica do capitalismo, a eliminação gradativa da produção do autoconsumo para a aquisição desses itens no mercado, entretanto, historicamente o aumento do consumo de mercadorias pela classe trabalhadora não teve, como contrapartida, um aumento dos salários. Assim, mesmo nos casos em que há uma redução do trabalho doméstico frente à aquisição de mercadorias, esse processo ocorre significando, para “o capitalista” tanto o aumento da parte apropriada da jornada de trabalho no local “da produção”, quanto um retorno de parte dos salários como lucro sob a forma do consumo de mercadorias.

Poderíamos afirmar, a partir dessa análise, que a privatização do trabalho de reprodução nas famílias, mas com uma redução relativa da quantidade de horas necessárias dentro do lar com esse mesmo trabalho, e sua complementação com o consumo de mercadorias e serviços mercantilizados é, provavelmente, a melhor fórmula encontrada pelo capitalismo, até então, para viabilizar a maximização de seus lucros.

Lise Vogel, na obra já citada, traça os primeiros passos da teoria da reprodução social a partir da análise da mercadoria *força de trabalho*, uma mercadoria especial para o capitalismo, já que é a única mercadoria capaz de produzir mais-valor. Ela ressalta, entretanto, que, embora trocada no mercado, essa mercadoria não é produzida “capitalisticamente”, por via do mercado, mas via trabalho doméstico realizado nas famílias.

Vogel observa que Marx, ao se debruçar sobre a jornada de trabalho, divide-a em *trabalho necessário* e *trabalho excedente*, definindo o *trabalho necessário* como a parte empregada para a reprodução do trabalhador (salário) e o *trabalho excedente* como parte empregada na produção de mais-valor. No entanto, segundo ela, essa é apenas uma das partes componentes do trabalho necessário, sua parte extraída do espaço produtivo e destinado à compra para elementos de subsistência no mercado, havendo também um componente “doméstico”, realizado pelas mulheres, responsável pela preparação dos alimentos, pelo cuidado da casa e das roupas e pela geração e cuidado das crianças, doentes e idosos, etc. A reprodução da classe trabalhadora dependeria tanto do *componente produtivo (ou social)* quanto do *componente doméstico* do trabalho necessário. De acordo com o momento histórico do capitalismo, do local, da classe, etc., a proporção entre o “componente doméstico” e o “componente produtivo” do trabalho necessário se alteraria.

A autora elenca três aspectos do trabalho necessário (doméstico): a manutenção direta dos produtores (trabalhador), a manutenção dos não-trabalhadores (crianças, velhos, doentes, e outros membros não-trabalhadores nas famílias) e reposição geracional (biológica) da classe trabalhadora. Ela observa que, destes, em tese somente o último requer uma mínima divisão sexual do trabalho. Chama atenção ainda para o papel especial desempenhado pelas mulheres das classes trabalhadoras na reprodução da força de trabalho²⁶⁷ e localiza a necessidade de reprodução da força de trabalho como chave para a compreensão das raízes da opressão à mulher na sociedade de classes. Assim, a opressão da mulher no capitalismo estaria ligada à necessidade do próprio modo de produção de utilizar a família como local privilegiado de reprodução da classe trabalhadora a baixos custos.

Anos depois da publicação do livro em questão, Lise Vogel fez uma revisão de seu próprio trabalho, fazendo uma autocrítica sobre a utilização do termo “trabalho necessário” para se referir ao trabalho de reprodução da força de trabalho e reafirmando a utilização do termo (trabalho necessário) apenas para o que chamou antes de componente produtivo/social do trabalho necessário, dessa forma se colocando com rigor frente a *O Capital*. Dessa maneira ela quis distinguir e eliminar confusões entre uma parte mercantilizada, associada ao salário, e outra não-mercantilizada, associada ao trabalho doméstico (FERGUSON and MCNALLY, 2013, p. 35-36). Apesar de sua autocrítica, a elaboração de Vogel nos parece útil para visibilizar a relação entre trabalho reprodutivo e salário.

Susan Ferguson e David McNally em *Capital, Labour-Power, and Gender-Relations* (2013), um artigo de introdução da obra citada de Vogel, ressaltam que é importante observar que o pivô da opressão da mulher não seria o trabalho doméstico realizado *em benefício do homem* na família (uma “exploração” da mulher pelo homem), ainda que este possa se manifestar de formas opressivas e alienantes. A mulher seria oprimida, não porque seu trabalho em casa produz valor para o capital, nem por causa de um patriarcado trans-histórico, mas sim por conta da importância social do trabalho doméstico para o capital, ou seja, o fato de que a produção e reprodução da força de trabalho é uma condição essencial para a dinâmica do sistema capitalista, tornando possível ao capitalismo reproduzir a si mesmo. Segundo eles,

²⁶⁷ Essa localização de Lise Vogel sobre o lugar da mulher da classe trabalhadora na reprodução da força de trabalho nos parece muito pertinente para relacionar a como a garantia de acesso ao aborto legal é muito mais limitada para as mulheres da classe trabalhadora. Para Vogel a reprodução das mulheres da classe dominante serve à sua reprodução enquanto classe, transmissão de propriedade, etc., mas não à formação de força de trabalho. Um outro elemento importante que diferencia a mulher da classe dominante da mulher da classe trabalhadora é que a aquela “terceiriza” boa parte do trabalho doméstico a partir da contratação de outras mulheres trabalhadoras enquanto estas, mesmo quando trabalham de forma assalariada, continuam a ser sobrecarregadas pelo trabalho doméstico, assim, ainda que as duas sejam oprimidas enquanto mulheres, vivenciam essa opressão de maneiras bastante diferentes em diversos pontos.

para Vogel, as raízes sócio-materiais da opressão da mulher sob o capitalismo estariam no fato de que capital e Estado precisam regular a capacidade biológica de produção da próxima geração de trabalhadores a disposição para exploração (FERGUSON and MCNALLY, 2013, p.27).

Nesse ponto, penso que as análises de Vogel podem deslizar sobre um certo biologicismo pautado sobre a reprodução biológica da classe. Ainda que esse seja um elemento fundamental, é necessário perceber que as respostas dadas às limitações biológicas são sempre sociais²⁶⁸. Além disso, não podemos perder de vista a importância do trabalho diário de “manutenção” da força de trabalho e sua influência sobre o mais-valor relativo. Nesse ponto, Jesus Albarracin parece avançar mais.

A despeito das acusações de determinismo biológico que tem sido feitas à teoria da reprodução social, Cinzia Arruzza (2017, p.53) defende que, embora algumas autoras/es possam ter caído em um determinismo biológico, a teoria da reprodução social em si não é uma teoria biologicamente determinista, pois ela não vê a reprodução biológica ou os papéis de gênero em si como a origem da opressão, mas sim a maneira como o capitalismo coloca limites e constrangimentos sobre eles. Recuperando as posições de Brenner e Laslett, ela e diz que

a reprodução biológica é um fato central da vida humana, mas um fato que é sempre socialmente organizado e não pode ser considerado de maneira separada da reprodução social e societal. As relações de classe colocam as fronteiras no interior das quais a reprodução social ocorre e, portanto, no interior das quais a reprodução biológica também é organizada. Isso implica ainda que há processos de produção ideológica que atribuem significados específicos ao sexo, sexualidade, reprodução geracional, e diferença sexual. Como tal, a diferença biológica não indica nada mais do que o fato de que as mulheres dão à luz: isto, em si, não tem nenhum significado social ou cultural. Esses emergem porque o fato biológico da reprodução e da diferença sexual efetivam-se no interior de certos modos de reprodução societal e social que têm características específicas. (ARRUZZA, 2017, p. 52)

Ao definir o conceito de reprodução social, também com base no trabalho de Brenner e Laslett, Tithi Bhattacharya (2018) nos apresenta uma explicação distante de cair em qualquer determinismo, que evidencia uma série de relações sociais envolvidas no processo de reprodução social. Segundo ela, a reprodução social se refere às

atividades e atitudes, comportamentos, emoções, responsabilidades e relacionamentos diretamente envolvidos na manutenção da vida em uma base diária e intergeracional. Isso envolve vários tipos de trabalho socialmente necessário - mental, físico e emocional - destinados a fornecer os meios historicamente e socialmente, bem como biologicamente, definidos para manter e reproduzir a população. Entre outras coisas, a reprodução social inclui como alimentos, roupas e abrigo são disponibilizados para consumo imediato, como a manutenção e a

²⁶⁸ Questão levantada por Michelle Barret em *Rethinking womens opression: a reply to Brenner* (ARRUZZA, 2010, P. 133)

socialização das crianças é realizada, como o cuidado dos idosos e enfermos é feito, e como a sexualidade é socialmente construída. (BHATTACHARYA, 2018)

Como a definição levantada por Bhattacharya já aponta, a teoria da reprodução social tem sido utilizada para o estudo de um conjunto de trabalhos relacionados à manutenção e reprodução da força de trabalho, em especial o que hoje vem sendo chamada de “*care*”, não somente para os trabalhos realizados dentro de casa. Tal aplicação é frutífera na medida em que, no capitalismo, diferentes trabalhos relacionados à educação das crianças e ao cuidado dessas, dos idosos e doentes, por exemplo, se conectam com os trabalhos destinados a essas mesmas funções efetuados no espaço doméstico. Entretanto, é preciso ter cuidado.

Lise Vogel (2013) se colocou contra a ideia de que a família seria o único lugar possível de renovação da força de trabalho, considerando outros lugares/meios como dormitórios, escolas e hospitais, ou formas de organização do trabalho a partir de campos de trabalho. Ela também levanta outras formas de fornecimento de força de trabalho, como a imigração ou mesmo a escravidão, ainda que reconheça que a família heterossexual apresenta historicamente vantagem para a manutenção diária e a reposição geracional da força de trabalho do que outras formas. (VOGEL, 2013, p. 186-187; 231)

Entretanto, gostaríamos de discordar parcialmente de Vogel e ressaltar que a história do capitalismo até agora não tornou possível a garantia de serviços suficientes para eliminar ao trabalho doméstico familiar ou conseguiu de forma duradoura organizar o trabalho e a reprodução de outra maneira que não a partir da família, o que obviamente, do *ponto de vista econômico*, não é um impeditivo por completo, mas coloca dúvidas sobre as possibilidades de sua realização. Além disso, a imigração ou a escravidão (“importação” de força de trabalho), requer que esta tenha sido produzida (no caso, reproduzida) de alguma forma, em algum lugar. Ainda que esteja correto apontar a relação do trabalho doméstico com o trabalho de cuidado, alimentação, saúde, educação e outros relacionados ao primeiro, assim como a possibilidade de, em nível local, “importar” força de trabalho, penso que, no capitalismo, ou enquanto a família for o local onde as decisões relativas ao cuidado e à reprodução dos seres humanos se dão, é difícil falar em uma *substituição* do trabalho doméstico pelo trabalho pago executado fora do lar. Seria mais o caso de pensarmos em uma *complementaridade* entre os dois tipos de trabalho, ambos ligados à esfera da reprodução social.

Lise Vogel, na obra que utilizamos como referência (VOGEL, 2013), reivindica uma *teoria unitária* entre feminismo e marxismo. A autora desenvolve a ideia de o capitalismo submete a família e a opressão da mulher às suas necessidades de produção e acumulação, apoderando-se dessas estruturas para seu funcionamento e passando a regê-las sob suas leis.

Assim, polemizando com as feministas que defendem um sistema dual, Lise Vogel defende que, no capitalismo, não é possível falar em um “sistema patriarcal” *autônomo*, que funcionaria segundo suas próprias leis.

Vale também perceber que o fato de a opressão da mulher ser anterior ao capitalismo não significa que esta não esteja submetida à lógica capitalista.²⁶⁹ Assim, Vogel buscava afastar-se de leituras que se aproximam da defesa da existência de um patriarcado trans-histórico ou de um modo de produção patriarcal paralelo ao modo de produção capitalista.

As perspectivas que trabalham com a ideia de patriarcado e capitalismo como sistemas separados apresentam variações entre si. O debate entre essas diferentes variações foi bastante rico e apresenta alguns elementos interessantes que merecem ser levantados rapidamente.

Na tese dual, o patriarcado remanescente hoje deriva de modos de produção anteriores e é um sistema independente do capitalismo, podendo se combinar com ele.²⁷⁰ Geralmente é comum nessa perspectiva a ideia do patriarcado como sistema de opressão e exploração, assim homens e mulheres são consideradas *classes*²⁷¹ diferentes na qual o homem não só oprime a mulher, mas a *explora* por via do casamento (perspectiva com a qual Christine Delphy trabalha, por exemplo). Definindo homens e mulheres como classes diferentes, defendem que a luta contra o patriarcado é a principal e primeira luta que deve ser empenhada pelas mulheres, polemizando com feministas que se engajavam na luta de classes (DELPHY, 2015). A luta de classes seria enganadora, pois colocaria a mulher do lado de seu opressor.²⁷² (ARRUZZA, 2010, p. 79-103)

Vários dos elementos de crítica dessas colocações já foram feitas no curso do texto até aqui, em especial sobre a existência de uma relação de exploração entre homens e mulheres. Sem apropriação de sobre-trabalho (relação de exploração econômica) e compartilhando todo um universo social de experiências em comum é difícil também falar em homens e mulheres como classes diferentes (e antagônicas, em luta). É importante ressaltar esse ponto, sobre a existência ou não de uma relação de classe e de exploração entre homens e mulheres porque

²⁶⁹ Cabe perceber que produção, mercado e Estado também têm sua existência anterior ao capitalismo, e, no entanto, ocupam lugar de centralidade para o mesmo.

²⁷⁰ Entre essas perspectivas há nuances importantes sobre a forma de interação entre patriarcado e modos de produção. Para algumas seria possível falar de um modo de produção patriarcal escravagista, um modo de produção patriarcal feudal, um modo de produção patriarcal capitalista, etc. (Heidi Hartman). Para outras o patriarcado se manteria o mesmo em um e em outro modo de produção (Juliet Mitchel). Para mais ver: ARRUZZA, 2010.

²⁷¹ Nessa perspectiva a apropriação e o uso de classe que é feita tende a considerá-la apenas no sentido econômico.

²⁷² Muitos desses elementos são apropriados como base pelo feminismo radical. Aliás, muitas das autoras que traçaram a ideia de patriarcado e capitalismo como sistemas independentes foram fundadoras do feminismo radical.

esta ainda é uma polêmica viva na teoria feminista, sendo uma das formulações centrais do *feminismo materialista*. Entre a linha de estudos citada anteriormente que, com base nos estudos sobre o trabalho franceses tem se apoiado no conceito de *relações sociais de sexo*, este ainda é um pressuposto.

Foi a demonstração da opressão das mulheres no interior do casamento (Delphy, 1970, 1998) que conduziu à ideia de antagonismo. Como classe trabalhando gratuitamente para a reprodução da célula familiar, as mulheres veem seu trabalho *explorado* pelo conjunto dos homens, os quais agem no sentido da reprodução dessa divisão do trabalho. No ponto de partida da análise das relações homens/ mulheres, em termos de *relações sociais de sexo*, encontra-se o postulado do antagonismo. De um ponto de vista teórico, uma relação social supõe o antagonismo entre os dois grupos, as duas *classes* que ela opõe. Sem divergência radical, sem oposição dos interesses respectivos dessas duas classes, simplesmente não há espaço para se falar em relação social. (DEVREUX, 2005, p. 577)

Ao refutar as teses baseadas em um sistema dual (capitalismo e patriarcado), Arruzza levanta que afirmar a existência de um modo de produção patriarcal, autônomo, coloca necessariamente a tarefa de responder por que ele continuamente se reproduz. Marx, ao desvendar o funcionamento do sistema capitalista nos fala de seu motor: a necessidade crescente do capital de se valorizar em um ciclo eterno, de produzir cada vez mais valor a partir da exploração do trabalho. Falar simplesmente que o motor do patriarcado é a própria hierarquia dos sexos, os benefícios e privilégios que os homens têm com a opressão da mulher, ou mesmo a defesa de que o papel reprodutor da mulher condicioná-a à exploração de seu trabalho doméstico, como muitas teóricas feministas fazem, não é suficiente, pois arriscamos cair em uma concepção a-histórica de patriarcado. (ARRUZZA, 2010. p. 79-82; 98-104)

A mesma autora, ao comentar sobre o fato de as perspectivas duais serem mais difundidas entre teóricas e ativistas do movimento feminista, ressalta que isso ocorre porque essa é uma interpretação que reflete a realidade da forma que esta aparece para nós, não se tratando de uma questão de “falsa consciência”, mas do modo de experiência determinado pelo próprio capital: a fragmentação da percepção da realidade. Ela levanta:

Uma vez que nossa percepção é fragmentária e aqueles que desenvolveram uma consciência da desigualdade de gênero normalmente a experimentam e percebem como determinada por uma lógica que é diferente e separada do capital, qualquer negação da visão de que o patriarcado é um sistema independente dentro do capitalismo inevitavelmente encontra rejeições e dúvidas. (ARRUZZA, 2015a, p. 45)

Por último, gostaríamos de comentar sobre a perspectiva que Arruzza chama de “capitalismo indiferente”, ou seja, a ideia de que o patriarcado seria anterior ao capitalismo sendo apropriado por este apenas de uma forma oportunista: eliminando o que lhe é prejudicial e conservando o que lhe é conveniente (perspectiva com a qual Ellen Wood trabalha). O capitalismo, em si, seria indiferente à opressão de gênero e tenderia inclusive a

reduzi-la ou a superá-la²⁷³. No entanto, em *Logic or History? The Political Stakes of Marxist-Feminist Theory*, Arruzza levanta:

A definição de um capitalismo essencialmente “indiferente” à opressão racial e da mulher – explorando-os em termos meramente oportunistas – falha em levar em conta o fato de que o capitalismo não só “usa” opressões preexistentes, mas também as produz como um subproduto da acumulação. (ARRUZZA, 2015b)

3.1.3. História, subjetividades, produção e reprodução.

A separação entre produção/trabalho fora do lar e reprodução/trabalho doméstico no capitalismo não foi realizada de uma hora para outra e não é simplesmente um resultado automático de necessidades econômicas. Esse processo foi historicamente construído, contribuindo para ele duas principais movimentações: 1) A captura da produção doméstica artesanal, da agricultura familiar, de pequenas formas de produção coletivas pela lógica da exploração capitalista do trabalho; 2) A ação deliberada dos Estados, sobretudo a partir do direito e da medicina modernas, sobre o formato das famílias, as relações entre seus membros, a forma de lidar com o corpo, a reprodução e a sexualidade, etc.²⁷⁴.

Nesse processo, algumas formas de família foram reforçadas, modificadas ou reformatadas pelas políticas sociais dos Estados capitalistas. Em um processo contraditório, as formas de família compatíveis com a privatização da reprodução da força de trabalho foram preservadas e adaptadas à ordem de gênero da burguesia moderna. (FERGUSON and MCNALLY, 2013, p. 27-28). Embora possamos ter discordâncias com Foucault, devemos reconhecer que o mesmo foi perspicaz ao perceber essa movimentação em que os Estados modernos deliberadamente, por meio de leis, políticas públicas, medicina, etc., passam a regular a sexualidade e a família a partir do século XIX²⁷⁵.

Ressaltamos, entretanto, que esse processo se deu não somente no momento de consolidação do capitalismo, mas permanece como um processo vivo e em movimento até hoje. O capitalismo continuamente, a partir de formas contraditórias e diversas, busca meios de ajustar as relações familiares, sexuais e de gênero às suas necessidades, e não somente

²⁷³ Ainda nessa visão há uma diferenciação entre perspectivas: Uma que defenderia a possibilidade real de o capitalismo superar a opressão de gênero, o que se provaria pela maior liberdade relativa das mulheres no capitalismo que em outros modos de produção anteriores. Outra faria uma distinção entre níveis lógicos e históricos: logicamente o capitalismo não necessita da opressão da mulher, mas historicamente não é assim que se verificou.

²⁷⁴ Cabe observar em especial a ação da medicina e das políticas sanitárias sobre a reprodução e também a classificação e repressão das sexualidades dissidentes a partir do surgimento e consolidação da psicologia e psiquiatria. (CARRARA, 2010b).

²⁷⁵ Ver: Michel Foucault. *A História da Sexualidade* (1988).

essas relações, mas o conjunto das relações humanas. (FERGUSON and MCNALLY, 2013, p. 31-32). Dizer isso não é cair em um determinismo econômico, mas perceber, pelo contrário, que o capitalismo não é um sistema econômico somente, mas um conjunto de relações sociais nas quais economia e cultura/sociedade/ideologia, caminham juntas. A família patriarcal e a opressão das mulheres não nasceram com o capitalismo, mas foram apropriadas e modificadas segundo suas necessidades em um processo vivo de relações sociais que também são culturais, ideológicas, históricas e mutáveis.

Ferguson e McNally observam que esse processo de ação dos Estados para modificar as formas de família não foi percebido por Marx. Penso que Marx e o conjunto dos socialistas do fim do séc XIX e início do séc XX, ao focarem no processo de degradação da família operária pela exploração capitalista e na perda de função produtiva da família no capitalismo, apostaram em uma leitura que ligava o capitalismo a um processo de colapso da família e das relações familiares. Ao apostar todas as fichas no iminente fim da família talvez não tenham conseguido perceber a profundidade com a qual o sistema capitalista como um todo ainda guardava funções fundamentais para a mesma²⁷⁶.

Cinzia Arruzza discorre sobre o processo de entrelaçamento entre patriarcado e capitalismo:

O patriarcado como forma de organização de uma parte da produção cessou há algum tempo as suas funções: o que se mantinha foi superado pelo capitalismo. O processo foi, e é, tudo menos linear. O capitalismo, por um lado, cortou os laços econômicos fundados no patriarcado e, por outro, conservou e utilizou de diversas formas as relações de poder e a ideologia patriarcal. Desagregou a família enquanto unidade produtiva, mas utilizou-a e transformou-a profundamente para garantir o trabalho reprodutivo da força de trabalho. Aqui as relações de poder patriarcais se saíram bem: o capitalismo tinha necessidade de descarregar na família o trabalho reprodutivo e, por sua vez, a subordinação das mulheres garantia a possibilidade de fazê-lo, convertendo-o numa carga para as mulheres e apoiando-se nas relações de opressão entre homens e mulheres. (ARRUZZA, 2010, p.135-136)

Marx percebeu a opressão das mulheres na família e a exploração da mulher nas fábricas. No entanto, ao pensar a reprodução da classe trabalhadora, ele aborda a questão somente a partir do salário, sem se ater a como a força de trabalho é concretamente reproduzida (biologicamente e socialmente). Apontar essas limitações no pensamento de Marx (ideia da família fadada a um fim iminente sem a percepção das movimentações dos Estados e pensar reprodução a partir dos salários sem perceber como ela se dava fora do espaço produtivo e em relação com este), não significa que estamos chamando Marx de economicista. Isso seria injusto com seu trabalho. Há inúmeros momentos na obra de Marx

²⁷⁶ Marx toma ideia de que o modo de produção capitalista está destruindo a família e não reconhece que eliminação da família significa eliminação do local social onde a produção e reprodução da força de trabalho ocorre. (FERGUSON and MCNALLY, 2013, p. 29-30)

em que este prova estar longe de simplificações economicistas. Significa, no entanto, perceber que Marx, humanamente, não se aprofundou em todos os assuntos da humanidade e que há lacunas em seu pensamento a serem preenchidas, uma tarefa para a qual o próprio marxismo é uma ferramenta necessária.

Apesar de ser comum o marxismo ser acusado de privilegiar o lado econômico para a definição no curso da história, Engels negou energicamente essa perspectiva ressaltando a importância das relações de *reprodução*. Ele diz:

Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em última instância, determina a história é a *produção e a reprodução* da vida real. [...] Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fator econômico é o único fator determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levantam sobre ela [...] também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua forma, como fator predominante. (ENGELS, 1890 – grifos meus)

Cinzia Arruzza levanta a relação da esfera da reprodução com a formação das subjetividades, retomando, portanto, a centralidade da família como elemento formado e formador de ideias e relações de poder e reconectando relações de produção e relações de dominação. Coloca ela:

devemos ter em mente que a esfera da reprodução social é também determinante na formação da subjetividade e, portanto, das relações de poder. Se levarmos em conta as relações que existem em cada sociedade capitalista entre reprodução social, a produção da sociedade como um todo, e as relações de produção, podemos dizer que estas relações de dominação e poder não são estruturas ou níveis separados: eles não se interseccionam de maneira externa e não mantêm uma relação meramente contingente com as relações de produção. As relações múltiplas de poder de dominação, portanto, aparecem como expressões concretas de uma unidade contraditória e articulada que é a sociedade capitalista. (ARRUZZA, 2015a, p.56)

A autora ainda observa que uma relação de exploração implica sempre uma relação de dominação e alienação e que o processo produtivo está ligado a um processo disciplinar que parcialmente constrói o tipo de sujeito que o trabalhador se torna. Ela chama atenção para o fato de que as três dimensões (exploração, dominação e alienação) estão juntas na crítica da economia política e observa que, tanto posturas mais economicistas quanto mais culturalistas, têm em comum a suposição de leis econômicas independentes das relações de dominação e alienação (ARRUZZA, 2015a, p. 53).

Abigail Bakhan, discorrendo sobre a opressão racial coloca:

A exploração se refere a relações sociais que se desenvolvem e são reproduzidas no processo de extração econômica de excedente. A alienação se refere ao distanciamento geral dos seres humanos daquilo que faz deles de fato humanos. A opressão pode ser vista operando em duas formas distintas, como uma opressão de classe e como uma opressão específica. A opressão é variável e contingente; é, contudo, necessária para a reprodução das relações sociais do capitalismo. (BAKAN and DUA, 2014, p. 116)

Consideramos que a opressão de gênero e a família patriarcal são determinadas por e determinadoras de relações que estão para além das questões econômicas *scriptu sensu*, se ligando a um emaranhado de determinantes sociais. Nessa relação, econômico e ideológico/cultural não mantém uma relação de automatismo, mas interagem mutuamente. É sempre bom ter em mente que, para Marx, produção e reprodução formam uma unidade indivisível onde as duas formas atuam como *momentos*²⁷⁷ de uma totalidade articulada (ARRUZZA, 2015a)

É necessário olhar mais a fundo para o tipo de família que é impulsionada pelo capitalismo, percebendo suas funções, determinações e normatizações para além da questão da reprodução da força de trabalho. Olhar essa família significa perceber que ela não é qualquer família, mas sim, precisamente, uma família patriarcal (marcada pela submissão da mulher ao homem), heterossexual, monogâmica, autoritária, etc.

Esse formato de família está ligado às funções que ela exerce. Nesse sentido, cabe observar que a família “burguesa”, cultivada pelo capitalismo, cumpre papel fundamental para:

- A internalização dos valores e moral “burguesa” pela classe trabalhadora. É na família que aprendemos desde cedo o que é certo e o que é errado, quem devemos respeitar e como se portar no convívio em sociedade. Em especial, destacamos o aprendizado do respeito à propriedade (roubar é errado) e a internalização e naturalização da ideia de autoridade e obediência a leis que podem ser injustas, mas não podem ser mudadas (a primeira ordem que devemos obedecer sem questionar e que não podemos mudar geralmente vem de nossos pais), etc.

- A internalização dos valores sexistas, heterossexuais, monogâmicos, etc., fundamentais à perpetuação da própria família, a partir de uma educação diferenciada para homens e mulheres responsável por naturalizar e reificar concepções binárias de gênero e orientação sexual. Assim, desde pequenos, de acordo com o sexo designado, recebemos uma educação diferenciada, que traça lugares de convívio e papéis sociais, valores, habilidades e desejos diferenciados para homens e mulheres. É a partir deste processo que acoplamos sexo, identidade e expressão de gênero e orientação sexual como uma coisa só, geralmente

²⁷⁷ Gostaria de ressaltar que a identificação da produção e reprodução como “*momentos* de uma totalidade articulada” do capital, como coloca Arruzza aqui, é extremamente fértil. Parece-nos inclusive mais correto considerar produção e reprodução, assim como circulação, distribuição e consumo, como *momentos* de um movimento perpétuo do capital, todos eles necessários à sua reprodução, e inseparáveis entre si, formando uma unidade.

biologizando sua origem e perdendo, ao realizar isso, o fio de ligação o gênero e a sexualidade à sua construção cultural, social e histórica.

Trotsky (TROTSKY, 2008, p.170), comentando sobre os retrocessos nas legislações sobre a família e as mulheres na união soviética sob o stalinismo, ressaltava a ligação entre esses retrocessos e as necessidades econômicas (industrialização) e ideológicas (política autoritária) do governo, mas também chamava atenção sobre a relação entre a família o disciplinamento da força de trabalho. Cultivar os valores familiares também significava induzir o trabalhador a, no fim do dia de trabalho, não ir a bares e festas com os amigos (o que o faria ir trabalhar prejudicado no dia seguinte), mas sim voltar para casa, jantar com sua família e, no dia seguinte, estar pontualmente no local de trabalho.²⁷⁸

Lise Vogel explica que a classe dominante e o capitalismo encorajam a supremacia masculina para estabilizar a reprodução da força de trabalho e manter o trabalho necessário em níveis aceitáveis (relação entre salário e mais-valor) (VOGEL, 2013, p. 195). Nesse ponto, acrescentamos que não só para isso, mas também para a reprodução de relações de poder fundamentais a seu próprio desenvolvimento. Machismo, sexismo, homofobia e outros não são só resultados secundários de uma necessidade econômica, mas são mecanismos que impulsionam relações sociais necessárias para a consolidação das relações de poder e produção capitalistas.

Nessa relação de poder hierárquica entre homens e mulheres, feminino e masculino, os homens, independentemente de sua classe, obtêm benefícios e privilégios que minam as relações de solidariedade intra-classe. É interessante perceber que historicamente parte do movimento socialista acusou o feminismo de divisor da classe trabalhadora, no entanto, é o machismo (assim como outras opressões) que divide a classe ao produzir relações de estranhamento e alienação intra-classe.

Abgail Bakhan coloca:

A alienação é expressa na distância entre o significado de “si próprio” e o significado de “outro”. [...] A alienação cria um sentimento de solidão e isolamento, baseado em uma experiência universalizada de competição com outros seres humanos. Não é delimitada pela classe ou definida por qualquer lei do movimento totalizante. Mas permanece endêmica à sociedade de classe, e toma uma forma extrema na sociedade capitalista em particular. (BAKAN and DUA, 2014, p.106)

É importante perceber também a existência de um processo de retroalimentação simbólica entre machismo e capitalismo. O machismo/patriarcado traz em si uma misoginia responsável por valorizar o que é masculino e desvalorizar o que é feminino e o capitalismo

²⁷⁸ Esse elemento também é considerado por Wendy Goldman em *Mulher, Estado e Revolução* (GOLDMAN, 2014).

traz consigo uma valorização da esfera da produção (e do mercado). Assim, em uma sociedade marcada não só por uma divisão entre esferas da produção e reprodução, mas também em uma divisão sexual do trabalho, temos uma situação onde machismo e capitalismo se auto-reforçam, fazendo com que a produção, o mercado, a geração de valor sejam visibilizados e valorizados em grande medida tanto porque são espaços de produção e realização dos lucros capitalistas, como porque são espaços fortemente identificados como masculinos.

As consequências desses elementos subjetivos (mas muito lucrativos) são nítidas quando olhamos para a força de trabalho assalariada feminina, determinando onde e como essa força de trabalho será alocada. Assim, o trabalho feminino é fortemente marcado por uma divisão sexual do trabalho, que coloca as mulheres em profissões e funções geralmente análogas às suas tarefas no espaço reprodutivo (similares às tarefas de mãe, esposa e dona de casa: limpeza, serviços, educação, saúde, etc.). Entretanto há não só uma demarcação de espaços, mas também uma subvalorização, tal como no restante da sociedade, do feminino, e, nesse caso do trabalho feminino, sobre o trabalho (ou ramos) masculino²⁷⁹. A força de trabalho feminina, por ser feminina (o que significa uma sub-cidadania, menos direitos, etc.), pode ser fortemente precarizada e, por ter uma qualificação geralmente adquirida ao longo de uma vida inteira de educação e treino em habilidades de mãe, esposa, dona de casa, mas que é vista como uma não-qualificação, pode ser empregada de determinada forma, inclusive, utilizando essa “não-qualificação” como justificativa de seu lugar precarizado.

Também é importante notar que o processo de precarização do trabalho feminino e feminização do trabalho está intimamente ligado a um processo de desmonte de direitos da classe trabalhadora como um todo, tanto porque cria nichos precarizados da classe para a exploração, jogando o nível dos direitos para baixo, quanto porque utiliza esses nichos como laboratório de testes para desmontes de direitos, posteriormente estendidos a toda classe.²⁸⁰

Assim, fica claro como exploração, opressão e alienação mutuamente se reforçam e fazem parte de um processo inseparável, bem como algumas consequências que isso traz para pensarmos a questão da opressão de gênero no capitalismo.

²⁷⁹ Por isso inclusive, mesmo quando as tarefas executadas por homens e mulheres são as mesmas os salários se mantêm diferentes, sendo menor para as mulheres, assim como os cargos de comando são reservados majoritariamente aos homens.

²⁸⁰ Nota-se ainda que, embora a mulher tenha entrado massivamente na força de trabalho assalariada a mesma continua como principal responsável pelas tarefas domésticas (ou alguma outra mulher na família), acumulando uma dupla jornada de trabalho (assalariado e doméstico).

3.1.4. Da teoria da reprodução social à experiência soviética

A teoria da reprodução social foi desenvolvida tendo em mente a análise da sociedade capitalista, dado que trabalha com a relação de complementariedade/dependência entre produção e reprodução como esferas “separadas”. Sua aplicação a sociedades pré-capitalistas, onde não havia uma distinção nítida, temporal e espacial, entre o trabalho doméstico e o trabalho produtivo, já que a família era a unidade de produção, é complicada. Entretanto, é possível sua utilização para a análise de sociedades “pós-capitalistas”²⁸¹ que continuem a operar sobre uma separação entre espaço produtivo e reprodutivo, como foi o caso da sociedade soviética. Embora tenham agido para diminuir ao máximo o trabalho reprodutivo ocorrido no espaço doméstico, esse esteve longe de ser eliminado frente às possibilidades limitadas de expansão da rede de serviços destinados à socialização do trabalho doméstico. Além disso, mesmo considerando essa rede de serviços, a lógica de separação entre trabalho “produtivo” e “reprodutivo” continuou sem ser superada pelo regime soviético.

Assim, buscaremos nos apropriar da teoria da reprodução social e aplicá-la à análise da sociedade soviética e do pensamento de Alexandra Kollontai. Objetivamos, com isso, nos apoiar nesse instrumental teórico para refletir e desvendar algumas das limitações das elaborações e políticas soviéticas.

3.2. O PENSAMENTO DE KOLLONTAI E O BALANÇO DA EXPERIÊNCIA SOVIÉTICA A PARTIR DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

Ao longo do segundo capítulo buscamos resgatar os elementos principais das formulações de Kollontai sobre a emancipação das mulheres. Como vimos, Kollontai foi uma militante séria e dedicada à luta das mulheres, mas seu pensamento é repleto de contradições. Ao mesmo tempo em que avançava em diversos pontos, se mantinha presa a determinadas elaborações de seu tempo histórico. Nos próximos parágrafos buscaremos relembrar algumas de suas contribuições fundamentais, mas também, e principalmente, avaliar teoricamente, a partir do ponto de vista da reprodução social, as contradições presentes no pensamento de Kollontai. Buscaremos também apontar algumas das consequências políticas dessas contradições não resolvidas para a experiência soviética e socialista no século XX.

²⁸¹ Há um extenso debate sobre a caracterização econômica do regime soviético sobre o qual não adentraremos aqui. Marcel Van der Linden recupera esses debates na obra *Western Marxism and the Soviet Union: A Survey of Critical Theories and Debates since 1917* (LINDEN, 2007).

3.2.1. Kollontai como vanguarda

Entre os vários acertos das formulações de Kollontai, o maior deles, o mais vanguardista, no sentido de à frente de seu tempo, certamente foram suas elaborações sobre a sexualidade. No início do século XX, ela se levantou, como mulher, para falar sobre o direito das mulheres à sexualidade, para denunciar a dupla moral extremamente sexista e para romper com tabus, falando de questões como o prazer feminino e o sexo antes e fora do casamento. Ela denunciou os casamentos por interesse e a hierarquia, o autoritarismo e a possessividade presente nas relações afetivas. Para ela, as relações sexuais e afetivas deveriam se basear na união de duas pessoas livres e iguais.

Kollontai também ousou propor um novo modelo de mulher, que não tinha o amor e a família como centro de suas vidas, que se realizava no trabalho, nas atividades sociais, culturais e políticas, na sua contribuição para a sociedade, e não exclusivamente para a sua família. Um modelo de mulher que rompia com sua dedicação exclusiva ao espaço privado, que passa a segundo plano, e com a ideia da mãe e dona de casa submissa e restrita a seu lar e família. A *nova mulher*, cujo surgimento ocorre, segundo Kollontai, como consequência do avanço da inserção feminina na força de trabalho assalariada, era a mulher proletária, que se somaria à luta da classe trabalhadora.

Se hoje, de um modo geral, a política ainda é vista como um espaço masculino, no início do século XX, essa situação ainda era mais intensa. Kollontai, juntamente com outras/os bolcheviques (entre eles Lenin e Trotsky), lutaram pelo incentivo e garantia da participação política das mulheres. A defesa da inserção das mulheres no trabalho assalariado, inclusive em áreas que eram normalmente reservadas à força de trabalho masculina, relacionando-a a sua autonomia financeira, à mudança de sua condição na família, etc. também é um ponto extremamente positivo. Em uma conjuntura em que a defesa da presença das mulheres no trabalho e na política era minoritária, a socialdemocracia internacional se transformou em uma trincheira da luta pela ocupação das mulheres pelos espaços públicos, ainda que com limitações.

Frente ao feminismo “burguês”, que lutava apoliticamente, ou com o apoio de setores liberais ou até conservadores, pelos direitos das mulheres, o “feminismo” socialista da segunda (e terceira) internacional se colocou veementemente sobre a necessidade da superação do capitalismo para que fosse possível libertar as mulheres, estabelecendo os primeiros passos da aliança entre perspectiva anticapitalista, revolucionária e libertação das mulheres, a partir da afirmação de que somente o socialismo poderia garantir a libertação das

mesmas. Um outro “acerto” muito importante das formulações socialistas, transformadas em políticas no primeiro período do governo soviético, foi o reconhecimento das tarefas relacionadas à reprodução (cuidado da família e lar) e a proposição da responsabilização de toda a sociedade por este trabalho (antes restrito às mulheres de forma privada) tirando o máximo possível essa responsabilidade das famílias a partir da socialização do trabalho doméstico.

Em todos esses pontos, e outros que não levantamos aqui, o pensamento bolchevique, e de Kollontai em especial (visto que as formulações sobre sexualidade e nova mulher tem sua elaboração por ela), se demonstraram muito férteis e tornaram possíveis muitas das importantes políticas implementadas pelo governo soviético sobre as mulheres e a família. Em outras formulações, entretanto, identificamos alguns pontos problemáticos para a discussão.

3.2.2. Limites de Kollontai e da experiência soviética a partir da teoria da reprodução social

Como vimos no segundo capítulo, principalmente ao abordarmos a sequência de conferências na Universidade de Sverdlov em 1923, Kollontai considerava a origem da opressão das mulheres como estando relacionada à sua expulsão do espaço da produção. Essa ideia é construída por Kollontai ao longo da análise das sociedades pré-capitalistas, onde ela vai acompanhando historicamente e perda da função produtiva do trabalho feminino simultaneamente à reunião do poder produtivo pelos homens e sua conseqüente restrição às tarefas reprodutivas. No entanto, nessa perspectiva, aparece uma contradição também levantada por Kollontai, o fato de que, no capitalismo, a inserção das mulheres nos espaços produtivos voltava a ocorrer, mas, no entanto, elas continuavam oprimidas. Ao admitir isso, Kollontai afirma vagamente que a situação da mulher sob o capitalismo continuava sem resolução por causa de sua relação com o sistema de produção capitalista e a divisão de classes, em uma sociedade baseada sobre a propriedade privada (KOLLONTAI, 1921m. IN: KOLLONTAI, 1976. p. 49), mas ela não desenvolve a questão.

Na interpretação de Kollontai²⁸², a família tornava-se supérflua sob o capitalismo, já que tinha perdido sua função produtiva. Ela chega a mencionar até mesmo que a família, que era uma necessidade do período da “economia natural”, se convertia em um freio para o desenvolvimento econômico, por ligar a mulher a uma atividade “inútil e improdutivo para a economia nacional” (o trabalho doméstico privado) (KOLLONTAI, 1921m. IN:

²⁸² Como vimos essa posição não era apenas de Kollontai, sendo partilhada por toda sua geração política.

KOLLONTAI, 1976. p. 49). Ao ligar a família a uma necessidade do passado, e não do presente, vendo a família do presente somente a partir da análise da família burguesa, ligada à preservação da propriedade privada e à acumulação de capital, Kollontai deixa de perceber funções que a família proletária cumpria nesse novo modo de produção. As tarefas de reprodução, reservadas às mulheres, eram vistas como um resquício do passado e o capitalismo era visto como “progressista”, pois impulsionava a destruição da família proletária²⁸³.

Tal interpretação, em minha opinião, era fortemente influenciada pelo fato de que Kollontai vivia em uma fase do desenvolvimento capitalista marcada por uma exploração brutal da classe trabalhadora, e pela imposição de formas de extração de mais valor que tinham impacto grosseiro sobre a degradação da vida familiar da classe trabalhadora. Esse fenômeno foi observado por muitos socialistas da segunda metade do século XIX e início do século XX, se caracterizando por longas jornadas, alta intensidade do trabalho e redução dos salários ao mínimo, impulsionando toda a família operária a tornar-se força de trabalho assalariada, disponível à exploração.

A não percepção das relações entre produção e reprodução, e da forma como a divisão sexual do trabalho se relacionava com a divisão dessas esferas, levaram as políticas bolcheviques a uma ruptura apenas parcial com a forma de organização do trabalho reprodutivo no pós-revolução. O mesmo era “desprivatizado”, passando a ser visto como uma responsabilidade de toda a sociedade, retirado do espaço doméstico, mas, entretanto, a responsabilização das mulheres pela reprodução social continuava a existir, ao passo em que não ocorria um questionamento da divisão sexual do trabalho existente²⁸⁴ e que os serviços de socialização do trabalho doméstico empregavam força de trabalho feminina. O trabalho doméstico deveria se tornar público, socializado, de forma a libertar as mulheres de um trabalho improdutivo e levá-las ao trabalho assalariado onde suas forças seriam mais bem aproveitadas para a sociedade como um todo, mas a solução se restringia a assalariar a mulher e transformar seu trabalho, antes feito de forma privada, em trabalho assalariado. Elas

²⁸³ Em apenas um texto, *Preface to the Book Society and Motherhood*, Kollontai menciona o fato de que as autoridades e capitalistas procuravam fazer uso da força de trabalho pronta, liberando-se das responsabilidades com as crianças e mães e impondo-as à família privada. (KOLLONTAI, 1916a) Mas ela toca no assunto, sem desenvolvê-lo.

²⁸⁴ No que tange às tarefas reprodutivas, pois há mudanças significativas no que diz respeito à ocupação das mulheres na política e trabalho assalariado, como vimos.

adentravam o espaço produtivo²⁸⁵, mas continuavam sendo as únicas responsáveis pelo trabalho reprodutivo, ainda que sob novo formato, socializado.

No que tange à questão da maternidade e do cuidado, Kollontai acertou ao pensá-los como questão social, coletiva, que necessitava da atenção do Estado e da sociedade como um todo, de políticas para a maternidade e para a infância. Mas sua visão da maternidade como uma questão social (coletiva, pública), somada a uma não problematização da função da reprodução social como uma tarefa das mulheres, a impulsionou à defesa da ideia do “dever social da maternidade”, inclusive chegando a relacionar esse dever diretamente com a reprodução da força de trabalho. A não ruptura com a ideia de dever da maternidade contribuiu para jogar sobre os ombros das mulheres as tarefas de reprodução biológica, ao mesmo tempo em que também era mantida sobre os ombros dessas as tarefas de reprodução socializadas.

A meu ver, a teoria da reprodução social nos traz mais possibilidades de questionar o papel reprodutivo assumido pelas mulheres em sociedades onde a ideologia patriarcal e a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo operam²⁸⁶. Parece-me que transcender a responsabilização das mulheres pelas tarefas de reprodução requer romper tanto com sua responsabilização biológica pela reprodução (a ideia de dever da maternidade) quanto sua responsabilização em termos do trabalho, seja ele privado ou público, envolvido no que podemos chamar de manutenção e reprodução da força de trabalho. Ao romper apenas parcialmente com a delegação das mulheres às tarefas de reprodução (restringindo essa ruptura apenas ao trabalho doméstico privado) e, sobretudo, ao manter a divisão sexual do trabalho “intacta” (com exceção para a ocupação de novos postos pelas mulheres na esfera produtiva e/ou trabalho assalariado), as políticas soviéticas deixaram de atacar elementos centrais para a transformação do papel das mulheres. Aqui, a diferença de formulação entre a perspectiva soviética e a perspectiva da reprodução social tem consequências importantes: Se para Kollontai, por exemplo, a origem da opressão das mulheres relacionava-se com sua expulsão da esfera produtiva e, portanto, sua libertação passava pelo “retorno” de sua participação a essa esfera, para a teoria unitária a opressão das mulheres no capitalismo está ligada ao papel ocupado pelas mesmas na reprodução da força de trabalho, ou seja, a

²⁸⁵ Consideramos aqui a oposição produtivo-masculino X reprodutivo-feminino, mas ressaltamos que elas passavam a ocupar uma série de trabalhos assalariados fossem eles produtivos ou não.

²⁸⁶ Apesar de a teoria unitária ter sido desenvolvida tendo como objeto a sociedade capitalista, me parece que o centro da mesma se liga à separação entre produção e reprodução. Dado que é possível reduzir as tarefas de reprodução, mas não eliminá-las, qualquer sociedade que mantenha uma separação estrita entre espaço produtivo e reprodutivo precisará refletir sobre que setor ou setores executarão cada tipo de trabalho, ou reorganizá-lo de nova maneira.

superação da opressão das mulheres precisa necessariamente passar pela reorganização do trabalho reprodutivo, não bastando inserir as mulheres no trabalho assalariado.

Vogel observa que o caminho a ser tomado pelas sociedades socialistas deveria seguir em duas direções: por um lado garantir a diminuição do trabalho doméstico pela via da socialização deste e, por outro, o trabalho remanescente no espaço doméstico deve ser organizado em bases iguais entre homens mulheres e crianças (em proporção apropriada) (VOGEL, 2013, p. 184)

A mesma autora (2013), polemizando com os/as pesquisadores/as que defendem a divisão sexual do trabalho como a origem da opressão das mulheres, sustenta que a separação entre produção e reprodução, bem como a divisão sexual do trabalho, seriam manifestações empíricas da necessidade estrutural do capital de reprodução da classe trabalhadora. Segundo ela, a fonte da opressão das mulheres sob o capitalismo era sua dependência da esfera/tarefas/trabalho de reprodução. A divisão sexual do trabalho seria uma consequência desta dependência, mas não a causa. A experiência soviética, entretanto, nos coloca para pensar sobre a centralidade da divisão sexual do trabalho não somente na organização dos trabalhos em si, mas também em seu caráter ideológico, como expressão de uma divisão de papéis sociais de gênero que são fundamentais para a perpetuação dessa conformação do trabalho reprodutivo. Concordando com Vogel sobre a centralidade do controle do trabalho reprodutivo, gostaria, entretanto, de enfatizar sua relação de complementaridade, e não de disputa, com o fenômeno da divisão sexual do trabalho. Este atua reforçando aquele e garantindo/estimulando sua perpetuação.

A configuração da exploração capitalista na conjuntura do fim do século XIX e início do XX, somada ao peso de seu tempo histórico, fortemente ligado ainda à ideia da mulher como mãe, contribuíram para dificultar o aprofundamento da problematização da esfera da reprodução pelos socialistas deste período. Elas e eles colaboraram decisivamente, de forma inovadora e fundamental, para as primeiras experiências voltadas a pensar e agir sobre o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres, mas apenas sua retirada do espaço doméstico não era suficiente para romper com a designação das mulheres às tarefas ligadas à reprodução da força de trabalho, mantendo vivo um mecanismo importante de alimentação da opressão das mesmas.

Ao longo dos anos 1920, essas “pontas soltas” deixadas pelas formulações soviéticas seriam geralmente os pontos sobre os quais o regime liderado por Stalin se apoiará para operar uma inflexão nas políticas para as mulheres e a família na URSS. A não ruptura com a responsabilização das mulheres pelo trabalho reprodutivo rapidamente se converteria na

defesa da volta do trabalho doméstico privado feminino e o papel da mulher como mãe e a ideia de dever da maternidade seriam ainda mais intensificados. Assim, a superação incompleta da responsabilização das mulheres pela esfera reprodutiva, nas formulações e políticas bolcheviques do primeiro período pós-1917, deixaria expostas “armadilhas”, pontos frágeis, a partir dos quais o stalinismo interviu. Com isso, instrumentalizava-se a família, tanto para o desenvolvimento econômico (redirecionamento de recursos das políticas públicas frente à utilização do trabalho gratuito doméstico e geração de força de trabalho), quanto na direção do fechamento democrático do regime (a partir do estímulo à família hierárquica patriarcal). Diante disso, faltava somente um passo até que as iniciativas de organização das mulheres para a luta por seus direitos fossem consideradas como “feministas”, no sentido mais pejorativo, e responsabilizadas pela divisão da classe trabalhadora.

Nas formulações de Kollontai, assim como nas de Lenin e Trotsky, não é possível encontrar a defesa da responsabilização das mulheres pelo trabalho doméstico (privado) ou o questionamento da auto-organização das mulheres. Eles, e Kollontai especialmente, foram ardentes defensores da necessidade de libertar as mulheres do trabalho doméstico pela via de sua socialização, bem como impulsionaram e legitimaram a auto-organização e a participação política das mesmas. Pode-se concluir, ainda que não lhes caiba a maior parte da responsabilidade, que os limites das elaborações teóricas bolcheviques contribuíram para determinar as áreas e formas de inflexão das políticas soviéticas destinadas a libertar as mulheres e a transformar radicalmente a família. Essas importantes alterações sob o período stalinista teriam como consequência não só um retrocesso gigantesco nas políticas aprovadas no primeiro período após a revolução russa, mas deixariam marcas históricas e teóricas na difusão de uma linha do marxismo que se colocou de forma conservadora frente às mulheres e a família, bem como identificou o feminismo como inimigo da classe trabalhadora. Ao longo de todo o século XX e ainda hoje em dia, os ecos dessa concepção ainda são ouvidos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS²⁸⁷

Como explicamos anteriormente, ao me aproximar inicialmente do tema da Revolução Russa e do governo soviético, minha inquietação inicial era buscar entender os avanços e retrocessos das políticas para as mulheres e a família tendo em mente o regime stalinista. O encontro com fontes muito frutíferas, bem como a necessidade de um recorte viável para a pesquisa, me trouxe à análise do pensamento de Kollontai, Lenin e Trotsky, que acabou, por fim, com ênfase na primeira.

Muitos pesquisadores se sentem frustrados ao realizar essa “migração” de recortes nas suas pesquisas, mas essa opção realizada, dada pelo interesse, mas também pelas possibilidades de pesquisa, se demonstrou bastante correta ao final da pesquisa. “Voltar no tempo” e analisar a produção intelectual e política das lideranças em questão me permitiu constatar contradições e deficiências que talvez, de outra forma, aparecessem sob a forma de um posicionamento político pura e simplesmente. Se debruçar profundamente sobre o pensamento de Kollontai, Lenin e Trotsky me permitiu identificar elaborações contraditórias, deficiências teóricas e, sobretudo, montar um quadro da realidade da época mais rico e complexo do que a simples dicotomia “antes de Stalin” X “depois de Stalin”. Igualmente, quando a obra de Kollontai “gritou” por mais espaço durante o processo de pesquisa e escrita, buscamos compreender a necessidade existente de sua recuperação, ainda que tenhamos tentado não deixar de lado sua comparação com as elaborações de Lenin e Trotsky, e nessa medida, portanto, resgatar também as elaborações desses.

Boa parte da dissertação tem o compromisso da visibilização histórica da experiência soviética sobre as mulheres. Como historiadores, sabemos da invisibilização das mulheres, mas é impactante lidar com o tamanho da mesma, algo que foi bastante impressionante durante a pesquisa historiográfica. Dessa forma, buscamos resgatar historicamente a participação das mulheres e a elaboração sobre as mesmas no movimento revolucionário socialista do final do século XIX e início do século XX com o objetivo de contribuir para essa recuperação historiográfica. Como parte importante desse processo de resgate está a abordagem da obra de Kollontai (e também Lenin e Trotsky). Kollontai, apesar de não ser uma completa anônima, continua marginalizada, sem ser reconhecida como um quadro fundamental para a formulação, mobilização e organização das mulheres (e do movimento

²⁸⁷ Optamos por não escrever uma “conclusão” em moldes tradicionais já que muitas das “conclusões” foram realizadas dentro das discussões em cada capítulo.

socialista/comunista como um todo). Lênin e Trotsky não se dedicaram a formular especificamente sobre as mulheres em sua vida política, mas deram contribuições fundamentais nesse sentido, também esquecidas no baú da História. Espero que possa ter conseguido contribuir, ainda que modestamente, para esse resgate histórico e teórico fundamental.

Trabalhar com um outro tempo histórico sempre requer que tenhamos ferramentas para compreendê-lo, o que nem sempre é uma simples tarefa. Para além de lembrar a todo tempo que estamos trabalhando com outro tempo e outra cultura, é necessária uma boa base teórica. Nesse intuito, fizemos o exercício de aproximação com a teoria da reprodução social, buscando nos instrumentalizar da análise da relação entre produção e reprodução para o balanço da experiência soviética. Digo “exercício” porque esse é um campo bastante vasto, com polêmicas importantes, e apenas demos os primeiros passos nele. A continuidade de seu estudo (não só da teoria da reprodução social, mas a investigação das relações entre produção e reprodução, classe e gênero/sexo, patriarcado e capitalismo, etc.) é um objetivo ao final desta pesquisa. Para a análise dos avanços e limites da experiência soviética no que tange às mulheres também seria importante um retorno com mais tempo e cuidado a Karl Marx, Friedrich Engels, August Bebel e Clara Zetkin, as principais influências que formaram a base teórica, inclusive de elaboração direta sobre as mulheres, para as formulações bolcheviques. Esse era um objetivo desta dissertação, mas que não teve tempo de ser alcançado.

Os limites e retrocessos das políticas soviéticas sobre a família e as mulheres não se devem, entretanto, apenas a “erros” ou “deficiências” teóricas. Obviamente todo um contexto econômico/material colocou limites objetivos a essas experiências, assim como os processos políticos que ocorreram a partir da revolução e também o peso sociocultural de seu tempo histórico. Não podemos, ao analisar a experiência soviética sobre as mulheres, por mais avançadas que pareçam em alguns momentos as políticas implementadas, esquecer que estamos falando de uma sociedade da década de 1920 na maior parte do tempo. É errado transpor nossos valores e exigências àquele momento, àquelas pessoas. Em todo caso, não desejamos aqui responder se “a culpa” dos limites e retrocessos na experiência soviética é da “teoria” ou da “história”, mas sim considerar um conjunto de fatores que estiveram somados nesse processo.

A investigação sobre essa experiência e seu o balanço permanecem e permanecerão abertos por muito tempo, enquanto a exploração capitalista e a opressão de gênero continuarem sendo eixos articuladores desse sistema. Suas conclusões ainda são e serão frutíferas e necessárias.

Essa pesquisa nasceu da necessidade da busca pela compreensão das relações entre feminismo e marxismo e do convencimento de que algum fator deveria explicar o distanciamento entre os dois campos. Implicava-me compreender o porquê da resistência ainda existente, sobretudo entre os/as marxistas, às análises pautadas sobre a questão feminina pois a simples culpabilização de “machismo” não parecia dar conta da resposta. Por outro lado, em relação à história soviética (bem como a todo um histórico de encontro entre movimento operário e luta pela libertação das mulheres), os pesquisadores do campo dos chamados “estudos de gênero”, também desconheciam por completo os fatos ocorridos, assim como toda uma história de encontro entre formulações feministas e marxistas, tendendo a deformações caricaturadas dos mesmos. Dessa maneira, a investigação histórica focada na experiência soviética tinha como objetivo contribuir para elucidar essas situações.

Do início da pesquisa até aqui, no Brasil e em outros países, ocorreu um “boom” do movimento feminista, que cresceu em tamanho e visibilidade, colocando novas urgências às análises sobre as mulheres e/ou relações de gênero em diferentes campos de estudo. Hoje, essa pressão social coloca uma nova correlação de forças para as discussões e estudos sobre as mulheres/relações de gênero, seja no espaço político ou acadêmico. Tal impacto se faz sentir no crescimento das pesquisas que envolvem as mulheres e/ou as relações de gênero como objeto, ainda que, institucionalmente essa transformação ocorra mais devagar. Em todo caso, o terreno, hoje, é muito mais propício aos/às pesquisadores/as que adentram esse campo do que o era até 5 ou 10 anos atrás.

Entretanto, em meio ao crescimento extraordinário de um movimento feminista difuso, fragmentado, com dificuldades profundas de articulação unitária, tanto militantemente quanto academicamente, vemos a proliferação de perspectivas teóricas empregadas por diferentes matrizes feministas, muitas interagindo de forma a somar-se ou deformar-se mutuamente. Para a superação desse quadro, o crescimento das possibilidades de pesquisa acadêmica sobre as mulheres/gênero é um fator decisivo.

Os desafios colocados por uma conjuntura de crise econômica capitalista que já dura alguns anos e se aprofunda em diversos sentidos, tendo um impacto específico sobre as mulheres, juntamente ao crescimento do feminismo, colocam a necessidade crescente de uma compreensão cada vez mais aprofundada das relações entre gênero e classe, capitalismo e opressão das mulheres na qual o encontro entre marxismo e feminismo é necessário não só nas pesquisas empíricas, fundamentais ao estudo e compreensão da realidade, mas também às análises teóricas nesse campo.

Todo/a professor/a de história já deu a aula onde falamos da função da história de, utilizando o passado, refletir sobre o presente para construir/transformar o futuro. Esperamos que a pesquisa realizada aqui tenha contribuído modestamente para que, à luz da experiência soviética, possamos resgatar um pouco da história de encontro entre feminismo e marxismo para nos ajudar a compreender as potencialidades de encontro entre esses dois campos no presente, de forma a contribuir para a emancipação não somente das mulheres, mas de todos os oprimidos e explorados.

5. BIBLIOGRAFIA

Bibliografia geral

ALBARRACIN, J., El trabajo domestic y la ley del valor. Imprecor, Madrid, *Tema* nº. 63, p. 67-69, 1988.

ANDRADE, J. E. J. ; A social-democracia e a nova mulher: o feminismo revolucionário de Alexandra Kollontai. In: *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História - ANPUH*. São Leopoldo: Oikos, 2007.

_____. *O marxismo e a questão feminina: As articulações entre gênero e classe no âmbito do feminismo revolucionário*. 2011. 210f. Tese (Dourado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARCARY, V. *Controvérsias marxistas sobre o papel do indivíduo na História*. 2002. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo8915Arcary.pdf
Acesso em 05/07/2017

ARRUZZA, C. *Feminismo e Socialismo: entre casamentos e divórcios*. Lisboa: Edições Combate, 2010.

_____. *Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo*. Outubro, nº 23, p. 33-58, 2015a. Disponível em: <http://bit.ly/1IV8ss1>. Acesso em: 20/09/2016.

_____. *Logic or History? The Political Stakes of Marxist-Feminist Theory*. 2015b. Disponível em: <https://viewpointmag.com/2015/06/23/logic-or-history-the-political-stakes-of-marxist-feminist-theory/> Acesso em: 16/11/2016

_____. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. IN: *Cadernos CEMARX*, nº10. 2017. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cemarx/issue/view/182/showToc>. Acesso em: 26/02/2018.

BADIA, G. *Clara Zektin: Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

BAKAN, A.B. and DUA, E. *Theorizing anti-racism: Linkages in Marxism and Critical Race Theories*. University of Toronto Press, 2014.

- BEBEL, A. *La Mujer y el Socialismo*. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1986.
- BHATTACHARYA, T. *Mapping Social Reproduction Theory*. 15/02/2018. Disponível em: <https://socialistworker.org/2013/09/10/what-is-social-reproduction-theory>. Acesso em: 26/02/18.
- BIANCHI, A. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.
- CARCANHOLO, M. D. *Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis: Una interpretación desde Marx*. Madrid: Maia Ediciones, 2017.
- CARR, E. H. *A Revolução Russa de Lenin a Stalin (1917-1929)*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981.
- CARRARA, S. (org.). *Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade*. v.2. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010a
- _____. *Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade*. v.3. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010b.
- CLEMENTS, B. Emancipation Through Communism: The Ideology of A. M. Kollontai. *Slavic Review*, Vol. 32, No. 2 (Jun., 1973), pp. 323-338
- _____. Working-Class and Peasant Women in the Russian Revolution, 1917-1923. *Signs*. Vol. 8, nº 2, 1982. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/3173897>
- _____. The Utopianism of Zhenotdel. *Slavic Review*, Vol 51. No 3 (Autumn, 1992), p. 485-496
- _____. *Bolshevik Women*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997
- _____. *A History of Women in Russia: from earliest times to the present*. Bloomington, Indiana University Press, 2012.
- CLIFF, T. *Alexandra Kollontai: Russian Marxist and Women Workers*. 1981. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/cliff/works/1981/xx/kollontai.html> Acesso em: 27/02/2018.
- CRUZ, P. L. *Alexandra Kollontai: Feminismo e socialismo - uma abordagem crítica do Direito*. São Paulo: Editora Alfa-omega, 2012
- DELPHY, C. O Inimigo Principal. IN: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº17. Brasília, maio - agosto de 2015, pp. 99-119.
- DEUTSCHER, I. *O Profeta Armado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *O Profeta Banido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *O Profeta Desarmado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

DEVREUX, A. M. A Teoria das Relações Sociais de Sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. IN: *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 20, n. 3, p. 561-584, set./dez. 2005.

DONALD, M. Bolshevick activity amongst the working women of Petrograd in 1917. *International Review of Social History*, vol 27, 1982, pp 129-160.

ENGELS, F. *A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado*. São Paulo: Editora Escala, 2009.

_____. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *Carta para Joseph Bloch*. 1890. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm> . Acesso em: 20/09/2016.

ETTINGER, E. *Rosa Luxemburgo: Uma vida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1989.

FARNSWORTH, B. Bolshevism, the woman, and Aleksandra Kollontai. *The American Historical Review*, Vol. 81, No 2 (Apr., 1976), p. 292-316

_____. Conversing with Stalin, Surviving the terror: The Diaries of Aleksandra Kollontai and the Internal Life of Politics. *Slavic Review*, Vol. 69, nº 4 (Winter 2010), PP. 944-970

FERGUSON, S and MCNALLY, D. Capital, Labour-Power, and Gender-relations: introduction to the Historical Materialism Edition of Marxism and the Opression of Women. IN: VOGEL, L. *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*. Chicago: Haymarket Books, 2013.

GAFIZOVA, N. KOLLONTAI, Alexandra. IN: HAAN, Francisca, DASKALOVA, Krassimira e LOUFTI, Anna. *A Biographical Dictionary of Women's Movements and Feminisms – Central, Eastern, and South Eastern Europe, 19th and 20th Centuries*. Budapest: Central European University Share Company , 2006. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=hsgQjbgBOAkC&printsec=frontcover&hl=pt-BR>. Acesso em: 26/01/2018.

GOLDMAN, W. *Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936*. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. *Women at the gates. Gender and industry in Stalin's Russia*. Nova York: Cambridge University Press, 2002

HIRATA, H. *Nova divisão sexual do trabalho?* São Paulo: Boitempo, 2002.

HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos: o Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003

_____. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IV Internacional. *Democracia Socialista e Ditadura do Proletariado. Cadernos Democracia Socialista*. Porto Alegre: Editora Gráfica Sariema, 1987.

KÄPPELI, A. Cenas Feministas. IN: PERROT, M & DUBY, G. *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 4. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

KONDER, L. *Flora Tristan: uma vida de mulher, uma paixão socialista*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

KRAUSZ, T. *Reconstructing Lenin – an intellectual biography*. New York: Monthly Review Press, 2015.

LINDEN, M.V. *Western Marxism and the Soviet Union: A Survey of Critical Theories and Debates since 1917*. Boston: Leiden, 2007.

LOWY, M. *Revoluções*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MACHADO, B.A. Interseccionalidade, consubstancialidade e marxismo: debates teóricos e políticos. IN: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx) (org). *Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017. De O capital à Revolução de Outubro (1867 – 1917)*. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC18/mc181.pdf> Acesso em: 26/02/2016

MANDEL, E. *A Luta pela democracia socialista na União Soviética*. Lisboa: Edições Antídoto, 1977.

_____. *O lugar do marxismo na história*. São Paulo: Xamã, 2001.

MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política: livro 1: O processo de produção da capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Sobre o Suicídio*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MATTOS, M.B. *Sete notas introdutórias como contribuição ao debate da esquerda socialista no Brasil*. Rio de Janeiro, Consequência, 2017.

MCDERMID, J. & HILLYAR, A. *Midwives of Revolution: Female Bolsheviks and Women Workers in 1917*. London: UCL Press, 1999.

MURPHY, K. *Revolution and Counterrevolution. Class struggle in a Moscow Metal Factory*. New York: Berghan Books, 2005.

NAVAILH, F. O modelo soviético. IN: PERROT, M & DUBY, G. *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 5. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

NOGUEIRA, C. M. *A feminização no mundo do trabalho*. São Paulo: Autores Associados, 2004.

PERROT, M. *Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência*. IN: *Cadernos Pagu* nº4, 1995.

PORTER, C. *Alexandra Kollontai. A biography*. London: Virago, 1980

REED, J. *Os dez dias que abalaram o mundo*. São Paulo: Ediouro, 2002.

ROSEMBERG, A. *História do Bolchevismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

ROWBOTHAM, S. Introduction. IN: KOLLONTAI, A. *Women Workers Struggle for their rights*. Montpelier: Falling Wall Press, 1979. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/kollonta/1919/women-workers/index.htm> Acesso em: 18/02/18

SCOTT, J. A mulher trabalhadora. IN: PERROT, M & DUBY, G. *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 4. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

_____. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, v.16, n.2, jul./dez. 1990, p. 5-22.

SENNA, T. C. A seção de mulheres do partido bolchevique soviético. In: *Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio*, 2012.

_____. *O Jhenotdel e a questão feminina na Rússia Soviética (1917-1930): o Departamento de Mulheres do Partido Comunista em meio à Revolução Russa*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2016.

_____. A questão feminina na Rússia e suas respostas: análise por meio da lei do desenvolvimento desigual e combinado. *Marx e o Marxismo - Revista do NIEP-Marx*, [S.l.], v. 4, n. 7, p. 258-280, fev. 2017. ISSN 2318-9657. Disponível em:

<http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/180>. Acesso em: 27/02/2018.

SERGE, V. O Ano I da Revolução Russa. São Paulo: Boitempo, 2007.

SERRA, Y. IN: Kollontai, A. *Autobiografia de uma mulher emancipada*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

SILVA, D. J. Encontros e desencontros entre marxismo e feminismo: Uma análise da incorporação da luta pela emancipação das mulheres entre os revolucionários russos a partir de Lênin, Kollontai e Trotsky. IN: *Revista História e Luta de Classes*. nº 20. Setembro de 2015.

SILVA, D. J. Alexandra Kollontai: entre feminismo e socialismo. IN: *Revista História e Luta de Classes*. nº 23. Março de 2017.

SILVA, D. J. Independência ou em dependência? Apontamentos sobre as relações entre produção e reprodução no capitalismo. IN: *Marx e o Marxismo - Revista do NIEP-Marx*, [S.l.], v. 4, n. 7, p. 281-302, fev. 2017. ISSN 2318-9657. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/194>. Acesso em: 27/02/2018.

SOIHET, R. & PEDRO, J. M. *A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero*. Revista Brasileira de História São Paulo: ANPUH, v.27, nº54.

STITES, R. *The Women's Libetarion Movement in Russia: Feminism, Nihilism and Bolchevism: 1860-1930*. New Jersey: Princeton University Press, 1978.

THÉBAUD, F. A Grande Guerra. IN: PERROT, M & DUBY, G. *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 5. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

TOLEDO, Cecília. *Mulheres: o Gênero nos Une, a Classe nos Divide*. São Paulo: Sundermann, 2008.

VEST, C. *Alexandra Kollontai and the "Woman Question": Women and Social Revolution, 1905-1917*. 2011. Disponível em: http://www.lagrange.edu/resources/pdf/citations/2011/11_vest_history.pdf. Acesso em 02/03/2017.

VIOLA, L. Bab'i Bunty and Peasant Women's Protest during Collectivization. IN: *Russian Review*, Vol. 45, No. 1 (Jan., 1986), pp. 23-42.

VOGEL, L. *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*. Chicago: Haymarket Books, 2013.

VOLKOVA, T; BOR, D & BROSSAT, A. *Ser Mulher na União Soviética e Países do Leste*. Lisboa: Antídoto, 1978.

WALKOWITZ, J. Sexualidades perigosas. IN: PERROT, M & DUBY, G. *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 4. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

WOOD, E. A. *The Baba and the comrade: gender and politics in revolutionary Russia*. Bloomington, Indiana University Press, 1997.

ZETKIN, C. *Lenin e o Movimento Feminino*, 1920. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/zetkin/1920/mes/lenin.htm>

Fontes²⁸⁸:

Kollontai:

KOLLONTAI, A. *International Socialist Conferences of Women Workers*. 1907*. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/kollonta/1907/is-conferences.htm> Acesso em: 06/07/2017

_____. A mulher trabalhadora na sociedade contemporânea. 1908. IN: SCHNEIDER, Graziela (org). *A Revolução das Mulheres: Emancipação Feminina na Rússia Soviética*. São Paulo. Boitempo, 2017

_____. As bases sociais da questão feminina (trechos). 1909a IN: KOLLONTAI, Alexandra. *Marxismo e Revolução Sexual*. São Paulo: Global Editora, 1982.

_____. *Introduction to the Book The Social Basis of the Women's Question*. 1909b. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/kollonta/1908/social-basis.htm> Acesso em: 06/07/2017

_____. *Les problèmes de la prostitution*. 1909c. Disponível em: https://www.marxists.org/francais/kollontai/works/1909/00/akoll_1909_prosti.htm Acesso em: 06/07/2017

²⁸⁸ Organizadas segundo a data de publicação de sua versão original.

_____. *Los Fundamentos Sociales de la cuestión femenina*. 1909d. Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/kollontai/1907/001.htm> Acesso em: 16/02/2018

_____. *O Dia da Mulher*. 1913. IN: SCHNEIDER, Graziela (org). *A Revolução das Mulheres: Emancipação Feminina na Rússia Soviética*. São Paulo. Boitempo, 2017

_____. *Na Rússia também haverá um Dia da Mulher*. 1914. IN: SCHNEIDER, Graziela (org). *A Revolução das Mulheres: Emancipação Feminina na Rússia Soviética*. São Paulo. Boitempo, 2017

_____. *Quem Precisa da Guerra?* 1915. Disponível em: <http://www.marxistsfr.org/portugues/kollontai/1915/mes/guerra.htm> Acesso em: 16/02/2018

_____. *Preface to the Book Society and Motherhood*. 1916a. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/kollonta/1915/mother.htm> Acesso em: 06/07/2017

_____. *Working Woman and Mother*. 1916b. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/kollonta/1916/working-mother.htm> Acesso em: 06/07/2017

_____. *Our Tasks*. 1917. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/kollonta/1917/tasks.htm> Acesso em 06/07/2017

_____. *Às Mulheres Trabalhadoras*. 1918a. Disponível em: <http://www.marxistsfr.org/portugues/kollontai/1918/mes/mulheres.htm> Acesso em: 23/06/2014

_____. *A Nova Mulher e a Moral Sexual*. 1918b. IN: KOLLONTAI, A. *A Nova Mulher e a Moral Sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

_____. *Lenin e o I Congresso de Trabalhadoras*. 1918c. IN: SCHNEIDER, Graziela (org). *A Revolução das Mulheres: Emancipação Feminina na Rússia Soviética*. São Paulo. Boitempo, 2017

_____. *The First Steps Towards the protection of motherhood*. 1918d. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/kollonta/1918/steps-motherhood.htm> Acesso em: 06/07/2017

_____. *Decree on Child welfare*. 1918e. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/kollonta/1918/immoral.htm> Acesso em 06/07/2017

_____. *Résolution sur le rôle des femmes travailleuses*. 1919a. Disponível em: http://www.marxists.org/francais/inter_com/1919/ic1_19190306a.htm Acesso em: 06/07/2017

_____. *Women Workers Struggle For Their Rights*. 1919b. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/kollonta/1919/women-workers/index.htm> Acesso em: 06/07/2017

_____. I Conferencia Internacional das Mulheres Comunistas. 1920a. IN: SCHNEIDER, Graziela (org). *A Revolução das Mulheres: Emancipação Feminina na Rússia Soviética*. São Paulo. Boitempo, 2017.

_____. Comunismo e Família. 1920b. IN: BEBEL, A; HELLER, A; TROTSKY, L e KOLLONTAI, A. *Da velha à nova família*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

_____. Da história do movimento das trabalhadoras na Rússia. 1920c. IN: SCHNEIDER, Graziela (org). *A Revolução das Mulheres: Emancipação Feminina na Rússia Soviética*. São Paulo. Boitempo, 2017

_____. *International Women's Day*. 1920d. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/kollonta/1920/womens-day.htm>. Acesso em: 06/07/2017

_____. El movimiento feminista y la importância de las trabajadoras em la lucha de classes. 1921a. IN: KOLLONTAI, Alexandra. *La mujer em el desarrollo social*. Barcelona: Editorial Guadarrama, 1976.

_____. El papel de La mujer em el sistema de la esclavitud. 1921b. IN: KOLLONTAI, A. *La mujer em el desarrollo social*. Barcelona: Editorial Guadarrama, 1976.

_____. El trabajo de la mujer em El período de desarrollo de la gran industria capitalista. 1921c. IN: KOLLONTAI, A. *La mujer em el desarrollo social*. Barcelona: Editorial Guadarrama, 1976.

_____. El trabajo de la mujer em la comunidad rural y la producion artesana. 1921d. IN: KOLLONTAI, A. *La mujer em el desarrollo social*. Barcelona: Editorial Guadarrama, 1976.

_____. El trabajo de la mujer hoy y manana. 1921e. IN: KOLLONTAI, A. *La mujer em el desarrollo social*. Barcelona: Editorial Guadarrama, 1976.

_____. El trabalho de la mujer durante la guerra. 1921f. IN: KOLLONTAI, A. *La mujer em el desarrollo social*. Barcelona: Editorial Guadarrama, 1976.

_____. La dictadura del proletariado: condiciones de trabajo y reglamentación de la protección al trabajo. 1921g. IN: KOLLONTAI, A. *La mujer em el desarrollo social*. Barcelona: Editorial Guadarrama, 1976.

_____. La dictadura del proletariado: organizacion del trabajo. 1921h. IN: KOLLONTAI, A. *La mujer em el desarrollo social*. Barcelona: Editorial Guadarrama, 1976.

_____. La dictadura del protetariado: el cambio revolucionário de la vida corriente. 1921i. IN: KOLLONTAI, A. *La mujer em el desarrollo social*. Barcelona: Editorial Guadarrama, 1976.

_____. La dictadura del protetariado: la revolución de las costumbres de vida. 1921j. IN: KOLLONTAI, A. *La mujer em el desarrollo social*. Barcelona: Editorial Guadarrama, 1976.

_____. La situacion de la mujer durante El esplendor del capital comercial y em la era de la manufactura.1921k. IN: KOLLONTAI, A. *La mujer em el desarrollo social*. Barcelona: Editorial Guadarrama, 1976.

_____. La situacion em la economia natural cerrada. 1921l. IN: KOLLONTAI, A. *La mujer em el desarrollo social*. Barcelona: Editorial Guadarrama, 1976.

_____. Las causas del “problema de la mujer”. 1921m. IN: KOLLONTAI, A. *La mujer em el desarrollo social*. Barcelona: Editorial Guadarrama, 1976.

_____. *Letter to Dora Montefiore*. 1921n. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/kollonta/1921/letter-montefiore.htm> Acesso em: 06/07/2017

_____. *Oposição Operária*. São Paulo: Global Editora, 1980.

_____. Os sindicatos e a trabalhadora. 1921o. IN: SCHNEIDER, Graziela (org). *A Revolução das Mulheres: Emancipação Feminina na Rússia Soviética*. São Paulo. Boitempo, 2017.

_____. Revolução na vida cotidiana. 1921p. IN: KOLLONTAI, Alexandra. *Marxismo e Revolução Sexual*. São Paulo: Global Editora, 1982.

_____. *Revolução nos costumes*. 1921q. IN: KOLLONTAI, Alexandra. *Marxismo e Revolução Sexual*. São Paulo: Global Editora, 1982.

_____. Situación de la mujer em el comunismo primitivo. 1921r. IN: KOLLONTAI, A. *La mujer em el desarrollo social*. Barcelona: Editorial Guadarrama, 1976.

_____. *The Labour of Women in the Evolution of the Economy*. 1921s. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/kollonta/1921/evolution.htm> Acesso em: 06/07/2017

_____. *The Woman Worker and Peasant in Soviet Russia*. 1921t. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/kollonta/1921/peasant.htm> Acesso em: 06/07/2017

_____. A III Internacional e a trabalhadora. 1921u. IN: SCHNEIDER, Graziela (org). *A Revolução das Mulheres: Emancipação Feminina na Rússia Soviética*. São Paulo. Boitempo, 2017.

_____. O Amor na Sociedade Comunista (carta à juventude operária). 1921v. IN: KOLLONTAI, A. *A Nova Mulher e a Moral Sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

_____. *Theses on Communist Morality in the Sphere of Marital Relations*. 1921x. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/kollonta/1921/theses-morality.htm> Acesso em: 06/07/2017

_____. *Soon*. 1922. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/kollonta/1922/soon.htm> Acesso em: 06/07/2017

_____. Autobiografia de uma mulher emancipada. 1926. IN: KOLLONTAI, A. *Autobiografia de uma mulher emancipada*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

_____. As combatentes no Dia do Grande Outubro 1927a. IN: SCHNEIDER, Graziela (org). *A Revolução das Mulheres: Emancipação Feminina na Rússia Soviética*. São Paulo. Boitempo, 2017.

_____. O que Outubro deu à mulher ocidental? 1927b. IN: SCHNEIDER, Graziela (org). *A Revolução das Mulheres: Emancipação Feminina na Rússia Soviética*. São Paulo. Boitempo, 2017.

_____. *The Soviet Woman: a Full and Equal Citizen of Her Country*. 1946. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/kollonta/1946/full.htm> Acesso em: 06/07/2017

Lenin:

LENIN, V.I. Desenvolvimento do capitalismo na Rússia (Capítulo 7). 1899a. IN: Lenin, V.I. *Sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1980.

_____. *The Developments of Capitalism in Russia (Chapter VI)*. 1899b. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1899/dcr8vi/vi8vii.htm> Acesso em 13/7/2017

_____. Projeto de Programa do Partido Operário Social-democrata. 1902. IN: Lenin, V.I. *Sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1980.

_____. As Lições da Insurreição de Moscou. 1906. IN: ENGELS, F; MARX, C; LENIN, V. *Sobre a mulher*. São Paulo: Global, 1979.

_____. O Congresso Socialista Internacional de Stuttgart. 1907. IN: Lenin, V.I. *Sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1980.

_____. A Classe Operária e o Neomalthusianismo. 1913a. IN: Lenin, V.I. *Sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1980.

_____. A Pequena Produção na Agricultura. 1913b. IN: LENIN, V.I. A Pequena produção na Agricultura. IN: Lenin, V.I. *Sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1980.

_____. Europeus civilizados e os asiáticos selvagens. 1913c. IN: Lenin, V.I. *Sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1980.

_____. O quinto congresso internacional da luta contra a prostituição. 1913d. IN: Lenin, V.I. *Sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1980.

_____. A Ines Armand. 1915a. IN: Lenin, V.I. *Sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1980.

_____. De uma carta A Ines Armand. 1915b. IN: Lenin, V.I. *Sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1980.

_____. Sobre as palavras de ordem: desarmamento, o Sbornik sotsial-demokrata. 1916a. IN: ENGELS, F; MARX, C; LENIN, V. *Sobre a mulher*. São Paulo: Global, 1979.

_____. Sobre a caricatura do marxismo e o "economicismo imperialista". 1916b. IN: Lenin, V.I. *Sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1980.

_____. Tarefas da Esquerda de Zimmerwald no Partido Social-Democrata Suiço. 1916c. IN: ENGELS, F; MARX, C; LENIN, V. *Sobre a mulher*. São Paulo: Global, 1979.

_____. Materiais para a revisão do programa do partido. 1917a. IN: Lenin, V.I. *Sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1980.

_____. Sobre a Milícia Proletária (Cartas de longe – 3º carta). 1917b IN: MARX, ENGELS, LENIN. *Manifesto Comunista e Teses de Abril*. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. Discurso no Primeiro Congresso Pan-russo das operárias. 1918. IN: ENGELS, F; MARX, C; LENIN, V. *Sobre a mulher*. São Paulo: Global, 1979.

_____. A grande iniciativa. 1919a. IN: Lenin, V.I. *Sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1980.

_____. O Poder Soviético e a Situação da Mulher. 1919b. IN: Lenin, V.I. *Sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1980.

_____. Tarefas do movimento operário feminino na República Soviética. 1919c. IN: Lenin, V.I. *Sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1980.

_____. Ao secretariado do congresso feminino da província de Petrogrado. 1920a. IN: Lenin, V.I. *Sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1980.

_____. Às operárias. 1920b. IN: Lenin, V.I. *Sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1980.

_____. Por Ocasião do Dia Internacional da Operária. 1920c. IN: Lenin, V.I. *Sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1980.

_____. Saudação à Assembleia de Sessões Femininas Provinciais de Toda a Rússia. IN: Lenin, V.I. *Sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1980.

_____. No quarto aniversário da Revolução de Outubro. 1921a. IN: Lenin, V.I. *Sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1980.

_____. O Dia Internacional da Mulher. 1921b. IN: Lenin, V.I. *Sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1980.

_____. Saudação à conferência de representantes das Sessões Femininas dos Povos do Oriente nas Regiões e Repúblicas Soviéticas. 1921c. IN: Lenin, V.I. *Sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1980.

_____. À Conferência de Operárias e Camponesas sem Partido de Moscou e sua Província. 1922a. IN: Lenin, V.I. *Sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1980.

_____. Sobre o significado do materialismo militante. 1922b. IN: Lenin, V.I. *Sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1980.

_____. Projeto de Programa do PC da Rússia. 1930*IN: Lenin, V.I. *Sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1980. (publicado pela primeira vez em 1930)

ZETKIN, Clara. *Lenin e o Movimento Feminino*. 1920. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/zetkin/1920/mes/lenin.htm> Acesso em 12/02/2018

Trotsky:

TROTSKY, L. Against Bureaucracy, progressive and unprogressive. 1923a. IN: TROTSKY, L. *Problems of everyday life: and other writings on culture & science*. New York: Monad Press, 1986

_____. Big and Small. 1923b. IN: TROTSKY, L. *Problems of everyday life: and other writings on culture & science*. New York: Monad Press, 1986

_____. Carta às Operárias de Moscou. 1923c. IN: BEBEL, A. *Da velha à nova família*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

_____. *Civility and Politeness as a Necessary Lubricant in Daily Relations*. 1923d. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/trotsky/women/life/23_04_04.htm Acesso em: 06/07/2017

_____. Da velha à nova Família. 1923e. IN: BEBEL, A. *Da velha à nova família*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

_____. *Habit and Custom*. 1923f. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/trotsky/women/life/23_07_11.htm Acesso em: 06/07/2017

_____. How to Begin. 1923g. IN: TROTSKY, L. *Problems of everyday life: and other writings on culture & science*. New York: Monad Press, 1986

_____. Not by politics alone. 1923h. IN: TROTSKY, L. *Problems of everyday life: and other writings on culture & science*. New York: Monad Press, 1986

_____. The Contradictions in our culture 1923i. IN: TROTSKY, L. *Problems of everyday life: and other writings on culture & science*. New York: Monad Press, 1986

_____. The Cultural Role of The Worker Correspondent. 1923j. IN: TROTSKY, L. *Problems of everyday life: and other writings on culture & science*. New York: Monad Press, 1986

_____. *The Family and Ceremony*. 1923k. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/trotsky/women/life/23_07_11.htm Acesso em: 06/07/2017

_____. The Struggle for Cultured Speech. 1923l. IN: TROTSKY, L. *Problems of everyday life: and other writings on culture & science*. New York: Monad Press, 1986

_____. Vodka, the Church, and the Cinema. 1923m. IN: TROTSKY, L. *Problems of everyday life: and other writings on culture & science*. New York: Monad Press, 1986

_____. Introduction to the tatar-language edition (Problems of everyday life) 1924a. IN: TROTSKY, L. *Problems of everyday life: and other writings on culture & science*. New York: Monad Press, 1986

_____. Leninism and Library Work. 1924b. IN: *Problems of everyday life: and other writings on culture & science*. New York: Monad Press, 1986

_____. A Proteção das mães e a luta pela elevação do nível cultural. 1925a. IN: BEBEL, A. *Da velha à nova família*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

_____. Construir o socialismo significa emancipar as mulheres e proteger as mães. 1925b. IN: BEBEL, A. *Da velha à nova família*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

_____. Next Tasks for Worker Correspondents. 1926. IN: TROTSKY, L. *Problems of everyday life: and other writings on culture & science*. New York: Monad Press, 1986

_____. *A História da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (publicação original em 1932)

_____. *Catorce preguntas sobre la vida y la moral en la Unión Soviética*. 1932a. Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/trotsky/ceip/escritos/libro2/T03V203.htm> Acesso em: 12/02/2017

_____. *Family Relations Under the Soviets*. 1932b. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1932/xx/family.htm> Acesso em: 06/07/2017

_____. *A revolução Traída*. São Paulo: Centauro Editora, 2008. Publicação original em 1936)